

EVANDIR CODATO

COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA:
A COLÔNIA TRÊS BARRAS - 1932-1970

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Mestre em História do Brasil, opção História Econômica

CURITIBA

1981

Ao Nilton

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida. À Fundação Educacional do Oeste Catarinense - FUOC, representada pelo Diretor Geral Antônio Adolpho Maresch, pelo estímulo na realização da dissertação, pela dispensa de atividades técnicas, pelo fornecimento do material para essa publicação e pela permissão da ajuda da datilógrafa Rozani. Ao Professor Ezequiel Romoaldo Gurgacz pela revisão final da redação. À Teruco Iwakami Beltrão pela tradução dos textos de língua japonesa. À Coordenação e Professores do Curso de Pós-Graduação em História. À Professora Nadir Aparecida Cancian pelo estímulo e co-orientação. À Professora Cecília Maria Westphalen que com zelo e dedicação orientou este estudo.

SUMÁRIO

0.0. INTRODUÇÃO	1
1.0. PROBLEMÁTICA DA COLONIZAÇÃO	8
1.1. Tipos de colonização	9
1.2. Colonização no Paraná	12
1.3. Penetração e colonização do Norte do Paraná no século XIX: a área da Colônia Militar do Jataí.....	16
1.4. Colonização e "frente pioneira" no Norte do Paraná, a partir das "frentes de expansão".....	35
2.0. ORGANIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO EMPRESARIAL: O CASO DA BRATAC	60
2.1. Política de colonização japonesa: a Kaigai Ijuu Kumiai Rengookai, a Nitigyo Sangyo Kabushiki Kaisha e a Yugen- -Sekinin Buraziru Takusyoku Kumiai (BRATAC)	61
2.2. Os japoneses em Três Barras: planos de expansão e rea- lidade	76
3.0. COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA: A COLÔNIA TRÊS BARRAS	127
3.1. Idealismo na produção: O Movimento G.T.	131

3.2. Racionalidade na produção: Associações e Cooperativa...	135
3.3.0. Desempenho da colonização agrícola: 1933-1970	145
3.3.1. Área cultivada	146
3.3.2. Produção agrícola	152
3.3.3. Exportação agrícola	173
4.0. CONCLUSÃO	188
5.0. BIBLIOGRAFIA	193
6.0. DADOS DE BASE	205
7.0. ANEXO DE MAPAS	218
8.0. ANEXOS GERAIS	240

LISTA DE QUADROS

1. Construção de estradas e pontes, na Colônia Três Barras, entre 1932-1941, segundo se indica	95
2. Preço de lotes urbanos e suburbanos, em Assaí, no ano de 1933	101
3. Número de habitantes entrados anualmente, segundo a residência, na Colônia Três Barras, entre 1932-1941	104
4. Número de habitantes entrados anualmente, segundo a condição do produtor, na Colônia Três Barras, entre 1932 - 1941	104
5. Área vendida na Colônia Três Barras, entre 1932-1941, em alqueire	105
6. Número de propriedades vendidas pela Nambei Tochi Kabushiki Kaisha, segundo se indica, entre 1938-1942	111
7. Produção agrícola da Colônia Três Barras, entre 1933-1935	142
8. Índices de diversificação agrícola e combinação de culturas do município de Assaí 1944-1970	148
9. Área cultivada no município de Assaí, entre 1933-1941, em alqueire	149

10. Área cultivada e percentagem da área total, no município de Assaí, entre 1932-1941	149
11. Índices de concentração de culturas do município de Assaí, entre 1944-1970	150

LISTA DE GRÁFICOS

1. Delineação da disposição do município de São Jerônimo, segundo desmembramentos de área, entre 1955-1967.....	241
2. Número de habitantes entrados anualmente, segundo a residência, na Colônia Três Barras, entre 1932-1941	106
3. Número de habitantes anualmente, segundo a condição do produtor, na Colônia Três Barras, entre 1932-1941	107
4. Área vendida na Colônia Três Barras, entre 1932-1941.....	107
5. Estimativa da produção do algodão em Assaí, São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão e São Jerônimo, entre 1948-1970. Números absolutos - arroba	154
6. Estimativa da produção de algodão em Jataizinho, Rancho Alegre e Uraí, entre 1948-1970. Números absolutos - arroba	155
7. Estimativa da produção de algodão em Assaí, na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Paraná, entre 1934-1970. Números absolutos - arroba	159
8. Estimativa da produção de café no Paraná, entre 1944-1969. Números absolutos - saca 60 Kg	165
9. Estimativa da produção de café em Assaí e na Micro-Região Algodoeira de Assaí, entre 1936-1969. Números absolutos - saca de 60 Kg	166
10. Estimativa da produção de feijão no Paraná, entre 1944-1970. Números absolutos - saca de 60 Kg	168
11. Estimativa da produção de feijão em Assaí e na Micro-Região Algodoeira de Assaí, entre 1944-1970. Números absolutos - saca 60 Kg	169

12. Estimativa da produção de milho no Paraná, entre 1944-1970. Números absolutos - saca 60 Kg	170
13. Estimativa da produção de milho em Assaí e na Micro-Região Algodoeira de Assaí, entre 1933-1970. Números absolutos - saca 60 Kg	171
14. Estimativa da produção de arroz no Paraná, entre 1944-1970. Números absolutos - saca 60 kg	172
15. Estimativa da produção de arroz em Assaí e na Micro-Região Algodoeira de Assaí, entre 1944-1970. Números absolutos - saca 60 Kg	172
16. Produção e exportação de milho por Assaí, entre 1933-1970. Números absolutos - saca 60 Kg	174
17. Produção e exportação de feijão por Assaí, 1933-1970. Números absolutos - saca 60 Kg	176
18. Produção e exportação de café por Assaí, entre 1944-1969. Números absolutos - saca 60 Kg	177
19. Produção e exportação de algodão por Assaí, entre 1934-1970. Números absolutos - arroba	179

LISTA DE MAPAS

Planta da Fazenda Três Barras	219
1. Município de Araiporanga. 1947-1953	220
2. Estado do Paraná. 1920	221
2-A. Estado do Paraná. 1922	222
3. Município de São Jerônimo. 1920	223
4. Freguesia de Jataí. 1872	224
5. Freguesia de São Jerônimo. 1882.....	225
6. Município de Jataí. 1932	226
7. Municípios de Jataí e Londrina. 1934	227
8. Município de São Jerônimo. 1938	228
9. Municípios de Araiporanga e Assaí. 1944-1948	229
10. Municípios de Araiporanga, Assaí, Jataizinho e Uraí. 1947.	230

11. Municípios de Araiporanga, Assaí, Amoreira, Jataizinho e Uraí	231
12. Municípios de Assaí, Jataizinho, Rancho Alegre, Santa Cecília do Pavão e Uraí. 1960	232
14. Município de São Jerônimo. 1929	233
15. Município de Jataí. 1937	234
16. Município de São Jerônimo. 1938	235
17. Município de Araiporanga. 1938	236
18. Município de Assaí. 1943	237
19. Município de Assaí. 1947-1953	238
20. Município de Assaí. 1967	239

LISTA DOS DADOS DE BASE

1. Estimativa da área cultivada, segundo culturas temporárias e permanentes, no município de Assaí, entre 1944-1970. Números absolutos - hectares	206
1-A. Estimativa da área cultivada, segundo culturas temporárias e permanentes, no Estado do Paraná, entre 1944-1970. Números absolutos - hectare	207
2. Estimativa da produção de algodão, nos municípios da Micro-Região Algodoeira de Assaí, entre 1934-1970. Números absolutos - arroba	208
3. Estimativa da produção de algodão na Micro-Região Algodoeira de Assaí e do Estado do Paraná, entre 1944-1970. Números absolutos - arroba	210
4. Estimativa da produção de café, no município de Assaí, na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Estado do Paraná, entre 1936-1970. Números absolutos - saca de 60 Kg .	211
5. Estimativa da produção de feijão, no município de Assaí, na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Estado do Paraná, entre 1933-1970. Números absolutos - saca de 60 Kg .	212
6. Estimativa da produção de milho, no município de Assaí,	

- na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Estado do Paraná, entre 1933-1970. Números absolutos - saca de 60 Kg...213
7. Estimativa da produção de arroz, no município de Assaí, na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Estado do Paraná, entre 1933-1970. Números absolutos - saca de 60Kg,.214
8. Exportação de arroz, milho e café, pelo município de Assaí, entre 1945-1970. Números absolutos - saca de 60Kg.215
9. Exportação de feijão, segundo tipo, pelo município de Assaí, entre 1938-1970. Números absolutos - saca de 60Kg..216
10. Exportação de algodão pelo município de Assaí, entre 1938-1970. Números absolutos - arroba217

ANEXOS

- Metodologia242
- Relato de Tokujiro Tsutui244
- Confederação Japonesa Três Barras247
- Guia do Movimento G.T.250

O.O. INTRODUÇÃO

Estudar uma área sob o ponto de vista de sua colonização, organização do espaço e produção agrícola, não é questão simples.

No Brasil litorâneo - por onde começam a colonização, a organização do espaço e a produção agropecuária - à penetração de seu interior, da ocupação de algumas áreas desse interior, preferencialmente a outras, até a organização da totalidade do espaço brasileiro, verificou-se longo e lento processo. Estudar esse processo é elucidar a própria questão da ocupação da terra e da colonização brasileira. O presente estudo não pretende aprofundar estas questões, senão referir-se a elas em linhas gerais.

Porém, o mesmo processo, longo e lento, pode ser detectado ao se considerar o caso paranaense. Iniciada a ocupação pelo litoral, ainda no século XVII atinge o Primeiro Planalto, no século XVIII o Segundo Planalto, e no século XIX até mesmo o Terceiro Planalto. No entanto, essa penetração se fizera bem antes da ocupação permanente e da colonização. A que estão ligadas essas etapas de ocupação e colonização?

No caso da área que se elegeu para estudo, pequena faixa situada no Norte do Paraná, denominada Micro-Região Algodoeira de Assaí, o que teria ocorrido? Quais os fatores em jogo para que

fosse penetrada no século XIX, mas sua colonização ter sido efetivada somente a partir de 1930?

Para tratar tal questão, convém destacar o sentido da ocupação das terras, da colonização e da exploração agrícola no Brasil.

De modo geral, a exploração agropecuária no Brasil procede de dois sistemas básicos, antagônicos, mas, em muitos casos, complementares: o do latifúndio ou das grandes propriedades privadas (fazendas, engenhos e estâncias) e o da colonização (oficial ou particular) das pequenas e médias propriedades, às vezes chamada de colonização européia, dado que corresponde ao tipo de política agrária da Europa do final do século XVIII e início do XIX¹.

Em que sentido são antagônicos e como são complementares?

O antagonismo aqui tem o significado de predominância de um sobre o outro: nas áreas de produção agrícola de cultivos extensivos voltados para a exportação, predominaram os latifúndios ou grandes propriedades trabalhadas por escravos, substituídos posteriormente pelo colono, geralmente imigrantes. Nestas áreas não existiu colonização (oficial ou particular) à base de pequenas e médias propriedades, quer canavieiras como cafeeiras, tanto no período colonial como em fase posterior, embora os pequenos sítios e pequenas plantações sempre houvessem estado presentes. Principalmente Caio Prado Junior refere-se a isso.

No sistema latifundiário Menezes Côrtes observa que "faltando o sentimento de propriedade da terra por parte de quem a trabalha", ocorria maior instabilidade da mão de obra agrícola².

Possivelmente, deve-se a isso o surgimento das pequenas plantações ou sítios contíguos aos latifúndios; como um apêndice desse sistema e para servi-lo com mão de obra em caso de necessidade, porém, nunca como um sistema que ameaçasse as grandes explorações.

Esse sistema dominou a maior parte da história da explora -

ção agropecuária no Brasil. De certa forma, só no início do século XX, com a instabilidade geral dos preços do café e mais precisamente com a depressão que seguiu à crise de 1929, é que entrou em declínio. Para o Norte do Paraná, tudo indica, a ocupação e colonização situam-se na transição de um sistema a outro e em decorrência da crise cafeeira. Conjuntural ou não, aqui não vem ao caso, pois se trata apenas de situar o problema da ocupação da área de colonização japonesa em Assaí, a partir de 1930.

Concomitante ao sistema da grande propriedade, houve a ocupação de área estratégicas que, sem o sentido de produzir para o mercado, eram importantes do ponto de vista da defesa territorial. Trata-se, neste caso, de uma política deliberada de implementação do povoamento para defesa. Pode, por conseguinte, existir ocupação, mesmo povoamento, sem, contudo, tratar-se de colonização ou exploração agropecuária. Este é o caso da área tratada neste estudo, onde se tentou promover a ocupação e povoamento no século XIX, com a criação da Colônia Militar do Jataí, de iniciativa oficial.

Embora se fale aí de colônia, esse termo não tem o mesmo sentido de colonização que se pretende adotar aqui. Essa colônia tem o sentido de defesa do território, enquanto no século XX, o tipo de colonização desenvolvida tem o sentido de entrada na posse de um trato de terra, visando explorá-lo economicamente³.

É a propriedade, geralmente adquirida por compra e a duras penas que atrai o colono, que o fixa e o envolve em definitivo com a exploração agropecuária⁴.

Essas questões aqui esboçadas, porém não explicam a motivação da colonização agrícola em Assaí efetivada apenas a partir de 1930 e, nem tão pouco, as estratégias da organização empresarial colonizadora utilizada pelos japoneses.

Esse estudo compreenderá, portanto, três capítulos: o primeiro procura mostrar como a frente pioneira, caracteristicamente capitalista promove a ocupação do Norte do Paraná destacando,

no caso, a área da Micro-Região Algodoeira de Assaí. O segundo trata da atitude ético-social da BRATAC (Yugen-Sekinin Buraziru Takusyoku Kumiai) companhia colonizadora - em virtude dos acordos que celebrou com o governo japonês, bem como dos mecanismos utilizados para permitir a ocupação da área da Fazenda Três Barras. O terceiro capítulo, destaca o principal mecanismo da BRATAC para promover a colonização em moldes capitalistas, bem como a significação desse mecanismo junto à produção e à comercialização agrícola, entre 1932 a 1970.

Esse estudo, inspirando-se em trabalhos realizados pelos professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, não pretende esgotar a problemática que envolve a colonização de Assaí, senão contribuir para a sua introdução. Por isso mesmo, até certo ponto, estão ausentes maiores conotações com as conjunturas paranaense e brasileira.

Nesse sentido, destaca que as estratégias para promover a ocupação da área, no século XIX, resultaram em fracasso, visto que não havia interesse pela exploração de áreas situadas à margem da atividade comercial. No momento em que a frente pioneira favorece a sua ocupação, capitalistas japoneses adquirem terras, especificamente parte da Fazenda Três Barras e, juntamente com o governo japonês, procuram atender seus imigrantes. Ali, a colonização dirigida pela BRATAC, caracterizou-se por um lado, pelo estabelecimento de infra-estrutura necessária à ocupação da área e, por outro, pela criação do "Movimento G.T." que objetivava orientar o imigrante no trato e condução da administração de uma unidade de produção, já que, no Japão, o imigrante fora apenas cultivador e não proprietário de terras.

Para este trabalho, a grafia de algumas palavras de antigos relatórios e documentos foi atualizada, procurando-se, com isso, não prejudicar a compreensão do texto.

Os dados de base que fundamentam este estudo foram levantados no Departamento de Estatística do Estado do Paraná, podendo-

se estimar a área cultivada e a quantidade produzida, dos municípios da Micro-Região Algodoeira de Assaí e o total do Estado, entre 1944 a 1970. Algumas dificuldades foram encontradas como, por exemplo, para o ano de 1953, os dados foram obtidos do Anuário Estatístico da Fundação Instituto de Geografia e Estatística. A estimativa da produção cafeeira de 1970 não ficou sob a responsabilidade do Departamento de Estatística, razão da omissão desse dado. Note-se que a coleta dos dados pelo DEE não acompanhou rigorosamente os desmembramentos municipais, não coincidindo o ano do desmembramento com a redução da produção do município cuja área foi diminuída. É o caso, por exemplo, de São Sebastião da Amoreira, criado em 1951, mas que aparece na série estatística somente a 1955.

Foram também levantados os dados constantes dos livros de exportação de mercadorias, segundo a quantidade, por quilo, e preço.

Estes livros, em três tipos, fornecem elementos relativos à exportação por municípios ou coletorias, anual, mensal ou trimestralmente. A "origem I" significa exportação inter municipal. O primeiro tipo de livro, "Exportação Geral do Estado, por municípios e Coletorias - origem I", consta dados anuais. Entretanto, como a sua publicação não é constante, foi necessário buscar nos outros dois tipos de livros, a complementação dos dados de alguns anos. São eles, "Exportação por local de procedência - municípios - origem I - mercadorias regionais" e "Exportação por coletorias - municípios - origem I - mercadorias regionais" com dados mensais e trimestrais.

Esse material, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foram obtidos na Biblioteca do Departamento de Estatística do Estado do Paraná.

Na Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná obteve-se mapas e relatórios desse órgão.

Na Biblioteca Pública do Paraná, Seção Paranaense de Docu -

mentação, foram levantados, em diários oficiais, leis, decretos e decretos-leis correspondentes aos desmembramentos e criação de municípios. Ali também foram pesquisados relatórios de governos estaduais.

No Escritório da Representação Comercial de Uraí, do Arquivo da Nambei Tochi Kabushiki Kaisha foram levantados os números e respectivas áreas de terras vendidas pela empresa.

Quanto à bibliografia, o livro elaborado pela Associação de Moços de Três Barras ⁵, em comemoração ao 25º aniversário da fundação da Colônia tem valiosas informações que permitem apreender a colonização agrícola em Assaí. Seu conteúdo, em grande parte, é cópia de documentos, porém, sem indicação das fontes. Os trabalhos de compilação e coleta para esse livro estiveram sob a responsabilidade de Heima Takusagawa, Kinji Kimura, Tadashi Kikuchi e Shigueru Nishio e presididos por Tokuya Kobayashi, todos vinculados à referida Associação. Dizem eles que houve dificuldades para a reconstituição de todo processo, visto que muitos documentos anteriores a 1945 foram destruídos e "todo e qualquer escrito em japonês de pós guerra também não foi encontrado". Muitas informações foram obtidas via oral dos próprios colonos.

Existe farta documentação, porém em língua japonesa que escapa à Autora, e não traduzidos. A tradução e a divulgação desse material poderá, no futuro, esclarecer e resolver questões aqui apenas abordadas.

A metodologia observada neste estudo foi inicialmente utilizada por Olindina Vianna Mesquita e Solange Tietzmann Silva ⁶, em relação à produção agrícola do Paraná, chegou, segundo elas, a resultados satisfatórios e tiveram por objetivo identificar regiões de produção agrícola. A metodologia consiste no uso do método de Shyam Bhatia que identifica a diversificação e concentração de culturas, e no de John C. Wever, da combinação de culturas (vide em anexo).

Considerou-se que a utilização desta metodologia, identifi-

cando as formas de organização do espaço, no período entre 1944-1970, levaria à compreensão do processo da colonização agrícola. Além do que, ela substitue a simples enumeração das áreas cultivadas.

A adoção dessa metodologia permitiu resolver a problemática que se colocou em relação à tipicidade da ocupação efetiva e da colonização, em Assaí, entre 1932 a 1970.

¹ MENEZES CÔRTEZ, Geraldo de. Migração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio. 1958. p. 74.

² Idem, p. 75.

³ BALHANA, Altiva Pilatti et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, n.7, 1968. p. 21.

⁴ Idem, p. 51.

⁵ KOBAYASHI, Tokuya. org. História do desenvolvimento da fazenda Três Barras. Trad. Teruko Iwakami Beltrão... Tóquio, Kaibushiki Kaisha Teikoku Shoin/Associação dos Moços de Assaí, 1960. datil.

⁶ MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann. Regiões agrícolas do Estado do Paraná: uma definição estatística. R. bras. Geogr., 32(1):3-41. jan./mar. 1970.

CAPÍTULO I

PROBLEMÁTICA DA COLONIZAÇÃO

1. Problemática da colonização

1.1. Tipos de colonização

Observa-se estreita ligação entre colonização e importação de braços livres para a lavoura. Isto se pode dizer, principalmente para a região Sudeste que, desde o século XIX, seria marcada pelo crescimento ininterrupto da cultura do café, em proporções comerciais, capitalista, organizada nos moldes da grande fazenda. Contudo, a colonização não se resume na introdução de imigrantes. Existem vários tipos de colonização tanto quanto vários tipos de colono. Fala-se em colonização desde a fase colonial brasileira, dando-lhe o sentido de ocupação e povoamento do território¹. Da mesma forma, Caio Prado Junior fala em expansão da colonização, 1640-1770, para designar o "novo sistema político e administrativo na Colônia"², no sentido da substituição de uma política mais liberal dos primeiros séculos, para a de um "regime de monopólios e restrições destinados a dar maior amplitude possível à exploração e aproveitamento da colônia, a canalizar para o Reino o resultado de suas atividades"³. Nesse sentido, estariam incluídos a mineração e a ocupação do Centro-Sul, a pecuária e o progresso do povoamento no Nordeste, a colonização do Vale Amazônico e a coleta florestal.

Trata-se aí, da colonização portuguesa no Brasil, entendida tanto para a lavoura de cana, como a ocupação do interior pela pecuária, como a colonização amazônica pela extração de gêneros naturais, como o cravo, a canela, a salsaparrilha, o cacau e a madeira.

Nessa primeira fase, segundo o mesmo autor, a imigração foi utilizada em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul pelo emprego de colonos naturais das ilhas dos Açores. Mas, nesses casos, os objetivos eram políticos e militares, ou seja: ocupar e impedir que o território fosse ocupado pelos espanhóis⁴.

Numa segunda fase, com a transferência da Corte portuguesa

para o Brasil, a finalidade da imigração e, conseqüentemente, da colonização torna-se "exclusivamente demográfica" ao mesmo tempo que "se amplia muito", chegando à "colonização por assalariados puros" ⁵. Porém, nessa fase, pouco interesse apresenta para o estudo que aqui se propõe do século XX, razão pela qual não será desenvolvida.

A diferença de interesses entre as áreas economicamente voltadas para a grande lavoura, como, por exemplo, São Paulo, juntamente com aquela à margem da agricultura comercial, de um lado, e, de outro lado, os interesses em proteger militarmente áreas estratégicas, determinará tipos distintos de colonização, bem como correntes diversas sobre o assunto, "uma oficial quando o governo cria ainda núcleos coloniais estrangeiros, e outra, particular, mas estimulada por fatores governamentais, que visa a obtenção de trabalhadores agrícolas para as grandes fazendas" ⁶. Acrescente-se, além desses dois pontos um terceiro, "o estabelecimento de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, é também uma medida política de reconhecida necessidade" ⁷. Nos dois primeiros casos, houve apoio tanto de particulares como de governos provinciais e Imperial ⁸, até a abolição da escravatura. Até aí, grandes esforços para a colonização serão feitos no sentido da criação de "núcleos coloniais", destacando-se a atuação oficial. Estes esforços serão feitos para aumentar a entrada de novos contingentes populacionais preenchendo os vazios demográficos, bem como para introduzir pequenos "produtores da lavoura de subsistência" ⁹. O tipo de colonização praticada no Paraná será desse tipo, até que, no século XX, será introduzida a colonização organizada por grandes empresas, em área voltada para a produção agrícola de mercado.

Em São Paulo, área do café como cultura predominante, irá definir-se corrente que se interessa pela imigração da mão de obra para a grande lavoura, este era o seu interesse imediato. As experiências de imigração e colonização multiplicaram-se, mas os

núcleos coloniais "fracassarão sistematicamente"¹⁰. A colonização que acenava aos imigrantes com a possibilidade de se tornarem pequenos proprietários, foi desde cedo hostilizada na Província de São Paulo¹¹. O mesmo pode ser afirmado em relação ao Rio de Janeiro: as colônias representavam uma concorrência para os grandes proprietários que "naturalmente preferiam que os imigrantes recém-chegados, em vez de tornarem donos de terras, viessem alugar o seu trabalho nas fazendas"¹².

Diz J. Fernando Carneiro que

Nenhum núcleo colonial de pequenos proprietários em São Paulo ou no Rio de Janeiro pôde prosperar ao lado das fazendas de café. Malograram todos eles, mesmo quando localizados em pontos de clima excelente, como Nova Friburgo ou então perto de uma capital de província, como aconteceu com a colônia Santo Amaro, ao lado da capital de São Paulo¹³.

Não são poucos os escritos da época, nem também de autores atuais que atribuem o fracasso dos núcleos coloniais à falta de auxílio de governo, à ausência de mercados próximos para onde a pequena produção pudesse ser escoada, à má qualidade das terras, e a outras razões ainda. No entanto, J. Fernando Carneiro aponta que, em Nova Friburgo, nada disso ocorreu: havia fornecimento de sementes e de animais domésticos pelo governo, gastando com isso nos dois primeiros anos do estabelecimento de Nova Friburgo mais de 150 contos. Não faltou o amparo oficial, nem as terras eram de má qualidade. Vendiam também com facilidade toda a sua produção de leite, queijo e manteiga, além de encontrarem mercado para toda a produção de milho, batata, feijão e verduras, ao mesmo tempo que colocavam com facilidade porcos, toucinho e aves. A dispersão do estabelecimento, segundo o mesmo autor, se deveu à atração que sobre os colonos exerceram as grandes lavouras de Cantagalo¹⁴.

Colônias de pequenos proprietários rurais só puderam realmente prosperar quer em São Paulo, quer no Rio de Janeiro, quando elas se localizaram em regiões já abandonadas pelo café; quando portanto elas puderam viver sem sofrer os influxos da economia latifundiária¹⁵.

Conclui J. Fernando Carneiro que o latifúndio não suporta uma população muito densa, mas no caso de latifúndio do café, de açúcar ou de cacau, estes sempre precisam de número não desprezível de braços.

1.2. A questão da colonização no Paraná

No século passado, o Paraná incentivou o estabelecimento de pequenos proprietários em núcleos coloniais. Com relação a este assunto, José Vaz de Carvalhaes, Vice-Presidente da Província, em 1857, chamava a atenção para a desnecessidade de muitos braços para os pequenos estabelecimentos agrícolas¹⁶.

No ano seguinte, 1858, o Presidente da Província, Francisco Liberato de Matos, consolidava a opinião de José Antonio de Carvalhaes, ao mesmo tempo que apontava "a venda ou aforamento de pequenos lotes de terra, por módico preço", como meio de promover a colonização naquele Estado¹⁷.

Percebe-se, ainda, pelo Relatório de Liberato de Matos que a Província do Paraná não dispunha de orçamento viável que lhe permitisse os encargos da colonização. No caso, o melhor meio de promovê-la seria por meio da venda de terras devolutas a colonos imigrantes ou a empresas que quisessem importá-los. Da mesma forma, José Vaz de Carvalhaes acreditava possível a montagem de empresas particulares que desenvolvessem estabelecimentos agrícolas onde os colonos recém-chegados pudessem logo encontrar trabalho a serem incentivados com lucros correspondentes. De fato, a colonização no Paraná será processada de duas formas: a colonização oficial e a colonização por particulares¹⁸.

Romário Martins assinala que, iniciado em 1816, o estabelecimento de colônias no Paraná, até a segunda década do século XX, já contava com 36 localidades, hoje municípios, onde haviam, sido estabelecimentos coloniais e núcleos coloniais ¹⁹.

Não se pode dizer que os levantamentos iniciados por Romário Martins a respeito da colonização no Paraná estejam completos, mesmo porque o assunto está longe de ser esgotado, embora já se dispunha de bons estudos referentes a alguns núcleos coloniais e colônias do Estado. Apesar deles estarem espalhados pelos três planaltos paranaenses e indicar o início do povoamento, aqueles estabelecidos nos Campos Gerais, como os alemães do Volga, fracassaram "principalmente pela ausência de uma economia de mercado ...". ²⁰

Para Altiva Pilatti Balhana, o estabelecimento de núcleos coloniais no Paraná a partir de 1816, desenvolveu-se lentamente. Até 1853 só existiam três colônias, somando em conjunto 420 pessoas, e, até 1869 somente duas novas colônias foram organizadas ²¹.

Entretanto, desde os primeiros tempos de sua emancipação político-administrativa, os governantes do Paraná procuraram desenvolver uma política imigratória adaptada às condições peculiares da Província. Ao contrário de outras regiões do Império, onde a imigração se destinava a suprir a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no Paraná, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar uma agricultura de abastecimento ²².

A partir de 1870, a atividade colonizadora foi intensa, especialmente na administração de Adolpho Lamenha Lins. Seu plano era bastante simples, mas arrojado para a época.

Medidos e demarcados lotes de

terra de cultura nos arredores, da cidade, traçadas as estradas, entrega-se um lote a cada família, com uma casa provisória, regularmente construída.

Ao colono maior de dez anos dá-se como auxílio de estabelecimento 20\$000. Cada família recebe mais 20\$000 para compra de utensílios e sementes. Logo que o colono se estabelece é empregado na construção de estradas do núcleo, recebendo a ferramenta necessária e cessa, então, a alimentação por conta do governo 23.

O plano ia além: em cada núcleo haveria uma escola e uma capela. O colono encontraria facilmente serviço fora da agricultura: na construção das estradas do núcleo e nas obras públicas gerais 24.

Havendo sido estabelecido, a partir da Lei de Terras de 1851, que as terras devolutas daí por diante seriam cedidas apenas por compra, Lamenha Lins criou um plano de ajuda aos colonos que, no entanto, não estariam desobrigados de resgatar suas dívidas

Esta dívida, pelo que respeita aos gastos feitos desde que o colono chega a esta província, ainda não excedeu a 500\$000 por família de 5 pessoas, termo médio, incluindo o preço das terras, e está garantida pelo valor do lote, casa e acessórios 25.

Acreditava Lamenha Lins que, por se situarem as colônias criadas por esse sistema próximas a Curitiba, ali os colonos encontrariam "pronto mercado para o produto de sua lavoura" libertando-se logo da dívida contraída com a Província.

Esperava o Presidente da Província que o colono europeu, desacostumado com o trato "das nossas matas virgen", com as derubadas, queimadas e outros afazeres próprios das terras para -

naenses, fossem primeiramente adaptados pelo sistema por ele elaborado, poderiam depois "penetrar nas regiões das matas virgens" em pleno sertão ²⁶.

Houve grandes dificuldades. Estudando a colonização promovida por Lamenha Lins, Ruy C. Wachowicz mostra as dificuldades por que passaram esse colonos e ao fazê-lo demonstra a precariedade do sistema ²⁷. Entretanto, interessa aqui apenas os traços gerais da política de colonização e não aprofundá-la.

Afora os núcleos coloniais fundados diretamente pelo poder público, usualmente a competência da colonização era atribuída a empresas particulares, por concessão, incumbidas também de introduzir imigrantes em seus territórios. Núcleos coloniais foram cedidos por contrato a empresários que no mais recebiam vastas extensões de terras a preço baixo, além de outros recursos financeiros ²⁸.

Apesar de se buscar vários rumos no sentido de promover a colonização, sabe-se, no entanto, que, em 1881, o Presidente João José Pedrosa apontava: "No centro da Província as colônias continuam decadentes, e ainda muito pouco, por ora, prometem em futuro próximo ²⁹.

Pouco depois, em 1884, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, buscava novos rumos, novas experiências, a fim de incrementar o sistema de colonização

Não será possível constituir na província uma grande Associação Promotora da Imigração concorrendo cada associado com uma cota mensal módica? Se a idéia for geralmente aceita poder-se-á fundar uma confederação de associações municipais, cada um com seu diretório, superintendidas todas pelo diretório central da Capital, a quem incumbirá a gerência dos fundos sociais e sua aplicação ³⁰.

Nos dois anos seguintes, 1885 e 1886, já na presidência de Alfredo d'Escagnolle Taunay, foram criadas sociedades de imigra-

ção em Paranaguá, Curitiba, Superaguy, Porto de Cima, Morretes, Antonina, Campo Largo, Lapa e Ponta Grossa ³¹.

Pouco se sabe dos resultados da ação dessas sociedades de imigração. Uma nota breve a esse respeito informa: "Essas associações atuaram de modo eficiente e variado na promoção de serviços de imigração, inclusive na propaganda das terras do Paraná para a colonização" ³².

No sistema de colonização oficial promovido pela Província do Paraná, verifica-se que a área de terras que é objeto deste estudo, isto é, a Micro-região Algodoeira de Assaí, não se insere dentro daquele programa oficial. Uma comprovação disso é que, no quadro organizado por Altiva Pilatti Balhana, a partir dos dados de "Relatórios de Presidentes da Província, Secretários de Obras Públicas e Colonização e Inspectores de Imigração e Colonização", onde constam todas as colônias e núcleos coloniais criados no Paraná entre 1829 à 1911, ficou excluída a Colônia de Jataí, criada em 1851 ³³. Por que tal exclusão? Em primeiro lugar porque foi criada pelo governo imperial, em segundo porque seu objetivo era puramente militar, nada tendo de fato com a colonização promovida pelo Paraná, em terceiro, porque o quadro se refere a colonos imigrantes. Por ocasião da República, mesmo a política de terras passando para o controle do Estado, nada consta a respeito dessa área como colônia do Estado do Paraná, até 1911.

1.3. Colonização e penetração no sertão do Norte do Paraná no século XIX: a área da Colônia do Jataí.

Paralelamente à criação, implantação e desenvolvimento do sistema de núcleos coloniais pela Província do Paraná, fazia-se a penetração pelo sertão em vários rumos. Porém, inserida em outro contexto e visando outros objetivos. É o caso da penetração e colonização no Norte do Paraná, a partir especificamente da implantação da Colônia Militar do Jataí.

Desde a segunda metade do Século XVIII, com as penetrações pelo interior, ficou reconhecido o território paranaense, e mesmo fundadas três praças militares "que deviam assegurar a expansão da população e o aproveitamento de novas terras: N.S. dos Prazeres de Iguatemi em Mato Grosso; Vila Real do Rio Mourão, nas margens do Ivaí, nos Campos de Mourão e N.S. da Esperança, na estrada dos campos de Guarapuava" ³⁴. Porém, a partir de 1773, os esforços para manter esses estabelecimentos, foram desviados para a defesa do Rio Grande do Sul contra os espanhóis, não sem queixas e perdas de áreas já conquistadas, pois representava fardo pesado para os do planalto de Curitiba, com sua pobre e pouca população ³⁵.

Na primeira metade do século XIX, ao mesmo tempo que se reconquistava as Missões no Sul, na comunidade paranaense a iniciativa de retomar os territórios abandonados nos campos de Guarapuava e Palmas significava o início da efetiva conquista territorial.

A ocupação ocorreu pelo afastamento do indígena daqueles campos, o estabelecimento de ligações com as Missões e a distribuição de terras a fazendeiros. Em fases sucessivas, durante o século XIX, a ocupação territorial atingiu os campos de Guarapuava e Palmas. Esbarrou com áreas florestais valorizadas somente no século XX ³⁶.

Em meados do século XIX, a preocupação com a defesa do território marca a busca sistemática para se atingir o Mato Grosso.

O objetivo consistia em defender e guardar as fronteiras, resultando daí, a partir de 1850, a vigilância e criação das colônias Nioaque, Brilhante, Dourados e Miranda, visto que, entre Brasil e Paraguai, os ânimos estavam exaltados, pelas questões das divisas territoriais ³⁷.

Na década de 1850, várias colônias foram criadas em todo o Brasil, com fins estratégicos e colonizadores, quer em limites

de fronteiras, quer interioranas ³⁸.

A criação em 1851 da Colônia Militar do Jataí às margens do rio Tibagi, e, em 1858, a do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, às margens do Tietê, estavam inseridas nesse sistema de colonização oficial. Na do Itapura pretendia-se "um forte reduto na retaguarda" daquelas matogrossenses ³⁹, a do Jataí, parece ter tido a mesma pretensão.

Em 1858, previa-se iniciar o povoamento no Paranapanema, Ivinhema e Iguatemi e criar ali, condições para atrair imigração européia ou nacional ⁴⁰.

No Paraná, tanto para o estabelecimento da estrada estratégica para o Mato Grosso, como a criação da Colônia Militar do Jataí, a atuação do Barão de Antonina esteve presente, representando, segundo Romário Martins, interesses particulares, como também interesses políticos ⁴¹.

Segundo a descrição de João Henrique Elliot, as primeiras penetrações a partir de Tibagi, realizadas entre 1844 e 1847 e idealizadas pelo Barão de Antonina, foram o resultado de tentativas mal sucedidas anteriormente para se encontrar trânsito melhor que ligasse Porto Feliz a Cuiabá, sem ser pelo caminho de Santos ⁴².

Nesses quatro anos, várias "entradas" informaram as condições do terreno, bem como os rios navegáveis

... o Tibagi devia ser navegável logo abaixo da campina do Inhohô; que era necessário explorar tais campinas que tenhamos visto, a fim de ver se eram suficientes para estabelecer um depósito, acomodar algum gado, e, servir de pastagem para as tropas que tivessem de conduzir mantimentos ⁴³.

Essas informações consideravam ainda que todo o terreno de mato compreendido entre a campina de Inhohô, denominada por eles

de São Jerônimo, e a foz do rio Tibagi era o melhor possível para a feitura de uma estrada permanente, pois que nunca precisaria de aterradões e nem estivas! Com exceção da pequena cordilheira das Congonhas, tudo era uma contínua planície ⁴⁴.

Por esse novo roteiro, iniciado em Antonina, concluiu-se que até chegar em Miranda (Mato Grosso) ganhava-se mais de 200 léguas em comparação com o caminho Santos-Cuiabá ⁴⁵.

As questões de divisas territoriais entre Brasil e Paraguai foram em parte resolvidas pelo Convênio de 6 de abril de 1856. Nesse sentido, o Ministro Saraiva, da Marinha, propôs a construção de uma estrada estratégica para o Mato Grosso que, partindo de São Paulo ou do Paraná, utilizasse os rios navegáveis ⁴⁶. No Paraná, a estrada do Sertão, assim chamada porque se dirigia para áreas de penetração onde não existia exploração ou ocupação sistemática, ou seja, para além do Tibagi, no norte do Paraná, já estava praticamente estabelecida.

Com o intuito de transportar munições para a fronteira do Paraguai, a identificação dos melhores caminhos era essencial. Todas as observações do tenente de engenheiros Epiphânio Candido de Sousa Pitanga, em 1857, foram feitas nesse sentido. Sua viagem terrestre no Paraná iniciou-se também em Antonina. Tinha por objetivo reconhecer o estado da estrada até Jataí, "... a fim de verificar se presta ela ao serviço de rodagem, e no caso contrário se ela é susceptível de para tal fim, receber melhoramentos, quais as obras, o pessoal, tempo e dispêndio à realização da mesma" e depois disto ser "acomodada às necessidades do país" ⁴⁷. Essas instruções foram recebidas da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra ⁴⁸.

As atividades para garantir um efetivo trânsito de tropas para a Colônia Militar do Jataí eram intensas em 1856. Um número apreciável de trabalhadores fora solicitado pelo Barão de Antonina desde 1844. Nada indica a procedência nem o número exato des -

ses trabalhadores, senão o atendimento a uma solicitação feita pelo Barão ao Ministério da Guerra: "para o Barão de Antonina, em 29 de janeiro de 1855 foram enviados 22 africanos livres e 9 escravos da nação" ⁴⁹.

O engenheiro Sousa Pitanga fez interessante observação a respeito dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos na região, à época: "Reconhecendo que havia bastante atividade em fazer-se certos reparos na estrada, é de justiça confessar, que a não terem sido paralisados os trabalhos, muito melhorada deve estar a picada que acabo de descrever" (na altura do rio Três Barras) ⁵⁰. Na altura do ribeirão Pousinho "havia outro grupo de trabalhadores, tratando de alguns reparos na estrada" ⁵¹. Segundo essas observações, já estaria estabelecida a estrada estratégica que ligava o Paraná ao Mato Grosso. Restava estabelecer a parte paulista. Ao longo desta seriam edificadas como ponto de defesa, as colônias de Avandava e Itapura ⁵². Assim sendo, as duas estradas e as colônias em São Paulo e no Paraná representavam o sustentáculo para aquelas estabelecidas no Mato Grosso, ao mesmo tempo que, a defesa e guarda das fronteiras, contra os objetivos de paraguaios. Defesa, ocupação e colonização eram essenciais para o estabelecimento definitivo das fronteiras matogrossenses.

Ainda dentro do interesse de se atingir pontos estratégicos, Sousa Pitanga em 1857 analisa o estado de duas estradas que de São Paulo se dirigiam para Mato Grosso: "A primeira é a do Piquiri, que na Província de São Paulo tem quase duzentas léguas de extensão, que atravessa um varadouro, para conseguir o rio do mesmo nome, (Piquiri) rio que, como o S. Lourenço, viaja-se para chegar ao Paraguai" ⁵³. Não se desconhecia as vantagens da economia do transporte fluvial sobre o terrestre. Avisa o documento que a estrada do Piquiri era duas vezes e tanto mais longa que a do Jataí, além disso, não compensava a economia de custos da viagem fluvial por aquele rio - economia superior à conseguida

pelo Tibagi e Brilhante - se comparada ao percurso e tempo gasto nos trechos em terra. Se pela sua extensão devia ser rejeitada, muito mais ainda "quando se considera, que as munições de guerra devam também servir as fortificações do Apa" ponto estratégico da fronteira com o Paraguai ⁵⁴.

A outra alternativa era a estrada de "San'Anna do Parnaíba, ou antes uma picada, quase sem recursos, e que por muito tempo esteve e continua estar abandonada" ⁵⁵. Avisava Sousa Pitanga que esta estrada embora contando com os mesmos recursos daquela do Jataí, tornava-se desfavorável pela sua extensão quase em dobro. Era viável somente para se chegar a Miranda. Considerando, entretanto, como extremidade Coimbra ou Apa, a estrada do Jataí era superior àquela ⁵⁶.

Assegurava Sousa Pitanga que a ligação Paraná-Mato Grosso não era uma estrada de rodagem (carroçável) "por onde se possa subir um carro a trote de animal, nem por onde possa em sua totalidade, transitar um carro carregado, movido pela força muscular dos animais". Sendo assim, era necessária a ajuda do "braço do homem" nos lugares de difícil acesso para aliviar o carro de grande parte de sua carga. Aconselhava para o transporte de artigos bélicos o peso máximo de sete arrobas por animal e o uso de pequenos rodetes para suportar os canhões ⁵⁷.

Os maiores inconvenientes da viagem seriam enfrentados entre Antonina e a Colônia Militar do Jataí. A partir do ponto do Jataí, a viagem fluvial pelos rios Tibagi, Paranapanema, Paraná, Samambaia, Ivinhema e até o porto Barbosa no rio Brilhante, realizável em 27 dias, só teria dificuldades na navegabilidade devido às correntes nos dois últimos rios e desde que não empregados remadores hábeis ⁵⁸.

Acentua Sousa Pitanga que para se dirigir ao Apa seria de grande importância construir um varadouro entre os rios Vacaria e Dourados, este separado do rio Apa pela Serra Maracaju. Esse varadouro reduziria em muito a distância na ocasião represen-

tado pelo varadouro entre os rios Brilhante e Nioaque ⁵⁹.

Por esses relatos, pode-se imaginar o interesse que representava o reconhecimento de estradas que demandassem pontos estratégicos possivelmente ligados às atividades do Barão de Antonina, ou ainda, "a técnicos, estadistas e capitalistas" como acentua Romário Martins ⁶⁰.

Quando, em 1857, Sousa Pitanga registrava o estado dessas ligações com Mato Grosso, já se projetava a construção da estrada Avandava-Itapura. Entretanto, ao se iniciar a Guerra do Paraguai, o Estabelecimento Naval e Colônia de Itapura revelou-se inoperante,

uma vez que não fora concluída a estrada - Avandava-Itapura - que poderia ter abreviado 50 léguas de caminho, não serviu, como se poderia desejar, de ponto de conexão com as colônias de Mato-Grosso, não chegando a ser usada nem mesmo como zona de trânsito. As tropas que por aí deveriam passar seguiam por outras plagas, utilizaram a estrada das Abóboras, de Campinas e Uberaba e daí a Santa Ana do Paranaíba ⁶¹.

Da mesma forma, a Colônia Militar do Jataí, não serviu como zona de trânsito de tropas em direção ao Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai, visto que nenhum relatório de governo provincial a ela se refere com esse objetivo. Sua utilização era favorável somente para ligar Apa ou Coimbra. No entanto, representou a primeira tentativa oficial de povoamento do sertão do norte paranaense.

A partir de 1876, as penetrações em direção ao norte paranaense foram mais intensas e discutiam-se projetos de estradas em demanda às fronteiras. Dentre os projetos, um pretendia utilizar os rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema para alcançar Mato Grosso ⁶². Não se podem precisar detalhes com relação a esses

projetos. Interessa muito mais observar se em função do estabelecimento da Colônia Militar do Jataí houve ocupação da região, pois ao ser estabelecida uma colônia militar, propunha-se promover condições para o povoamento e aproveitamento agrícola da terra. Algumas opiniões, no início da década de 1860, são manifestadas com a questão da colonização.

O Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1861 afirma.

Em um país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos inteiramente baldio de população civilizada; em outros apenas habitado por selvagens; limitrofes, além disso, com estados em idênticas senão menos lisonjeiras condições, o estabelecimento de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, é também uma medida política de reconhecida necessidade ⁶³.

Nesse período, toda a opinião dos oficiais do Exército brasileiro reconhecia que, para o estabelecimento de colônias militares, o sistema de pequenas propriedades dedicadas à agricultura deveria ser o meio para promover a colonização naquelas regiões ⁶⁴. Da mesma forma, dever-se-ia incentivar a agropecuária em Mato Grosso a fim de colocá-la à disposição do mercado exportador, principalmente da Argentina, visto que desse país, desde 1851, importava-se diversos gêneros, e até mesmo açúcar, aguardente e café, em virtude das facilidades oferecidas pelo transporte fluvial, na ausência de meios terrestres de comunicação com aquela região. As condições para a comercialização eram evidentes pela facilidade de navegação na bacia do Prata. Ao mesmo tempo a importação de produtos industrializados representava para o Mato Grosso, economia de custos frente aos preços altos que atingiam as mercadorias vindas dos portos de Santos e Rio de Janeiro ⁶⁵.

Na realidade, essas opiniões procuravam assinalar a extensão dos objetivos do Regulamento de 1849⁶⁶.

A criação da Colônia Militar do Jataí, instalada em 1855⁶⁷, deveria ser regida pelo Regulamento que foi baixado em virtude do Decreto nº 662, de 22 de dezembro de 1849. Segundo esse Decreto, uma Colônia Militar seria instalada em ponto de fronteira ou interior, de fácil comunicação com terras férteis para produtos de comércio e para pastagens de gado, com áreas reservadas para praças, quartel de destacamento, armazém para arrecadação e guarda de gêneros, casa do comandante e capelão, e quadras de 20 braças de frente por 50 de fundo a colonos que desejassem construir casa e quintal⁶⁸.

Os elementos da Colônia teriam duas atividades simultâneas, o serviço militar e o aproveitamento agrícola da terra.

Além das folgas ordinárias do serviço militar que compete aos soldados colonos, terão estes em cada semana três dias inteiramente livres de todo o serviço para o emprego agrícola, comercial e industrial que melhor lhe convier⁶⁹.

Eram considerados colonos militares as "praças de pret" que formavam o destacamento⁷⁰. Para fixá-los à Colônia, o comandante

Se julgar conveniente poderá resolver que a cada família de três pessoas se destine uma sorte de terras de 200 braças de frente, e, sendo maior número de pessoas da família, 400 braças, e todas com 500 até 1.000 braças de fundo. Esta extensão poderá variar conforme a qualidade e posições do terreno⁷¹.

Um dos artigos do Regulamento indicava a possibilidade de uma eventual ocupação efetiva da terra, ou seja

O soldado que depois de escuso do serviço, continuar a residir na

Colônia e exercer qualquer gênero de indústria por espaço de três anos, contados da escusa, adquire o direito à propriedade da sorte de terras que lhe tiver sido distribuída ⁷².

Neste caso, receberia ainda por ano, as "etapes" ⁷³ fixadas 160 réis diários e pagas a dinheiro ⁷⁴. Essas "etapes" eram distribuídas segundo o número de pessoas de uma família: quando menos de três pessoas, uma "etape" de dois anos, e com mais de três pessoas, duas "etapes" ⁷⁵.

Na Colônia Militar do Jataí, a aplicação desse Regulamento de 1849, elaborado para as colônias militares do Pará, não se fez sentir efetivamente.

Quando o primeiro diretor, em dezembro de 1854, chegou em Jataí, "apenas encontrou meia dúzia de indivíduos que formavam o núcleo e que haviam sido contratados na Faxina, província de São Paulo" ⁷⁶. Nessa época, assinala-se que o diretor não permaneceu na Colônia por falta de instruções para regê-la. Em 1857 a situação era a mesma em termos administrativos, pois "o diretor continuava a fazer patente a falta de instruções pelas quais se pudesse reger" ⁷⁷.

Nesse ano, "tratou o governo da província de dar à colônia um regulamento especial adaptado às suas condições, e nesse intuito foram organizados os projetos, colhidos dados e informações..." ⁷⁸.

Em 1877, dizia-se

porém nunca veio à luz o resultado de tais trabalhos, continuando em vigor a ordem que mandava observar o regulamento das colônias militares do Pará, cujas disposições, de modo algum, podiam sortir efeito desejado no Jataí, que, como fica dito, de militar só tinha o nome e seu comandante ⁷⁹.

É comun encontrar entre os diretores da Colônia, referência ao Regulamento de 1849. A sua inadaptação ou não execução em Jataí é colocada ao lado dos outros problemas que ali existiram, e que justificam a não efetivação da plena ocupação da região.

O comandante da Colônia, em 1858, asseverava

Se a colônia estivesse fundada segundo a letra e espírito do decreto de sua instituição, a sua moralidade estaria em harmonia com os princípios; mas sendo diversas as condições em que fora, é obvio que os seus resultados não podem ter o caráter e pontualidade que teriam se estivesse montada na forma decretada, pois sendo o seu pessoal como é composto de paisanos, não lhe pode ser aplicável o regime militar em todas as suas regras e disciplina.

Apesar, porém deste estado equívoco, incompleto e indefinido (...) o certo é que a colônia vai em via de progresso, senão em população, porque pouco ou nenhum aumento tem ela tido, ao menos pelo que diz respeito à lavoura, sua única base de subsistência... 80.

Afirma-se ainda o pouco interesse do governo em atender a Colônia que revelava também outro grande problema, o dos seus trabalhadores que, já pequeno por seu número, eram vagarosos no trabalho. Essa mesma observação é feita em 1856 pelo diretor: "uns por velhos e outros por defeitos físicos e outros, enfim, por indolentes" 81.

Em 1859, segundo o diretor da Colônia, o seu desenvolvimento não era maior

porque não foi constituída de conformidade com o regulamento de 22 de dezembro de 1849, pelo qual mandou o de sua criação, que fosse regida: de militar só tem nome, e começou com mau pessoal, composto unicamente de paisanos em geral, sem ânimo de nela fixarem sua residência, e contra os quais não se pode fazer efe-

tivo o vigor e a disciplina militar, como aconteceria, se militarmente tivesse sido constituída⁸².

Nessa época, considerava-se tal situação particular a Jataí, principalmente por representar ponto de passagem para o comércio com o Mato Grosso. Para isso, elaborou-se novo regulamento, já "em poder do diretor, para informar se deixa de contar com alguma providência, que a experiência lhe tenha aconselhado como necessária"⁸³. Entretanto, continuaria a Colônia com o Regulamento de 1849. Em 1861, a militarização da Colônia ainda estava em pauta. Chama a atenção, a tentativa de oferecer a colonos a possibilidade de se tornarem proprietários - um dos itens do Regulamento,

enquanto não se constituir ali uma força militar respeitável, de modo a que esta colônia tome semelhante caráter, nenhum incremento natural se realizará.

Lembrei-me de convidar as praças de primeira linha, que terminavam o seu tempo, que se estabelesem em Jataí, concedendo-lhe eu todos os favores⁸⁴ de colonos, mas nada consegui.

A fixação de colonos ou colonos militares era observada no Regulamento. No caso dos colonos militares, não houve praticamente a sua permanência em Jataí, pelo simples fato de que poucos para lá se dirigiram. É justamente a isso que se referem os diretores quando dizem não estar a Colônia militarizada. Encontra-se referência ao envio de destacamento militar quando a população, em Jataí, sentiu-se amedrontada pelo crescente número de índios coroados que, em 1859, se dirigiram para lá⁸⁵. Em 1876 havia um destacamento "com 6 praças do esquadrão de cavalaria de linha da província"⁸⁶. Em 1877, o destacamento "compunha-se de um anspçada e cinco soldados; hoje, porém, foi elevado a sete praças por ter-se apresentado mais um soldado. Estes todos são do esquadrão de cavalaria de linha desta província"⁸⁷. A administração impe-

rial, a cargo do Ministério da Guerra, merece estudo maior, mas não será tratada, neste trabalho.

Por outro lado, não sendo ela ocupada por militares, houve distribuição de lotes para colonos assalariados. Em 1867, uma légua de terras foi dividida em seções e distribuídas aos colonos que a elas tinham direitos⁸⁸. Também, em 1870, considerava-se necessário "medir e demarcar terrenos para serem distribuídos a indivíduos que ali serviram como assalariados e que deixaram de ser contemplados na distribuição de datas, e a muitos outros de fora que desejam estabelecer-se"⁸⁹.

No caso da Colônia Militar do Jataí não houve atração, tudo indica, no sentido constante e dinâmico da ocupação efetiva da terra, pelo menos numa primeira etapa. Tratava-se também de região distante dos centros e áreas envolvidas com a agricultura comercial, com o criatório, ou com outras atividades econômicas lucrativas⁹⁰. No entanto, pelas afirmações de Sousa Pitanga, Jataí em 1857, já havia iniciado a ocupação agrícola das terras de modo satisfatório

A colônia militar do Jataí, situada em uma localidade muito saudável, goza o privilégio de serem as suas terras de uma demasiada fertilidade. Produz quase todas as frutas dos lugares quentes, e algumas dos climas frios; todos os cereais do Brasil, e grande número de leguminosas e de herbáceas. A cana-de-açúcar e o café produzem maravilhosamente. Além do arroz, milho, feijão e mandioca, possui bonitas plantações de batatas, amendoim e de uma variedade de abóbora, chamada Morango - com que se alimentam em grande parte, os indígenas do Paraná.

Fronteira à colônia do Jataí está o aldeamento de São Pedro de Alcântara, em idênticas, se não superiores condições de fertilidade e salubridade, que a colônia militar em discussão⁹¹.

Da longa viagem que realizou, Souza Pitanga, assinala as

condições de cada vila e fazenda. Ao referir-se a Castro, por exemplo, acentua que lamentavelmente sua população "não produza e não crie para o seu consumo, muitos objetos reclamados pelas necessidades da vida" ⁹². Ao contrário, refere-se à Colônia Militar do Jataí observando que havia condições para o estabelecimento de comércio de exportação agrícola, além do já existente suprimento às tropas. Fala da necessidade de promover a colonização apontando

É sobremodo lamentável que a defeituosa organização da dita colônia militar não lhe tenha permitido apresentar os belos resultados, que dela se devia esperar: resultados de grande importância tanto para a colonização, catequese e aldeamento dos indígenas da província do Paraná, como para a nossa fronteira do Baixo-Paraguai, a quem deve ela prestar grandes serviços, uma vez que a sua produção, com o aldeamento de S. Pedro de Alcântara, e a da colônia indígena do Pirapó, chegue para o abastecimento das tropas, que, por ali tiverem de seguir para a província de Mato Grosso, bem como para a exportação para alguns pontos da mesma província, tão faltos de recursos de gêneros alimentícios; onde a vida, além de muito difícil, é muito dispendiosa ⁹³.

Na realidade as colônias militares estiveram submetidas a uma triplíce administração: a Imperial, exercida por meio dos Ministérios do Império e Guerra ⁹⁴; a Provincial, que prestaria toda sorte de apoio e fiscalização ⁹⁵; a local, a cargo do chefe do Destacamento Militar. Destes administradores locais, tinha-se na época, a idéia de que eram corruptos e incompetentes, recaindo sobre eles a maior responsabilidade pelo fracasso da colonização militar ⁹⁶.

Para Sousa Pitanga, a questão se resumia na aplicação da Lei de Terras, na qual depositava grande esperança. Nesse sentido, sugeria em carta oficial dirigida ao Conselheiro Diretor Geral das Terras Públicas do Império "que a execução da lei de terras é

sem a menor dúvida, uma poderosa alavanca para a prosperidade do dito lugar" ⁹⁷. Acentuava ainda que "militarizar a Colônia do Jataí, é, quanto a mim, o meio mais fácil, pronto, seguro e econômico de conseguir-se todas as vantagens que se deve esperar d' aquela importante posição" ⁹⁸.

Deve-se notar, contudo, que essa posição era discordante da de Antonio Mariano de Azevedo, administrador do Itapura

O Regulamento que lhe foi dado, é, defeituoso não se deve esperar concorrência de colonos nacionais em condições que possam ser úteis.

A principal razão que os afugenta, é a aplicação da lei de terras àquela localidade ⁹⁹.

Antonio Mariano de Azevedo, ao contrário de Sousa Pitanga, apontava que os "meios capazes de aliviar os males que atuam sobre a colônia "era exatamente a modificação da legislação, pelo menos no que tocava ao Itapura "com o fim de chamar colonos nacionais d' entre os habitantes da província e das duas vizinhas - remessa de famílias alemãs, belga ou suíças, por meio de contratador, com a sociedade central de colonização ou outra" ¹⁰⁰.

A Lei de Terras de 1850, ao ser estabelecida, visava a regulamentar as terras envolvidas com a agricultura comercial. Nas áreas onde inexistia essa atividade, os interesses de colonização visavam muito mais a assegurar a conquista de territórios à espera de exploração. Sobre essa questão, aponta Maria Aparecida Silva

Os brasileiros habituados às propriedades extensas, sesmarias até 1822 e terras 'apossadas' a partir de então, com áreas por vezes mais de 3 léguas, jamais se empolgariam com os pequenos lotes que lhes eram oferecidos em troca de serviços e da incômoda submissão disciplinar ¹⁰¹. (...) Os poucos indivíduos que para lá se

encaminharam eram solteiros, o que não contribuía para um grande aumento vegetativo da população. Os poucos que ousaram ir, freqüentemente desertavam alegando impossibilidade de permanência em razão das doenças ¹⁰².

Em Jataí, também houve esse problema.

Em 1868, assinalavam-se os males da colônia Militar do Jataí: a não exploração agrícola, os poucos braços dedicados a ela, inexistência de estradas regulares, e uma administração local mal conduzida

Colocada à margem direita do rio Tibagi e em terrenos uberrimos, que se prestam vantajosamente a todo gênero de cultura; possuindo vastos sertões onde se encontram madeiras próprias para a construção naval e civil, esta colônia deveria figurar no número das que ocupam a classe superior.

Infelizmente, porém, assim não tem acontecido.

Contando já 13 anos de existência, nos quais tem sido sempre mantida debaixo da tutela do Estado, nenhum desenvolvimento apresenta.

A falta de vias de comunicação regulares que dêem vida ao comércio, às artes e à agricultura, planta o desânimo no seio dos habitantes, e o estabelecimento, longe de prosperar, definha lentamente.

A cultura do terreno, que largamente compensa o trabalho do homem e concorre para a riqueza pública, é ali posta à margem. Sem um ramo de exportação a população cuida unicamente de alcançar o estritamente indispensável às necessidades quotidianas da vida.

A diretoria, tantas vezes sucedida, não toma a iniciativa de melhoramento materiais constantemente reclamados e que, sem a intervenção do governo, poderiam ser fielmente realizados ¹⁰³.

Tudo indica que, além desses, os maiores problemas na ocupação do Jataí, constituía na distância de outros centros, no

precário acesso e na distribuição de terras. No relatório de 1870, essas questões são assinaladas.

Esta colônia é assentada em fértil terreno próprio para vários gêneros de cultura.

Não tem prosperado, tanto quanto se esperava, por diversas causas, nascidas já da grande distância e da falta de vias de comunicação, que a liguem a cidade de Castro, em cujas vizinhanças se acha e com a qual entretém relações comerciais, e já de não se ter aplicado a necessária atenção ao seu desenvolvimento.

Para dar-lhe importância e torná-la procurada, como as demais vão sendo, é mister que se lhe façam certas modificações no regime e se distribuam terras gratuitamente ou a longos prazos e por baixo preço, a pessoas, que não as possuindo, aspirem por essas concessões para se livrarem dos grandes proprietários que, ou lhes negam o estabelecimento em suas fazendas, ou lhe permitem, querendo tê-las, porém, em tal ou qual dependência, que lhes não convém.

Esta idéia, por cuja adoção insiste o delegado das terras em referência às colônias existentes e às novas que se fundarem, conquanto não a considere só por si, exclusivamente, capaz de abrir uma nova era de progresso — até certo ponto deve ser aproveitada.

A chave de muitos dos grandes problemas, que há a resolver, é a população: e esta se angaria e se obtém principalmente pelas estradas. (...)

Quando se abrir a estrada de Mato Grosso, cujas primeiras seções, são da capital a Guarapuava, cortando a linha de direção a Castro, quando se melhorarem as outras estradas, esta colônia dentro de poucos anos se converterá em uma vasta povoação, em cujo perímetro se acharão estabelecidas fazendas de variada cultura. 104.

Nestas observações de 1868 e 1870, as questões que envolvem a ocupação do Jataí estão bem colocadas, faltando porém, a principal delas: o sentido da propriedade da terra. Ali, ainda não

era aquele de uma frente pioneira, o que justifica a sua não efetiva ocupação. Pode-se afirmar que Jataí teve a pretensão de ser colônia interiorana, e como tal, não houve interesse do Ministério da Guerra em guarnecê-la militarmente como ocorreu com outras colônias situadas em fronteiras internacionais. Mesmo essa política, em outros locais, não promoveu a ocupação efetiva da terra.

A questão da militarização da Colônia do Jataí, levantada por todos os seus diretores, tudo indica, ser extensão da idéia que tinham os militares do Império, sobre colonização. Alguns dados sobre o Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, no Estado de São Paulo, observados no trabalho de Maria Aparecida Silva podem dar indicações dessa mentalidade.

O que se pretendeu no Itapura, como nas demais colônias militares brasileiras era atrair a colonização nacional espontânea. Para povoar áreas sertânicas e defender nossas fronteiras, julgavam os estadistas do segundo Reinado que a única solução de colonos soldados, homens acostumados às agruras e à disciplina da vida militar, aos quais se oferecia, além de outras vantagens a de se transformarem em pequenos proprietários da terra. No parecer dos estadistas os praças de 'pret', recrutados entre trabalhadores de baixa condição econômica sentir-se-iam atraídos para tal empreendimento ¹⁰⁵. (...)

Mas os próprios militares acabaram verificando que os praças, ao obterem a baixa, não se prendiam à colônia ¹⁰⁶.

Essa idéia de colonização, fracassou na sua orientação, e, como já se afirmou, não promoveu a ocupação das terras em Jataí.

Numa das últimas informações sobre a Colônia Militar do Jataí, descreve-se: "Há na colônia 47 casas, 15 engenhocas, para moer cana, um engenho de ferro, uma olaria, 4 casas de negócio, 52 secções de terras e 4 poteiros (...) Há 399 pessoas" ¹⁰⁷.

Seria possível falar aqui, efetivamente, de colonização? Faltaria para isso oferecer melhores condições às colônias.

Ora, o caso não seria de oferecer terras ou melhores condições e mais ajuda, porque:

1. Havia outras terras melhor localizadas do que estas e em grande quantidade;

2. Os promotores da colonização ofereceram aos possíveis candidatos às colônias várias opções: seria possível o estabelecimento de colonos em lugares mais atrativos que o internar-se nos sertões;

3. Não havia pressão populacional que demandasse terras dos sertões. O sentido da propriedade capitalista da terra, ainda não era marcante a ponto de se efetivar a conquista e tratos de terras nos sertões. Para que a propriedade fosse atrativa faltavam ainda braços para a lavoura. Ora, braços para as lavouras era um problema nacional e toda mão de obra disponível era absorvida pelas terras ocupadas com a lavoura comercial: café, cana de açúcar e cacau, principalmente.

Esse tipo de colonização induzida, fora dos quadros da agricultura comercial, não poderia dar os resultados esperados, porque não havia ainda soado a hora do sertão. O sertão ainda não seria capaz de entrar dentro do quadro produtivo brasileiro: faltavam mercados suficientes para a absorção dos excedentes. Para produzir apenas para a subsistência havia outros lugares, melhores localizados que uma colônia militar.

A colonização oficial, por meio das colônias militares, estava assim, fadada por si mesma ao fracasso. O Jataí constituía-se numa "frente" porém teria de aguardar outra conjuntura para que efetivamente fosse colonizada. A melhor prova disso é que foi extinta em 1911.

No final da década de 1910, nova política de colonização, sob a forma de contratos de concessão, teria resultados mais animadores. Por essa época, verificou-se o avanço mais intenso dos cafeicultores paulistas em terras norte-paranaenses. Distingue-se assim a atuação de particulares e atuação de grandes con -

cessionários de terras devolutas para fins de colonização e localização de colonos nacionais e estrangeiros.

Na década de 1920, a iniciativa dos cafeicultores radicados no norte do Paraná na construção de um ramal da Sorocabana em direção às terras além do rio Cinzas, e o êxito dessa iniciativa, com a pressão junto aos governantes paranaenses, atraíram novos colonizadores interessados em explorar a terra para o cultivo do café.

No início da década de 1930, novos empreendimentos colonizadores movidos em parte pela crise de 1929 e pela política do café, do crescimento da demanda interna para produtos lucrativos em substituição ao café, e em atendimento à indústria nacional que despontava, bem como produtos de primeira necessidade para um País em vias de urbanização, conduzirão a nova conjuntura, diferenciando essencialmente o processo histórico, que será caracterizado por uma economia de mercado.

1.4. Colonização e "frente pioneira" no Norte do Paraná, a partir das "frentes de expansão"

Se, no século XIX, assiste-se, de modo geral, a três tipos de interesses e consequentemente a três tipos de colonização - braços para a lavoura, núcleos coloniais e colônias militares no século XX, a colonização será resultado do fenômeno que geógrafos, historiadores e sociólogos, denominam de "frente pioneira".

O fenômeno das "frentes pioneiras" irá modificar o tipo de colonização efetivada: de um lado, persistirá a colonização entendida como introdutora de braços para a grande lavoura, de outro, será iniciada a colonização sistemática, operada por grandes companhias de colonização, e por proprietários particulares.

No caso do Norte do Paraná, para o século XIX, talvez fosse mais adequado falar em "frentes de expansão" enquanto que para o

século XX o correto seria "frente pioneira", as quais acabarão por determinar, face às circunstâncias particulares, a colonização sistemática.

As "frentes de expansão", para Otavio Guilherme Velho, são "constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internaram em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas" ¹⁰⁹.

Precisando um pouco mais o conceito, José de Souza Martins diz que, na "frente de expansão", "as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza" ¹¹⁰. Desse modo o empreendimento capitalista "se situa 'fora' dos componentes da estrutura social" ¹¹¹. Nesse caso, o tipo de produção envolvido é o da produção de excedentes.

Já o que caracteriza a "frente pioneira" é a instauração de empreendimentos econômicos

empresas imobiliárias, ferroviárias, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadoria, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção de excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência "rebarbativa" da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta ¹¹².

A "frente pioneira", segundo Leo Waibel, caracteriza-se não só pelo aumento espacial do povoamento, mas principalmente pela intensificação desse mesmo povoamento, criando ao mesmo tempo "novos e mais elevados padrões de vida" ¹¹³.

No Brasil, a ocupação da terra processou-se linearmente ou por núcleos, sem formar uma faixa contínua, permanecendo poucos núcleos de povoamento, economicamente estagnados e separados por grandes distâncias ¹¹⁴. O extrativista, ou caçador, ou criador de gado, não são considerados pioneiros. Para tanto seria preciso

transformar a floresta em paisagem cultural. Porém, essa transformação só define uma zona pioneira quando o movimento é intenso, "quando subitamente por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana" 115.

Para Leo Waibel, existe um estágio pré-pioneiro. Além da floresta este autor assinala a presença de

imensos latifúndios, que particulares ou companhias de terras adquiriram por preços irrisórios do governo, em pleno sertão bruto, vários decênios antes da chegada da estrada de ferro, para depois vendê-los em parcelas maiores ou menores com grande lucro. Por outro lado, caboclos que ocupavam terras sem requerer títulos de propriedade e 'grileiros' que por meio de títulos duvidosos ou mesmo falsos se apoderavam de grandes áreas, procurando negociar ilegalmente com as mesmas, em muitos casos retardaram e prejudicaram o avanço da ocupação normal das terras 116.

Face a essas colocações de ordem teórica, a proposição deste trabalho é a de afirmar que, desde meados do século XIX, na área que convencionalmente se denominada Norte Pioneiro, estabeleceram-se várias "frentes de expansão" agrícola, que, no início do século XX, irão assumir a característica de "frente pioneira". Passa-se de uma economia de excedentes para uma economia de mercado, de uma colonização acéfala para uma colonização sistemática, do trabalho realizado pelo próprio produtor para uma agricultura capitalista. Não existiram ali as velhas plantações trabalhadas por escravos. As condições de trabalho escravo haviam já sido modificadas com a abolição da escravatura. A colonização sistemática, moderna, realizada por empresas estarão baseadas

não mais sobre o latifúndio, mas sim em pequenas e médias propriedades, parceladas, trabalhadas por produtores diretos e seus familiares, ou com a ajuda do trabalho assalariado.

Do ponto de vista em que se coloca a questão, no Norte do Paraná existiram, no mínimo duas "frentes de expansão" no século XIX:

1. A área abrangida pela Colônia Militar do Jataí e seus arredores incluindo São Jerônimo da Serra.
2. A área abrangida pelo Norte Pioneiro, a partir dos núcleos de Tomazina, Colônia Mineira, São José da Boa Vista, Jacarezinho.

Quanto às "frentes pioneiras" o panorama se modifica: partindo do conjunto das antigas "frentes de expansão" uma única "frente pioneira" se estabelece a partir do século XX. Ampliando-se essa "frente", ela irá envolver desde o Norte Pioneiro, a partir de Ourinhos, até o Novo Norte e o Norte Novíssimo, num período ininterrupto que vai desde 1900 até a década de 1950. Dito de outra maneira, a "frente pioneira" norte paranaense não sofre interrupções, caminhando sempre em direção norte-noroeste, num período aproximado de 50 anos, o que quase sempre transmite a idéia de ter havido várias frentes pioneiras concomitantes ou sucessivas.

O que leva aqui, a optar por uma única frente, é que o fenômeno ocorrido nesse meio século é produto de um mesmo e único fator: o ingresso do Norte do Paraná numa economia agrícola de mercado, ou na concepção de José de Souza Martins - ter passado de uma economia da produção de excedentes para uma economia de empreendimentos econômicos mais complexos que caracterizam a economia capitalista ¹¹⁷.

Note-se, em primeiro lugar, a área abrangida pela Colônia Militar do Jataí e seus arredores, incluindo nesta, São Jerônimo da Serra.

As observações de Sousa Pitanga permitem assinalar a exis -

tência de fazendas situadas entre Castro e Tibagi, fazendas essas envolvidas com o criatório e ligadas à estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais.

Quanto ao Jataí, Sousa Pitanga aponta que esta estava essencialmente ligada à agricultura, constituindo, segundo ele, uma nova etapa de povoamento com diferenças marcantes estabelecidas pela extensão das propriedades agrícolas e condição social dos seus ocupantes. Sua observação foi bastante profunda ao assinalar que o sertão do Jataí estava dividido em dois lanços: um entre as fazendas Agudos e a de São Jerônimo, onde existiam auxílios regulares, fornecimento de víveres e animal de carga e outro entre a última fazenda e a Colônia Militar do Jataí. Nada permite, contudo, observar um povoamento regular e em crescimento.

Quanto à fazenda São Jerônimo, observa Sousa Pitanga.

A fazenda São Jerônimo, com alguns campos e boas matas, é mais própria para uma grande fazenda de lavoura, do que para uma pequena fazenda de criação, como hoje existe, constante de trezentos bois e cem porcos, pouco mais ou menos. Considerada posse mansa e pacífica, à vista de sua grande extensão e de sua pequena cultura, é posse ilegal, devendo ser cortada para plena satisfação da Lei de Terras: é porém um ponto da mais subita importância para o futuro desenvolvimento da estrada que estou descrevendo¹¹⁸.

Os limites dessa fazenda correspondia à área pouco maior que a do município de São Jerônimo da Serra, em 1960, visto que, "chega-se ao rio S. Jerônimo, sete mil trezentos e trinta e cinco braças distante do terreiro da fazenda do mesmo nome, a quem serve o rio acima referido de limite, começando a posse no ribeirão da Esperança - !!" (vide em anexo, mapa I)¹¹⁹.

A área de São Jerônimo não foi densamente povoada até a década de 1950 devido à extensão dessa fazenda. A cessão de direitos, a título de doação, feita pelo Barão de Antonina, em 1858, à Nação, só foram transferidos ao governo paranaense em 1949. As reservas de terras para indígenas e as legitimações das posses ali existentes, cedidas pelo governo paranaense¹²⁰, concretizaram-se somente na década de 1960¹²¹. Isto em parte, porque até hoje existem propriedades da ex-fazenda em processo de litígio.

Até este ponto não resta dúvida que se trata de uma "frente de expansão" envolvendo todo o conjunto do Jataí e São Jerônimo.

A ligação estabelecida até a década de 1920, em demanda a Jataí a partir de Castro, permaneceu a mesma do século XIX, embora tivesse recebido melhoramentos ou mesmo modificado o seu roteiro principal em alguns trechos. A Mensagem Governamental de 1915, assinala a construção de 63Kms de estrada entre Tibagi-Caetê, como também a existência de diligências subvencionadas pelo Estado, dentre as quais uma se dirigia de Castro a Tibagi¹²². Avançava a frente de expansão a partir de Castro em direção aos campos do Tibagi que, por volta de 1920, atingiu São Jerônimo.

O estabelecimento de estradas carroçáveis e caminhos que, a partir de Castro e Tibagi, demandavam ao norte e noroeste, indica certo interesse por essas terras e, conseqüentemente, sua ocupação. Entretanto, o avanço da "frente" parece ter sido mais intenso em direção ao noroeste.

Como se observa no mapa 2, em anexo, de 1920, as principais estradas carroçáveis partiam de Castro atingindo Tibagi e São Jerônimo. De Tibagi vários caminhos buscavam o noroeste, e um deles, o de Caetê, a direção norte. De São Jerônimo dois caminhos atingiam distintamente Jataí e Laranjinha.

Em 1920, São Jerônimo é desmembrado de Tibagi constituindo-se município. Isso ocorreu possivelmente pelas características do povoamento que o norte vinha apresentando: os povoados de Carvalhópolis, P. Oliveira e Laranjinha, no município de Jacarezinho, representavam em 1920 as últimas áreas ocupadas pela frente de expansão a partir de Jacarezinho. Desde 1900 foram desmembradas da freguesia de São Jerônimo. Por essa razão, na década de 1920, as maiores concessões de terras realizadas no município de São Jerônimo diziam respeito às áreas não pertencentes à atual Micro-região Algodoeira de Assaí. Laranjinha representava ponta de lança para atingir Santo Antonio da Platina, Jacarezinho e Cambará. Estes se ligavam com Ourinhos e Salto Grande, em São Paulo.

Tudo indica que, em 1920, Laranjinha e São Jerônimo representavam respectivamente as últimas conquistas das duas "frentes" a partir de Ourinhos e Tibagi. Para Brasil Pinheiro Machado,

O último movimento de expansão das populações dos Campos Gerais foi feito na direção de Tibagi. A nordeste dessa cidade passa-se da região dos campos, e logo mais sobe-se a escarpa do segundo para o terceiro planalto das matas tropicais ¹²³.

Para Orlando Valverde, o Tibagi foi, a partir de 1920, a etapa principal de uma pequena região "pioneira".

Em 1926, a frente pioneira (sic) estava em Ortigueira, Lageado Bonito, Caeté e São Jerônimo. Faxinal, antigamente chamado de Faxinal de São Sebastião, era posto avançado dessa frente, fundada em 1920. Em Monte Alegre já existia, no ano de 1926, um latifúndio. Tibagi tinha, então, as maiores vendas dos Campos Gerais paranaenses, depois de Ponta Grossa. Ela exercia função de centro de mineração e de lugar de baldeação nos transportes. De Ponta Grossa a Tibagi, podia-se viajar de automóvel; de lá para Ortigueira, ia-se de carroça, e,

daí em diante, para o sertão, partiam de Tibagi tropas que chegavam até o Faxinal... Só em 1929 começaram a transitar caminhões até Ortigueira, então denominada Queimadas. A frente pioneira era formada pelo "safristas" (criadores de porcos), que nos legaram a atual ghost Lands-cape. Por essa altura, a frente pioneira paralizou-se. Houve duas razões principais que concorreram para uma drenagem humana que a deteve: o avanço de uma nova frente pioneira muito mais importante no Norte do Paraná, a partir de Londrina, em 1932, e a constituição da indústria de papel e celulose Klabin S.A. de Monte Alegre, em 1935. Tibagi permaneceu, assim, uma cidade estagnada 124.

Outro fator retardou a ocupação de São Jerônimo: a imensa área da fazenda São Jerônimo, de propriedade do governo federal.

Em 1920, é criado o município de São Jerônimo, desmembrado do Tibagi. Sua extensão, nessa época, compreendia o Norte do Paraná entre os rios Congonhas, Laranjinha, Taquara, Pirapó e Paranapanema. (vide em anexo, mapa 3)

Os desmembramentos ocorridos a partir desse município têm certa particularidade. Além de ser denominado ora de São Jerônimo, ora Jataí, ora Araiporanga, sua extensão até a década de 1930 é alterada por leis que anulam desmembramentos ocorridos a partir de São Jerônimo. Ao mesmo tempo, a criação de outros municípios dele desmembrados permite identificar as etapas do povoamento. (vide em anexo, mapas 4 a 12)

Ainda, em 1872, quando desmembrada de Tibagi, a área teve o nome de Jataí e constituía parte considerável do Norte, ou seja, área compreendida entre os rios Laranjinha, São Francisco, das Antas, Ivaí, Paraná e Paranapanema. Em 1882, é criada outra freguesia, desmembrada daquela, com o nome de São Jerônimo, constituindo pequena área entre os rios Jataizinho, Alecrim, das Antas e Tibagi. (vide em anexo, mapas 4 e 5). A freguesia de Jataí permanecia com o restante da área de 1872.

No final do século XIX, a ocupação de novas áreas a partir de Tibagi, em direção ao Norte do Paraná parece ter tido movimento lento.

Tudo indica que era mais intenso em direção leste-oeste procurando atingir o vale do Ivaí. É o que indica, pelo menos, os mapas de 1920 e 1922, em anexo.

Na década de 1920, várias concessões do governo do Estado, para a localização de colonos nacionais ou estrangeiros, ocorreram no município de São Jerônimo. Porém, essas concessões situavam-se em áreas que não compreendiam a atual Micro-região Algodoeira de Assaí ou mesmo as áreas que a compunham até 1938. É o caso da concessão feita a Corain e Cia. que iniciou a colonização em 1920 em terras que, em 1932, já constituíam o município de Sertãoópolis, desmembrado daquele de São Jerônimo. Estão no mesmo caso as áreas além do rio Tibagi que, no mesmo ano, constituíram o município de Londrina (Vide em anexo, gráfico 1).

As áreas que constituem a atual Micro-região Algodoeira de Assaí são ocupadas no século XX pela iniciativa particular: são grandes propriedades nos moldes do Norte Pioneiro, muitas vezes originadas por posses, outras por compras e que foram posteriormente fracionadas pela ação empresarial de companhias japonesas, e mesmo de particulares. A área fracionada pela Nambei Tochi Kabushiki Kaisha S/A foi adquirida aos Barbosa Ferraz. A área da colonizadora BRATAC também fazia parte de antigo latifúndio adquirido da Cia. Empreendimentos Terra Roxa, S.A. Já a fazenda São Jerônimo foi fracionada pelo Estado do Paraná. Isto irá ocorrer exatamente quando a "frente pioneira", que se estende em direção norte-noroeste a partir de Ourinhos, atinge a região por volta de 1940.

Uma outra "frente de expansão" que integrará a "frente pioneira" norte paranaense, no início do século XX, é a área abrangida pelo Norte Pioneiro, a partir de Tomazina, Colônia Mineira, São José da Boa Vista, São José do Cristianismo e Jaca -

rezinho.

As primeiras penetrações - "frentes de expansão" - que atingem o Norte Pioneiro resultam dos povoadores que, a partir de meados do século XIX, procederam de Minas Gerais ¹²⁵. Uma dessas primeiras tentativas de ocupação da região que, em 1866, atinge o Norte do Paraná, via Salto Grande, foi atacada pelos índios ainda "senhores absolutos do vasto sertão" ¹²⁶.

Os primeiros mineiros que para lá se dirigiram estabeleceram-se às margens do Jaguariaíva e à direita do Rio São José. Em pouco tempo formaram ali o núcleo de São José da Boa Vista (1853). O primeiro Recenseamento Geral do Império, realizado em 1872, aponta ali uma população de 3.572 habitantes ¹²⁷.

Quase que simultaneamente a São José da Boa Vista surgem Colônia Mineira (1863) e Tomazina (1865). A penetração na Colônia Mineira data de 1843 e somente duas décadas depois é que ali se formaria um pequeno povoado. ¹²⁸. Tomazina remonta a 1865 quando da instalação no local da família do Major Tomás Pereira da Silva.

Duas décadas mais tarde, mais precisamente em 1888, transferia-se para o Paraná outra família, dos Alcântaras, procedentes de Aiuruoca, Minas Gerais. Instalaram-se onde hoje se situa Jacarezinho, núcleo irradiador da "frente pioneira" do século XX.

O que permite colocar primeiramente o Norte Pioneiro como "frente de expansão", para só no século XX, colocá-lo como "frente pioneira" ?

Antes de tudo, a posição teórica adotada, com base em José de Souza Martins e Leo Waibel:

No século XIX nada indica a instauração de empreendimentos econômicos, tais como são indicados por José de Souza Martins, nem a expansão agrícola se acelerara, nem a floresta havia sido transformada em paisagem cultural, nem havia forte corrente humana para ali se dirigindo, como propõe Leo Waibel. Ao contrário,

caracterizava-se como estágio pré-pioneiro como quer Leo Waibel ou como "frente de expansão" como é caracterizada por Otávio Guilherme Velho e por José de Souza Martins.

Vários documentos corroboram essa colocação:

1. Não havia agricultura de mercado, nem meios de transportes adequados.

É preciso esclarecer que o desbravamento dessa zona São José da Boa Vista, Colônia Mineira, Tomazina, etc., se bem que seja muito anterior ao iniciado por Nova Alcântara (Jacarezinho), não trouxe o interesse pelo café. Talvez as dificuldades de escoamento, talvez as questões ecológicas adstrictas à mentalidade da época, ligada ao arrefecimento das tentativas da implantação do café na zona servida pelo ramal do Itararé, o que é mais plausível, concorreram para que somente mais tarde o café interessasse aos lavradores ¹²⁹.

Ali as atividades eram aplicadas quase que exclusivamente à criação de porcos ¹³⁰.

2. As tentativas de cultivo de café redundavam em prejuízo, em virtude da falta de transportes adequados.

Uma das primeiras partidas que haviam demandado o porto de Santos a do Cor. F. de P. Figueiredo, num montante de 200 sacas, por volta de 1897-98, depois de conduzida em lombo de burro a Cerqueira Cesar, ponta dos trilhos da Sorocabana, dera como resultado, na conta de venda, um prejuízo de 154\$000, incluídas todas as despesas, fora as de produção ¹³¹.

3. Não havia estradas regulares, os caminhos e picadas eram precários, não havia pontes, a estrada de ferro ainda estava muito distante.

Em 1899 existiam as estradas do Ribeirão do Ouro a Santa Cruz, aberta pelo Sr. Joaquim Baptista; do Brejão, demandando o Salto Grande do Paranapanema, onde o Sr. José Theodoro de Camargo instalou uma balsa, das fazendas do Ouro e de Anhumas ao povoado de São Joaquim" (Ribeirão Claro) e daí à Ilha Grande, Piraju e Fartura, em São Paulo passando pelo "porto de Ildefonso"...

Havia ainda, nessa data (1899) o caminho que de Santo Antonio da Platina demandava à Barra Grande margeando o Rio das Cinzas e o picadão de Santo Antônio a Tomazina com 78 kilometros e desta localidade aos campos de Jaguarihiva outro, com 60. Na Barra Grande existia um picadão aberto pelo Governo do Estado, e era tudo, nesse sertão ...¹³²

4. O café, que seria o responsável pela "frente pioneira", ainda era incipiente nos primeiros anos do século XX. Na safra de 1903/04 a produção exportável foi de 4.597 sacas. Até a safra de 1916/17 atingirá a 60.440 sacas, logo depois a safra de 1920/21, chegará a 111.013. Daí em diante é que a produção começa a se avolumar¹³³.

5. Desde o início do século XX, quando começa a se distinguir a "frente pioneira", os fazendeiros regionais mantinham-se ligados às casas bancárias paulistas que financiavam suas lavouras¹³⁴.

6. Desde o início do século a população começou a se expandir, de forma acelerada

A partir do início do século XX a ocupação se fez rapidamente. Em 1904 atingiu Cambará e Andirá onde a família Barbosa Ferraz instalou a "Companhia Agrícola Barbosa", com várias fazendas; em 1921 já atingia Bardeirantes, Santa Mariana, em 1922 e Cornélio Procopio, em 1924, cujo povoamento se fez com nacionais e estrangeiros, em geral colonos das fazendas de

café, 135.

No início da década de 1920, só no município de Jacarezi -
nho havia 171 "fazendeiros e sitiantes principais" 136.

7. A partir de 1920 foi constituída a Companhia Ferroviária
São Paulo-Paraná. A construção dessa ferrovia foi decisiva para
a "frente pioneira"

A Estrada de Ferro São Paulo-Paraná
foi planejada por um grupo de fazendeiros
paulistas estabelecidos na região do Norte
do Paraná. (...)

O fim imediato que tinham em vista era
o acesso à Estrada de Ferro Sorocabana. Mas,
ao mesmo tempo, consideravam, com entusias-
mo e clarividência, a possibilidade de le-
var a nova linha férrea às margens do rio
Tibagi, muito além das plantações de café,
com que se ocupavam. E para isso obtiveram
inicialmente do Estado do Paraná, por de-
creto nº 896, de 2 de agosto de 1920, a
concessão para contruir e explorar a via
férrea que partindo de Ourinhos, da Estrada
de Ferro São Paulo-Rio Grande, e passando
por Cambará prosseguisse em direção à vila
de Jataí, sobre a margem direita do Tibagi
137.

Em 1921, denominando-se "Noroeste do Paraná", a sociedade
anônima, não chegando a um entendimento com a Estrada de Ferro
S. Paulo - Rio Grande

Resolveu, de acordo com o Governo do Paraná,
fazer o ponto de partida à margem esquerda
do Rio Paranapanema, com o intuito de ligar
a estrada diretamente a Ourinhos. (...)

O primeiro trecho aberto ao tráfego pú-
blico era de 22 Km até a estação de Leoflora
Isso em Junho de 1924, havendo já a Compa-
nhia mudado sua denominação (desde março
anterior) para "São Paulo-Paraná". Mas, ape-
nas iniciado o serviço, sobreveio o movimen-
to revolucionário de São Paulo (julho de
1924), havendo os revolucionários se apode-
rado da linha e do seu escasso material ro-
dante. Somente em janeiro de 1925 foi resta-
belecido o tráfego; e já em agosto desse ano

era aberta a estação de Cambará, no Km 30.

A ligação entre os dois trechos da linha férrea (o de São Paulo e o do Paraná) fazia-se por uma ponte provisória, enquanto se construía, com aquiescência dos dois Estados interessados, a grande ponte metálica, sobre o rio Paranapamema, a qual foi inaugurada aos 6 de novembro de 1927 138 e 139.

8. "A frente pioneira" surge não como consequência 'rebarbativa' da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de produção desta", como afirmou José de Souza Martins, já citado. A "frente pioneira" norte paranaense é resultante da expansão da cafeicultura paulista o Paraná: é fruto do mesmo sistema e continuidade dele. Sergio Millet ¹⁴⁰ já havia estudado com muita propriedade o "roteiro do café" no Brasil. A "frente pioneira", no Norte do Paraná, nada mais é do que uma etapa desse roteiro tão bem definido por aquele autor. A busca constante por terras novas, próprias ao cafeeiro, o uso rotineiro e espoliativo do solo, a abundância e o baixo preço das terras, tudo isto aliado a uma política de incentivo à produção cafeeira, determinaram a reprodução do sistema impulsionando "frentes pioneiras" das quais o Norte do Paraná é um capítulo importante.

9. São criadas empresas imobiliárias em grande número. A princípio são concessionárias do Estado como, por exemplo, as colonizadoras que promoviam Sertanópolis e Primeiro de Maio. Depois são as grandes empresas particulares como a Companhia de Terras Norte do Paraná, a BRATAC e Nambéi Tochi. Elas promoveram a colonização sistemática, introduziram estabelecimentos comerciais e bancários, construíram novas estradas, organizaram o sistema de transportes, ampliaram a ferrovia, trazendo-a mais para o interior, ou ligando estradas de rodagem à ferrovia.

Resta agora tratar, em capítulo a seguir, da organização da colonização empresarial desenvolvida na área, que é objeto

deste estudo.

Deve ser observado que a BRATAC, excepcionalmente, na sua atividade empresarial colonizadora, atuou segundo uma atividade ético-social, resultado de acordos celebrados com o governo japonês, que garantissem o estabelecimento do nipônico em terras brasileiras.

A sua atividade empresarial colonizadora, representada pelos planos de expansão, entretanto, não foram suficientes para que o japonês promovesse a colonização agrícola da Fazenda Três Barras.

Restava assim à Companhia, procurar outros meios para tornar o nipônico administrador de um estabelecimento agrícola, para atender o mercado interno e talvez o externo. Qual então o veículo? Pouco importa, desde que ele fosse um elo muito sutil e significativo entre o espírito associativo e o mercado brasileiro. Desta questão tratarão os próximos capítulos.

NOTAS

¹ PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 15. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977. p.19-32.

² _____. História econômica do Brasil. 21. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978. p. 49-75.

³ Idem, p. 54-55.

⁴ Idem, p. 183.

⁵ Idem, p. 184-187.

⁶ BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. R. Paran. Desen. Curitiba, (12):72-73. maio/jun. 1969.

⁷ RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra. Colônias e Presídios Militares. 1861. p. 28.

⁸ BALHANA; Política imigratória ... p. 72.

⁹ BALHANA, Altiva Pilatti et alii. História do Paraná. Curitiba, Ed. Paraná Cultural Ltda. v.1. p. 161.

¹⁰ BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Livraria Pioneira Ed. 1968. p. 77.

¹¹ Ibidem.

¹² CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Geografia. 1950. p. 40.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná em

17 de janeiro de 1857, pelo presidente José Antonio Carvalhaes. Curitiba, 1857. p. 45.

¹⁷RELATÓRIO do presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Matos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858. Curitiba, 1858. p. 21.

¹⁸Vide referências 16 e 17.

¹⁹MARTINS, Romário. História do Paraná. 3. ed. Curitiba, Ed. Guaira S.A., s.d. p. 283-299.

²⁰BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, n. 25, 1977. p. 18.

²¹BALHANA, Altiva Pilatti. Santa Felicidade. Uma paróquia veneta no Brasil. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba. 1978. p. 20

²²Idem, p. 20-21.

²³RELATÓRIO do presidente da Província Adolpho Lamenha Lins, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná em 15 de fevereiro de 1877. Curitiba, Tipografia da Viúva Lopes. 1877. p. 80.

²⁴Ibidem.

²⁵Ibidem.

²⁶Ibidem.

²⁷WACHOWICZ, Ruy C. Orleans, um século de subsistência. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba. 1976.

²⁸BALHANA, Santa Felicidade ... p. 23.

²⁹RELATÓRIO do presidente da Província João José Pedrosa, à Assembléia Legislativa Provincial. In: BALHANA, História do Paraná. p. 180.

³⁰ RELATÓRIO do presidente Luiz Alves de Oliveira Bello à Assembléia Legislativa Provincial em 22 de agosto de 1884. Curitiba, Tip. Perseverança. 1884. p. 14.

³¹ BALHANA, História do Paraná. p. 182-183. v.1.

³² Idem, p. 183.

³³ Idem, p. 164-167.

³⁴ Idem, p. 79-80.

³⁵ Idem, p. 80-81.

³⁶ Idem, p. 81-87.

³⁷ SILVA, Maria Aparecida. Itapura - estabelecimento naval e colônia militar. 1858-1870. São Paulo, Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1972. p. 18.

³⁸ Idem, p. 14-15.

³⁹ Idem, p. 1

⁴⁰ Idem, p. 27.

⁴¹ MARTINS, Romário. História do Paraná. p. 265-267.

⁴² ITINERÁRIO das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo-Paraguai na Província de Mato Grosso: feita nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista Sr. Joaguim Francisco Lopes, e descritas pelo Sr. João Henrique Elliott. R. Inst. hist. geogr. etnogr. do Brasil. Rio de Janeiro, 1870. t. 10, p. 153-177. p.153.

⁴³ Idem, p. 156.

⁴⁴ Idem, p. 159.

⁶³RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra. Colônias e Presídios Militares. 1861. p. 28. In: SILVA, Itapura... p. 19.

⁶⁴SILVA, Itapura... p. 24-25.

⁶⁵Idem, p. 28.

⁶⁶Decreto nº 751 de 2 de janeiro de 1851.

⁶⁷SECRETARIA de Obras Públicas, Viação e Agricultura. Departamento de Terras e Colonização. Cadastro das colônias estaduais da 4a. Inspeção de Terras. 1941. p.1.

⁶⁸REGULAMENTO de 1849, art. 1, 2 e 3.

⁶⁹Idem, art. 12.

⁷⁰Idem, art. 5.

⁷¹Idem, art. 9.

⁷²Idem, art. 13.

⁷³Idem, art. 15.

⁷⁴Idem, art. 8.

⁷⁵Idem, art. 6.

⁷⁶RELATÓRIO de Venâncio José de Oliveira Lisboa à Assembléia Legislativa Provincial do Paraná, em 15 de fevereiro de 1872. Curitiba, Tip. da Viúva & Filhos de C.M. Lopes. 1872. p. 57.

⁷⁷Idem, p. 58:

⁷⁸Idem, p. 59.

⁷⁹Ibidem.

⁸⁰Ibidem.

⁸¹ Idem, p. 58.

⁸² RELATÓRIO do presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Matos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1859. Curitiba, Tip. Paranaense de Candido Martins Lopes. 1859. p. 21.

⁸³ Idem, p. 22.

⁸⁴ RELATÓRIO de Francisco Cardoso a Antonio Barbosa Gomes Nogueira, em 1861. p. 27.

⁸⁵ RELATÓRIO de Venâncio José de Oliveira ... p. 59.

⁸⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 15 de fevereiro de 1876, pelo presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins. Província do Paraná. 1876. p. 95.

⁸⁷ RELATÓRIO de Venancio Jose de Oliveira ... p. 102.

⁸⁸ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 15 de março de 1867, pelo presidente da Província, Polidoro Cezar Burlamaque. Curitiba, Tip. de C.M. Lopes. 1867. p. 64.

⁸⁹ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, pelo presidente Antonio Affonso de Carvalho, em 15 de fevereiro de 1870. Curitiba, Tip. Candido Lopes. 1870. p. 39.

⁹⁰ BALHANA, Boletim n. 7. p.581.

⁹¹ PITANGA, Itinerário... p. 581.

⁹² Idem, p. 560.

⁹³ Idem, p. 581-582.

⁹⁴ SILVA, Itapura... p. 57.

⁹⁵ Idem, p. 65.

⁹⁶ Idem, p. 65-66.

⁴⁵ Idem, p. 175.

⁴⁶ SILVA, Itapura ... p. 19.

⁴⁷ PITANGA, Epiphanyo Candido de Sousa. Itinerário do reconhecimento do estado da estrada da cidade de Antonina á Colonia Militar do Jatahy, na Provincia do Paraná. R. Inst. hist. geogr. etnogr. do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. de D. Luiz dos Santos. 1863. 1º trim. t. 26, v. 26-27. p. 537-588. p. 537.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ SILVA, Itapura... p. 98.

⁵⁰ PITANGA, p. 579.

⁵¹ Idem, p. 580

⁵² SILVA, Itapura... p. 19.

⁵³ PITANGA, p. 586.

⁵⁴ Idem, p. 586-587.

⁵⁵ Idem, p. 587.

⁵⁶ Idem, p. 587-588.

⁵⁷ Idem, p. 582.

⁵⁸ Idem, p. 584.

⁵⁹ Idem, p. 585.

⁶⁰ MARTINS, História do Paraná. p. 100.

⁶¹ SILVA, Itapura... p. 140.

⁶² MARTINS, História do Paraná. p. 100.

⁹⁷PITANGA, Itinerário... p. 582.

⁹⁸Idem, p. 584.

⁹⁹ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro. Documentos navais. Lata XXV. manuscrito. In: SILVA, Itapura... p. 92.

¹⁰⁰SILVA, Itapura... p. 92.

¹⁰¹Idem, p. 140.

¹⁰²Idem, p. 141.

¹⁰³RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná, pelo presidente Jose Feliciano Horta de Araújo, em 15 de fevereiro de 1868. Curitiba, Tip. C.M. Lopes. 1868. p. 37-38.

¹⁰⁴RELATÓRIO de Antonio Luiz Affonso de Carvalho... p. 39-40.

¹⁰⁵SILVA, Itapura... p. 84-85.

¹⁰⁶Idem, p. 87.

¹⁰⁷RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná em 1 de outubro de 1882, pelo presidente da Província Carlos Augusto de Carvalho. Curitiba. Tip. Perseverança. 1882. p. 108.

¹⁰⁸BALHANA, Boletim n. 7. p. 17.

¹⁰⁹VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária; estudo do processo de penetração numa área transamazônica. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 1972. p. 13.

¹¹⁰MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Ed. Pioneira. 1975. p. 46.

¹¹¹Idem, p. 46-47.

¹¹²Idem, p. 47.

- ¹¹³WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. R.bras.Geogr. Rio de Janeiro, 17(4):391, out./dez. 1955.
- ¹¹⁴Idem, p. 410.
- ¹¹⁵Idem, p. 391-392.
- ¹¹⁶Idem, p. 407.
- ¹¹⁷MARTINS, Capitalismo ... p. 47.
- ¹¹⁸PITANGA, Itinerário... p. 583.
- ¹¹⁹Idem, p. 577.
- ¹²⁰TERMO de cessão de domínio pleno que faz a União ao Estado do Paraná, de terras da Fazenda São Jerônimo, situada no município de Araiporanga, ex-São Jerônimo, no mesmo Estado, conforme processo nº 237.770 do S.C. do Ministério da Fazenda, de 1848. Procuradoria Geral do Estado do Paraná. Curitiba.
- ¹²¹FUNDAÇÃO Instituto de Terras e Colonização. 4ª Inspeção de Terras em Londrina. Arquivo.
- ¹²²MENSAGEM presidencial dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Exmo Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª sessão da 12ª Legislatura em 1 de fevereiro de 1915. Curitiba, Tip. D'A República. 1915. p. 29.
- ¹²³MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. In: BALHANA, Altiva Pilatti et alii. Campos Gerais, estruturas agrárias. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. 1968. p. 49.
- ¹²⁴VALVERDE, Orlando. Planalto meridional do Brasil. Rio de Janeiro. 1957. p. 194-197. In: MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. p. 49-50.
- ¹²⁵MONBEIG, Pierre. Pionniers et planteurs de São Paulo. Paris, Armand Colin. 1952. p. 291.

- ¹²⁶TAUNAY, Affonso de E. História do café no Brasil. Rio de Janeiro, Edição do Departamento Nacional do Café. 1939-1943. v. 15. p. 106.
- ¹²⁷ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Paraná. Rio de Janeiro, IBGE. 1960. p. 523.
- ¹²⁸Idem, p. 492.
- ¹²⁹SILVA, Nérico da. O café no Paraná. R. Dep. Nac. Café. Rio de Janeiro, 5(52):976, out. 1937.
- ¹³⁰Ibidem.
- ¹³¹Idem, p. 975.
- ¹³²MARTINS, Romário. Os pioneiros. In: Cafelândia, terras das glebas de ouro, impressões de viagem. Coletânea de artigos de jornais, 1924. s.ref. constantes do acervo da Biblioteca do Museu Paranaense. Curitiba. p.2-3.
- ¹³³CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura paranaense. 1900-1970; estudos de conjunturas. São Paulo, Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. 1977. p. 465.
- ¹³⁴Idem, p. 212.
- ¹³⁵MARTINS, Romário. Os cafezais. p. 14.
- ¹³⁶CANCIAN, Cafeicultura... p. 213.
- ¹³⁷RELATÓRIO nº 19 da Companhia São Paulo-Paraná, referente ao ano de 1939, para a Assembleia Geral Ordinária de 26 de junho de 1940.
- ¹³⁸Ibidem.
- ¹³⁹Segundo o mesmo relatório, destacavam-se os senhores: Antonio Barbosa Ferraz Junior, Antonio Ribeiro dos Santos, Willie da Fonseca Brabazon Davids, Leovagildo Barbosa Ferraz e os Drs. Gabriel Ribeiro dos Santos e Manoel da Silveira Corrêa. Foi subs-

crítico capital de 800 000\$000. Em 25 de novembro de 1922, por decreto 3536 do Estado de São Paulo, obtiveram a concessão para contruir a linha férrea de Ourinhos (estação Sorocabana) ao porto de Itaipava, à margem do rio Paranapanema.

¹⁴⁰MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios; contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. ed. definitiva. São Paulo, BIPA Editora. 1946.

CAPÍTULO 2

ORGANIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO EMPRESARIAL:
O CASO DA BRATAC.

2.0. Organização da colonização empresarial: o caso da BRATAC.

2.1. Política de colonização japonesa: a Kaigai Ijuu Kumiai Rengookai, a Nitigyo Kabushiki Kaisha e a Yugen-Sekinin Buraziru Takusyoku Kumiai (BRATAC)

Duas companhias, em épocas distintas, dirigiram a política de colonização da BRATAC, a Kaigai Ijuu Kumiai Rengookai e a Nitigyo Sangyo Kabushiki Kaisha criadas em 1927 e 1937, respectivamente.

Embora à afirmação de que as duas Companhias participaram da colonização em Três Barras, (Assaí), fica registrado que pouca interferência direta tiveram a Kaigai Ijuu e a Nitygyo Sangyo nesse processo. A sua atuação aparece diluída nas orientações da BRATAC. Da mesma forma, essas orientações foram desdobradas ou adaptadas pelo escritório local na Fazenda, cabendo, por isso, a este e ao colono o maior peso na tarefa de explorar e ocupar a terra, colonizá-la, enfim.

Nos anos que seguem até 1937, quando são estimulados os investimentos japoneses no Brasil, tudo indica que a atuação da Kaigai Ijuu resumiu-se na aquisição de terras e em promover a imigração. Este último item, a contar pelas afirmações de Tokuya Kobayashi¹ e de Schurig Vieira² muito pouco significou para Três Barras, visto que a maioria dos imigrantes provinha de São Paulo.

Antes de se observar a participação da Kaigai Ijuu na aquisição de terras, convém precisar o significado da criação das Companhias de imigração e colonização amparadas pelo governo japonês. Isto porque o processo da criação dessas Companhias também é o da política que orientou a imigração japonesa para o Brasil.

A estratégia era ampla e de cunho paternalista, como se observa

É de conhecimento de todos o fato do Japão ter desde cedo tomado uma atitude paternalística para com seus súditos, pretendendo não só protegê-los, como orientar o movimento expansionista. Estudando com cuidado os termos da resenha do contrato que seria assinado em 1897 entre o governo nipônico e o paulista verificamos que aquele procurou garantir ao máximo o bem estar de seus súditos, sob os mais diferentes aspectos, estipulando o tempo em que vigoraria o contrato; as horas de trabalho diário; a remuneração com previsão, inclusive, dos casos em que poderiam ser feitos descontos; detalhes sobre alojamento; assistência médica; descanso aos domingos e feriados, deixando, enfim apenas o provimento de comida e vestimenta a cargo do imigrante³.

Como aponta Arlinda Rocha Nogueira, nessa época, os motivos da não realização do acordo foram a crise econômica brasileira e a queda brusca dos preços do café, mas ele mostra claramente a preocupação do governo japonês com seus migrantes.

O paternalismo não deixará de existir, como atitude e palavra de honra do governo japonês, inauguradas com a Revolução Meiji. O paternalismo é de fato característico da política emigratória do governo japonês. Além do mais, é preciso desde logo lembrar que a política de colonização privilegiada pelos japoneses, está intimamente ligada às estruturas fundiárias tradicionais do Japão, haja vista a prática do "mura". Este compreende a "vila rural" ou "colônia", mas implica, acima de tudo, em laços de solidariedade entre os camponeses que o compõem.

Francisca Isabel Schurig Vieira estudando a imigração japonesa para o Brasil, no século XX, ressalta que ela faz parte do "processo de industrialização e desenvolvimento capitalista do Japão e orientada por empresas de imigração e de colonização, amparadas pelo governo..."⁴ Isso porque empresários e governo unem -

se para atender interesses complementares, quais sejam, por parte dos empresários, o de investir em atividades agrícolas, comerciais e industriais no exterior,⁵ e por parte do governo, não só solucionar problemas demográficos, como econômicos, sociais e políticos. Pelo apoio do governo dado às Companhias, a partir de 1920, o movimento migratório será "... cada vez mais politicamente dirigido"⁶. Marcará essa fase a criação da Kaigai Kogio Kaibushiki Kaisha, conhecida pela sigla K.K.K.K.

A K.K.K.K., criada em 1917, por iniciativa do Premier Teruchi, passa a congregar todas as outras Companhias de Emigração e representar a intervenção do governo japonês nos negócios migratórios⁷. Na mesma época, outros países - Estados Unidos e Peru - anteriormente receptores de trabalhadores japoneses, passam a impedir a sua entrada. Não muito depois, em 1925, acentua Schurig Vieira

- 1) O Brasil é agora, praticamente, o único país onde o imigrante japonês é ainda recebido.
- 2) O governo japonês passou a interessar-se diretamente e a dar o seu apoio à ação das Companhias de Emigração, incrementando e subsidiando a vinda de trabalhadores japoneses. Em 1924 o Parlamento em sessão extraordinária, aprovou a concessão de subsídio integral da passagem marítima para os imigrantes ultramarinos. Como a K.K.K.K. monopolizava todos os serviços de emigração, tornou-se o órgão executivo da política de migração do governo japonês e é possível afirmar que a partir de 1925 a emigração passa a ser politicamente orientada⁸.

Todo esse programa está diretamente ligado à mentalidade empresarial do governo e de capitalistas japoneses e a busca de novos mercados para investimentos⁹.

A K.K.K.K. não foi a responsável por todo o tipo de colonização japonesa efetuada no Brasil. Sobre isso, Zempati Ando informa que existiram em São Paulo três tipos de colonização: o primeiro deles em Birigui, na região Noroeste, que foi estabelecido por uma companhia de terras; o segundo, também na região da Noroeste, o de Cafelândia (liderado por Hirano), que foi "constituído pela iniciativa coletiva dos próprios imigrantes colonos, sob o ideal de prosperidade conjunta" ¹⁰.

O terceiro tipo, difere tanto do de Hirano como de Birigui, foi estabelecido à margem direita do rio Ribeira do Iguape, no litoral. "Este núcleo foi constituído por uma companhia de colonização japonesa que visava à fundação de poderosas colônias de japoneses no exterior e por esse meio resolver o seu problema populacional e promover, simultaneamente, um ativo intercâmbio comercial com este país" ¹¹.

Quanto a essa colônia, o trabalho de Geraldo Müller, aponta a K.K.K.K. como responsável pela imigração e colonização. Vale expor o significado maior da sua experiência. O relativo êxito da mesma

reside no fato de, em que pesem os subsídios estatais, talvez não apenas brasileiros mas também nipônicos, o tempo necessário para a valorização do capital da Kaigai parece não se haver compatibilizado com o tempo requerido à implantação e maturação mínima do empreendimento situado no interior do espaço de domínio da cafeicultura e seus produtos históricos. A integração dos colonos aos mercados não partia apenas de sua situação de pequenos produtores endividados com a empresa promotora e de seus desejos de acumularem alguma riqueza, mas também, e principalmente, pelo fato dessa integração localizar-se numa área na

qual praticamente toda a infraestrutura estava por ser feita e na qual as produções enviadas a mercado ressentiam-se enormemente da concorrência ¹².

Entretanto, se no vale do Ribeira, a K.K.K.K. interferiu diretamente e controlou toda a atividade colonizadora, o mesmo não ocorreu em Três Barras (Assaí). É possível que no momento da ocupação das terras adquiridas, já na década de 1920, a K.K.K.K., como monopolizadora daquelas atividades no Japão, tenha sido intermediária entre o governo e as companhias de colonização criadas nas províncias japonesas por essa época, para as questões de imigração e colonização no Brasil. Como se verá no decorrer deste trabalho, no caso paranaense, a K.K.K.K. não atuou diretamente sobre a BRATAC, sendo possível, ao que indica, por meio da Kaigai Ijuu Kumiai Rengookai - Federação das Associações Ultramarinas.

É possível que a K.K.K.K. tenha interferido, ou até mesmo dirigido a colonização em Uraí, visto que foi ela quem planejou o início da venda de lotes para 1937 e a plantação de 100.000 pés de café ¹³.

Depois da atividade marcante da K.K.K.K., surge novo impulso migratório com a criação das companhias provinciais de colonização.

Segundo Zempati Ando, a Província de Nagano, a exemplo de outras que criaram Associações de Emigração, estruturou em 1922, em resposta à depressão econômica havida no Japão, a "Associação de Emigração para o Exterior de Shinano". Seria ela a "...primeira a surgir sob a orientação de que a solução dos problemas sociais e populacionais do Japão só seria dada pelo incentivo à emigração para o exterior" ¹⁴. Essa mesma Associação foi a compradora de 2.200 alqueires de terras no Estado de São Paulo, fundando o "Primeiro Núcleo Colonial de Aliança", com capital arrecadado dos habitantes da província ¹⁵.

A referência à participação dessa associação provincial nu -

ma região onde também atuou a BRATAC, poderia indicar alguma ligação entre as duas. Entretanto, na documentação pesquisada para este trabalho, constatou-se que apesar do estímulo na imigração, a partir da criação dessas associações, é somente com a criação da Federação das Associações, a Kaigai Ijuu Kumiai Rengookai que se pode afirmar que houve participação do governo e empresários japoneses junto à BRATAC na aquisição e colonização de terras da região Noroeste de São Paulo e norte do Paraná. Aliás, é a Kaigai Ijuu quem adquire as terras, como se verá.

A Kaigai Ijuu, criada em 1927, da mesma forma que as associações provinciais, estimularia o movimento migratório e congregaria os interesses do governo geral e provincial. Dessa Federação, Schurig Vieira cita a BRATAC como a sua representante no Brasil,¹⁶ enquanto também é considerada a pioneira da criação de núcleos planejados idealizados pelas Associações Ultramarinas¹⁷.

O movimento migratório e a atividade colonizadora dos nipônicos no Brasil foram amparados por órgãos oficiais japoneses e se pode dizer que o mais significativo deles foi o da K.K.K.K., subsidiária da Companhia Imperial Japonesa de Imigração que, por sua vez, "... abarcava todas as atividades imigratórias e colonizatórias, ramificando-se em atividades industriais, bancárias, transporte, jornalísticas, de construção, etc"¹⁸. Depois da K.K.K.K. destaca-se a Federação das Associações Ultramarinas (Kaigai Ijuu Kumiai Rengookai) que congregava os interesses do governo imperial e provinciais. Por último, em 1937, em lugar da Kaigai Ijuu que é extinta, surge a Nitigyo Kabushiki Kaisha, (Companhia Produtora Nipo-Brasileira).

Pelo fato dessas duas últimas Companhias estarem mais próximas da colonização em Três Barras, suas atividades ficarão mais claras, ainda que não completas. No presente trabalho não se tratará das suas relações com o governo japonês.

É necessário ainda, que se defina o papel dessas Companhias na aquisição das terras no norte do Paraná.

É notório que entre os homens de negócios japoneses e a estrutura administrativa do governo houve intercâmbio decisivo para a aquisição de terras.

Até 1927, a pesquisa para adquirir grandes áreas para colonização foi responsabilidade do Consulado Japonês em São Paulo, passando a ser indireta, com a criação da Kaigai Ijuu.

Segundo os responsáveis pela obra "História do desenvolvimento da Fazenda Três Barras", uma das áreas que interessava aos japoneses era o norte do Paraná; intermediária entre o Norte Pioneiro e Novo

O Consul Geral Akamatsu afirmava que o lugar capaz de fazer os patrícios adquirirem a terra para nela se fixarem - a terra promissora estava no norte do Paraná. Esta fazia divisa com o Estado de São Paulo, com o Rio Paranapanema ao norte; linha de ligação de Jacarezinho, Xavantes e Santo Antonio da Platina para leste; e Espigão de Pirapora para oeste; com extensão de 340km leste/oeste e 30 km de norte/sul, a partir do Paranapanema. Esta vasta área era visada para o cultivo do café e foi calculada em 420.000 alqueires ou 10.200 km² aproximadamente; é terra roxa apurada e fértil tanto quanto a região de São Simão ou Vila Bonfim da Linha Mogiana do Estado de São Paulo. O Consul Geral não poupava esforços para incentivar os capitalistas japoneses a investirem nessa área 19.

Com a criação da Kaigai Ijuu, em 1927, e a nomeação do superintendente Mitsussada Umetami, que viajou para o Brasil, também se estabelecia o plano de atividade que conduziriam à aquisição de grandes extensões de áreas para colonização.

- a área deveria ser no Estado de São Paulo ou Paraná;
- localizada dentro de 40kms da estação ferroviária;
- custar menos de 250 contos de réis o alqueire;
- ser superior a 10.000 alqueires;
- estar acima de 450 m do nível do mar, local ideal para o cultivo de café;

- a fertilidade da terra deveria ser uniforme para possibilitar a repartição em 10 alqueires. Cada um destes deveria ter abundância de água e ser plano;
- terra saudável;
- deveria observar a autenticidade do título da propriedade ²⁰.

Tão logo se iniciava a aplicação desse plano, o superintendente informava ao Japão

De acordo com o progresso constante do Estado de São Paulo é difícil a aquisição de grandes áreas para a plantação de café. Esta se estende hoje para o Norte do Paraná e conta com o estímulo dado pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Os latifundiários pensando na valorização futura têm se desinteressado pela venda de terras. O que dificulta para os compradores, mas analisando bem o futuro, a aquisição de terra nessa região é o melhor possível ²¹

O superintendente Umetami solicitou a ajuda de elementos do Consulado e do Núcleo Colonial de Aliança para procurarem terras à venda. Em São Paulo, nas regiões da Noroeste e Sorocabana, não encontraram terrenos que atendessem os requisitos desejados. Esse o motivo, segundo Tokuya Kobayashi, que levou o superintendente da Kaigai Ijuu a seguir os conselhos do cônsul Akamatsu e adquirir as terras no norte do Paraná. Em maio de 1928, parte da comissão se dirige para a Fazenda Três Barras, enquanto Umetami procurava negociar as terras da futura colônia Bastos ²².

No Paraná, a proposta de venda de terra era da Companhia Empreendimentos Terra Roxa S.A. numa área vizinha às terras compradas pela Nambei Tochi Kabushiki Kaisha (parte da fazenda Congonhas da família Barbosa Ferraz). A área era a Fazenda Três Barras. Da visita e pesquisa efetuada na fazenda foi apresentado

relatório, que informava

A terra sendo mata virgem, os colonizados terão trabalhos árduos, mas como a terra é roxa, não resta dúvida que é fértil, senão igual, superior aos terrenos de primeira no Estado de São Paulo. A inconveniência é a existência de algumas pedreiras, que denota seca. Tem mais de 600 m de altitude, ideal para a plantação de café. Não deve haver muita preocupação com geadas. Segundo estudos da estação meteorológica, a época da seca é de abril a setembro; e de chuva, de outubro a março. A temperatura máxima é igual a Ribeirão Preto, da estrada de ferro Mogiana e a mínima de três graus, acima de Campos de Jordão. As possibilidades para plantios de rápido crescimento são maiores que no Estado de São Paulo, devido à grande diferença climática. É possível efetuar plantações e ainda ter lucros com o aproveitamento de matérias naturais. O único caminho para ir a Três Barras é o da estrada velha de São Jerônimo. Em futuro próximo será construída a estrada de ferro até Jataí, encurtando a distância em 75 km até Cambará e em 18 km até Jataí. Quanto à produção agrícola, comparada ao Triângulo Mineiro, tem possibilidades de colocação no Estado de São Paulo. Há necessidade de comparar algumas distâncias: de Jataí até São Paulo há 685 km; de Russambira, 696 km; de Rancharia, 701 km. Pode-se observar que é mais perto do que das Colônias de Aliança, da estrada de ferro Noroeste ou da futura Colônia Bastos. É conhecida a existência de maleita nos arredores do riacho Cinza e do rio Tibagi, como é o caso da Colônia Militar e da reserva indígena de Frei Timóteo, que sofrem com a doença. Porém, como Três Barras está localizada longe da margem do Tibagi e em local alto e seco, não haverá perigo de maleita e de doenças locais. Para confirmar, nota-se a ausência de pernilerongos. Sobre a escritura do terreno, até hoje não houve problema algum. Tem 12.500 alqueires, mas haverá necessidade de fazer nova medição²³.

Em 1928, a fazenda Três Barras foi comprada em nome de Mitsus-

sada Umetami que, antes mesmo de concretizar essa compra, regressou para o Japão. Em 13 de junho de 1929, ela foi transferida para a Yugen-Sekinin Buraziru Takusyoku Kumiai - Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda - conhecida por BRATAC. Antes da viagem para o Japão, o próprio Umetami, em 18 de junho de 1928, comprou a área da futura colônia Bastos e, em 9 de agosto, os 42.000 alqueires da Tiête ambas, também, transferidas para a BRATAC ²⁴.

Feitas essas considerações é oportuno informar sobre a estrutura da BRATAC, a partir das colocações feitas por Schurig Vieira.

Ela distingue três características no movimento migratório japonês para o Brasil, a partir de 1925.

1. Colonização politicamente orientada através da K.K.K.K. e de outras companhias dedicadas a núcleos planejados.
2. Estímulo e amparo oficial aos agricultores japoneses, em São Paulo, para produção de matéria prima para o mercado japonês.
3. A partir de 1935, o capital japonês é aplicado no comércio e indústria. "O Brasil transforma-se no principal mercado no exterior para investimentos japoneses" ²⁵.

A BRATAC pode ser inserida nestas características, primeiramente por planejar seus núcleos de colonização que tinham por objetivo atividades agrícolas e, posteriormente, por oferecer e estimular naqueles núcleos, outras formas de investimentos comerciais e industriais.

Caracterizando-a diz Schurig Vieira que

A BRATAC era empresa de economia mista, com capital constituído pelas contribuições das províncias japonesas e de particulares e dividido em ações no valor de 50 iens. Propunha-se a recrutar e encaminhar os imigrantes de colonização agrícola, não deixando-os isolados, mas organizando-os como colonos proprietário em núcleos planejados ²⁶.

O planejamento desses núcleos obedeceu a uma filosofia, ainda não observada entre os imigrantes nipônicos. Afirma-se "As comunidades constituídas nas fazendas da BRATAC foram uma exceção no seio da colônia e os japoneses que as constituíram foram precursores de uma nova mentalidade, pois vieram em definitivo" 27.

Kunito Miyasaka, que foi presidente da BRATAC, é citado como um dos intelectuais idealizadoras dessa colonização de além mar.

A projeção mais sintomática desta filosofia foi certamente a fazenda de Aliança, a elite dentre os núcleos da colônia japonesa. Formaram-na homens de instrução elevada - engenheiros, bacharéis, agrônomos e professores, entre outros. A maioria pertencia à camada social que, em seu país não teria dificuldades em viver, e objetivava fundar uma sociedade ideal 28.

Esse ideal de sociedade, vinculado à aspiração de residência permanente, foi difundido entre intelectuais bem sucedidos, assim como entre oficiais do governo, agências e Companhias de colonização. Estes elementos

dispunham-se a advogar aos imigrantes japoneses comuns a se fixarem definitivamente no Brasil. Houve um movimento chamado Gatto Undo (escrevia-se GAT Undo), que foi iniciado em 1934, promovido principalmente pelo Bura Taku (Burajiro Takushoku Kumiai). "GAT" é uma abreviação de "gozar a terra" (em português), tradução direta ao português do lema "aido eijû" (ao pé da letra seria: "amor à terra, residência permanente"). Este movimento foi especialmente ativo em algumas comunidades japonesas típicas como Bastos, Aliança (Mirandópolis), Tietê (Pereira Bastos), durante 1934-1935. Com a gradual inclinação para residir em definitivo, criou-se um ambiente de descrédito e menosprezo à antiga idéia de "regresso ao Japão", tachando-a de "dekasegi Konjo" (in-

digna disposição de trabalhador temporário) 29.

O movimento Gatto Undo, ou como foi chamado em Três Barras, "Movimento G.T." (gozar a terra), portanto, inclui-se entre aqueles que contém na sua formulação motivações ético-sociais, e deverá ser examinado no próximo capítulo.

A outra característica, que é o estímulo e amparo à produção do algodão, também teve repercussões em Assaí e está conjugada à tentativa dos colonos em descobrir ou perceber, logo no início da colonização, qual ou quais produtos poderiam ser cultivados naquela terra. Nesse momento recebem orientação do Consulado para o cultivo do algodão. Também, esse item, será detalhado mais adiante.

Significativo em Três Barras foi a repercussão da terceira característica, dos novos investimentos em comércio e indústria.

Na década de 1930, diante das medidas protecionistas inglesas, a indústria têxtil japonesa viu-se na contingência de procurar outros mercados de matérias primas, e, é em decorrência disto que em 1934, vem ao Brasil "uma missão japonesa de indústria de fios e tecidos de algodão. No ano seguinte, 1935, uma missão econômica de caráter oficial, chefiada por Hachisaburo Hirao, dirige-se para o Brasil precedida de ampla cobertura nacional e exterior " 30.

Hachisaburo Hirao, diretor presidente da Confederação das Associações de Migração Ultramarina - Kaigai Ijuu Rengoo Kumiai, esteve em visita ao Brasil em junho de 1935 com a responsabilidade de chefia da Missão Econômica Japonesa, cumprindo integralmente o objetivo de dar maior ênfase à aproximação nipo-brasileira no intercâmbio comercial³¹.

Compunham a missão representantes das "principais companhias de fiação, tecelagem e comércio de algodão, bem como indús-

tria naval, empresa de navegação e zaibaitsu japoneses"³². Segundo declarações do chefe da missão, o objetivo máximo era desenvolver o comércio entre o Brasil e Japão, sobretudo do algodão ³³.

Depois dessa Missão, "a aplicação de capitais japoneses no Brasil se intensifica, sobretudo no setor comercial e industrial e em empreendimentos estreitamente ligados ao beneficiamento e exportação do algodão" ³⁴.

Assim, pode-se "englobar num mesmo processo, como interdependentes, a orientação dada à imigração no seu aspecto de colonização planejada e o subsequente desenvolvimento de investimentos no Brasil" ³⁵.

Como presidente da Kaigai Ijuu, Hirao deveria observar o trabalho da colonização realizado até então. Também com a Kaigai Ijuu seria mudada a linha de atuação, que será continuidade e complemento da nova atitude empresarial japonesa frente ao Brasil. Hachisaburo Hirao.

Ao mesmo tempo, realizou importantes observações quanto aos serviços de colonização no Brasil, verificando a necessidade da Confederação adotar novas diretrizes e traçar novo programa para uma segunda etapa de investimentos. Reconheceu que, pela situação do mundo, restava, além da exploração colonizadora, encerrar os investimentos em sentido mais amplo, visando a evolução sócio-econômica do empreendimento. Ao retornar ao Japão, estudou o caso com o superintendente Miyasaka, dissolvendo a Kaigai Ijuu e fundando a Nitygyo Kabushiki Kaisha ³⁶.

Constava nos planos da BRATAC encerrar a colonização e suas atividades junto a Três Barras em 1942. A missão Hirao mudará completamente esse plano. A primeira medida que se tomou foi ini-

ciar novos investimentos em Três Barras. Posteriormente, complementar à isto, há a extinção da Kaigai Ijuu. Justificava-se a criação de nova Companhia, fundamentando-se no seguinte

1. A missão da Kaigai Ijuu Kumiai Rengoo - kai foi cumprida satisfatoriamente e, mais tarde ou mais cedo, ela deveria ser dissolvida para se criar um órgão que fomentasse o progresso dos nipônicos residentes no exterior.
2. O governo japonês não deveria esperar o retorno do capital investido, pois atuaria negativamente em relação às intenções de ampliar os negócios. Deveria pensar em reinvestimentos para haver progresso econômico dos japoneses no exterior,
3. Em observância ao número limitado de investidores japoneses no Brasil, o que é negativo, já era hora de pensar numa atuação mais ampla, concedendo-se autonomia à Confederação, visto que acumulara experiência

Essas observações foram levadas aos órgãos governamentais que as acataram e, em 2 de abril de 1937, foi expedida lei autorizando a criação da empresa. Em 10 de junho do mesmo ano, foi fundada a Companhia Produtora Nipo-Brasileira - Nitigyo Sangyo Kabushiki Kaisha, com 10,000.000 yens, constituindo-se departamentos independentes: comercial, bancário, de mineração, algodoeiro, técnico, etc ³⁸.

Após a missão Hirao, em 1936, assiste-se à fundação de BRASCOT (Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda) atuando na compra e beneficiamento do algodão e financiando cooperativas no Estado de São Paulo, e, a fundação de três casas bancárias - BRATAC, Tozan e K.K.K.K.

Em 1937 a BRATAC unificou sua organização e passou a interessar-se não apenas por empreendimentos agrícolas, mas também pela aplicação de capitais no comércio, exportação e indústria. Foram então criadas a Casa Ban -

cária BRATAC, a Casa BRATAC, Algodoeira BRATAC, Empresa Construtora BRATAC, etc., ao lado da Sociedade Colonizadora BRATAC 39.

"A Casa Bancária BRATAC foi fundada por K.Kato e K. Miyasaka, em 1937, com capital de 100.000\$000 como propriedade individual de Koshiyuki Kato e com matriz em São Paulo junto à sede da BRATAC" 40. No mesmo ano, instalaram-se várias agências pelo interior paulista, tendo como objetivo o financiamento da lavoura junto à colônia japonesa 41. Em 1940, devido à nacionalização dos bancos, a Casa Bancária passou a denominar-se Banco América do Sul 42.

Schurig-Vieira, reportando-se a Saito que afirma o envolvimento de 4% dos japoneses radicados no Brasil, com o programa de planejamento, amparo e estímulo do governo japonês, chama a atenção para a conjugação desta variável com outra iniciativa contemporânea, "o estímulo dado à produção do algodão dos imigrantes agricultores da Alta Paulista e Alta Sorocabana, pequenos arrendatários na sua maioria. Ambas as iniciativas fazem parte de uma mesma orientação de cunho nacional e estatal dada a política migratória nipônica no Brasil..." 43.

Schurig Vieira referindo-se à terceira característica, acentua: "Se o regime de quotas impôs uma restrição à migração japonesa para o Brasil, esta restrição foi paralela a um aproveitamento máximo da produção dos lavradores nipônicos, e a uma ativação dos investimentos japoneses no Brasil" 44.

Os investimentos da BRATAC, em Três Barras, podem ser verificados em duas etapas, até certo ponto interligadas. Num primeiro momento, a aquisição da Fazenda e loteamento em pequenas áreas; afinal, um plano com o objetivo de ver retornado o capital investido. Num segundo momento, a BRATAC passa a concorrer, em alguns setores, com os próprios colonizados, com o estabelecimento de pequenas indústrias, como serraria, olaria, máquinas de beneficiamento, etc.

Paralelamente à missão Hirao, em 1936, a BRATAC considerou possível iniciar novos investimentos em Assaí.

2.2. Os japoneses em Três Barras: planos de expansão e realidade.

Três Barras foi o nome de antiga e grande fazenda que, mesmo antes de ser explorada, foi adquirida pela BRATAC, permanecendo com o mesmo nome, por se achar desnecessário mudá-lo ⁴⁵. A aquisição pelos japoneses da área, inicialmente de 12.000 alqueires em 1929, acrescida de mais 6.100 alqueires, em 1936, é quase a totalidade da atual extensão do município de Assaí. (Vide mapas

14 a 20). Nos primeiros anos da colonização, é comum se encontrar referências a ela como Colônia ou Fazenda Três Barras, e até mesmo, Colônia Assailândia ou Assaí. Este último nome é porque, da escolha entre "assahi", que significa "aurora" em japonês, e, "açai", do tupi, "fruta que chora" (palmeira), acabou ficando "assaí" ⁴⁶.

Assim, qualquer dos termos, fazenda ou colônia Três Barras, colônia Assailândia ou Assaí, se refere à área colonizada pelos japoneses. Ali, eles implantaram uma organização agrícola semelhante à do Japão, qual seja, a estrutura chamada "mura".

Antes de verificar em que medida essa estrutura é encontrada na Fazenda Três Barras, cabe observar a definição, as características e as ligações do "mura" com a emigração para a América do Sul.

Segundo Morio Ono, estudioso da agricultura japonesa,

Para o japonês, o local onde se realiza a agricultura é sempre apreendido sob o conceito de "vila rural". Este termo "vila rural", às vezes, é tomado como sendo área agrícola em oposição ao urbano, sem que nesse caso haja implicação com o "mura", mas, na maior parte das vezes,

inclui-se nela a existência da comunidade regional concreta designada por "Mura". No Japão pode-se dizer que somente com a existência da comunidade dita "vila rural" é que se tem configurada a agricultura ⁴⁷.

Ainda, "O camponês é antes de mais nada membro componente do "bairro", parte integrante do "mura". Tudo aquilo que concerne à agricultura deve pressupor a estrutura da comunidade regional que é o "mura" ⁴⁸.

Como o modelo do estudo de Morio Ono são os imigrantes japoneses dedicados à cafeicultura paulista, ele faz um paralelo entre os termos colônia e "mura", dizendo que em São Paulo, grosso modo, colônia pode significar grupo social ou comunidade regional. Este último, quando denominando uma localidade ou comunidade regional de japoneses, tem a mesma acepção que o "mura" no Japão ⁴⁹. Entretanto, não cabe aqui traçar comentários maiores sobre o uso corrente do termo colônia e sua real significação, mesmo porque o "mura" é mais complexo, envolvendo em si mesmo o alicerce de toda agricultura e atividades paralelas no Japão.

Assim, baseando-se nos trabalhos de Morio Ono, Hiroshi Saito e Takashi Maeyama ⁵⁰ pode-se dizer que "mura"

1. É sinônimo de "bairro", "buraku", "vila rural" ou "colônia".
2. É uma comunidade regional essencialmente rural que tem por base o "ie" ⁵¹.
3. Área agrícola onde o camponês se dedica ao cultivo.
4. É suporte para possibilitar a existência da agricultura, incremento da produção e melhoria na vida do camponês.
5. É instituição tácita que se mantém pelos deveres de solidariedade que são ancestrais; vêm da tradição que remonta à Idade Média japonesa.

Ainda, caracterizam o "mura":

1. A pequena produção de mercadorias baseada no trabalho familiar.
2. Relações humanas amarradas pelas "aparências" ("sekentei"), controladora da liberdade de ação individual ou familiar.
3. A agricultura não é considerada sob o ângulo de sua administração, mas apenas pela faceta do cultivo.

Significação nenhuma teria enumerar aqui o que é o "mura" e suas características, se não se observasse estreitas ligações entre ele e a imigração nipônica para a América do Sul. Ele foi instrumento necessário na bagagem do japonês:

1. O controle e incremento da produção agrícola tem por base o "mura",

A cooperativa e demais movimentos que dizem respeito ao incremento da produção, melhoria da vida do camponês, tudo deve ter por premissa essa comunidade regional unitária ("mura"), e serão todos eles efetivos, executados tendo como "campo" essa mesma comunidade. Este fato tem uma correspondência para com o fato de que a administração da agricultura no Japão possui como unidade a administração da família de agricultor que se baseia na pequena produção de mercadorias, e que é uma tradição herdada da sociedade feudal.

2. Ao imigrar, o agricultor japonês considera indispensável formar o "mura", quer se tratando de uma fazenda de café ou de uma região em desbravamento.

O japonês quando inicia sua nova agricultura em terras novas, não pode deixar de considerar como condição indispensável a formação desse tipo de comunidade regional

unitária: Assim aconteceu por ocasião da imigração na Manchúria como da mesma forma foi a colonização de Hakkaido. E a imigração japonesa na América do Sul não foi exceção.

Tive a oportunidade de descrever a formação da comunidade "mura", constituída exclusivamente de japoneses, na medida em que as condições lhes permitiram no processo de colonização, em que os imigrantes japoneses partiram do colonato nas fazendas de café. É que a agricultura do Japão se formou tendo como premissa a comunidade "mura", especificamente japonesa, e para o camponês a existência dessa comunidade regional era coisa mais necessária para eles na região de desbravamento ⁵³.

3. Esta estrutura comunitária não precisaria existir na forma capitalista sul americana, como diz Morio Ono, mas ela é necessária ao imigrante.

Na agricultura da América do Sul fundamentalmente, nada há que torne indispensável a preexistência da comunidade regional - "mura" - à japonesa. À semelhança de que o capital determina o local de produção, a agricultura nessa parte do mundo não precisa pressupor a existência de "vila rural" para a agricultura. Existem todas as condições para que ela seja desenvolvida com bases no estabelecimento agrícola. São muitos os exemplos existentes em que cada estabelecimento agrícola não se relaciona com outros estabelecimentos e sim se liga diretamente ao seu mercado. Entretanto, o japonês tem a necessidade de posicionar a agricultura dentro do "campo" da comunidade regional ⁵⁴ "mura", originada da tradição do Japão.

Feitas essas considerações, é oportuno observar a relação da estrutura do "mura" com a política de colonização para o Brasil.

A política de colonização japonesa para o Brasil se integra e se funde na estrutura do "mura". Pode-se dizer que no caso brasileiro, a conjugação dessas duas formas garantirá a fixação do

imigrante japonês à terra.

A maioria dos imigrantes japoneses que vieram para o Brasil eram os que no Japão não possuíam terra, ou seja, não eram os filhos primogênitos. Desse modo, aqui no Brasil eles se realizam como proprietários de terra. Significativo disso é que serão "propensos à aglomeração só de japoneses" e vão "constituir verdadeiramente o "mura" (vila rural) existente no Japão" ⁵⁵.

Tudo leva a crer que os empresários oferecendo, em terras totalmente estranhas, parte do que já era tradicional e do inteiro conhecimento dos camponeses, garantiram êxito na aplicação de capitais. É o passo para estabelecer a sociedade ideal. Morio Ono esclarece

Quando as glebas foram previamente divididas em pequenas áreas de 10 a 20 hectares, e os imigrantes japoneses introduzidos sob um plano previamente traçado, as colônias, assim construídas se transformaram em "mura", típicos, à japonesa, reproduzindo-se aí a estrutura social do próprio "mura" do Japão. Entretanto, mesmo nesse momento, quando os japoneses se reúnem para construir a sua colônia, forma-se de imediato, o "mura", caracteristicamente de japoneses ⁵⁶.

Hiroshi Saito também responsabiliza os empresários japoneses pelo planejamento da colonização baseada na estrutura do "mura". Atenta ainda para o seguinte: "É ela do tipo "japonês", mas não sua recomposição pura e simples. Isso porque difere do mura no Japão, por estar entrosada com a sociedade dominante - a brasileira - conta com dispositivos que regulam a relação com essa sociedade" ⁵⁷. Continuando, afirma que essa relação tem dupla função: uma que controla internamente o grupo (coesão grupal e controle social), e outra regulando a relação com o "mundo de fora", a sociedade brasileira (atividades econômicas com centro na relação

de produção). Esta última função faz da ação coletiva um meio que vislumbra menos riscos.

Em Cotia, por exemplo, com o aumento do número de colonos e com a criação da Associação Japonesa, esta passa a ser o laço de união com o "mundo de fora". Por conseguinte, o aumento da complexidade das relações com esse mundo gerou a Cooperativa, filha da Associação Japonesa. Vale dizer que esse mecanismo ocorreu em outras comunidades japonesas ⁵⁸,

À pergunta, por que então, os agricultores japoneses de Cotia necessitaram de uma estrutura comunitária de caráter japonês, Saito responde

Em primeiro lugar, deve-se notar que não só em Cotia, mas em todos núcleos onde os imigrados japoneses tiveram vida grupal, houve, em seu processo de reorganização social, a reconstituição, em maior ou menor escala, da estrutura comunitária da sociedade de origem. Quando a BRATAC e outras empresas de colonização se propuseram a criar núcleos coloniais, os planos tiveram por base a reprodução, possivelmente fiel da estrutura de um mura. Não carecia de ser esse tipo de colonização planejada. Todas as vezes que os imigrados formaram núcleos voluntários designaram a localidade de "colônia" (shokuminchi) e trataram de reproduzir as formas associativas de mura, como sejam a associação japonesa, associação de moços e moças, a escola e outras ⁵⁹.

Como já foi visto, os japoneses agricultores que vieram para a América do Sul se estruturaram tal como no Japão: pequena produção de mercadorias baseada no trabalho familiar e na comunidade "mura".

Entretanto, essa comunidade será diferente daquela do "mura" no Japão: as relações humanas serão mais fechadas e introvertidas. Isto porque a formação dos "bairros" será feita com elementos de várias regiões do Japão. Mesmo assim, agem como se todos proviessem de um mesmo "mura".

É adotado o sistema de estratificação social pela idade. São fundadas as associações de moços ("sei-nen-dan" que têm os seus protótipos no "wakamonoshu" no Japão). Fundam-se escolas japonesas, onde o ensino primário do Japão é reproduzido à base do E-dito Imperial sobre a Educação, com vistas a uma possibilidade de equiparação ao ensino no Japão quando voltassem para a sua terra de origem. As relações humanas no "bairro" eram amarradas pelas "aparências" ("sekentei") frente à comunidade, sendo a liberdade de ação, individual ou de uma família, grandemente limitada. O sentimento de solidariedade dentro do "bairro" se manifesta em termos de exclusão de outros bairros, reproduzindo-se de maneira clara e nítida o espírito de "bairro" existente no Japão⁶⁰.

Além dessas, convém enumerar outras diferenças entre o "mura" brasileiro e o japonês, sem, entretanto, entrar em maiores minudências sobre as razões dessas diferenças que, estão aqui colocadas em termos bastante amplos, fugindo por isso do alcance da pesquisa realizada e do objetivo deste trabalho. Assim, das observações de Morio Ono, Hiroshi Saito e Takashi Maeyana,⁶¹ depreende-se

1. Às fronteiras de desbravamento no Brasil e Japão ocorrem em épocas diferentes, o que possibilita ao imigrante tornar-se proprietário de estabelecimento agrícola, quando no Japão lhe caberia a condição de arrendatário, no máximo, ou trabalhador urbano.
2. A estrutura do "mura" em uma frente pioneira difere daquela à japonesa; lá as terras já estão ocupadas.
3. Enquanto no Japão, a solidariedade social de "mura" é formada segundo o "ie", "dozuku" e outros laços de parentes-

co, no Brasil, a formação do "mura" se fará segundo relações fictícias de parentesco, obedecendo a origem em uma mesma província, viagem no mesmo navio imigrante ou trabalho numa mesma fazenda nos primeiros anos da terra nova. São o "shinrui Kankei" e "Kumi".

4. A adaptação do imigrante japonês à urbanização ocorreu em tempo mais curto que aquela experimentada pelo camponês do Japão desde a Revolução Meiji. Em outras palavras, morar na periferia das cidades, implica em oferecer instrução escolar aos filhos ao mesmo tempo que fornecer mão de obra urbana.
5. No Japão, o "mura" condicionou a formação de cooperativas de cunho locacional, com base em vilas e cidades. No Brasil, de organização locacional evolui para uma organização de ligações humanas, que engloba a produção de cunho capitalista e de pequena produção de mercadorias.
6. No Japão, deixar a vila rural é insuportável, a menos que seja para melhorar, mas regressar. No Brasil, a mobilidade não representa significação profunda, pois a produção e a administração têm primazia sobre o local onde elas são efetivadas.

Cabe perguntar, em que medida a colonização em Três Barras está envelopada por essa estrutura?

Os autores de "História do Desenvolvimento de Assaí" acenam que houve fatores prejudiciais para o início da colonização em Três Barras, como a existência na região de latifúndios em mãos de poucos proprietários, pouca capacidade aquisitiva dos colonos japoneses para comprarem terras, levando-os a trabalhar em grandes fazendas de café, pouco interesse das Companhias Japonesas em investirem em benfeitorias para atrair compradores no Paraná, etc.

Entretanto, o problema maior da BRATAC era colocar em prática um plano que apresentasse resultado animadores para coloni -

zadores e colonizados. E o problema não era simples. Nesse momento estava em jogo tanto a capacidade do imigrante em adaptar-se à nova terra quanto, do lado dos empresários, apresentar um bom plano de colonização. Cada um teria sua parte a realizar.

No Japão, a agricultura tinha sua maneira de ser, e ela também imigrará. Aí parece estar o problema maior dos envolvidos na colonização. Ao empresário e governo caberia saber quais mecanismos deveriam ser criados para que o agricultor japonês se integrasse à nova terra. Ao imigrante, tendo a certeza de saber cultivar a terra, caberia encontrar meios para se tornar proprietário - o que não lhe era possível no Japão. A estrutura do "mura" tudo indica, favorecerá tanto as empresas quanto os imigrantes.

O empresário aqui é a Kaigai Ijuu Kumiai Rengookai, representada pela BRATAC.

Tendo adquirido as terras em 1929, somente em 1932 é que a BRATAC irá abrir picadas, instalar escritório na área da fazenda Três Barras e iniciar a venda de lotes de terras. Esse atraso, é explicado porque após a transferência das terras adquiridas pela Kaigai Ijuu, em 1929, para a BRATAC, esta tratou de iniciar a colonização em terras paulistas deixando em segundo plano as terras paranaenses ⁶².

Em 1932, assumia a superintendência da Kaigai Ijuu no Japão, Kunito Miyasaka, marcando "mudança radical do trabalho de imigração efetuado até então" ⁶³. Essa mudança será o aumento das atividades da BRATAC, estendendo-as ao Paraná com o "plano de 10 anos de expansão" ⁶⁴. O próprio superintendente tomará a frente das mudanças viajando ao Brasil no mesmo ano.

Nesse ano, quando se decide iniciar a colonização no Paraná, a experiência em São Paulo permitia visualizar o que seria a Fazenda Três Barras, caso continuasse a imigração direta. Analisavam-se os mecanismos usados em São Paulo para iniciar a colonização no Paraná.

O plano de colonização de Bastos e Tietê foi cumprido com muita luta e dificuldade, pois a colonização no Brasil funcionava em sistema de cooperativismo. Muitos japoneses assinavam o contrato de compra da terra no Japão e vinham para o Brasil com suas famílias. Aqui chegando, ao desembarcarem em Santos, seguiam imediatamente para a Colônia ou cafezal onde já tinha contrato para seu cultivo. Esses colonos cooperativistas exigiam seus direitos, deixando de cumprir corretamente os seus deveres e sem mostrar grande produção. Razão esta para se concluir que seria melhor deixar de lado os imigrantes diretos e contar para a colonização em Três Barras com os patrícios existentes no Brasil⁶⁵.

Essas observações indicam as falhas do empreendimento, mas principalmente a insegurança dos imigrantes na nova terra. Por outro lado, o cooperativismo, no início dos anos trinta não é novidade para os japoneses, pois se iniciara em 1927, em Moinho Velho,⁶⁶ e o desembarque e locação dos imigrantes parece ter sido como o foram das outras nacionalidades.

Interessante é a afirmação de que os imigrantes deixavam de "cumprir corretamente os seus deveres e sem mostrar grande produção". Certo que nem todos imigrantes se adaptaram à nova terra, regressando ao Japão, dirigindo-se para outras regiões, etc. Mas o que significava para Tokuya Kobayashi os deveres do imigrante? E quais eram seus direitos? Ele mesmo não responde.

Há outro ponto a considerar com a imigração direta: não deveria ser somente em virtude do não entendimento com os imigrantes diretos que, em Três Barras, se passaria a realizar a colonização "somente com patrícios existentes no Brasil". Deve-se considerar que, no início da década de 1930, o Brasil já contava

com medidas governamentais restritivas à imigração de qualquer nacionalidade e, não caberia aqui a afirmação de que essas restrições eram somente aos japoneses. Tudo indica que o ponto frágil nos entendimentos entre BRATAC e imigrantes eram os contratos de trabalho, ainda assinados no Japão. Com outros imigrantes não nipônicos, esse aspecto pesou deveras nas relações entre os contratantes, e para os japoneses, como ocorreu? Nada se pode afirmar sobre os contratos de trabalho feitos com a Kaigai Ijuu ou outra companhia, em referência a Três Barras, visto terem sido poucos os imigrantes diretos que se dirigiram para a Colônia. Indicação de que, pelo menos, se tentou atraí-los é uma referência, em 1939, quando a BRATAC solicitou da Ijuuchi-Jimusho (Sociedade Migratória do Japão), o envio de imigrantes para Três Barras. Nessa época o problema era visto sob outro ângulo: a concorrência entre as três companhias de colonização existentes - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Nambei Tochi Kaibushiki Kaisha, de Uraí, e a BRATAC. Esta última era a que mais se ressentia pela atração que as outras duas exerciam sobre os compradores de terra ⁶⁷. Ao mesmo tempo, nesse fim de década, os promotores da colonização em Assaí, tentavam atrair elementos brasileiros não descendentes de nipônicos. Por outro lado, não foi encontrada documentação que indique a chegada ou não de imigrantes diretos em Três Barras.

Tokuya Kobayashi, taxativamente, acaba por dizer

De qualquer maneira, sentiu-se necessidade de mudar a política de colonização, auxiliando para que todos se tornassem auto-suficientes e conscientizando-os de que a BRATAC, não tinha obrigação de atender a todos, em tudo ⁶⁸.

E o plano de colonização seria outro.

Assim, para a colonização em Três Barras, iniciada em 1932, prppunha-se desenvolver o "plano de 10 anos de expansão" que em

última análise devia

1. Estabelecer infra estrutura, como estrada, pontes, etc.
2. Oferecer planos especiais de pagamento da terra.
3. Desenvolver uma política de auto suficiência comunitária, ou seja, transferir a responsabilidade administrativa aos imigrantes, desde que a caminho da adaptação à comunidade brasileira.

O "plano de 10 anos de expansão" tinha o objetivo primordial de , no futuro, ou seja, em dez anos, tornar a comunidade autônoma. Para isso se deveria facilitar a adaptação e a vida dos colonos, O plano consistia em dois itens:

Não visar somente o lucro e procurar facilitar ao máximo a vida dos colonos, construindo estradas de ligações para todas as seções, construir pontes, hospedaria para os imigrantes, hospital, escolas, etc. A Sociedade Colonizadora BRATAC reservará e doará terra para a construção de hospital, escolas e moradias para professores e médicos 69.

Fica claro aí, que a época era de investimentos; dever-se-ia oferecer hospitalidade e acesso a toda área, meios necessários para atrair compradores. Em outras palavras, não adiantava esperar por lucros nessa etapa de exploração e ocupação da área. Mesmo porque, reservar áreas para a prestação de serviços - escolas e hospital, era próprio da colonização planejada.

O segundo item dizia

A colônia é dos imigrantes. As benfeitorias devem ser estabelecidas antes da ocupação total da área da Fazenda. Como por parte dos colonos, há dificuldades para iniciar a produção, a Sociedade BRATAC ajudará no cultivo, procurando mais tarde, passar essa responsabilidade para a comunidade. Visando promover a

auto suficiência dos colonos, será permitida a ocupação da área que comprar, antes mesmo de dar o sinal da entrada da compra. Porém, a Sociedade BRATAC não fará empréstimos para a plantação de café 70.

A afirmação, a colônia é dos imigrantes, tem sua razão de ser porque realmente se objetivava iniciar a ocupação da Fazenda com imigrantes japoneses ou seus descendentes. Afirmava-se que um dos maiores motivos da interferência do consulado japonês de São Paulo na orientação para a aquisição de terras por capitalistas japoneses, fora o desejo de ver seus patrícios tornarem-se proprietários da terra 71.

Ao mesmo tempo, esse segundo item transmite a idéia dos laços de solidariedade pois realmente, ali na comunidade, o colono deveria se identificar com seus patrícios, socialmente. Isto significa que ele teria o apoio do "mura", inclusive para a produção agrícola.

É oportuno indagar: o que significa, "ajudará no cultivo", quando haveria ajuda para o cultivo do café? E, como se transmite a uma comunidade, a responsabilidade administrativa? Parte das respostas ficarão mais claras no decorrer de todo o processo de colonização. Mas, fica desde logo observado que tudo isso diz respeito ao "mura"; que, em se tratando de política de colonização, significa nada mais do que o estímulo dado à criação da Associação Japonesa, do Movimento "G.T", da Associação Agrícola e da Cooperativa Agrícola em Três Barras.

Veja-se, então, parte da resposta:

1. A referência ao "estabelecimento de benfeitorias", neste segundo item, chama a atenção, porque ela já está inserida no primeiro. Como explicá-la? Ela diz respeito ao colono, ou seja, deveria o ocupante da terra, inicialmente tratar de alojar-se convenientemente porque é próprio do camponês japonês não se preocupar com isso. Observe-se o relato de Tokujiro Tsutui, em

anexo, como exemplo, de ligação com o "mura" e da pouca importância que se dava para a construção de uma casa. A indicação, assim é, de que a BRATAC orientava o colono para residência permanente.

2. "Ajudar no cultivo" pode ser desdobrado para "orientação na agricultura como complemento ao cultivo da terra" ou orientação na administração agrícola. Isto diz respeito ao "mura" na agricultura e será detalhado adiante.

3. "Passar essa responsabilidade para a comunidade" é o mesmo que dizer, quando se estabelecer a Cooperativa, ela cuidará daquela administração agrícola.

4. Ocupação da área sem efetuar a totalidade do pagamento é o reconhecimento da situação financeira dos colonos japoneses.

5. Não emprestar dinheiro para o cultivo do café, pode implicar, por um lado, no grande número de colonos que desejavam plantar café motivados pelos bons preços, sem que a BRATAC pudesse fazê-lo, e, de outro, o que é mais viável, orientar e aconselhar uma agricultura diversificada.

Observando os dois itens do "plano de expansão", percebe-se ainda que o primeiro deveria ser desenvolvido pela BRATAC, enquanto o segundo, era responsabilidade do colono. Em outras palavras, é a atividade empresarial investindo para posterior lucro com a venda de terras, de um lado; e de outro, a estrutura sócio-econômica do "mura", caracteristicamente do feudalismo japonês sendo adaptada para uma sociedade ideal.

Além desse plano orientado com base no "mura", há outras indicações da presença dessa estrutura em Assaí. Em termos gerais:

1. A tendência do imigrante japonês é posicionar a agricultura dentro do "mura" em uma região de desbravamento.
2. Na estrutura do "mura" o trabalhador dedica-se apenas à técnica do cultivo da terra, descuidando-se da administração agrícola do estabelecimento.
3. Na fronteira do desbravamento, os japoneses não possuem técnicas que lhes permitam adotar um sistema de auto-su-

ficiência.

4. Socialmente, o "mura" pressupõe a existência da Associação Japonesa que se encarrega da escola, esporte, diversão, etc., bem como da intermediação com o "mundo de fora"⁷².

Morio Ono, analisando o preparo de 20 hectares de terra e a condução da administração agrícola, entre japoneses e alemães, constata flagrante contraste. Em ordem de atividade, o japonês:

- derruba toda a mata;
- arranca todos os tocos e prepara a terra;
- utiliza toda a força de trabalho familiar e, mesmo, trabalho assalariado disponível;
- dedica-se ao cultivo, com exclusão da pecuária;
- sujeita-se a habitar e a se alimentar mal;
- a vida e modo de produção têm caráter de economia de mercado.

Já, o imigrante alemão, também em ordem de atividades:

- derruba pequena área;
- assegura a auto-suficiência;
- constrói moradia com pomar e horta ao redor;
- planta trigo;
- cria gado e porcos, fabricando laticínios, lingüiça e similares;
- dedica-se à produção de mercadorias;
- derruba pouco a pouco a mata e aumenta gradativamente o cultivo;
- incorpora-se gradativamente à economia de mercado.

Referir-se aqui ao trato da terra pelo imigrante alemão, tem apenas o intuito de oferecer mais um parâmetro para a devida apreensão do sentido da agricultura para o imigrante nipônico.

Tendo em vista esse sentido pelo trato da terra, o depoimento do imigrante Tokujiro Tsutui é significado para complementar as afirmações de Morio Ono. Do relato, destaca-se

A revolução terminou em outubro, quando começou a chuva intensa. O chão do casebre provisório começou a inundar. O gerente Saito ao visitar-nos aconselhou a construção de uma casa num lugar mais alto por ser saudável, mas ocupados com a plantação e com a falta de instrumentos de carpintaria para a confecção de ripas e cumeeiras fomos deixando a construção. Também, ... não tínhamos outra alternativa. Aguardávamos a chegada do empreiteiro Nishimura para tratarmos da construção da casa. Nesse ínterim, começaram a chegar as sementes de milho, que para a plantação ocupávamos 7-a 8 trabalhadores diariamente. Assim, conseguimos plantar 20 alqueires de terra nos lugares desmatados. Dias depois de terminada a plantação, o empreiteiro chegou e pudemos construir a casa e fazer a mudança⁷³.

O trecho mais significativo que demonstra, sem dúvida alguma, a existência da estrutura do "mura" em Assaí, pode ser apreendido das afirmações de Tokuya Kobayashi, O ano é de 1934.

Depois da inauguração da Associação, o "bairro" Central começou a trabalhar para melhorar a agricultura, dentro do que uma Associação pode efetuar. Foi formado em cada "bairro" um grupo, muitas vezes denominado Associação Japonesa, que fazia reuniões e acabou formando órgãos próprios, criando a autonomia de "Bairro". Com o aumento da população na Fazenda, e para controle de todos os "bairros" pensou-se em estudar a organização de uma Associação em Três Barras, construir um hospital, o consultório médico, enfim, se organizar⁷⁴.

Na Fazenda Três Barras, dividida em seções, seus elementos denominavam essas divisões de "bairro". A gleba foi dividida nas seguintes seções: Figueira, Carcaia, Cebolão, Amoreira, Cedro, Caviúna, Palmital, Bálsamo, Tamboril, Roseira, Jangada, Paineira, Peroba, São João, Couro de Boi, Jacutinga, Coqueiro, Santa Cecí-

lia e Central. Nos primeiros anos da colonização e segundo a época em que foram ocupadas, eram denominadas, por exemplo, Bairro Peroba. Esse posicionamento frente à divisão da gleba aparece na documentação pesquisada, no momento da manifestação da liderança dentro desses "bairros" ou seções. Este item será mais profundamente explorado no próximo capítulo.

Cada "bairro" tinha seu líder que fazia parte de reuniões de interesse para toda a comunidade. É notório que a maior preocupação dos imigrantes japoneses no Brasil foi a apresentação da cultura baseada no "ie". Dessa cultura, o veículo foi a escola. Esta questão, quando se observa a colonização da BRATAC em Assaí, permite que se perceba a conjugação dos interesses e anseios dos imigrantes e da orientação dada pela Companhia. Ilustrativo dessa conjugação é a informação do gerente em Três Barras, a respeito do ensino,

Em geral, nas outras colônias, as escolas são construídas pelos moradores; em nossas colônias, construímos as escolas e os moradores quem as dirigem. Há dificuldade para se contratar bons professores de japonês, mas não para nossas escolas porque a BRATAC tem condições de convidar bons mestres ⁷⁵.

Essa política estava ligada também à atração que a escola exercia sobre os compradores de terras. Em 1932, quando se iniciou o desmatamento da Fazenda, também se construía uma escola, que acabou sendo usada inicialmente como hospedaria ⁷⁶. Em fins de 1933 era iniciada a construção do prédio da Escola Primária Central ⁷⁷. Para a sua inauguração, em fins de 1934, contratava-se Massayuki Tsujimoto como professor de língua japonesa ⁷⁸. No ano seguinte, com a sua oficialização, o professor Antonio Marcondes seria o responsável pelo ensino da língua portuguesa ⁷⁹.

Outras citações corroboram para identificar o "mura" em Assaí; "Com o aumento dos colonos, fez-se necessário um entrosamen-

to maior para que se mantivessem o controle agrícola e o progresso cultural". "A preocupação de todos era conservar o espírito e a cultura japonesa, introduzindo o espírito brasileiro de acordo com as leis". "...dever-se-ia criar alguma Associação que manifestasse interesse em melhorar a agricultura, em orientar e introduzir novas técnicas agrícolas, etc" ⁸⁰.

Convém assinalar que a estrutura do "mura" ficará diluída na colonização propriamente dita e, por isso mesmo, não será objetivamente identificada em todo o processo colonizatório. Essa estrutura é mais perceptível enquanto os líderes da comunidade são "nísseis". Os "isseis" já representam meio caminho para a integração ou adaptação à sociedade brasileira. O mais significativo dessa situação é que o "mura", embora com suas raízes no "feudalismo" japonês, ao entrar em contato com a frente pioneira do Norte do Paraná assumiu características do capitalismo ocidental, realizando o que Hiroshi Saito chama "mura à brasileira". Desse modo, apenas algumas décadas ou mesmo alguns anos serão suficientes para inserir os japoneses na comunidade paranaense.

Assim, a estrutura do "mura", ou o "mura à brasileira", em Assaí, teve papel importante na adaptação dos japoneses e seus descendentes à sociedade receptora e, por conseguinte, na sua integração à economia de mercado.

É oportuno retomar o exame do "Plano de 10 anos de expansão" da BRATAC. O primeiro sub item é sobre o estabelecimento de infraestrutura, essencial para a ocupação da Fazenda.

Os primeiros funcionários para Três Barras iniciaram o desmatamento da área, em maio de 1932. Logo constroem o escritório provisório e iniciam o melhoramento de um trecho de estradas até a Fazenda Três Barras - a antiga estrada Jataí - São Jerônimo ⁸¹.

O problema maior dessa primeira etapa foi a escolha do terreno para o estabelecimento da cidade. A BRATAC determinara o centro da gleba, ao norte do rio Peroba, como local ideal. Porém com a derrubada da mata percebeu-se que a área estava cheia de pedras grandes. ⁸².

Em novembro de 1932, em substituição ao gerente Saito, transferido para a Colônia Tietê, chegava à fazenda Kaito Usui. Logo ele perceberia a inconveniência da instalação da cidade no terreno determinado pela BRATAC. Ao pedir autorização para localizá-la 3 quilômetros distante do atual terreno, a BRATAC recusaria o pedido "alegando que não se poderia empatar importâncias superiores às do orçamento"⁸³. Negada a transferência, restava estabelecer casas e instalar o encanamento de água. Pelas condições do terreno, planejou-se "colocar uma bomba de 3 Hp no rio Sede, que levaria água até um tanque com capacidade para 300.000 litros, colocado no ponto mais alto da cidade"⁸⁴. O plano foi aprovado pela BRATAC, mas o financiamento somente sairia em 1934⁸⁵. Em 1935, quando entrava em funcionamento esse sistema de abastecimento, outro problema surgiria: "em épocas de seca, o rio Sede era insuficiente para atender as 60 casas"⁸⁶. Contornou-se o problema reservando 20 alqueires de mata virgem na cabeceira do rio, e, foram iniciados estudos para a perfuração de um poço artesiano⁸⁷.

Mas somente em 1939, ficaria pronto o encanamento de água e se iniciariam as obras de perfuração do poço artesiano⁸⁸.

É possível distinguir outras atividades da gerência em Três Barras para possibilitar a ocupação: construção de estradas e pontes, de escolas, hospital e apoio à instalação de serviços comunitários, como olaria, casas de comércio, etc.

O Quadro I indica que, até 1935, as estradas que a Companhia considerou primordiais estavam construídas e que a prioridade dada a elas significou, em 1933, número reduzido -- o menor do período -- para a construção de estradas secundárias. Entretanto, a construção dessas estradas segue movimento mais ou menos constante. Enquanto em 1932 constrói-se número maior de quilômetros de estradas secundárias, é em 1933 que se observa diferença mar-

QUADRO I

Construção de estradas e pontes, na Colônia Três Barras, entre 1932-1941.

Ano	Estradas de rodagem (m)			Pontes	
	Principais	Secundárias	Total acumulado	Quantidade	Comprimento
1932	12 488,0	17 968,0	30 456,0	-	-
1933	26 294,0	800,0	57 050,0	2	24,0
1934	7 809,0	7 779,9	73 138,9	1	25,0
1935	13 856,8	28 623,5	115 619,2	2	19,0
1936	-	41 495,5	157 114,7	4	23,3
1937	-	16 913,9	174 038,6	7	34,5
1938	-	50 977,4	225 006,0	3	11,3
1939	-	32 717,0	257 723,0	2	14,0
1940	-	47 302,0	305 025,0	5	50,2
1941	-	10 552,3	315 577,3	4	33,3
Total	60 447,8	225 129,5	315 577,3	30,	240,9

Fonte: Tokuya Kobayashi. p. 108

cante. Neste ano, a quilometragem das estradas principais é a maior dos quatro primeiros anos da colonização. Tudo leva a crer que essa atividade tenha interferido na venda de terras, que acusa um movimento bastante fraco - vide o Gráfico 3 à página 107

Pelo mesmo gráfico, em 1934, há aumento da venda de terras e ambos os tipos de estradas são construído. Até 1935, mais de 115 quilômetros de estradas são construídos, ao mesmo tempo que 5 pontes totalizavam 68 metros. Até 1941, constroem-se 30 pontes, numa totalidade de 240 metros, não sem razão, porque a região está bem servida com rios e riachos.

A construção de estradas, em 1936, aumenta em relação ao ano anterior; já para a venda de terras, observa-se diminuição. De 1932 até 1941, com exceção de 1939, esse fenômeno pode ser observado: enquanto aumenta a quilometragem na construção de estradas, diminui a venda de terras. Como explicar? É suficiente considerar uma certa distribuição de atividades pela gerência de Assaí? Ou construía-se as estradas antes de vender as terras daquela

área? Ou se construíam estradas para atender as terras vendidas? Nenhuma afirmação cabal pode ser feita para explicá-lo. Por outro lado, não há subsídios para se elaborar um mapa onde sejam mostradas essas estradas e pontes. Apenas o mapa 20 de 1967, em anexo, permite a observação da rede de estradas, mas ela representa outra fase.

Fora disso, o relatório de maio a novembro de 1932 informava

Alargamento de 3 metros do trecho de 18km entre Jataí e São Jerônimo pelo empreiteiro Kataoka. Inauguração da ponte sobre o rio Tigre, com 3 metros de largura por 25 de comprimento. Construção de duas estradas principais, uma com 7.000 metros por 4 de largura, outra com 5.488 metros de comprimento por 3 de largura ⁸⁹.

"De qualquer maneira deve ser registrado que a construção de estradas nessa Colônia foi um dos trabalhos mais difíceis pela topografia difícil e tipo de terra existente" ⁹⁰.

As atividades da gerência junto às escolas já ficou delineada anteriormente, mas chama a atenção o mecanismo criado pelos colonos para a manutenção da cultura por ocasião da proibição do funcionamento das escolas japonesas. Criou-se em Assaí, em 1938, a Associação de Judô e Kendô (esgrima) - Juu-Rendoo Renmei, com a justificativa apresentada em relatório.

Após o fechamento das escolas primárias da zona agrícola, como é do conhecimento de todos, ficou impossibilitado o ensino japonês. Para substituí-las resolvendo o problema de maneira eficaz e racional, não houve outra solução senão proceder o ensino por correspondência ou com professor particular. Esse tipo de ensino, motivado pelo curto tempo, exclui a educação espiritual, o forjamento corporal, o treinamento para participação social, etc, que é

óbvio não ser possível aprender como se estivesse na escola. Não é somente ensinar a ler, escrever e fazer contas que é o objetivo da educação. Não há necessidade de falar agora, que o importante para os "nisseis" é o treinamento espiritual. Para isso, todos nós, os japoneses existentes aqui, somos responsáveis. Em resposta à falta que faz uma escola, inaugurou-se no dia 6 de agosto, em Três Barras, a Associação de Judô e Kendô (Juu-Kendô Renmei), que ficará responsável pela divulgação da educação espiritual, corporal e social, e, ainda mais, educação sentimental para moças, crianças e adolescentes. Há poucos dias se inaugurou a Associação e ainda nada foi realizado, mas para concretizar nosso intenso, solicitamos a colaboração de todos 91.

Esse posicionamento da população frente ao ensino da língua japonesa e transmissão da cultura está relacionado com o conflito mundial de 1939, que não será analisado neste trabalho.

As atividades da gerência junto à comunidade estenderam-se também para a saúde. Para a construção do hospital houve envolvimento entre BRATAC e "mura", partindo deste o maior empenho para a construção do prédio. Entretanto, desde que se iniciou a colonização, a BRATAC não se descuidou de oferecer aos colonos atendimento médico. No relatório de maio a novembro de 1932, em meio a outras informações, a questão da saúde é acentuada.

A situação atual da colonização de apenas dois meses, não é animadora, mormente com carência de materiais. As 6 famílias imigradas chegaram justamente durante a revolução, e com a falta de alimentos o sacrifício foi grande. A chuva dificultou o desmatamento e a queimação. A terra é saudável e além do que se esperava. Não houve muitos doentes. A maleita que é temida, não se manifestou. Houve casos de difteria amebiana porque não há poços e o

povo toma água do rio. Em caso de emergência, é chamado o médico de Jataí ⁹².

Em julho de 1933, quando ficou terminado o novo prédio do escritório da BRATAC, em Três Barras, numa de suas salas começou a funcionar o consultório médico e a farmácia ⁹³. Anteriormente, os colonos dirigiam-se até Jataí e a partir desta instalação, o médico da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, contratado pela BRATAC, dirigia-se duas vezes por semana para Assaí ⁹⁴. Em 1935, foi construído outro prédio para consultório e residência do médico ⁹⁵.

O atendimento médico chegou a uma organização bastante peculiar. Em 1934 foi fundada, em Assaí, uma "Associação de Consultas Médicas" que oferecia ao associado, seguro de saúde em grupo - para casos de internamento hospitalar, consultas gratuitas e remédios a preço de custo. Dirigia a Associação o próprio médico que visitava a Colônia ⁹⁶. Tratava-se do médico Edgard Barddal que, desde o início da colonização, assistiu a população de Assaí e adjacências ⁹⁷.

É possível que essa Associação tenha tido algum envolvimento com os "muras", cabendo à Cia, um envolvimento menor. Mas não foram examinados outros documentos para validar essa afirmação.

Em fevereiro de 1937, com o surgimento de uma epidemia de tifo e pela precariedade do consultório médico para atender os pacientes, o escritório local cedeu material para a construção de um alojamento que ficou pronto em dois dias. Diante dessa situação, formou-se um comitê pró construção do hospital. Seus representantes dirigiram-se à BRATAC, onde foram estudadas as sugestões e aprovado o plano para iniciar a construção.

A iniciativa da construção partiu dos "bairros" visto que, "... os colonos ficaram apreensivos e os responsáveis de cada "bairro" levantaram algumas doações para a construção do alojamento provisório para isolar os doentes tifóides" ⁹⁸.

Nos primeiros anos da ocupação, o escritório local dispôs-se a estimular o estabelecimento, por particulares, de serviços comunitários. Inicialmente, com o objetivo de embelezar a cidade, concedia-se isenção do imposto predial, por um ano, àquele que construísse casa de alvenaria com mais de 24 metros quadrados ou àqueles que cobrissem suas casas com telhas. Acompanhava essa estratégia, a doação de 5 alqueires de terra aos que se interessassem em montar uma olaria. Disso resultou que, em 1934, já se produzia telhas e tijolos para Três Barras. Outro estímulo foi a doação de terrenos para os que instalassem casas de comércio. Em 1933, serviram-se de doações a Casa de Comércio Yamaçuti, o Açougue Yokoyama e o Hotel Miyake ¹⁰⁰.

O segundo sub item do "Plano de 10 anos de expansão" trata das modalidades de pagamento para a aquisição de terras.

No Paraná, na década de 1930, assiste-se ao desmembramento ou fracionamento das grandes propriedades. Isso irá de encontro com objetivo das companhias japonesas, qual seja, a divisão de suas glebas em pequenas propriedades. Assim, a localização e a topografia do terreno deveriam permitir essa divisão.

A exemplo das terras vendidas nas colônias da BRATAC, em São Paulo, que oferecia três modalidades de pagamento - à vista, com desconto de 10%; a prazo, em 5 anos, sujeito a modificação, e para cafezais, em 10 anos, com carência de três ¹⁰¹; no Paraná, a Companhia oferecia a última opção: 10 anos para efetuar o pagamento da terra. Essa modalidade foi tomada "com o objetivo de efetuar plantações de curto ciclo entremeado com o café, e , para assim efetuar os pagamentos para a rápida independência dos colonos" ¹⁰².

Note-se, assim, que a comunidade, quanto ao prazo para pagar a terra adquirida, somente alcançaria sua autonomia após 10 anos. Em 1942 a BRATAC previa concluir a colonização, emancipando a Colônia.

A viagem do primeiro gerente para as terras da futura Colônia Três Barras já inaugurava o anúncio da venda de lotes. Para isso, foi oferecido um jantar para as pessoas influentes de Jataí e instalado um escritório provisório. Logo também era divulgado pela imprensa o seguinte esquema de propaganda,

Todas as pessoas que estiverem interessadas em verificar o terreno, independente da compra, as despesas de transporte da Estação Jataí até o local, mais a hospedagem de dois dias ficarão por nossa conta. No caso de aquisição do terreno, a passagem de Ourinhos a Jataí, será descontada na primeira prestação, e, a carga de dois caminhões de mudança após a Estação Jataí até o terreno, ficará por conta da Sociedade Colonizadora BRATAC. Além disso, a Companhia fará todo o possível para ajudar o desmatamento e outras necessidades para o Contratante 103.

Além desse esquema, Achira Kikuti, diz que o "sistema de propaganda da BRATAC era indireto, proporcionando atendimentos especializados aos colonos radicados, que se encarregariam de veicular esses atendimentos a outros compradores de terras" 104.

E a ocupação da área se iniciava com número significativo de famílias, segundo o relatório de maio a novembro de 1932,

Até setembro foram compromissados em contrato: 50 quarteirões para 43 famílias, com 565 alqueires de terra de segunda classe; 4 quarteirões para duas famílias, com 35 alqueires de terra de primeira. Demarcação de 17 quarteirões e desmatamento de 50 alqueires para 16 quarteirões. Inicialmente contava-se com 6 famílias brasileiras com 22 pessoas, passando depois para 19 famílias com 64 pessoas, inclusive os funcio-

Como se observa, em 1932, os trabalhos eram feitos para situar e preparar o local da futura Assaí. No segundo semestre de 1933, com a demarcação terminada, eram elaborados os planos de pagamento para a área urbana e suburbana (chácaras).

O Quadro 2 apenas indica a diferença de preços, segundo a qualidade do terreno e segundo a localização, se em área urbana ou semi-urbana. Os da área urbana eram mais caros,

QUADRO 2

Preço de lotes urbanos e suburbanos, em Assaí, no ano de 1933

Qualidade do Terreno	lote urbano	lote chácara(alqueire)
primeira	1 400\$000	1 000\$000
segunda	1 200\$000	800\$000
terceira	1 000\$000	600\$000
quarta	800\$000	
quinta	700\$000	
sexta	600\$000	
sétima	400\$000	
oitava	300\$000	

Fonte: Tokuya Kobayashi, p. 31.

A indicação das categorias não é acompanhada da informação sobre as medidas, se em hectare, metro quadrado ou alqueire dos lotes urbanos. A exemplo do loteamento feito pela Nambei Tochi Kabushiki Kaisha de Uraí, essa medida pode ter sido feita em metros quadrados. Também, não foi encontrada nenhuma indicação das condições que determinaram as oito qualidades de terreno. O mesmo acontece com os terrenos para chácaras. Para estes, o mapa da planta da Fazenda Três Barras mostra a situação da futura cidade, bem como a inexistência de aguada na maioria dessas chácaras. Mais tarde, haverá outro local de chácaras (conforme o mesmo mapa) a oeste e mais ao sul de Assaí, na Vila Alto Pau d' Alho. Estaria a BRATAC interessada em formar ali outro centro urbano? A seção

Amoreira que não teve essa divisão, se tornou distrito, e, em 1951, município.

A diferença nos preços entre os lotes urbanos e as chácaras são acompanhados de tipos diferentes de planos para pagamento. Os preços do quadro - lotes urbanos - eram para pagamento em quatro anos. À vista, havia desconto de 25% e, para pagamento em um ano, 10% de desconto ¹⁰⁶. Já para as chácaras, havia duas opções de pagamento: à vista, com desconto de 10%, ou em duas parcelas pagáveis em 1 ano ¹⁰⁷.

É oportuno informar como se organizou a Fazenda Três Barras. O objetivo da Kaigai Ijuu era de adquirir grandes extensões de terra para dividi-las em pequenas propriedades. Seguindo essa orientação, a Fazenda foi dividida em seções. Estas, por sua vez, também divididas em pequenas e médias propriedades, atendidas por aguadas e estradas. O mapa da "planta da fazenda Três Barras", em anexo, mostra esta disposição. O mapa 20 também em anexo, de 1967, dá a mesma visão.

Outro esquema de propaganda, montado em 1933, foi a contratação de novos agentes de venda, que consumia 1/3 do orçamento para Três Barras, entre despesas com os interessados e os 10%, sobre a venda, pagos aos vendedores. Cada um destes, formava um grupo de 20 a 30 pessoas que examinavam os terrenos ¹⁰⁸.

Desse modo, apesar da Companhia ditar em seu plano que a colônia era para os imigrantes, procurava também atrair compradores de terra não nipônicos ¹⁰⁹.

As investidas nas vendas encontravam, por outro lado, em 1933, um ano pouco favorável. Alegava-se que tanto para a BRATAC quanto para a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, as vendas estavam difíceis porque "devido à febre do algodão em São Paulo, muitos corriam para arrendar a terra já pronta para a plantação" ¹¹⁰. Além disso, o escritório local em Três Barras, apontava que o pouco êxito nas vendas era porque "os observadores que desciam na estação Jataí, cidade à porta da Colônia, eram desvia-

dos para Londrina" ¹¹¹. Mais significativa dessa situação é a afirmação de que "os japoneses olhavam para o Paraná como se fosse o fim do mundo" ¹¹². Naturalmente porque faltavam gêneros e os preços das mercadorias eram altos.

Segundo o Quadro 3, nesses dois anos, entraram na Colônia 78 famílias, 28 na área rural e 50 na área urbana. O Quadro 4 mostra que das 28 famílias residentes na área rural, 26 delas eram proprietárias de terras. A área vendida era pouca - 583,88 alqueires - e significava apenas 3,1% do total (vide Quadro 5).

As 50 famílias residentes na área urbana deveriam ser os funcionários e trabalhadores da BRATAC, os comerciantes, etc ¹¹³. Aliás, área urbana implica em infra estrutura, o que não define um povoado ou mesmo uma clareira no meio da mata, como era a Colônia Três Barras nesses dois primeiros anos de colonização. De toda forma, esse núcleo inicial não é o local da futura Assaí, que estando planejada, por essa época, era instalada.

Pelos Gráficos 2, 3 e 4 observa-se que enquanto em 1932 e 1933 diminuíram as vendas, crescia o número de famílias entradas na Fazenda. Tudo indica que foram vendidas maior número de propriedades com pequena área. Por outro lado, afirmava-se que a Revolução de 1932 atrapalhava a locomoção e comunicação com a matriz em São Paulo, bem como a entrada de imigrantes e os trabalhos iniciais na Fazenda ¹¹⁴. Em 1933 e 1934 há aumento generalizado.

Em 1934, a área vendida aumenta em 10,5% em relação aos 3,1% do ano anterior, vendas somente superadas pelas de 1940 e 1941, (vide Quadro 5). Por outro lado, o número de habitantes entrados na Fazenda não apresenta aumento muito significativo em relação aos anos anteriores. (Vide Quadro 3). Cresce, também a extensão dos alqueires desmatados: dos 199, em 1932, e 67 em 1933, atinge-se quase o dobro com 496 em 1934 ¹¹⁵.

Há o início da ocupação de novas glebas - Bálsamo, Figueira e Palmital. Segundo o gerente do escritório local, deve-se considerar a experiência bem sucedida de Heijuu Akagui com uma planta-

QUADRO 3

Número de habitantes entrados anualmente, segundo a residência, na Colônia Três Barras, entre 1932-1941.

Ano	Área urbana		Área rural		Total	
	famílias	pessoas	famílias	pessoas	famílias	pessoas
1932	13	48	6	20	19	68
1933	37	62	22	121	59	183
1934	42	67	53	279	95	346
1935	82	516	108	631	190	1 147
1936	6	40	105	644	111	684
1937	27	128	123	721	150	849
1938	2	12	69	200	71	212
1939	12	69	26	225	38	294
1940	20	89	619	3 484	639	3 573
1941	19	111	223	1 199	242	1 310
Total	260	1 142	1 354	7 524	1 614	8 666

Fonte: Tokuya Kobayashi. p. 110

QUADRO 4

Número de habitantes entrados anualmente, segundo a condição do produtor, na Colônia Três Barras, entre 1932-1941.

Ano	Proprietários		Parceiros e assalariados	
	famílias	pessoas	famílias	pessoas
1932	6	20	-	-
1933	20	112	2	9
1934	45	240	8	39
1935	65	404	43	227
1936	65	429	40	215
1937	106	590	17	131
1938	59	161	10	39
1939	22	204	4	21
1940	353	1 845	226	1 639
1941	139	765	84	434
Total	880	4 770	474	2 754

Fonte: Tokuya Kobayashi. p. 111.

QUADRO 5

Área vendida na Colônia Três Barras, entre 1932-1941, em alqueire.

Ano	Área vendida	Total acumulado	Porcentagem em relação ao total
1932	367,37	367,37	2,0
1933	216,51	583,88	3,1
1934	2 141,43	2 725,31	13,6
1935	1 036,63	3 761,94	20,2
1936	897,60	4 659,54	25,0
1937	1 342,51	6 002,05	32,2
1938	332,22	6 334,27	34,0
1939	595,29	6 929,56	37,3
1940	4 475,70	11 405,26	61,3
1941	2 702,62	14 107,88	75,8

Fonte: Tokuya Kobayashi. p. 109.

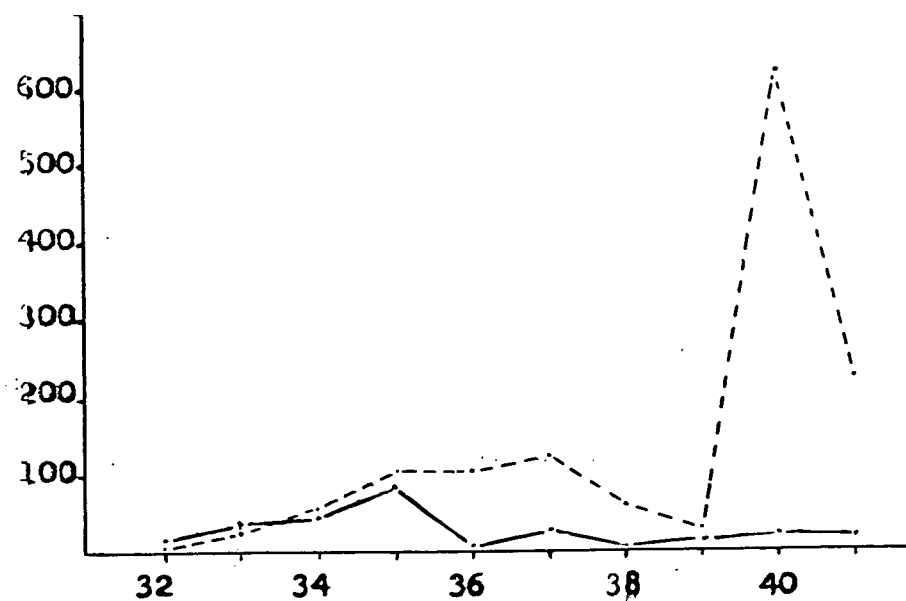
ção de algodão: numa área de um alqueire, produziu-se 360 arrobas, quantidade considerada excepcional pelos observadores ¹¹⁶.

No ano de 1935, as vendas de terras não são superiores às de 1934. Assiste-se a um maior número de famílias entradas na área rural. Enquanto a área vendida aumenta 6,6% em relação ao ano anterior. (Vide Quadro 5), a população aumentou em dobro. (Vide Quadro 3).

Em 1932 e 1933 ocorreu fenômeno semelhante, mas se tratava do início da ocupação. Agora em 1935, ocorria aumento da produção agrícola não acompanhada de comercialização satisfatória. O Quadro 4 indica que enquanto de 1933 a 1934 dobrou o número de proprietários entrados na Fazenda, o número de parceiros e assalariados aumentou em 5 vezes. Isto explica a grande produção e a tentativa de muitos colonos oferecerem a colheita como garantia para o pagamento da prestação da propriedade, sem êxito porque a BRATAC proibiaao escritório local emprestar dinheiro aos colonos ou mesmo negociar. A solução encontrada pelo gerente em Três Barras, na ocasião foi permitir o adiamento do pagamento ¹¹⁷. Daí o fato da maior população entrada na Fazenda sem que a área vendida - 1.036,63 alqueires - tivesse se aproximado ou

GRÁFICO 2

Número de habitantes entrados anualmente, segundo a residência, na Colônia Três Barras, entre 1932-1941.



Fonte: Quadro 3

— população urbana
- - - população rural

GRÁFICO 3

Número de habitantes entrados anualmente, segundo a condição do produtor, na Colônia Três Barras, entre 1932-1941.

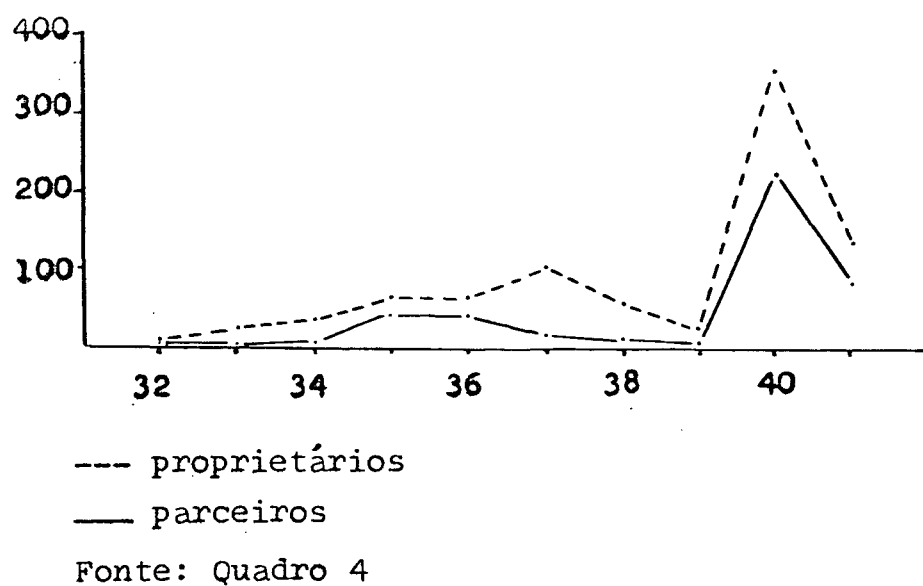
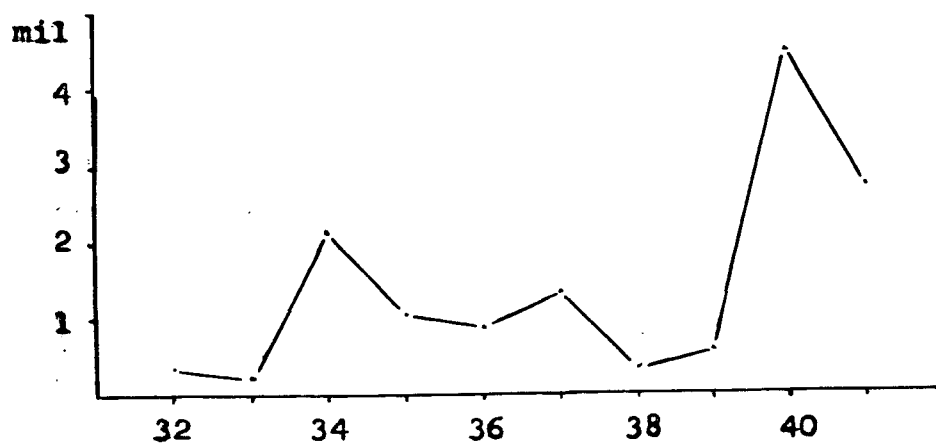


GRÁFICO 4

Área vendida na Colônia Três Barras, entre 1932-1941. (alq.)



Fonte: Quadro 5

ultrapassado os 2.141,43 alqueires de 1934. (vide Quadro 5).

Em 1936, vende-se ainda menos alqueires que em 1935. A entrada de famílias na área urbana, até este ano, não havia sido tão pequena. A população rural, em número de pessoas, é a maior até então, (Vide Quadro 3). Quanto à entrada de famílias como proprietária, parceiras e assalariadas, permanece praticamente mesmo nível do ano anterior. É possível que a venda de terras tenha sido baixa porque o escritório local estava envolvido, logo no início do ano, com a aquisição de mais 6.100 alqueires contíguos a Três Barras, e posteriormente a isso, aos trabalhos de medição, loteamento, etc.

Tokuya Kobayashi observa que depois de quatro anos do início da colonização, já se provava que o norte do Paraná oferecia condições favoráveis para a fixação de japoneses: clima, terra fértil e apoio do governo Manoel Ribas, receptivo aos japoneses. Da mesma feita, a venda de poucos ou muitos alqueires não deveria obscurecer a visão empresarial para novos investimentos. Esta visão pode ser identificada na atividade do gerente da Fazenda Três Barras em 1936, Kaito Usui. Considerava ele que

Para levar avante o plano de progresso de Três Barras seria a época ideal, mas, uma colônia de apenas 12.500 alqueires de terra seria pouco para a sua realização. Deveria estudar o meio de aumentar a sua área e ao mesmo tempo procurar aumentar os colonos. No futuro, estudar um meio para que a estrada de ferro passasse dentro da própria Fazenda e, formar Prefeitura. Sem esse plano não poderia ter esperança de progresso e, o primeiro passo seria a compra de 6.100 alqueires da área vizinha.

O relatório do gerente, solicitado pela BRATAC informava ser a área de topografia idêntica à Fazenda e, por ser contígua, facilitaria a sua administração. A demarcação desse terreno não

seria trabalhosa porque as estradas abertas pela BRATAC chegavam até a divisa e, mesmo a estrada estadual Cambará-Jataí passava a 15 quilômetros, ao norte do terreno, bem como ao sul, pela estrada São Jerônimo-Jataí, chegava-se à última cidade com um percurso de mais ou menos 30 quilômetros. Havia duas conveniências para a compra: o interesse de alguns proprietários vizinhos dessa área, em adquiri-la porque se tratava de terra fértil e, o preço do alqueire à vista 220\$000 (duzentos e vinte mil réis), relativamente baixo quando comparado àqueles pagos pela BRATAC e Nambei, na década de 1920. Observava ainda que os gastos administrativos, com a nova aquisição, aumentariam em 20% ¹¹⁹.

Analisado esse relatório, a BRATAC enviou o gerente Kaito Usui a Curitiba para iniciar a negociação com os Irmãos Hauer. Ao mesmo tempo, pedia financiamento junto à Kaigai Ijuu no Japão. Em 8 de fevereiro era dada a autorização para o empréstimo e a 11 do mesmo mês era efetuado o contrato de compra e venda, ao preço de 270\$000 (duzentos e setenta mil réis) o alqueire. Com esta aquisição, a Fazenda Três Barras passou a ter área de 18.600 alqueires, extensão por ela loteada ¹²⁰.

Com essa compra, a Fazenda Três Barras passou a se limitar ao norte, com as terras de Nambei Tochi Kabushiki Kaisha que, nesse ano de 1936, iniciava o planejamento de suas atividades. A proximidade com terras por onde passavam os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, reviveu a idéia da construção da ferrovia até Assaí, levando o gerente Usui e o diretor administrativo da BRATAC a elaborarem um projeto. Sabe-se, entretanto, que em Assaí não há ferrovia.

Referindo-se a isso, Tokuya Kobayashi diz apenas que foi nomeado representante da K.K.K.K., Manjiro Watanabe que trataria do projeto inicial da colonização, e não informa por que a idéia da construção da ferrovia até Assaí não foi avante ¹²¹.

A proximidade com as terras da Nambei Tochi e o plano para iniciar seu loteamento em 1937, trazia junto à BRATAC a idéia de

concorrência. Ainda, havia mais os 6.100 alqueires para serem vendidos até 1942, que não alterando a orientação quanto ao estabelecimento de infra estrutura ou tamanho das propriedades, levaria, no entanto, a uma nova investida para a venda de terras.

Estimara-se, para os 5 primeiros anos da colonização, a venda anual de 2.000 alqueires. No início de 1936, constatava-se a venda de apenas 3.800 alqueires aproximadamente, e não, os 10.000 previstos. A partir de então, a meta seria a venda anual de 2.500 alqueires para retorno do capital investido ¹²².

Já em 1936, não se conseguiu alcançar o objetivo. Venderam-se apenas 897,60 alqueires. O gerente em Três Barras acrescentava que o desinteresse pela aquisição de novas áreas era fenômeno observado em todo o Norte do Paraná, em decorrência da geada de 1936. Além disso, os que se interessavam na aquisição de terras, aguardavam o início do loteamento da Nambei, visto que sua terra era considerada de ótima qualidade. Para muitos que moravam em Três Barras, dizia o gerente, houve maior interesse para investimentos na plantação do algodão, pelo surgimento e estímulos oferecidos pelas empresas BRASCOT e Algodoeira do Sul (Toomem), do que com a aquisição de novas áreas ¹²³.

Para resolver essa situação, o escritório local não viu outra solução senão aumentar o número de agentes de vendas, "escolhendo as pessoas mais influentes de cada região para exercer essa função", e expedindo os próprios funcionários, para viajarem e conhecerem a Fazenda Três Barras ¹²⁴.

Em 1937, enquanto há aumento no número de entradas de famílias e aumento das vendas, o número de famílias parceiras e salariadas diminui. Isto pode indicar que algumas delas tenham se tornado proprietárias, visto que neste ano se iniciavam as vendas da seção Pau d' Alho e dos 6.100 alqueires, como também muitos dos que para lá se dirigiram desistiram do contrato, perdendo a entrada, por causa da má colheita e baixa no preço do algodão ¹²⁵.

De toda forma, também em 1938, a entrada de famílias parceiras e assalariadas será pequena, e 1939, é o ano em que entra o menor número desses trabalhadores em todo o período. Já em 1940, cresce 56 vezes: de 4 famílias em 1939, para 226, (Vide Quadro 4).

Note-se que, em 1938 e 1939, o número de famílias entradas na Fazenda diminui. Essa baixa terá correspondência nas vendas, somente em 1938, aliás, o pior de todo o período. Para essa crise, nesses dois anos, alegava-se que as melhores terras, estavam vendidas. Entretanto, pesava muito mais, a concorrência da Nambei Tochi. Nesse ponto, ponderava-se que o terreno daquela área era mais plano que em Três Barras, além de que, "no caso de disputa com Congonhas, Três Barras leva desvantagem devido a estrada de ferro servir a primeira e distar 20km da segunda".¹²⁶

Não sem razão falava-se em concorrência. O Quadro 6 mostra

QUADRO 6

Número de propriedades vendidas pela Nambei Tochi Kabushiki Kaisha entre 1938 - 1942.

Categorias de área / Ano	1938	1939	1940	1941	1942
até 60,50 ha	74	219	77	93	8
até 242ha	5	13	5	7	-
mais de 242 ha	-	3	-	1	1
Total	79	235	82	101	9

Fonte: Arquivo da Nambei Tochi Kabushiki Kaisha.

que em 1938 e 1939, a Nambei Tochi vendeu 314 propriedades, sendo 235 delas em 1939,^a ano em que mais se vendeu terras em Pirianito (Uraí). Em 1938 foram vendidas 74 propriedades com área até 60,50 hectares e 5 com área entre 60,50 e 242 ha. Em 1939, 219 propriedades atingiam área de 60,50 hectares, 13 até 242 e 3 delas com mais de 242 alqueires. Em 1940-41 houve concorrência.

Em 1938, com vendas tão baixas, o escritório local planeja nova estratégia para atrair compradores. É o plano de "contratos de milho a meio", com a introdução de famílias brasileiras. "Faz-se contrato de 5 anos para a plantação de milho a meio e por meio de-

le se paga a terra. Em área de segunda qualidade, com 5 alqueires desmatados, dá-se casa construída e empréstimo para a plantação. O contratante compra toda a produção ¹²⁷.

É possível que o milho tenha sido escolhido, com certa precipitação, porque se trata de cultura temporária, útil na engorda de suínos, de fácil comercialização e forte substitutivo do arroz na alimentação humana. Nesses anos de 1938 a 1940 destaca-se na Fazenda Três Barras, a produção de café, algodão, arroz, feijão e milho. Como se verá em outro capítulo, com exceção do milho, com produção significativa, todos são comercializados. Outras implicações com esse tipo de "contrato a meio" devem ser responsabilizadas à orientação do Movimento G.T..

Além da citação de Tokuya Kobayashi sobre a comercialização de suínos com a Matarazzo em Jataí ¹²⁸, o trabalho de Beatriz Mello Pettei mostra relação muito grande entre a produção de milho e criação de porcos, no norte do Paraná ¹²⁹.

Mesmo com o "contrato de milho a meio", em 1939, as vendas não tiveram aumentos animadores. Cita-se apenas 15 famílias brasileiras entradas na Fazenda sob esse contrato ¹³⁰. Pode-se ainda considerar que o ligeiro aumento na venda de terras, sem um aumento significativo na entrada de famílias, tenha tido relação com certa propaganda do "contrato" aos residentes na Fazenda, foi quase simultânea ao seu lançamento, e dessa forma tenha interessado apenas alguns.

Diante dessa situação, em 2 de dezembro, em reunião do "Movimento G.T." discutiu-se a questão da venda de terras.

Cabe aqui informar rapidamente sobre o "Movimento G.T.". Ele está intimamente relacionado ao "mura" e à estratégia administrativa da BRATAC em Três Barras. Ele foi idealizado com o firme propósito de inclinar os japoneses a residirem eternamente no Brasil. Nesse sentido formaram-se grupos de trabalho com o objetivo de orientar os nipônicos em todas as atividades. No pró -

ximo capítulo esse movimento será melhor analisado.

Em dezembro de 1939, portanto, em reunião, considerava-se necessário modificar a classificação das terras à venda, bem como elaborar estudos de exploração dos lotes cujos proprietários estivessem ausentes. Acreditou-se ser a propaganda, o meio mais eficaz para a venda de terras. Para isso era necessário dispensar maiores somas do orçamento. Mapas da Fazenda e cartazes de propaganda deveriam ser afixados nos hotéis das principais cidades. Os jornais brasileiros e japoneses poderiam ser utilizados. Acima de tudo, esse esquema deveria ser amparado e complementado por agentes de venda, estabelecidos nos principais centros ¹³¹.

A exemplo de anos anteriores, quando foram colocados agentes de vendas para percorrerem a região, e que resultou no aumento das vendas para 1937, deve ter orientado a aplicação dessa mesma estratégia. Por outro lado, o modelo podia ser observado na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Nambei Tochi, etc.

O resultado disso é que em 1940 a venda de terras atinge um ponto ainda não experimentado pela BRATAC em Três Barras. Até 1939 haviam sido vendidos quase 7.000 alqueires sobre a área total e só em 1940 vendem-se 4.475,70, um aumento de 24% em relação ao ano anterior no que respeita a área total (Vide Quadro 5). O mesmo crescimento é observado na entrada de novas famílias para a área rural, visto que na área urbana o movimento foi bem menor, (Vide Quadro 3).

Responsabilizava-se pelas vendas de terras: fidelidade nas informações colocados em propaganda, sobretudo quanto à fertilidade da terra para a plantação de café. Ao mesmo tempo, algumas famílias que haviam se instalado há 4 ou 6 anos como trabalhadores de fazendas de café, agora com a colheita e conseqüente remuneração por ela, compraram terras em Três Barras ¹³².

Enfim, reconhecia-se que não somente a propaganda, mas sobretudo as próprias condições da Fazenda favoreciam a sua ocupação.

Apesar de 1941 mostrar um movimento de vendas e entradas de

famílias menor que em 1940, ele é ainda superior aos outros anos. Mostra também que o esquema de propaganda auxiliado pela comunidade, através do "Movimento G.T.", ainda apresentava resultados diante da repercussão da Segunda Guerra Mundial. Entre 1943 e 1945, a Nambei Tochi não venderia mais que quatro propriedades ¹³³. Para a BRATAC os anos também seriam difíceis. As duas Companhias enfrentaram o problema da nacionalização, que não será discutido neste trabalho. Entretanto, a BRATAC, em Assaí não vendeu, em 10 anos, a totalidade de suas terras, como estava previsto.

O que a BRATAC definiu como administração autônoma tem semelhanças ao que ocorreu, e ocorre, com a administração pública a respeito de distritos e municípios. Se, pelo lado da administração pública, essa autonomia significa capacidade de arrecadar determinada importância em impostos, pelo lado da colonização particular, essa autonomia se processa no momento em que os empresários da colonização consideram retornado o capital investido, ou mesmo quando cessa a fonte de captação de lucros. O papel das atividades complementares à venda da terra, quais sejam, benfeitorias, estradas, pontes, etc, nesse processo, por parte da Cia, passa então a representar a ação ou interferência indireta do Estado. Isto porque o Estado não pode, por força de lei, interferir diretamente na atividade colonizatória de empresas particulares, cabendo, portanto à Companhia, representá-lo.

Em 1939, a BRATAC, ao que tudo indica, considerava suficiente iniciar a transferência da administração para a comunidade. Nomeou-se para isso, novo gerente que teria autonomia administrativa dentro da Fazenda. Como se verá mais tarde, o "Movimento G.T." é o elo de ligação entre os colonizadores e os colonos, e, nesse sentido, é em reunião desse movimento que se inicia os primeiros passos para a transferência administrativa. Assim, numa reunião do movimento, em 17 de setembro de 1939, na posse do novo gerente, em seu discurso, ele assinalava.

O objetivo principal para nós os funcionários é procurar obter bons resultados na Fazenda para terminar sua colonização. Talvez seja um pouco forte dizer isto, mas a verdade é que a Sociedade BRATAC tem interesse em acabar de vender as áreas restantes, o mais breve possível, para ver retornar o capital investido até agora ¹³⁴.

Mas, observe-se, as medidas que seriam adotadas pelo gerente, "por questão de controle", como dizia ele.

A madeireira estava a cargo do chefe da mesma, mas de agora em diante ficará diretamente subordinada ao administrador. Haverá modificações no escritório para melhorar o atendimento e deixar mais alegre o ambiente.

Com o intuito de criar um ambiente de camaradagem no escritório, todos os funcionários passarão a tomar café, num mesmo horário e no refeitório.

Os funcionários devem trabalhar com seriedade durante o expediente, pois serei enérgico ¹³⁵.

O órgão transitório da administração, ainda por determinação da BRATAC e por circunstâncias da época - as Associações Japonesas estavam proibidas de funcionarem porque eram vistas como controladoras do pensamento político, econômico e social, será a Cooperativa Agrícola ¹³⁶. Cabia, então, promover a fusão das duas entidades. E o impasse surge: "Como fazer com os elementos que não pertencem à Cooperativa"? Nesse momento, busca-se exemplo na experiência das Fazendas Bastos, Aliança e Tietê, onde se criou o Departamento de Relações Públicas que atendia aos casos educacionais, sociais e de saúde. Dessa medida surge uma observação enérgica e bastante significativa do impasse entre uma administração com mentalidade empresarial e os valores do "mura".

No futuro, todos, inclusive os grupos da ala jovem e Liga das Senhoras, deverão pertencer à Cooperativa, acabando com os processos inúteis e procurando concretizar a união dos colonos para construir uma vida sadia e agradável. Não há necessidade de copiar os exemplos dos nossos antepassados, mas os fatos presentes exigem que se resolvam os problemas da melhor maneira possível 137.

Esse impasse fica mais claro quando a BRATAC organiza a transição e os "bairros" se organizam na tentativa de encontrar mecanismos para receberem a administração. Convém observar que a transição administrativa foi uma medida adotada pela BRATAC em todas as suas Colônias e logo após a nomeação do gerente, com plenos poderes dentro de cada Fazenda, a primeira medida que os da comunidade acharam conveniente adotar, foi a promoção de encontros entre as diversas Cooperativas das fazendas da BRATAC. O primeiro deles foi realizado em 12 de agosto de 1940, na Fazenda Bastos, em São Paulo, com os seguintes representantes: Carlos Y. Kato, o secretário Ikubo e o engenheiro Yaguibashi, da BRATAC; Senjiro Hatanaka e Takanobu Matsumoto, de Bastos; Shigueru Fujiwara e Kan-itiro Shimba, de Tietê; e Hikohei Shimba, de Três Barras.

Note-se que Carlos Y. Kato foi o fundador da Casa Bancária BRATAC e a sua presença nesta reunião pode ser vista como reforço para confirmar aos líderes das Fazendas, a intenção da BRATAC em não mais dirigir a administração das suas Colônias. Isto é certo porque, no segundo encontro, em 2 de dezembro de 1940, em Aliança, não havia representantes da BRATAC; os líderes buscavam na ala jovem o apoio necessário. Também a BRATAC se movimentou, nesse ano, para captar forças e idéias, e é possível que disso tenha partido a decisão dos líderes em procurar os jovens.

Não há confirmação cabal sobre a afirmação de Tokuya Kobaya -

shi, a respeito de pesquisa de opinião, porém há a indicação de que esta técnica foi utilizada pelos empresários da colonização. Diz ele que, em 1940, diante do impasse criado pela proibição do ensino da língua japonesa e a preocupação, por parte dos nísseis, pela preservação da cultura japonesa, as pesquisas promovidas pela BRATAC indicaram que os elementos da ala jovem seriam úteis para promoverem a orientação moral e espiritual ¹³⁸.

Não se faz referência do conteúdo das reuniões de 12 de agosto e de 2 de dezembro. Sua análise poderia indicar a participação da BRATAC e da ala jovem. Desta última reunião, cita-se apenas alguns itens discutidos, mas que acabam por demonstrar a iniciativa da comunidade frente à administração municipal: deveria existir intercâmbio de materiais e técnicos entre as ex-fazendas da Companhia, bem como realizar estudos para a instalação de indústrias ¹³⁹.

A ocupação de parte da Micro Região Algodoeira de Assaí processou-se em decorrência da frente pioneira, mas sob a orientação empresarial da BRATAC. Esta, com o apoio do governo japonês, conduziu-se inicialmente no investimento de terras. Os vínculos celebrados entre os empresários e o governo japonês, em decorrência do movimento da frente pioneira, forçariam a criação de mecanismos que auxiliassem o camponês nipônico - grave preocupação do governo do Japão - a se posicionar frente à estrutura capitalista da colonização. Porém, o que significa esse posicionamento? Por acaso, não estava ele, no Japão, envolvido com o trato da terra? Não traria, ele bagagem capaz de adaptar-se à frente pioneira? Quais os mecanismos criados pela BRATAC? A condução da colonização agrícola em Assaí é o objeto do terceiro capítulo.

NOTAS

¹ KOBAYASHI, Tokuya. org. História do desenvolvimento da fazenda Três Barras. Trad. Teruko Iwakami Beltrão. Tóquio, Kaibushiki Kaisha Teikoku Shoin/Associação dos Moços de Assaí, 1960. datil. p. 70.

² SCHURIG VIEIRA, Francisca Isabel. O japonês na frente de expansão paulista. São Paulo, Livr. Pioneira ED./Ed. Universidade de São Paulo, 1973. p. 45.

³ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O início da imigração nipônica para a lavoura cafeeira paulista. In: Simpósio, O japonês em São Paulo e no Brasil. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1971. p. 41-48.

⁴ SCHURIG VIEIRA, O japonês... p. 23.

⁵ Idem, p. 24.

⁶ Idem, p. 33.

⁷ Idem, p. 39-40.

⁸ Idem, p. 40.

⁹ Idem, p. 41.

¹⁰ ANDO, Zempati. Estudos sócio-históricos da imigração japonesa. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1976. p. 155.

¹¹ Idem, p. 157.

¹² MÜLLER, Geraldo. Estado, estrutura agrária e população. Petrópolis, Ed. Vozes/CEBRAP, 1980. p. 49-50.

¹³ TOKUYA, História do desenvolvimento... p. 65.

¹⁴ ANDO, Estudos sócio-históricos... p. 182-183

¹⁵ Ibidem.

¹⁶SCHURIG VIEIRA, O japonês... p. 44-45.

¹⁷OS ANOS de experiência. América do Sul, São Paulo, 2(5):9, jul./ago. 1978.

¹⁸MULLER, Estado, estrutura agrária... p. 47.

¹⁹TOKUYA, História do desenvolvimento... p.1.

²⁰Idem, p. 2.

²¹Idem, p. 3:

²²Ibidem.

²³Idem, p. 4-5.

²⁴Idem, p. 5-6.

²⁵SCHURIG VIEIRA, O japonês... p. 43.

²⁶Idem, p. 45.

²⁷OS ANOS de experiência. América do Sul, São Paulo, 2(5):10, jul./ago. 1978.

²⁸Idem, p. 11.

²⁹MAEYAMA, Takashi. O antepassado, o imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908-1950). In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p.414-447. p. 443.

³⁰SCHURIG VIEIRA, O japonês... p. 49.

³¹TOKUYA, História do desenvolvimento... p. 97.

³²SCHURIG VIEIRA, O japonês... p. 50.

³³ Idem, p. 51.

³⁴ Idem, p. 54.

³⁵ Idem, p. 53.

³⁶ TOKUYA, História do desenvolvimento... p.97-98.

³⁷ Idem, p. 98.

³⁸ Idem, p. 99.

³⁹ SCHURIG VIEIRA, O japon... p. 46.

⁴⁰ Idem, p. 55.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Idem, p. 56.

⁴³ Idem, p. 43.

⁴⁴ Idem, p. 53.

⁴⁵ TOKUYA, História do desenvolvimento... p. 5.

⁴⁶ Idem, p. 32.

⁴⁷ ONO, Morio. De colono a pequeno produtor; considerações sobre a agricultura japonesa. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 129-163. p. 155.

⁴⁸ Idem, p. 156.

⁴⁹ Idem, p. 157.

⁵⁰ SAITO, MAEYAMA, ONO. In: Assimilação...

⁵¹ Takashi Maeyama, em *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, à p. 420-421, reportando-se primeiramente a Takashi Nakano e S. Matsushima para definir ie, e, depois a Kizaemon Ari-ga para definir os relacionamentos inter-ie, expõe as instituições sociais japonesas: "Em geral, a sociedade de origem é uma comunidade rural. Ela é constituída de vila (mura ou buraku), grupo primário, cuja básica componente é o ie. (Distinguindo-se da família, ie é um grupo organizacional, no qual um empreendimento econômico é mantido baseado na sua propriedade; os membros compartilham a vivência em comum e os antepassados são comumente cultuados, sendo a entidade mantenedora da economia doméstica e a parte constituinte de agrupamento inter ie) No Japão tradicional, o indivíduo não é uma unidade independente na composição da vila. Ele é significativo somente como membro do ie. Há três tipos de relacionamentos inter-ie - dôzoku, shinrui kankei e kumi, os quais são necessariamente sub-sistemas da comunidade. Dôzoku é um grupo local formado na base da relação entre honke (ie tronco) e seu bunke (ie derivado), cujo eixo central é o parentesco patrilineal. O shinrui kankei é uma relação bilateral de parentes e afins, e não um grupo local. O kumi é um grupo local, incorporado por ie vizinhos mas não conectados em termos de laços de honke (ie tronco) e bunke (ie derivado). O kumi é por natureza uma organização igualitária (relações paralelas); e o dôzoku, por outro lado, é desigual (relações verticais). Essas relações, na maioria das vezes, se sobrepõe umas nas outras, formando uma complexa rede social".

⁵² ONO, De colono ... p. 156.

⁵³ Idem, p. 156.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Idem, p. 136.

⁵⁶ Idem, p. 157.

⁵⁷ SAITO, Hiroshi. Comunidade rural. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 203-223. p. 206.

⁵⁸ Idem, p. 206-208.

⁵⁹ Idem, p. 206.

⁶⁰ ONO, De colono... p.137.

⁶¹ SAITO, MAEYAMA, ONO. In: Assimilação...

⁶² TOKUYA, História do desenvolvimento... p. 12-13.

⁶³ Idem, p. 16.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Idem, p. 16-17.

⁶⁶ ANDO, Zempati. Cooperativismo nascente. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 164-188. p. 186.

⁶⁷ TOKUYA, História do desenvolvimento... p. 70.

⁶⁸ Idem, p. 17.

⁶⁹ Idem, p. 17.

⁷⁰ Idem, p. 18.

⁷¹ Idem, p. 10.

⁷² SAITO, ONO. In: Assimilação...

⁷³ TOKUYA, História do desenvolvimento... p. 26.

⁷⁴ Idem, p. 86.

⁷⁵ Idem, p. 55.

⁷⁶ Idem, p. 51.

⁷⁷ Idem, p. 34.

⁷⁸ Idem, p. 54.

⁷⁹ Idem, p. 55.

⁸⁰ Idem, p. 85.

⁸¹ Idem, p. 19.

⁸² Idem, p. 21.

⁸³ Idem, p. 30.

⁸⁴ Idem, p. 31.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Idem, p. 50.

⁸⁷ Idem, p. 51.

⁸⁸ Idem, p. 77.

⁸⁹ Idem, p. 29.

⁹⁰ Idem, p. 33.

⁹¹ Idem, p. 85.

⁹² Idem, p. 29.

⁹³ Idem, p. 29.

⁹⁴ Idem, p. 34.

⁹⁵ Idem, p. 50.

⁹⁶ Idem, p. 53.

⁹⁷ MUNICÍPIO de Assaí. Expansão econômica, Curitiba, 9(95-96): 13, mar./abr. 1944.

⁹⁸ TOKUYA, História do desenvolvimento... p. 87.

⁹⁹ Compunham a diretoria pró construção do hospital, os seguintes representantes de "bairros": diretor presidente: Riiti Tatewaki, do "bairro" Peroba; tesoureiro: Tomotada Ikeda, do "bairro" Central; secretário: Akira Kikuti, do "bairro" Peroba; Comitiva: Itinosuke Nishimura, da cidade; Heijuu Akagui, do "bairro" Central; Nagahiro Kato, do "bairro" Bálamo; Jun-iti Yamaoka, do "bairro" Palmital; Kaiji Ido, do "bairro" Figueira; Iwao Aida, do "bairro" Peroba; Saburo Koga, do "bairro" Cebolão e Shigueto Miyamura, do "bairro" Roseira. (TOKUYA, p. 87)

¹⁰⁰ Idem, p. 34.

¹⁰¹ Idem, p. 18.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Idem, p. 20.

¹⁰⁴ Entrevista com Akira Kikuti

¹⁰⁵ TOKUYA, História do desenvolvimento... p.29.

¹⁰⁶ Idem, p. 31.

¹⁰⁷ Idem, p. 32.

¹⁰⁸ Idem, p. 37.

¹⁰⁹ Idem, p.38.

¹¹⁰ Idem, p. 37.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Idem, p. 21-23.

¹¹⁴ Ibidem.

115 Idem, p. 38-39.

116 Idem, p. 38.

117 Idem, p. 38.

118 Idem, p. 62-63.

119 Idem, p. 63-64.

120 Idem, p. 64-65.

121 Idem, p. 65.

122 Idem, p. 66.

123 Idem, p. 66-67.

124 Ibidem.

125 Idem, p. 67-68.

126 Idem, p. 69.

127 Idem, p. 70.

128 Idem, p. 71.

129 MELLO PETTEI. Beatriz C.C. Produção de milho e suínos no Brasil meridional. R.bras.Geogr. Rio de Janeiro, 16(3):328-366, jul./set. 1954.

130 TOKUYA, História do desenvolvimento... p. 70.

131 Idem, p. 106.

132 Idem, p. 106-107.

133 Arquivo da Nambei Tochi Kabushiki Kaisha, em Uraí.

¹³⁴TOKUYA, História do desenvolvimento... p. 100.

¹³⁵Idem, p. 101.

¹³⁶Idem, p. 102.

¹³⁷Idem, p. 103.

¹³⁸Idem, p. 113.

¹³⁹Idem, p. 104.

CAPÍTULO 3

COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA: A COLÔNIA TRÊS BARRAS.

3.0. Colonização agrícola: A Colônia Três Barras.

A maioria dos japoneses que colonizaram parte do norte do Paraná e mais especificamente a área que compõe a colônia Assaí, contava já com alguma experiência em terras brasileiras, a partir de São Paulo.

A BRATAC, empresa que tomou à frente a empreitada em Assaí, contava também com a longa experiência japonesa no trato de terra, além da execução de uma política emigratória bem sucedida. O Japão precisa de alimentos e de matérias primas? Os japoneses podiam trabalhar em terras tropicais? Havia população disponível para a tarefa? O problema estava praticamente resolvido.

Não desconheciam as dificuldades de organização da produção em terra estrangeira dada as diferenças de cultura, costumes, tradições, língua, religião, etc. Já se verificara por experiências anteriores que os japoneses não se davam bem nas fazendas de café, em virtude dos resíduos dos hábitos da época da escravidão! Em outros lugares, a malária amedrontava os trabalhadores, em outros ainda era o isolamento que os afugentava ².

Depois de uma série de experiências, os promotores da imigração e colonização japonesa concluíram que o modo de trabalho a que os colonos melhor se adaptavam era o da organização sui generis baseada em organismos de decisão coletiva, como as associações e cooperativas. Moinho Velho, núcleo de onde surgiria, em dezembro de 1927, a Cooperativa Agrícola de Cotia, parece ser um bom exemplo da aplicação dos princípios do associativismo e cooperativismo. ³.

Três Barras, desde o início da colonização, procurou organizar-se nesses mesmos moldes. Assim é que, em 26 de dezembro de 1933, criou-se a Associação Agrícola Três Barras, em maio do ano seguinte criou-se também o "Movimento G.T.", e logo em seguida, a 13 de maio de 1934, foram lançadas as bases da Cooperativa Agrí -

cola Três Barras. Toda essa organização, embasada na estrutura do "mura" tem no "Movimento G.T." os fundamentos da sua política de colonização agrícola. A BRATAC, por meio desse Movimento, orientava os imigrantes não adaptados à administração da empresa agrícola.

No que tange à produção, o grande problema era-o que produzir. Produzir café e concorrer com São Paulo? Café era a principal cultura brasileira e a que dava maiores lucros. Ou produzir algodão de que o Japão tanto necessitava? E a questão de alimentos, o que fazer? Não seria mais aceitável uma produção diversificada? Ao longo dos primeiros anos de colonização, essas questões estarão em pauta todo tempo.

No capítulo anterior tratou-se da estrutura do "mura" sem, entretanto, explorar suficientemente as suas implicações com a agricultura em si. Por isso, antes que se observe as atividades da Associação Agrícola, do Movimento G.T. e da Cooperativa, bem como da interdependência desses órgãos, convém que sejam feitas outras considerações sobre o "mura".

O fato do japonês prender-se demasiadamente ao cultivo e ao aproveitamento total da área explorada, o que é próprio da administração agrícola japonesa, deve-se, segundo Ono,

... sem receio de se estar equivocado, primeiro à situação imposta pelos rigores do sistema feudal desde os seus primórdios, em que era obrigado a trabalhar em áreas limitadas e sob condições extremamente restritivas, e ainda porque mesmo depois da Restauração Meiji, essas condições foram, no fundamental, herdadas e sucedidas dentro do sistema de proprietários de terras - arrendatários. Em síntese, pode-se afirmar que a estrutura sócio-econômica do Japão, em que o camponês só podia existir apenas como técnico de cultivo e não como dono de uma administração agrícola é que forjou a atitude do imigrante (camponês) japonês em relação à agricultura 4.

Continua Ono, "o japonês possui forte tendência de encarar a agricultura apenas pela faceta do cultivo". Isto implica em não considerar a administração agrícola como suporte da técnica do cultivo. "Vale dizer que ele mostra o inconveniente de reduzir os problemas da agricultura simples e exclusivamente ao problema técnico" ⁵.

Esse posicionamento, pelo menos quanto à agricultura no Japão, não apresenta modificações marcantes.

Teoricamente são perfeitamente distintas as condições que regem o camponês na economia nacional sob o sistema capitalista e na economia do súserano sob o regime feudal, mas se se considerar apenas o aspecto de que o camponês se dedica ao cultivo, não se verificaram diferenças marcantes sob esses dois regimes, pelo menos no que concerne ao Japão ⁶.

Além disso, "o japonês tem forte inclinação a ver a agricultura apenas pela posição de pequeno produtor" ⁷. Isto porque quando esteve sob o regime feudal, a terra não lhe pertencia e, sob o regime capitalista, a sua condição passa a ser a de arrendatário. Em outras palavras, ao se referir ao camponês japonês, não se fala ou não se tem a idéia de proprietário, mas apenas de cultivador.

Por isso, é que se verifica na colonização empresarial da BRATAC a orientação para a administração propriamente dita de um estabelecimento agrícola.

Entretanto, sob outro prisma, ainda segundo Ono, há um lado positivo no desenvolvimento da agricultura que decorreu da formação do "mura".

Os japoneses se interferem reciprocamente, sendo notória a sua mútua competição. Isto estimula a vontade em relação à produção.

Por exemplo, ao se ter conhecimento de que determinado sistema de cultivo dá excelente resultado na produção de hortaliças, todas as famílias vão correndo para conhecer tal sistema e adotá-lo⁸.

Em relação à afirmação da competição como característica da estrutura social do "mura", observe-se em primeiro lugar a dificuldade de distingui-la quando o campo de observação é a comunidade brasileira justamente por se tratar de uma característica também da sociedade capitalista. Em segundo lugar, como há indicadores do "mura" em Assaí, é bem possível que esta característica também se manifestasse contribuindo para a adaptação do nipônico ao mercado brasileiro. Uma evidência pode ser considerada: em agosto de 1935 aconteceu em Assaí a Primeira Exposição Agrícola e nela se registraram vários tipos de arroz e algodão.

3.1. Idealismo na produção: o Movimento G.T.

Observando relatos sobre o Movimento G.T. e sua possível influência na produção agrícola, nota-se que os colonizadores estavam imbuídos de profundo idealismo. Esse idealismo pode ser observado no princípio de orientação do Movimento G.T. que significa "gozar a terra".

O ponto principal da agricultura não é apenas o trabalho e sim o próprio modo de vida. Às vezes agradecemos a Deus pela boa colheita e outras vezes temos que lutar pela sobrevivência devido incertezas da vida. Se alguém deseja levar uma vida agradável nesta terra, o ideal é obter um terreno razoável e trabalhar nessa terra e viver nesse lugar. Aqueles que levam uma vida modelada a aplicada serão recompensados. A agricultura cria um povo esplêndido, educando-o⁹.

Esta questão pode ser traduzida na expressão popular "isto

é uma questão de fé". Bastaria crer no êxito e trabalhar por ele que automaticamente surgiriam resultados satisfatórios.

Para Tokuya Kobayashi, o Movimento G.T. tinha uma importância fundamental: "surgiu com o intuito de mostrar cientificamente a necessidade de amar a terra e enraizar nessa terra com a idéia fixa de morar eternamente nessa terra, enfim, "Gozar a Terra" ¹⁰.

Para o autor, a Sociedade BRATAC empregava "essa orientação moral" em todas as suas colônias, visando fazer "amar a terra como se fosse a sua casa eterna", explicando a necessidade do homem tornar-se "mais íntimo e amoroso com a sua terra". Isso externava o ponto de vista de "que a humanidade deve crescer com a terra, criar amizade com a terra, agradecer o que aquela produz" ¹¹.

Este movimento pode ser considerado ainda de cunho paternalista já que pretendia ser um guia para japoneses migrados e habitando uma terra para eles estranha e até certo ponto hostil, visto que traziam hábitos e costumes diferentes daqueles da nova terra.

Em maio de 1934, o Movimento G.T. foi posto em prática na Colônia Três Barras. Anteriormente foram assinaladas as diferenças de valores na agricultura, entre alemães e japoneses, destacando-se que estes últimos têm pouca experiência na administração de um estabelecimento agrícola. Nesse sentido, tudo indica que o Movimento G.T. da BRATAC foi uma tentativa para orientar o japonês imigrante nessa administração, própria da estrutura capitalista.

Dava-se tal importância ao Movimento G.T. que o escritório local da BRATAC criou uma seção especial para tratar dessa questão: a Seção do "Incentivo ao Movimento G.T.". O trabalho de divulgação buscou estender essa filosofia a todos os colonos. O objetivo do movimento, segundo a própria Colonizadora, era o de "promover e estabilizar a situação econômica dos colonos" ¹².

Tudo indica que tal Movimento teve repercussão sobre a Colônia: a Cooperativa Agrícola criada em 1934 funcionou de fato até 1965. Já em 1935 era realizada a "Primeira Exposição Agrícola", utilizando-se para isso as dependências do Grupo Escolar Assailândia. A Cooperativa realizou estudos sobre a plantação de algodão, arroz e outros produtos agrícolas ¹³.

Segundo Tokuya Kobayashi, esses estudos tiveram importância decisiva no destino agrícola de Assaí. Cita o fato de que já nessa primeira exposição agrícola, foram expostos 217 produtos, dos quais, 64 eram amostras de algodão e 55 de arroz. Para uma terra quatro anos antes considerada inadequada para o algodão e o arroz, estes estudos conseguiram anular totalmente essa imagem promovendo verdadeira "revolução agrícola", pela policultura. Nesse mesmo ano, em setembro, por ocasião da Exposição Estadual de Algodão, em Curitiba, quase todos os expositores de Assaí entraram na seleção e oito deles ganharam medalhas de ouro da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná ¹⁴.

Esse mesmo autor acredita que o grupo orientador do "Movimento G.T." foi o responsável pela fixação da estrutura agrícola de Assaí ¹⁵, e que, em 1934, era possível, colocar em prática o "Movimento G.T." para promover o êxito da Colônia ¹⁶. Não é sem razão que se pode afirmar a importância desse movimento, pois dele é que surge a idéia "nós somos os antepassados" ou "nós os imigrantes, seremos os ancestrais no Brasil", slogans para o estabelecimento de uma sociedade ideal em terras de além mar.

O guia do Movimento G.T. (Vide anexo) é bastante abrangente: preocupa-se em orientar o agricultor na organização agrícola, associativa e cooperativista. Por essa razão, ele pode ser considerado como uma tentativa da Companhia em adaptar o nipônico à sociedade brasileira, ou seja, oferecer mecanismos que possibilitem a transição da estrutura do "mura" para a capitalista. É característica própria do japonês congregar-se através de associações que os empresários da BRATAC usarão como veículo para orien-

tá-lo na administração do estabelecimento agrícola.

Basicamente, o guia do Movimento G.T. procurava:

- reforçar o papel da Associação Agrícola como orientadora de técnicas agrícolas.
- orientar o produtor no planejamento e na condução da administração do estabelecimento.
- informar da conveniência de se associar à Cooperativa.
- chamar a atenção do produtor para se organizar para obtenção de financiamentos.
- chamar a atenção da comunidade para a manutenção da educação escolar, saúde pública e bem estar social.

Observa ainda que, a forma associativa, já que baseada nos "bairros", era necessária para que, nas experiências do passado, fossem buscadas as orientações moral e técnica.

Complementar ao Movimento G.T., Associação e a Cooperativa seriam o traço de união com a organização econômica brasileira, e, como tal, o seu objetivo deveria estar voltado para a manutenção de uma atividade agrícola coesa, capaz de enfrentar as vicissitudes do comércio.

O item mais detalhado e significativo do guia diz respeito a orientação para o planejamento e condução da administração de estabelecimento agrícola. Aconselhava:

- racionalidade no desmatamento;
- policultura planejada;
- criação de animais para atender o consumo e mercado;
- cuidados com a saúde;
- uso de sementes selecionadas e o de defensivos agrícolas de produção caseira;
- adubação racional;
- organização da contabilidade e do diário agrícolas;
- participação em exposições, reuniões e conferências agrícolas;
- registro da produção agrícola.

3.2. Racionalidade na produção:

Associações e Cooperativa

Segundo Saito, há diferentes formas associativas - Niponji-Kai (associação japonesa), Seinen-Kai (associação dos jovens), Fugin-Kai (associação feminina) etc, que se formam em pequenas comunidades japonesas, incluindo entre 50 a 100 famílias.

Dessas, a chamada Associação Japonesa é a mais abrangente e ativa, representando a "viga mestra na teia de relações sociais intragrupais..."¹⁷. Ou ainda, ela tem função social comparável à Igreja no meio de imigrantes europeus¹⁸. Nessas comunidades o grau de integração social varia segundo a variável rural-urbano. Para a área rural, distingue-se dois tipos de povoamento,

o da colonização planejada e o de povoamento voluntário. No primeiro caso, embora em pequeno número, há grandes concentrações em núcleos planejados, havendo portanto uma maior tendência à persistência não só da organização social materna, mas também de seus padrões de comportamento. (Vale dizer) se apresentam mais conservantistas e exclusivistas e, por assim dizer, auto-concludentes¹⁹.

O segundo caso, o de povoamento lento, resultado de migrações secundárias, não parece referir-se a Assaí. Tudo indica que ali, tanto no planejamento feito pela Companhia como o posicionamento do imigrante, frente aos costumes ancestrais (mura), delinaram a formação de associações.

Afirma Tetsundo Tsukamoto que o comportamento normal dos imigrantes ao se constituírem em grupos, "tratam de organizar a chamada "Associação Japonesa", na tentativa de reconstituir a vida comunitária rural do Japão e, em seguida, como principal objetivo dessa associação, fundar e manter a escola de língua japonesa". O objetivo é manter sob estrito controle a família "que é

seu mundo único e exclusivo" ²⁰. A escola é "local destinado a fazer das crianças e jovens, e mesmo dos adultos, um "japonês", isto é, "um real ser humano". Caso um deles não participasse das atividades da escola, seria considerado um "não japonês" e excluído da comunidade ²¹.

Interessante observar ainda que

Nas comunidades japonesas no Brasil, a escola japonesa servia como centro espiritual, emprestando uma atmosfera religiosa pelas práticas do culto ao Imperador, convertendo-se, consequentemente, em um tipo de santuário do ujigami (deidade padroeira) da comunidade. Ela era sagrada. A escola era o santuário, o Imperador a deidade, e a sutra sagrada era a Escritura Imperial sobre Educação ²².

S.N. Eisenstadt, referido por Schurig Vieira, acentua que as associações além de "focos de tradição" são "canais de comunicação com a sociedade receptora". E "embora acentuada em maior ou menor grau a identidade étnica, servem como agentes que facilitam a transformação do grupo e amortecem a transição para os imigrantes" ²³. Conclui ainda que elas "poderiam parecer transitórias e fadadas ao desaparecimento", não fosse a "discriminação e bloqueio das aspirações de status dos japoneses" ²⁴.

Segundo as informações de Tokuya Kobayashi pode-se dizer que a Associação Japonesa, em Assaí, serviu como sustentáculo para a criação da Associação Agrícola e da Cooperativa, bem como de sua própria evolução transformar-se em Federação de Associações.

Vale dizer que ali, não era a Associação Japonesa em si, como instituição, que seria a viga mestra junto às outras instituições, senão o seu espírito associativo, e mais, aliado ou sob a intervenção da BRATAC. Esta, no momento em que os colonos se decidiram pela formação da Associação Japonesa, atuou no sentido de orientá-los quanto às limitações da instituição e a que nível ela

poderia ou deveria atuar.

Para formar a Fazenda Três Barras, a preocupação de todos foi conservar o espírito e a cultura japonesa, e, com o aumento da população seria necessário encontrar uma forma de entrosamento para se mantivesse o controle agrícola e o progresso cultural. (...) Pensou-se, então em criar uma Associação Japonesa. Mas a BRATAC, analisando a situação da época, foi contrária à idéia de criar tal associação, visto que dava aparência de grupos políticos podendo surgir problemas, e acima de tudo, o principal objetivo da Fazenda era a agricultura. Para isso deveria ser criada uma associação que manifestasse o desejo de introduzir novas técnicas, orientações e melhoramentos agrícolas ²⁵.

Com essa orientação, em 26 de dezembro de 1933, foi criada a Associação Agrícola. A criação do Movimento G.T. e da Cooperativa, em 1934, fundamentalmente sob o mesmo tipo de orientação ou interferência da Companhia, justificam o porquê do não funcionamento de uma Associação Japonesa segundo os padrões correntes. Isto significa que, em Assaí, a forma associativa aparece conjugada às atividades empresariais.

Deve-se ter em conta que o estabelecimento da Associação Japonesa não deixou de ser objetivo perseguido pelos colonos de Três Barras.

Durante o ano de 1935 a tentativa de estabelecê-la resultou em fracasso. Tokuya Kobayashi observa que "após várias reuniões de formação da Associação e depois de muitas modificações na chapa, afinal se conseguiu formar a Associação Japonesa Três Barras, em 28 de janeiro de 1936" ²⁶, Entretanto, antes de funcionar foi dissolvida provisoriamente devido à morte de seu vice presidente, Kenji Kikuti, à mudança do segundo vice presidente para outra região e ainda pela falta de outros componentes da diretoria ²⁷. Somente em 1938, unidos em torno da inauguração do Hospital é que a Associação Japonesa seria refeita. Meses depois ela foi incorporada à Associação Agrícola recebendo o nome de Rengoo Niponjin

Kai - Confederação Japonesa de Três Barras, (Vide em anexo os objetivos de cada departamento, bem como a inter-relação das Associações e Cooperativa).

- Saito diz que essa estruturação é comum, e chega mesmo a classificá-la, denominando as associações de "instituições locais" e as associações centrais - ou a Confederação - de "instituições globais". Ele ainda acentua que, em algumas regiões, a função dessas associações diluíram-se devido à mobilidade espacial, correspondendo esse fenômeno, "numa outra perspectiva, à própria absorção pela sociedade local e nacional" ²⁸.

No início de 1938, alguns casos de tifo levaram os responsáveis pelos "bairros" a reunir doações para construir um alojamento médico provisório. Formou-se também uma diretoria para examinar e estudar o projeto de construção de um hospital ²⁹.

Com o projeto pronto, forma-se uma comitiva que se dirigiu à sede da BRATAC, em São Paulo, e conseguiu a autorização para a execução do projeto no valor de 600.000\$000 (seiscentos contos de réis), dinheiro esse conseguido junto aos colonos e utilizado para a construção do Hospital. A inauguração do Hospital motivou uma reunião em 14 de agosto de 1938 com os representantes dos "bairros", os encarregados da educação, o representante das Olimpíadas Escolares e os representantes da Associação Japonesa, decidindo-se pela formação da Associação Japonesa Três Barras. Em 28 de agosto seriam criados os departamentos de educação, de saúde, social, cultural, médico-hospitalar e o de produção ³⁰.

- De qualquer maneira, pode-se dizer que, em Assaí, o espírito associativo e a atividade empresarial da BRATAC formam o fio condutor da colonização agrícola. Enquanto a Associação Agrícola realiza pesquisas e orienta tecnicamente os colonos, a Cooperativa Agrícola é intermediária entre o produtor e o mercado. Nas palavras de Tokuya Kobayashi,

O objetivo principal da criação da Associação Agrícola era pro -

mover a prosperidade da Colônia procurando difundir uma agricultura racional e melhorar a sua técnica, como também, classificar os produtos sob melhor qualidade para obter bons preços ³¹.

E a atividade das duas instituições é conjugada.

Os responsáveis procuravam harmonizar adequadamente a Associação e a Cooperativa, isto é, o lucro obtido pelo grupo da Cooperativa financiava os estudos e pesquisas dos técnicos da Associação ³².

Quando a colônia Três Barras teve início, em 1932, contava apenas com sete famílias sem experiências de desmatamento e plantio. Tudo era feito a título experimental. Perguntava-se nessa ocasião: "Que tipo de semente seria ideal para essa terra? Como produzir e aumentar a produção de boa qualidade? Qual seria o produto de certo valor, de fácil venda?" ³³.

Em dezembro de 1933, a pequena coletividade reunia-se para estudar essas questões e criarem a Associação Agrícola Três Barras. A partir daí decidiram fazer de suas terras uma "estação experimental", buscando saber qual a produção ideal para a terra e como aumentar os lucros conservando a harmonia ³⁴.

Os primeiros estudos mostravam que o café deveria substituir o algodão, dado que a terra, rica em nitrogênio, não era ideal para este cultivo. Isto, contudo, parecia contrariar os interesses dos capitalistas japoneses que não estavam interessados no café e sim no algodão, produto mais condizente com as necessidades do Japão, interessado na indústria têxtil.

O que leva a essa afirmativa é que o engenheiro Kitamura, do Departamento de Incentivo ao Comércio e Indústria do Consulado paulista que viera acompanhando o cônsul Utiyama, logo após as experiências e decisão dos colonos de Três Barras pelo café, reuniu-os para demonstrar-lhes as vantagens do algodão desde que fosse escolhido o tipo de algodão certo para a terra rica em nitro-

gênio ³⁵. Logo depois desse episódio, contatos com lavradores brasileiros os convenceram a realizarem novas experiências.

A plantação nesse primeiro ano de experiência não foi de todo satisfatória: dada à fertilidade da terra, o algodoeiro atingiu três metros de altura com uma galharia que se estendeu em três metros de diâmetro. Com 10 sacos de semente "texas" conseguiram 1.093 arrobas de algodão.

A Associação, segundo suas observações e experiências, concluiu que apesar da fertilidade da terra provocar crescimento excessivo de galhos no algodoeiro, exigindo, por isso, o corte dos brotos, o plantio era viável desde que antecipado de um mês, em relação àquele plantado no Estado de São Paulo. Recomendava o uso da semente "expresso" e informava a inexistência, em Três Barras, de pragas comuns ao algodoeiro. Reforçava-se, ao mesmo tempo, o interesse do Consulado: "o algodão seria vendido com facilidade e permitiria ao colono manter sua família até o cafeeiro iniciar sua produção" ³⁶.

Buscava-se com isso, um plantio racional e os resultados não se fizeram esperar.

No ano seguinte, em 1934, foi semeado o "expresso" conseguindo ótimos resultados. Esta qualidade de algodão foi analisada no Instituto de Fibras e ficou constatado que é de ótima qualidade, de média superior à produção de São Paulo. Com esse resultado, em 1935, mais de 200 famílias começaram a colocar o algodão como primeiro produto. Isto manteve muitas famílias até que o café começasse a produzir ³⁷.

A Associação Agrícola não parou aí. Realizou experiências com o trigo em três anos consecutivos, embora essas experiências não tenham tido resultados satisfatórios.

Sem descuidar de outras experiências, o café foi considerado o produto ideal para a terra roxa e fértil. No ano de 1933,

havia 15 famílias plantando café, com 73.500 pés. Em 1934, já eram 19 famílias de cafeicultores perfazendo um total de 142.000 pés plantados³⁸. A Associação, nesse ano, face a estudos realizados resolveu unificar as plantações em torno do café "bourbon". No ano de 1935, já havia 31 famílias de cafeicultores, crescendo as plantações para 177.500 pés. Já se obtivera então, permissão do governo federal para o plantio de mais 330.000 pés³⁹.

Um outro trabalho da Associação foi o de incentivar o plantio intercalar de cereais entre os cafezais e os algodoais. O produto ideal, para isso, segundo seus estudos, era o feijão das águas, o mais recomendável que o feijão das secas dado que o primeiro era de maior produção.

A venda de feijão das águas ajudava economicamente os agricultores mais que qualquer outro produto, principalmente nos últimos meses do ano, ocasião de maiores gastos. Assim, aumentou-se gradativamente a área de plantio de feijão: de 29 alqueires em 1934, passou a 34 em 1935, com 63 famílias empenhadas nesse trabalho. Comparativamente ao algodão, o feijão ficou sendo um dos principais produtos da colônia⁴⁰.

Sendo a Ásia, a "civilização do arroz", não poderiam os japoneses deixar de cultivá-lo, pois é alimento básico. A Associação Agrícola aconselhava que cada família para se auto manter deveria escolher em seu terreno, uma "baixada" para a plantação de arroz⁴¹. Como resultado, em 1934, 17 famílias cultivaram 11 alqueires de arroz e, em 1935, 65 famílias plantaram 37 alqueires, permitindo um certo excedente que foi vendido fora do Estado⁴².

O milho, segundo a Associação, era outra necessidade básica. A plantação foi unificada em torno do tipo "catete". Com a produção foi possível a engorda de suínos. Chegaram a ter entre 6 a 7 arrobas por unidade, criados soltos. Os porcos eram vendidos para a Companhia Matarazzo, na cidade de Jataí, ou por meio de intermediários de São Paulo⁴³. Em 1934, foram plantados 43 alquei-

res de milho e, em 1935, 50 alqueires. Era o principal produto da Colônia em área plantada.

O Quadro 7 demonstra a produção agrícola dos primeiros anos da Colônia Três Barras, o que reflete de certo modo o êxito da Associação Agrícola.

QUADRO 7

Produção agrícola da Colônia Três Barras, entre 1933-35

Produto	1933	1934	1935
algodão	-	2 370 arrobas	15 414 arrobas
feijão	821 sc	1 798 sc	1 239 sc
arroz	-	584 sc	1 999 sc
milho	-	410 carros	596 carros
trigo	57 sc	286 sc	107 sc

OBS. 1 carro de milho contém 40 jacas ou balaaios; 1 balaio contém 120 espigas. (considera-se aproximadamente que 1 carro teria 16 sc de 60 kg e um balaio 24 kg).

Fonte: Kunito Kobayashi, p. 44

A organização associativa na Associação Agrícola foi muito importante nos primeiros anos da colonização. Pode-se até dizer que ela foi fundamental para o êxito da mesma. Isto, além de outros fatores, porque:

- Realizou experimentos e permitiu a troca produtiva de experiências entre os associados;
- Em terra por desbravar, constituiu-se num apoio congregativo à incipiente comunidade que ali se engajava;
- Organizou a produção de modo racional: produção para abastecimento e consumo interno da Colônia e produção para fora (algodão e café), possibilitando a ligação aos mercados externos, o que caracteriza desde o início a agricultura capitalista.

As tentativas de criação da Associação Japonesa, objetivo perseguido pelos colonos, em Três Barras, justificava-se porque a

Associação Agrícola, não visava a interesses culturais ou sociais, significativos para o nipônico, mas promover a colonização agrícola.

Reforçando o papel desse espírito associativo, pode-se afirmar que a característica de vida comunitária da estrutura do "mura" facilitou o estabelecimento da Cooperativa ⁴⁴. Ou ainda, segundo Saito, a Cooperativa é a filha da Associação Japonesa.

O elo entre as duas é explicado:

Contudo, com a evolução do complexo das necessidades do Grupo, estas associações, por não disporem de base estrutural suficientes, passaram a não mais atender muitas das novas aspirações dos seus membros. E, para atender à motivação que dia a dia avolumava, fazia-se necessário adotar um organismo que, num só apanhado, co-adaptasse considerável número de fatores econômicos, sociais e culturais intimamente relacionados e instituisse um sistema tendente a promover simultaneamente seu progresso econômico, social e cultural.

As Cooperativas Agrícolas foram as organizações encontradas pelos dirigentes dos antigos Nihonjinkai que satisfaziam a estes quesitos, uma vez que a filosofia desta forma de associativismo se adaptava bem ao espírito de Grupo e detinha estrutura organizacional que legalizava e ampliava extraordinariamente a atuação do grupo ⁴⁵.

A existência da Cooperativa até 1965 significa certo grau de representatividade junto aos seus associados, mas não é suficiente para que se possa afirmar, sem a análise de outros indicadores, que tenha representado "num só apanhado" os valores das outras associações.

Tokuya Kobayashi não fornece muitas informações sobre a Cooperativa. Para o ano de 1934 foi registrado um prejuízo de 1.901\$000 (um conto de réis novecentos e um mil) Nesse mesmo ano tentou-se montar uma máquina de beneficiamento de arroz; foi efetuada compra conjunta de sacos e linhas, e padronizado o tamanho

da sacaria ⁴⁶,

Em 1935, o relatório indicava, um assessoramento efetivo ao produtor.

A Cooperativa informou-se dos preços que os mercados de Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo pagavam pelas compras de produtos agrícolas, bem como levantou os menores preços dos materiais agrícolas. Foram elaborados estudos de empréstimos junto aos associados e mantidos contatos com a BRATAC para que esta fornecesse o empréstimo necessário na instalação de máquinas de beneficiamento de café e algodão. Concluía-se o relatório com acentuado lucro de 533\$00 (quinhentos e trinta e três mil réis).

Em 1936, pela baixa produção de arroz e conseqüente aumento do preço, a Cooperativa utilizou 20.000\$000 (vinte contos de réis), para adquirir em outros mercados o arroz necessário para atender ao consumo dos associados. Esta situação acabou motivando a criação do Departamento de Intendência com a função de adquirir mercadorias de primeira necessidade, a baixo preço. Nesse ano, o Departamento de Vendas achou conveniente negociar toda a safra do algodão com a fábrica de fiação em Cambará, Ficou registrado lucro de 1.194.000\$000 (um mil cento e noventa e quatro contos de mil réis) e 22.170.000\$000 (vinte e dois mil, cento e setenta contos de réis) em 1936 e 1937, respectivamente ⁴⁸.

Se esse assessoramento estendeu-se a outros níveis, é questão não levantada neste trabalho. Entretanto, há vínculo entre a BRATAC e a Cooperativa, sobretudo na área de financiamentos. Em 1938, a Cooperativa em atendimento aos anseios dos associados para instalar uma máquina de fiação recebeu pouca atenção da Companhia para fornecer o empréstimo. Somente foram atendidos quando a Algodoeira do Sul (Toomen) interessou-se pelo financiamento. Num primeira etapa ela emprestou 450.000\$000 (quatrocentos e cinquenta contos) e posteriormente, 100.000\$000 (cem contos) ⁴⁹.

A interferência da BRATAC, em Três Barras, junto às instituições caracteristicamente japonesas modificou-lhes o comportamento

mas não a sua essência associativa, pois dessa também dependia a Companhia. Sob esse ângulo, a questão da colonização passa a ser simples. A partir do momento em que empresário e governo japoneses reconheceram o valor do espírito associativo para o nipônico e souberam, a partir dele, criar mecanismos nos moldes capitalistas, meio caminho do processo colonizatório estava percorrido. Hiroshi Saito acentua que as organizações cooperativistas, criadas como auto defesa para contrabalançar o desconhecimento da língua e de praxes sociais, acabaram por vir de encontro com as necessidades da conjuntura sócio-econômica do país ⁵⁰.

3.3.0. Desempenho da colonização agrícola: 1932 - 1970.

A análise da interdependência da Associação Agrícola, do Movimento G.T. e da Cooperativa, em Três Barras, permite, em parte, a apreensão da colonização agrícola. Esta se torna mais completa quando se procede à análise da evolução da área plantada, da quantidade produzida e da quantidade exportada de culturas temporárias e permanentes. Em outras palavras, qual o comportamento da atividade agrícola? Há relação entre ela e as primeiras experiências de cultivo, no início da colonização? São estas experiências definidoras do comportamento agrícola de Assaí, até 1970?

Convém que seja comentada a metodologia que se utilizou para a análise da área plantada. A identificação das formas de organização do espaço, por meio dos métodos de Shyam Bhatia e John C. Weaver, é obtida com os cálculos da área cultivada anualmente, com cada cultura e ou todas, no município e no Estado.

Utilizou-se nesse trabalho, os cálculos obtidos entre os anos de 1944 a 1970. Objetivou-se verificar a permanência ou não neste período, das formas de organização do espaço, identificadas anualmente.

O primeiro método reconhece se a região caracteriza-se por

uma agricultura diversificada ou não. Os índices - relação da percentagem de culturas com 5% ou mais, da área total cultivada, com o número de culturas - são classificados em quatro níveis: diversificação muito alta, alta, média e baixa. Os baixos índices indicam alta diversificação e os altos índices, baixa diversificação.

O método para identificar a combinação de culturas, praticamente complementa aquele da diversificação, pois estabelecendo quais culturas são responsáveis pela caracterização agrícola num determinado ano, pode estabelecer também aquelas que representam a alta diversificação, por exemplo. A identificação das culturas é obtida comparando-se as percentagens de cultivos com mais de 5% de área cultivada no município, com as percentagens de uma curva teórica. A combinação de cultivos num determinado ano será aquela que apresentar o menor desvio em relação à curva teórica.

Identifica-se a concentração de uma cultura, relacionando a sua área plantada no município e no Estado com a área de todas as culturas plantadas, no município e no Estado. A concentração aparece quando o índice de uma cultura é superior à unidade, significando com isso que a distribuição da sua área cultivada não é uniforme em todo o Estado. A alta concentração se relaciona com a baixa concentração.

3.3.1. Área cultivada

Na área cultivada, em Assaí, desde 1933, há predominância de hierarquia agrícola com o algodão, café, milho, arroz e feijão. Identifica-se pelo Quadro 8 que, entre 1944 e 1970, o comportamento da agricultura apresenta, em área cultivada, predominância de índices de diversificação muito alto e alto. Quanto aos anos entre 1933 e 1941 não há indicação de quais e quantos produtos, com exceção dos principais, eram cultivados na Colônia, razão suficiente para não permitir o uso do método de Shyam Bhatta que identificaria os índices de diversificação.

O Quadro 9 mostra que à medida que se ocupava a Colônia, aumentava a área cultivada, tanto com o café quanto com as culturas temporárias ligadas à comercialização e ao consumo interno. Por outro lado, enquanto os dados dos Quadros 8 e 9 não distinguem a área onde houve cultivo consorciado, o Quadro 10 a distingue. Comparando o total da área no Quadro 9 com a área total do Quadro 10, até 1936, a diferença pode indicar a área ocupada com café e outras culturas. Mesmo a partir de 1936, quando o total do Quadro 9 é superior ao do Quadro 10, a diferença pode significar aumento da área cultivada não consorciada. Ao mesmo tempo, pelo Quadro 10 observa-se que o aumento de 11,2% da área cultivada, em 1940, em relação à área total da Fazenda no ano de 1939, bem como os 16,2% de 1941 sobre 1940, pode ser responsabilizado, segundo o Quadro 9 pelo aumento do plantio do algodão e do café.

De toda forma, é intercalar ao café que se encontra o cultivo do arroz, feijão e milho. Como o plantio do algodão é pouco consorciado, a ele deve ser atribuído o maior peso da área cultivada; e é ele, com o arroz, feijão e milho, que sustentam a renda familiar durante os anos em que o cafeeiro não produz.

Se, por um lado, não é possível calcular índices de diversificação agrícola entre 1932 e 1941, pode-se pelo menos dizer que a partir de 1938, há exportação de outros produtos, além desses cinco principais que marcam todo o período.

Ainda que o "Plano de 10 anos de expansão" e o "Movimento G.T." da BRATAC orientasse os colonos para um cultivo diversificado e que a população de Assaí, ao contrário daquela do "mura" no Japão, já houvesse tido possibilidade de inserção na economia de mercado, os anos entre 1932 e 1944 marcaram uma conjuntura favorável à expansão cafeeira.

Há relação entre os índices de diversificação agrícola e a combinação de culturas. Enquanto o primeiro se obtém da relação entre área cultivada no município e número de culturas, o segun-

QUADRO 8

Índices de diversificação agrícola e combinação de culturas do município de Assaí: 1944-1970.

Ano	Diversificação	Combinação
1944	23 A	A M
1945	30 M	A M F
1946	23 A	M A F
1947	16 MA	M A F C
1948	23 A	A F M C
1949	19 MA	C F Ar A M
1950	19 MA	A F C M
1951	19 MA	A M C F
1952	19 MA	A C F M Ar
1953	47 B	A C
1954	24 A	A F M
1955	23 A	A F M
1956	23 A	A F M
1957	30 M	A F
1958	19 MA	A C F M
1959	19 MA	A C F M Ar
1960	23 A	A C M F
1961	19 MA	A C M F Ar
1962	31 M	A C
1963	23 A	A F Ar C
1964	30 M	A C
1965	30 M	A C
1966	23 A	A C F
1967	19 MA	A C F M Ar
1968	23 A	A C F M
1969	44 B	A
1970	30 M	A

Obs.: Para a diversificação, MA=muito alta; A=alta; M=média e B=baixa. Para a combinação, A=algodão; C=café; F=feijão; M=milho e Ar=arroz.

Fonte: Tabelas I e I-A.

QUADRO 9

Área cultivada no município de Assaí, entre 1933-1941. Alqueire.

Ano	Café(pés)	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Temporárias Total
1933	17 000	-	2,75	12,0	3,7	18,45
1934	159 976	70,35	34,93	32,2	42,1	180,58
1935	184 450	73,58	37,57	33,6	50,5	195,25
1936	424 560	304,90	33,73	72,5	40,5	451,63
1937	597 352	652,72	54,00	147,6	124,6	978,92
1938	855 898	993,30	111,04	205,0	154,5	1 463,84
1939	1 067 151	932,65	168,46	394,6	217,6	1 712,71
1940	2 923 826	1 708,70	224,47	574,1	365,8	2 873,07
1941	5 723 826	3 500,00	365,10	1 200,0	500,0	5 565,10

Fonte: Tokuya Kobayashi. p. 112.

QUADRO 10

Área cultivada e percentagem da área total, no município de Assaí, entre 1932 a 1941.

Ano	Área cultivada em alqueire	percentagem em rela- ção à área total.
1932	52,62	0,4
1933	76,63	1,0
1934	199,25	2,6
1935	540,66	5,7
1936	635,88	8,0
1937	614,14	11,3
1938	341,97	13,2
1939	699,65	16,5
1940	2 010,00	27,7
1941	3 013,00	43,9
Total	8.183,80	

Fonte: Tokuya Kobayashi. p. 110.

QUADRO II

Índices de concentração de culturas do município de Assaí, entre 1944-1970.

Ano	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Café
1944	7,96 A	6,78 A	0,75	0,57	0,30
1945	6,59 A	0,94	1,49 B	0,56	0,27
1946	8,38 A	1,10 B	1,03 B	0,65	0,26
1947	5,52 A	1,16 B	1,07 B	0,81	0,80
1948	8,53 A	0,67	1,20	0,41	0,82
1949	2,96 A	2,14 A	0,98	0,22	2,53 A
1950	8,93 A	0,90	0,84	1,58	0,92
1951	9,55 A	0,94	0,77	0,48	0,89
1952	7,94 A	1,04 B	1,05 B	0,34	1,10 B
1953	15,32 A	0,72	-	-	1,19 B
1954	8,15 A	0,48	1,50 B	0,52	0,56
1955	6,82 A	0,67	2,03 A	0,43	0,42
1956	6,39 A	1,09 B	1,34 B	0,62	0,38
1957	13,55 A	0,85	2,69 A	0,15	0,62
1958	11,56 A	0,84	1,05 B	0,40	0,39
1959	15,75 A	1,02	1,54 B	0,58	0,52
1960	11,81 A	0,70	0,88	0,44	0,38
1961	10,52 A	0,78	0,46	0,48	0,35
1962	8,94 A	0,63	0,24	0,08	0,40
1963	11,71 A	1,16 B	0,59	0,17	0,17
1964	7,71 A	0,62	0,28	0,10	0,77
1965	8,08 A	0,59	0,29	0,14	0,77
1966	10,82 A	0,54	0,47	0,18	0,47
1967	10,45 A	0,60	0,69	0,24	0,40
1968	9,97 A	0,42	0,65	0,17	0,36
1969	9,17 A	0,32	0,25	0,07	0,48
1970	7,94 A	0,26	0,43	0,08	-

Obs.: A=alta; B= baixa e os índices abaixo de zero indicam não concentração.

Fonte: Tabelas I e I-A

do relaciona as percentagens de área cultivada com uma curva teórica, para definir a regionalização agrícola segundo a combinação de cultivos.

Segundo o Quadro 8, os índices de muito alta diversificação aparecem nos anos de 1947, 1949 a 1952, 1958 e 1959, 1961, 1967. Nesses anos, o que se destaca na coluna da combinação de culturas é o arroz. Ele apresenta um aumento de área plantada não muito constante; aparece somente em alguns anos - 1949 - 1952, 1959, 1961, 1963, 1967 - contribuindo para aumentar o número de culturas combinadas. Com exceção de 1963, seu cultivo não coincide com um índice de muito alta diversificação.

Chama a atenção, a combinação de culturas temporárias, sem a participação do arroz e em índices não superiores a muito alta diversificação. Isto acontece nos anos de 1944 a 1946, 1954 a 1957 e 1969 a 1970.

A disposição de uma cultura na coluna da combinação significa a sua maior ou menor porcentagem em área cultivada naquele ano. Sob essa análise, o algodão ocupa a maior área cultivada entre 1950 a 1970.

Segue-o, em segundo lugar, o café nos anos de 1952 a 1953, 1958 a 1962 e 1964 a 1968, e o feijão nos anos de 1948 a 1950, 1954 a 1957 e 1963.

De todo o período, em Assaí, se pode dizer que houve diversificação agrícola e que o algodão, café e feijão representam a maior área cultivada do município.

Esta análise fica mais completa com o Quadro 11. Nele, os índices indicam a participação de uma cultura na área plantada no município, em relação àquela do Estado. Quanto maior o índice, também maior a concentração do cultivo, naquele ano, no município, em relação à área do Estado. Assim, de 1944 a 1970, o algodão apresenta índices altos, implicando participação significativa na área plantada no Estado.

Se, nesse período, a área plantada com o algodão não teve

distribuição uniforme por todo o Estado, o mesmo não ocorreu com o café, milho, feijão e arroz. O caso do café indica sua maior significação para o norte do Paraná, do que uma distribuição uniforme no Estado. Já o feijão e arroz, com apenas alguns índices superiores à unidade, pode significar oscilações de área cultivada em outros municípios. Como o milho é plantado em grande quantidade em todo o Estado, não há índices de concentração para Assaí, senão em 1950.

Observe-se que os índices de alta concentração para o algodão, no município de Assaí, não se relacionam com a baixa diversificação. Isto significa que o arroz, feijão, milho e café são os responsáveis pela diversificação agrícola, visto que há, em todo o período, concentração do cultivo de algodão. Em outras palavras, há monocultura do algodão, podendo os outros produtos estarem, em grande parte, consorciados ao algodão.

3.3.2. A produção agrícola

O crescimento da área cultivada é acompanhado pelo aumento da produção agrícola. A escolha de apenas cinco produtos - algodão, café, milho e feijão - é decorrente de um comportamento iniciado nos primeiros anos da colonização e que permaneceram sendo os cultivos principais até 1970.

No primeiro ano da ocupação da Fazenda, o gerente informava à BRATAC que

Após a queimada, numa terra nova, foram semeados milho, arroz, feijão, etc e estão germinando bem. Mas para todos não deixa de ser uma experiência a "terra roxa". Já foram plantados 2 500 pés de café e espera-se plantar mais 2 000 até o fim do ano. Foi trazida pequena quantidade de trigo que será semeado ano que vem 51.

O café já havia sido escolhido para ser o principal cultivo. Como ficou demonstrado anteriormente, algum tempo depois a

a estrutura da BRATAC orientava cultivos diversificados, tendo o algodão como principal produto para atender o mercado.

Os Gráficos 5 e 6 mostram o crescimento da produção de algodão, nos municípios da Micro-Região, destacando Assaí como grande produtor. As estimativas aparecem segundo os desmembramentos e criação dos municípios. Desses, o município de São Sebastião da Amoreira, uma das ex-seções da Fazenda Três Barras, é o segundo maior produtor. A produção, segundo os mesmos Gráficos, tende a aumentar entre 1956 e 1963 para, a partir daí, experimentar uma redução. Tal aumento é devido, em parte, às geadas de 1953 e 1955. Entretanto, esse crescimento é interrompido a partir de 1962. Em 1963, há outra geada que, grosso modo, não estimula um aumento muito grande na produção algodoeira. Como explicar esse comportamento em uma região tradicionalmente produtora de algodão?

Segundo os trabalhos da INDUSFIBRA, empresa privada dedicada ao fomento, pesquisa e assistência à cotonicultura, a principal causa refere-se aos problemas com as doenças do algodoeiro.

O Departamento Técnico dessa empresa, dividiu o Paraná por regiões produtoras. As suas duas maiores são as de Assaí e Cornélio Procópio⁵².

Os municípios que compõem a Micro-Região Algodoeira de Assaí (vide Gráfico 1) são também os que aparecem na região definida pela INDUSFIBRA;

Assim, quando ela se refere apenas à região de Assaí, a análise será estendida para alguns municípios que não compõem a Micro-Região.

Se a região de Assaí sobressai "quer pelo volume da produção, como pela produtividade por unidade de área"⁵³, a divisão das propriedades feita segundo vias de acesso e cursos d'água constitui entrave à conservação do solo porque os lotes apresentam pequena largura e um grande comprimento que segue o maior declive⁵⁴.

Para a safra de 1962 - 1963, quando se observa queda na

mil

3 800
3 600
3 400
3 200
3 000
2 800
2 600
2 400
2 200
2 000
1 800
1 600
1 400
1 200
1 000
800
600
400
200

48 50 52 54 56 58 60 62 64 66 68 70

GRÁFICO 5

Estimativa da produção de algodão em Assaí, São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão e São Jerônimo, entre 1948-1970. Números absolutos - arroba

Fonte: Tabela 2

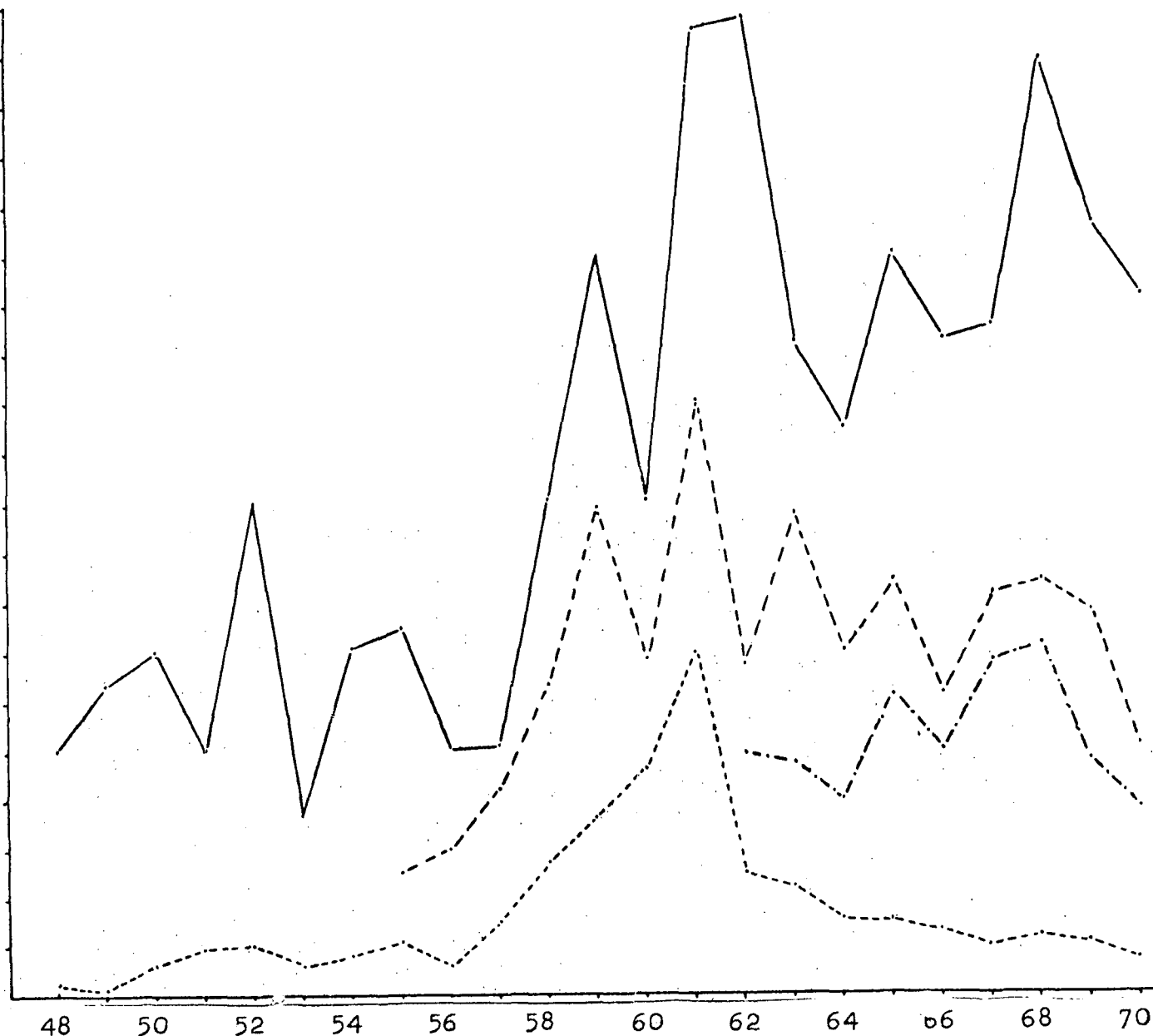
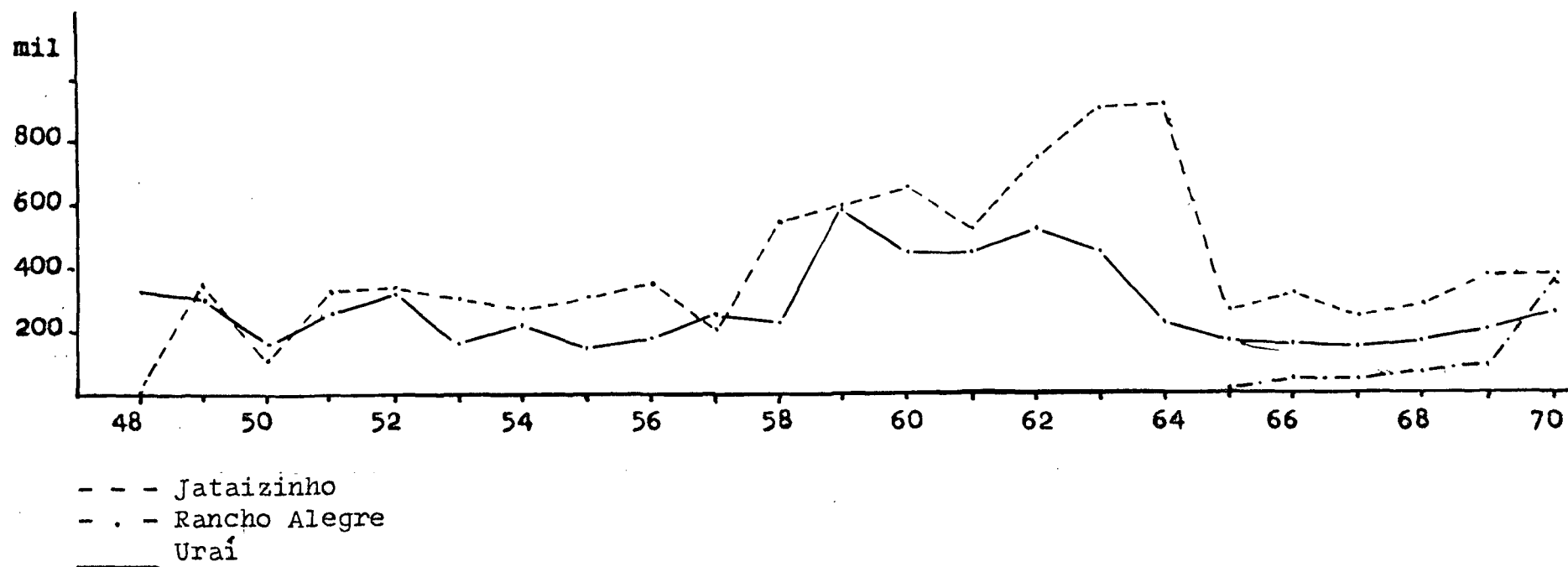


GRÁFICO 6

Estimativa da produção de algodão em Jataizinho, Rancho Alegre e Uraí, entre 1948-1970.
Números absolutos - arroba.



Fonte: Tabela 2

produção, os técnicos da INDUSFIBRA atribuem o fenômeno à quebra da fertilidade em decorrência da lavagem do solo, pelo excesso de chuvas em outubro de 1962; a falta de chuvas no fim de dezembro do mesmo ano, época da florada, provocou perda da parte da carga da planta; e instalação da "necrose branca do fumo" em toda a região fazendo com que algumas lavouras tivessem 60% de suas plantas doentes ⁵⁵.

A produção de algodão teve algum aumento no ano de 1964, entretanto, assinalava-se para a região de Assaí:

Fatores climáticos adversos determinaram mais uma vez uma redução bastante acentuada na produção regional, sendo este o terceiro ano consecutivo em que a produtividade fica muito abaixo das reais possibilidades da região. A última safra realmente satisfatória foi a de 61/62 com média de 200 arrobas por alqueire: 187 em 1963, e 125 em 63/64 ⁵⁶.

Em 1966, 1967 e 1968, o aumento da produção é explicado pelas condições climáticas favoráveis que prolongaram o período da colheita, bem como a permanência por mais tempo, de colhedores na região ⁵⁷.

Para a região de Assaí, dizia-se que a grande produção da safra 1967/68 foi favorecida pelo controle de pragas e pelas ótimas condições climáticas durante a colheita ⁵⁸.

Para o restante das regiões, citava-se que a facilidade de comercialização, preço, produtividade e baixos preços do milho, arroz e feijão haviam provocado aumento na produção do algodão. Além disso, estimulava-se os cotonicultores, concedendo-lhes financiamentos ⁵⁹.

Entretanto, em 1969, novamente caía a produção. Para a região de Assaí atribuiu-se o fenômeno à elevação dos custos de produção devido à aquisição de maquinários, veículos e inseticidas. Para a safra seguinte, à abertura antecipada dos capulhos e dimi-

nuição da oferta de mão de obra ⁶⁰.

É na década de 1960 que pelo próprio crescimento da produção do algodão no Paraná e conseqüente significado para a economia paranaense, que virá à tona o problema da técnica de seu plantio e controle, pelo produtor. Esse trabalho foi feito principalmente pela INDUSFIBRA e, no final da década, pela CAFÉ DO PARANÁ, para a produção de sementes. É nessa década que a cotonicultura conquista maior número produtores e se afirma como tal. No final da década, observa-se o retorno à cafeicultura, preferência pela rotação trigo-soja e pecuária, mas também, "tendência para a estabilidade da área do algodão", visto que muitos agricultores já haviam se decidido para a plantação da malvacea.

O fato da INDUSFIBRA citar a região de Assaí como principal produtora de algodão, na década de 1960, deve-se à experiência iniciada em 1934 entre os colonizadores de Assaí. Enquanto outras regiões produtoras iniciam-se na colônicultura e enfrentam o problema do controle de produção, em Assaí, no relatório de 70/71, citava-se, comparativamente ao aumento da produtividade de outros cultivos que esse controle, apesar de quase superado, ainda era necessário. Entretanto, as exigências eram outras.

Com o algodão não ocorre o mesmo, pois sendo cultura com mais de 30 anos de exploração sob razoáveis padrões técnicos, embora ainda continue como a principal atividade econômica, torna-se bem mais difícil melhorar sua produtividade a índices que suportem a elevação progressiva dos custos culturais. Portanto, excetuando-se excepcionais ataques de pragas e doenças, a produtividade estará mais na dependência das condições climáticas do que na técnica de cultivo, a qual tem sido satisfatória, embora o decréscimo da fertilidade natural dos solos já constitua problema que influirá na produção se não for devidamente considerado ⁶².

Para o Estado de Paraná, a produção de algodão experimenta grande aumento em 1952. Em 1953 há baixa, que é praticamente re-

cuperada, em relação a 1952, já em 1954. A partir desse ano a tendência é para o crescimento, Somente em 1966 e 1967 que há certa interrupção, (vide Gráfico 7). Outros município do Estado também aumentaram sua produção.

A produção na Micro-Região e em Assaí tende a manter um crescimento lento, mas constante. Entre 1958 a 1962 com o aumento destaca-se esse equilíbrio (o mesmo ocorre com o café).

Desde 1944 que o comportamento da produção em Assaí define aquele da Micro-Região. Isto reforça a afirmação de que as experiências realizadas com o algodão pela Associação Agrícola, desde 1934, foram as responsáveis pela escolha do algodão como principal produto em cultivo.

Enquanto a produção estadual apresenta baixas, somente em 1963 e 1966, a Micro-Região e Assaí as têm em 1962, 1963, 1966, 1969 e 1970, de certa forma, redução já analisada anteriormente. Se para a região de Assaí, observa-se aumento do produto a partir de 1957, para o Estado, deve-se considerar certo impulso no crescimento da produção algodoeira a partir de 1952. Note-se que 1953 é ano de geada. Da mesma forma, há certa interrupção em 1966 e 1967. A partir disso se pode estabelecer dois momentos para a produção algodoeira do Paraná: 1944 e 1951 e outro entre 1952 a 1970. Esse mesmo movimento pode ser detectado, com uma produção menor, na Micro-Região e em Assaí.

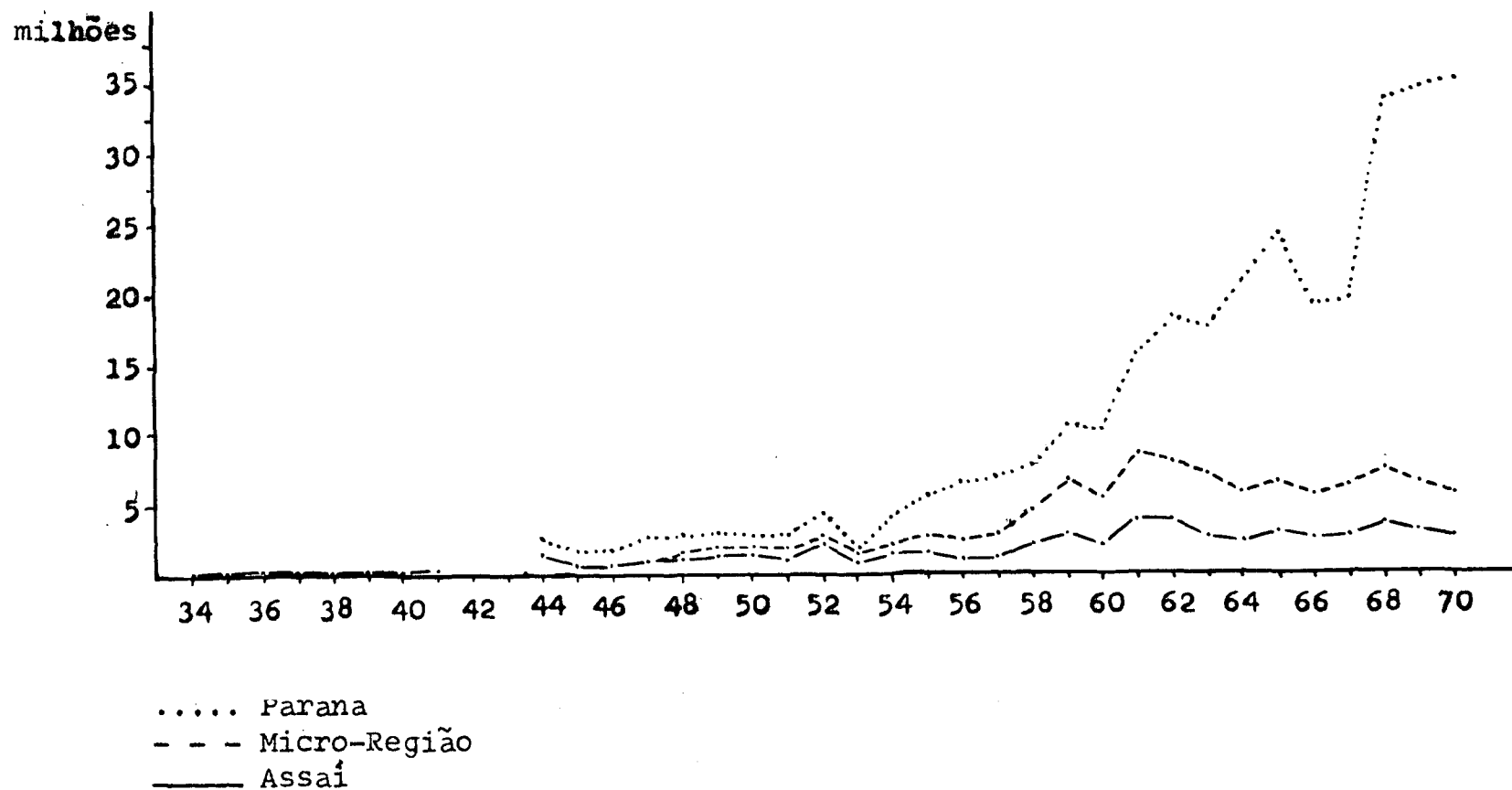
É possível que o comportamento da produção paranense, até 1951 seja reflexo daquele da Micro-Região de Assaí, (vide Gráfico 7).

Para o segundo momento observa-se que a produção estadual distancia-se, aumentando muito, daquela de Assaí e Micro-Região. Indica que esse aumento, a partir de 1954, deve-se às geadas de 1953, 1955, 1962 e 1963 que levaram os produtores de café a optarem pelo algodão.

Segundo o Departamento Técnico da INDUSFIBRA, a cotonicultura no Estado de São Paulo, iniciada em 1929, quinze anos depois

GRÁFICO 7

Estimativa da produção de algodão em Assaí, na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Paraná entre 1934-1970. Números absolutos - arroba.



Fonte: Tabelas 2 e 3.

inicia declínio na produção justamente pelos baixos índices de rentabilidade. Permaneceram com o cultivo de algodão agricultores de melhor padrão, Nesse relatório de 1970/71 afirmam estar ocorrendo no Paraná as mesmas condições observadas em São Paulo.

Na região meridional do país a lavoura algodoeira sempre se comportou como fator de desbravamento, As matas tombam e cedem lugar ou a cafezais, quando prevalecem condições favoráveis ao seu cultivo, ou aos algodões, de limitações menores. É uma cultura que suporta, com vantagens para o agricultor, a hostilidade dos terrenos recém desbravados. Depois de alguns anos dá lugar a outro cultivo e busca novas áreas. Assim o foi em São Paulo e, assim, esta acontecendo no Paraná. Sua direção são as novas áreas de Mato Grosso, Goiás e, mais discretamente, as de Minas Gerais. Não é que, em si mesmo, seja uma cultura errante. Assim o parece por adaptar-se melhor do que outros cultivos a impropriedade de regiões virgens e, paradoxalmente, reclama, bem mais que outros plantios, tratos mais aprimorados em terras já exploradas. Nestas áreas, todavia, não o esperam condições para estabelecer-se em definitivo, pois normalmente, lhe falta o apoio da técnica que passa, então a exigir. E tanto assim é que só se fixa quando encontra elementos que o cultive racionalmente e sabem obter dele os rendimentos que é capaz de proporcionar ⁶².

A observação do comportamento da produção algodoeira na região de Paranaíba, uma das últimas áreas a serem ocupadas, pode indicar o aumento da produção paranaense. No relatório da safra 1962/1963, acentuava-se três fatores que explicavam a recente tendência para o aumento da área cultivada com o algodão:

- cafeeiros deficitários com produção inferior a 20 sacos por mil pés, vêm sendo erradicados e substituídos pelo algodão;
- as geadas de 1962 e 1963 levaram alguns lavradores a abandonar os cafezais em formação e iniciarem o cultivo do

algodão;

- em áreas de recém desbravamento, ocupadas para a formação de cafezais ou pastagem, também se planta algodão ⁶³,

Apesar de na safra de 1963/64 plantar-se muito algodão intercalar ao café ⁶⁴, e o Gráfico 7 registrar aumento da produção em 1964, houve redução da área plantada no Estado, atribuída, segundos os técnicos da INDUSFIBRA, à:

- recuperação dos cafezais atingidos pela geada de 1963;
- formação de novas invernadas;
- aumento da área cultivada com outros produtos, destacando-se o milho e amendoim;
- aumento da incidência de "Murcha de Fusarium";
- redução de área plantada na região de Colorado e Paranavaí;
- tendência de na região do Arenito do Caiuá transformarem-se áreas de algodão em pastagens ⁶⁵.

Entre os anos de 1965 a 1966, observa-se pelo Gráfico 7 que há queda na produção. Para isso, a INDUSFIBRA não faz comentários, senão para a safra de 1966/67, quando novamente se verifica aumento da área plantada e da produção. É justamente na área de Paranavaí que se verifica maior área plantada com algodão devido à redução da área plantada com amendoim, à produtividade e comercialização do algodão com preços mais compensadores que aqueles dos outros produtos agrícolas ⁶⁶.

O resultado disso é o aumento da safra seguinte.

Para a grande produção da safra 67/68, registra-se

A cotonicultura chegou a alcançar essa posição, em função da constante e contínua evolução dos lavradores que aperfeiçoaram seus métodos de cultivo, da melhoria da semente distribuída, do aumento da área e das condições favoráveis de mercado, em relação aos demais produtos ⁶⁷.

Da safra seguinte, 68/69, dizia-se

pelos resultados da safra anterior, muitos, influenciados por um verdadeiro "rush" algodoeiro, voltaram a plantar em terras mais fracas sem cuidarem da fertilidade; outros, principiantes nesse cultivo, iniciaram-no semeando áreas superiores à sua capacidade e, por fim, outros, ainda, retornaram às terras anteriormente abandonadas devido à forte incidência da "murcha" 68.

Apontou-se para a redução de 37,5% da produção de 68/69, em relação do ano anterior:

1. aumento de 79,34% da área cultivada, sem que a maioria dos lavradores estivessem devidamente preparados para atender a essa expansão;
2. atraso na germinação provocado por estiagem. As lavouras plantadas em outubro, porém germinadas somente em novembro, provocaram acentuada redução na colheita, sabido que os plantios tardios são menos produtivos;
3. a intensa incidência de pragas, dentre elas a lagarta das maçãs e o ácaro rajado, obrigou a prática de combates sucessivos - nem sempre bem sucedidos - que só encareceram os custos de produção e não evitaram os prejuízos de modo desejável;
4. a seca acentuada no período de frutificação determinou acentuado "shedding" de botões, flores e pequenas maçãs numa fase em que era difícil a recuperação pela planta;
5. chuvas na colheita;
6. colheita deficiente por falta de colhedores 69.

Para a safra 1969/70 apontavam-se como causas da queda de produtividade: condições climáticas desfavoráveis, incidência da broca Murcha Fusarium, pouca disponibilidade de mão de obra e queda progressiva de fertilidade. Chamava-se a atenção para a substituição em algumas regiões da rotação trigo-soja, bem como

da preferência pela exploração pecuária ⁷⁰. "De modo genaraliza - do, em todo o Norte do Paraná, observa-se a "corrida de retorno" à cafeicultura, quer através da formação de lavouras novas, ou então da melhoria dos tratos das lavouras produtivas. Assim, parte da mão de obra empregada na cotonicultura desloca-se para dar atendimento à lavoura do café, forçando, conseqüentemente a redução da área ⁷¹.

No Relatório de 68/69, o Departamento Técnico da INDUSFIBRA aponta as falhas e necessidades da cotonicultura paranaense. Como principal suporte foram apontados a assistência técnica, o crédito e a pesquisa.

Diante das inconstâncias das colheitas e também das oscilações de preços, decorrentes, na maioria das vezes, da baixa qualidade do produto, os lavradores se sentem inseguros. Por isso, são freqüentes, como uma defesa, as tentativas de substituição desse produto por outro cultivo. Se ainda não o fizeram é porque, até o momento, não encontraram uma cultura que lhes oferecessem melhores perspectivas. É a razão porque, apesar dos contratempos, os agricultores acabam por optar pelo algodão ⁷².

Chamava-se a atenção dos órgãos do governo para a realização de pesquisas para atenderem as peculiaridades do solo e clima paranaenses. Judicava-se como comportamento do Estado

Em matéria de pesquisa ou de assistência jamais se organizou. Derivam de São Paulo, na quase totalidade, os conhecimentos técnicos que ainda hoje são utilizados no Paraná. (Mantém-se) praticamente alheio aos seus apelos, apesar da expressiva significação de sua cotonicultura ⁷³.

Apontam os técnicos, a necessidade de serem resolvidos os problemas da lavoura do algodão, quais sejam: pesquisar novas variedades "adaptadas às peculiaridades das diferentes zonas e com as características desejáveis quanto à produtividade, qualidade e

rendimento da pluma; realizar estudos sobre as pragas e doenças, quer através de produtos que lhes dêem combate, quer através da obtenção de variedades resistentes, porque algumas pragas já demonstram resistência aos defensivos e o uso indevido de pesticidas causa pesadas perdas ao lavrador; realizar estudos sobre fertilidade, uso e conservação do solo paranaense e divulgar as práticas de plantio, época e espaçamento no algodão⁷⁴.

Faz-se necessário analisar outros documentos que contenham informações sobre a cotonicultura paranaense.

Grosso modo, pode-se dizer que a alta da produção algodoeira no Estado tem muito a ver com as baixas da produção cafeeira. Isto também por ser um produto de fácil comercialização, sobretudo pela demanda da indústria de óleo e têxtil.

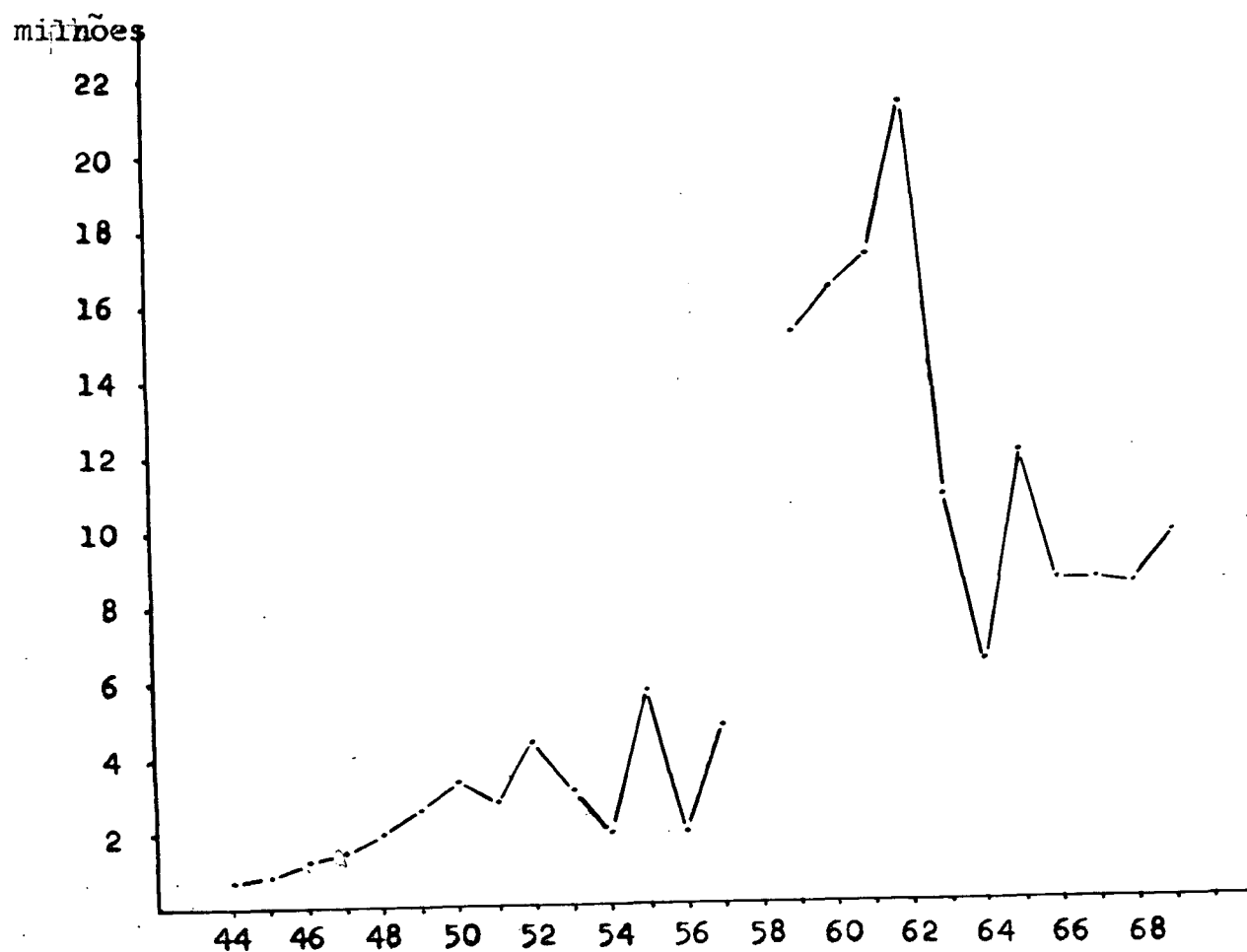
O segundo período da expansão algodoeira a partir de 1952, encontra correspondência com a baixa produção de café, em Assaí. Considere-se que o aumento da produção do café e do algodão, no mesmo período, deve-se principalmente à ocupação de novas áreas.

O Gráfico 9 mostra que até 1952 a produção de café aumenta em Assaí. De 1952 a 1956, há baixa. Atente-se que, entre 1944 a 1956, a produção da Micro-Região apresenta reflexos da municipal. A partir daí, a produção em Assaí diminui muito em relação à Micro-Região. No mesmo período, observando-se o Gráfico 7, a produção de algodão na Micro-Região e Assaí têm comportamento idêntico. Isto permite afirmar que, no município, áreas antes utilizadas para o cultivo do café, passaram a ser dedicadas ao algodão. O Quadro 11, à página 151 reforça essa afirmação: a partir de 1954, não há concentração do cultivo do café e nem tampouco houve aumento ou transferência para os do milho, feijão ou arroz; há sim aumentos com o cultivo do algodão. Da mesma forma, o Quadro 8 indica o algodão como produto mais plantado a partir de 1950.

O Gráfico 8, da produção cafeeira no Estado comparativamente ao Gráfico 9, mostra a grande diferença da produção na Micro-Re-

GRÁFICO 8

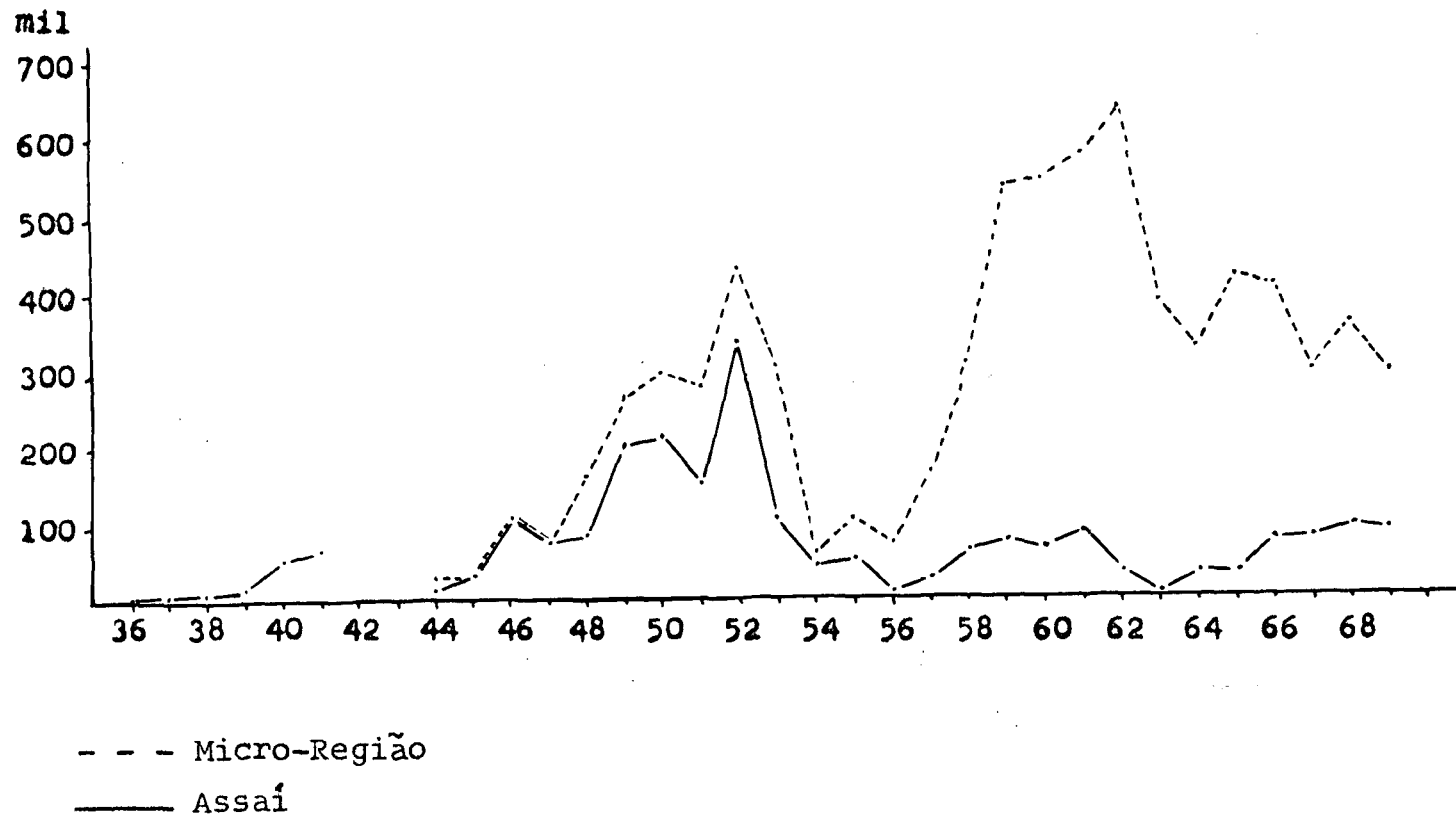
Estimativa da produção de café no Paraná, entre 1944-1969.
Números absolutos. saca 60 kg



Fonte: Tabela 4.

GRÁFICO 9

Estimativa da produção de café em Assaí e na Micro-Região Algodoeira de Assaí, entre 1936-1969.
Números absolutos - saca de 60 kg



Fonte: Tabela 4.

gião. Da mesma forma, é praticamente insignificante a produção em Assaí.

Se pode dizer que se há um comportamento mais ou menos constante e uniforme para a produção de algodão, depois de 1954, há também o café, embora com altas e baixas devidas à ocorrência de geadas.

Os cultivos do algodão e café são significativos como já se observou. O que dizer do feijão, milho e arroz que acompanham mais de perto os dois produtos?

Os Gráficos 10 a 15, da produção de feijão, milho e arroz, mostram a relação entre a produção estadual, micro regional e municipal. O aumento da produção, a partir da década de 1950, a nível estadual, indica a ocupação de novas áreas, principalmente. A Micro-Região e Assaí mantêm um comportamento produtivo que pode significar o aproveitamento ou exploração de quase toda sua extensão territorial. A produção de feijão da Micro-Região oscila muito enquanto a tendência da produção em Assaí é para a baixa ou uma estabilização.

Os Gráficos 12 e 13 confirmam a situação do milho quanto à área cultivada, anteriormente verificada pela Tabela 8. Neles a produção em Assaí indica pouca participação na produção estadual, que é a maior entre os três produtos.

Enquanto a Micro-Região mantém uma produção variando entre 800 mil a 2.000.000 de sacas, com poucas altas e baixas, o município diminui gradativamente sua participação no Estado e Micro-Região.

A produção do arroz, segundo o Gráfico 15, em Assaí, a partir de 1952 tende a estabilizar-se, não chegando a 50.000 sacas anuais. Para a Micro-Região e Estado (Gráfico 14) a tendência é para a alta da produção.

Pode-se dizer que, a partir de 1950, no município de Assaí, os produtos selecionados pela Associação Agrícola em 1934, tendem à estabilização. Comparando-se os Gráficos 9, 11, 13 e 15, da

GRÁFICO 10

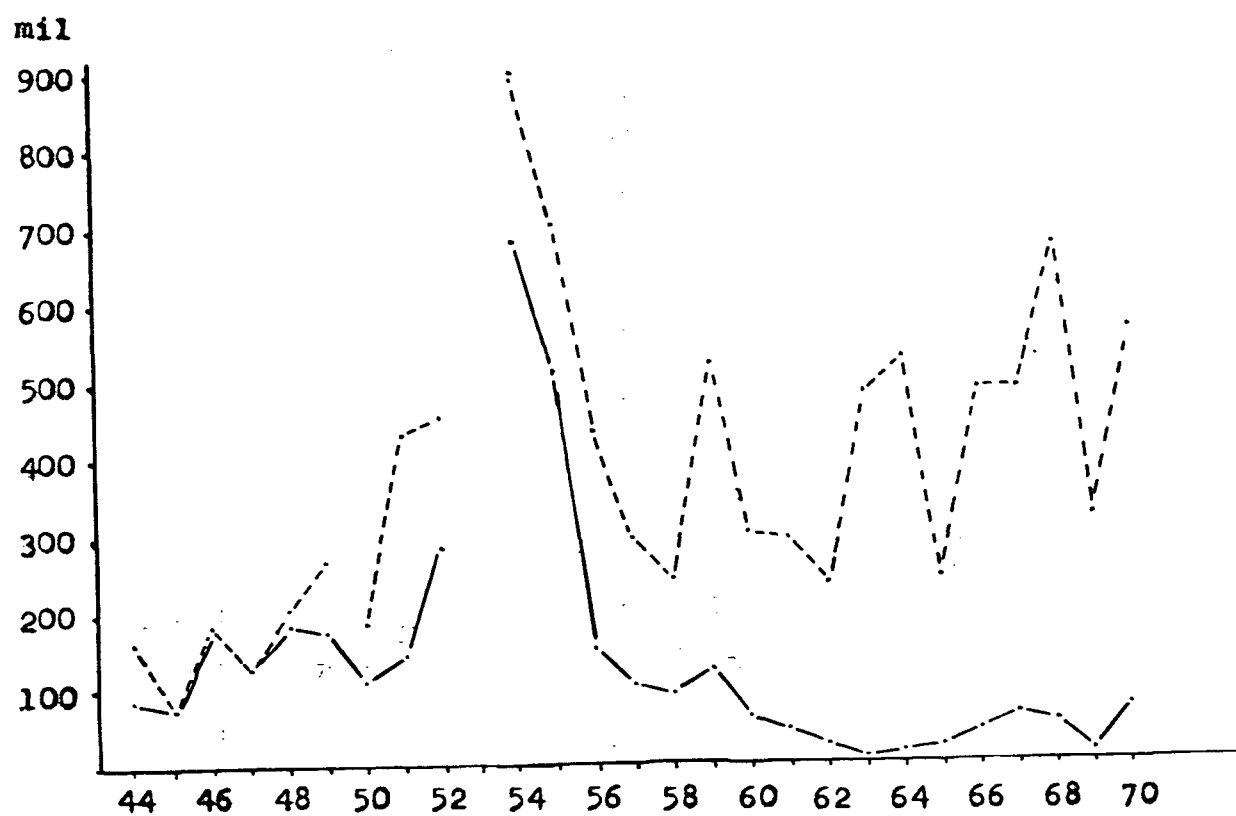
Estimativa da produção de feijão no Paraná, entre 1944-1970.
Números absolutos - saca de 60 kg



Fonte: Tabela 5.

GRÁFICO 11

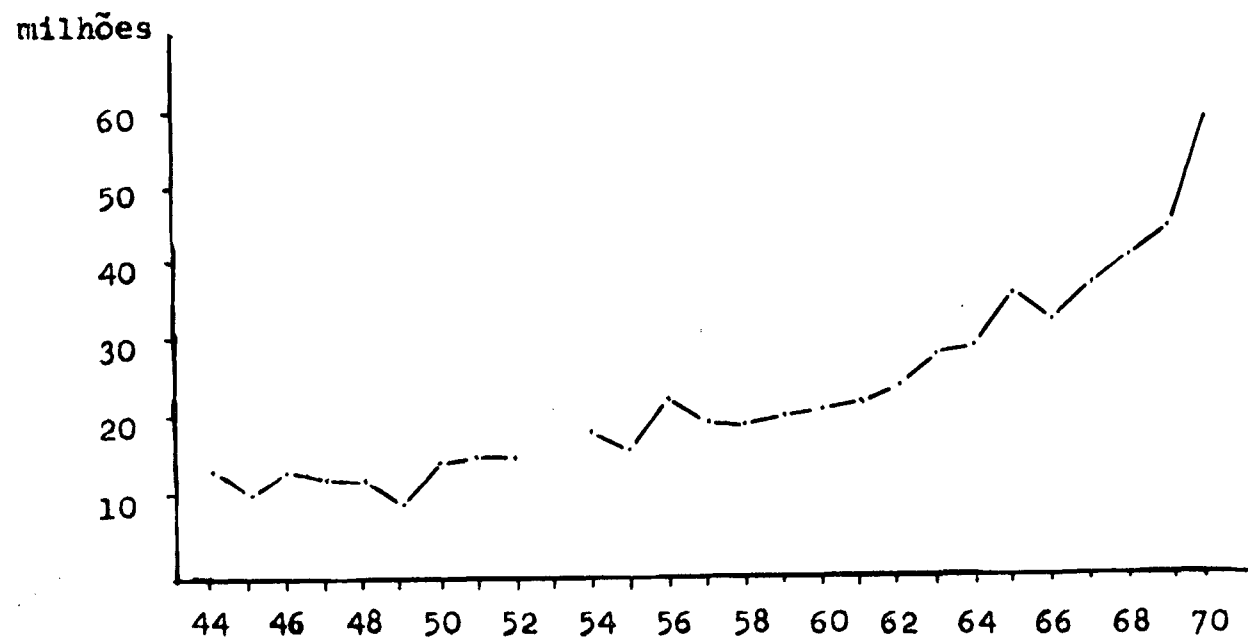
Estimativa da produção de feijão em Assaí e na Micro-Região Algodoeira de Assaí, entre 1944-1970. Números absolutos - saca de 60 kg



Fonte: Tabela 5.

GRÁFICO 12

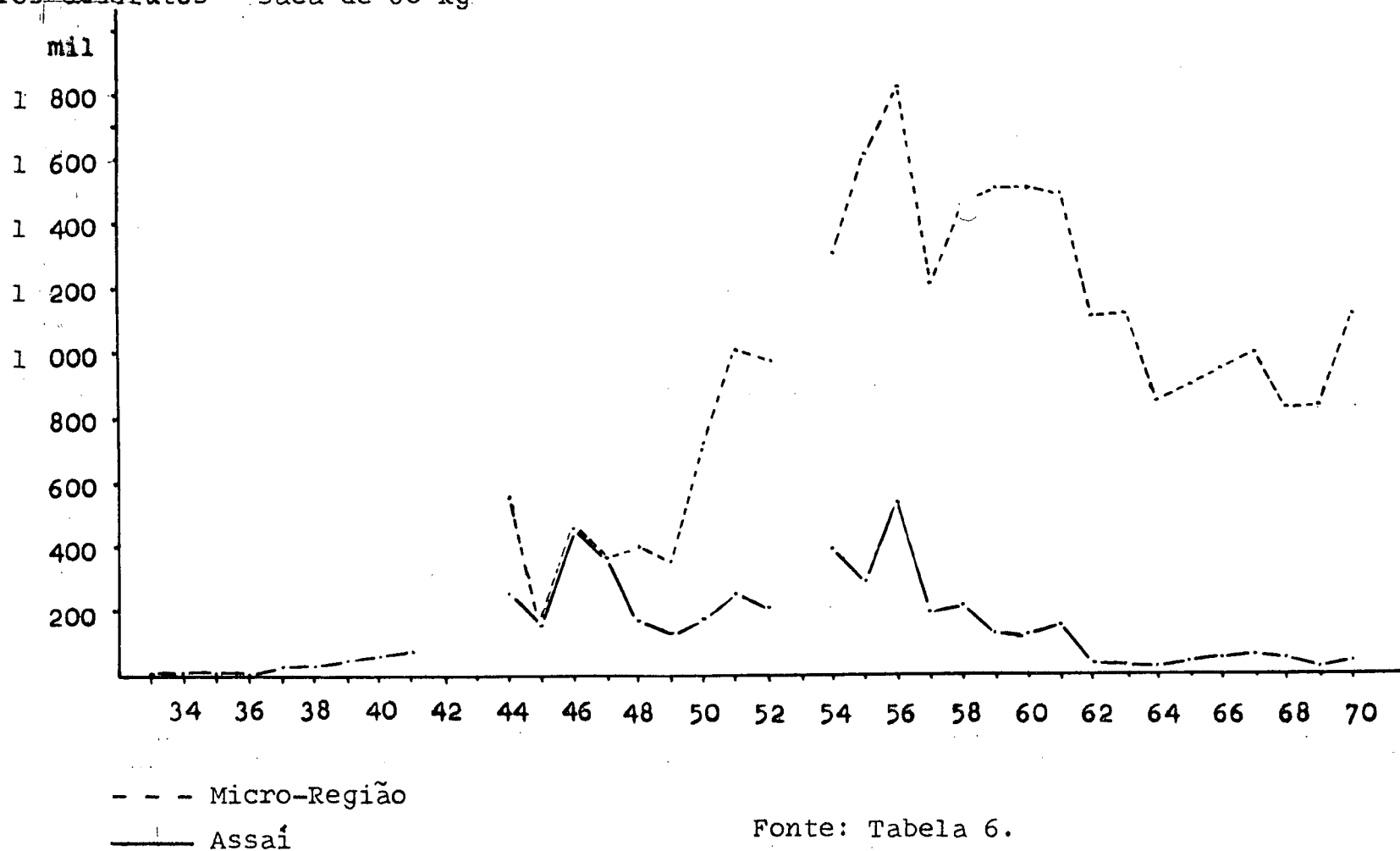
Estimativa da produção de milho no Paraná, entre 1944-1970. Números absolutos - saça 60 kg



Fonte: Tabela 6.

GRÁFICO 13

Estimativa da produção de milho em Assaí e na Micro-Região Algodoeira de Assaí, entre 1933-1970.
Números absolutos - saca de 60 kg



Fonte: Tabela 6.

GRÁFICO 14

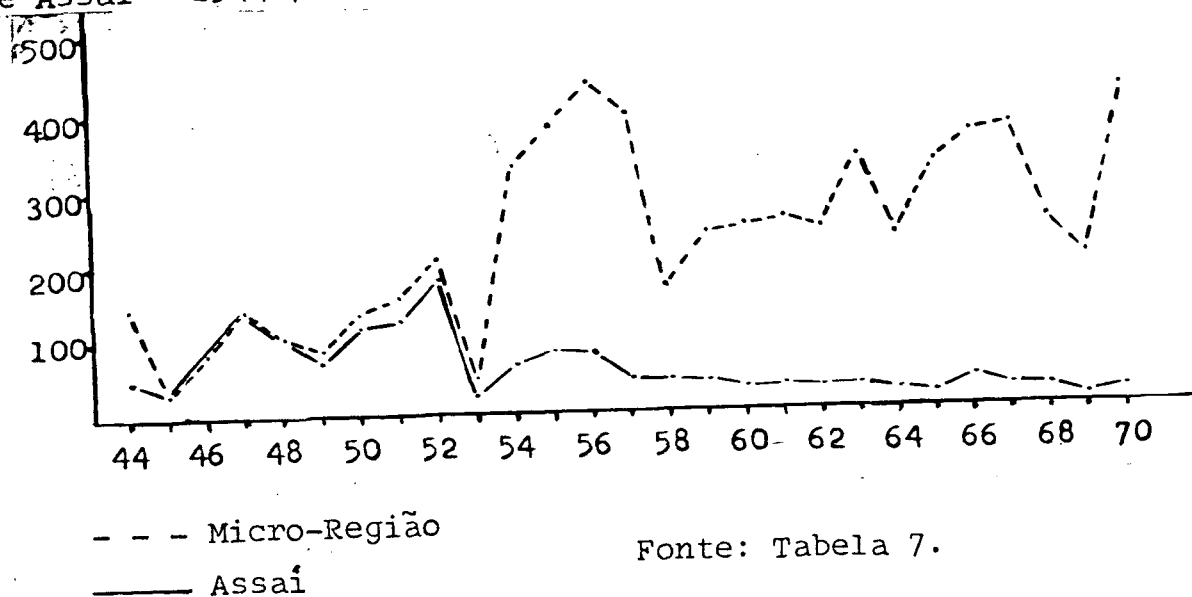
Estimativa da produção de arroz no Paraná, entre 1944-1970.
Números absolutos - saca de 60 kg - milhões.



Fonte: Tabela 7.

GRÁFICO 15

Estimativa da produção de arroz em Assaí e na Micro-Região Agodoeira de Assaí - 1944-70. Números absolutos-sc. 60 kg - mil.



Fonte: Tabela 7.

produção municipal, com aquele do algodão (Gráfico 7), pode-se confirmar a monocultura do algodão.

Tudo leva a crer que iniciado um movimento significativo para a plantação de algodão no Paraná, na década de 1950, somente nos anos sessenta é que se pode verificar certo posicionamento dos cotonicultores. Isto se viabiliza por meio da criação da INDUSFIBRA, empresa particular, cujos acionistas são beneficiadores de algodão. É essa mesma empresa, que criticando o comportamento do produtor de última hora e dos órgãos oficiais, demonstra a situação da agricultura paranaense num momento de mudanças. Em 1970, falava-se da rotatividade trigo-soja, da pecuária, do retorno à cafeicultura e da estabilização de área com cultivo do algodão.

A identificação de um comportamento da produção agrícola pode ser explicado, em parte, pela efetiva ocupação e exploração de propriedades situadas numa determinada área, bem como da receptividade do mercado àquela produção. Qualquer afirmação a respeito da exploração das unidades de área em Assaí merece estudos que não constituem objeto deste trabalho. Pode-se, no entanto, tecer comentários sobre a comercialização dos seus cinco principais produtos agrícolas.

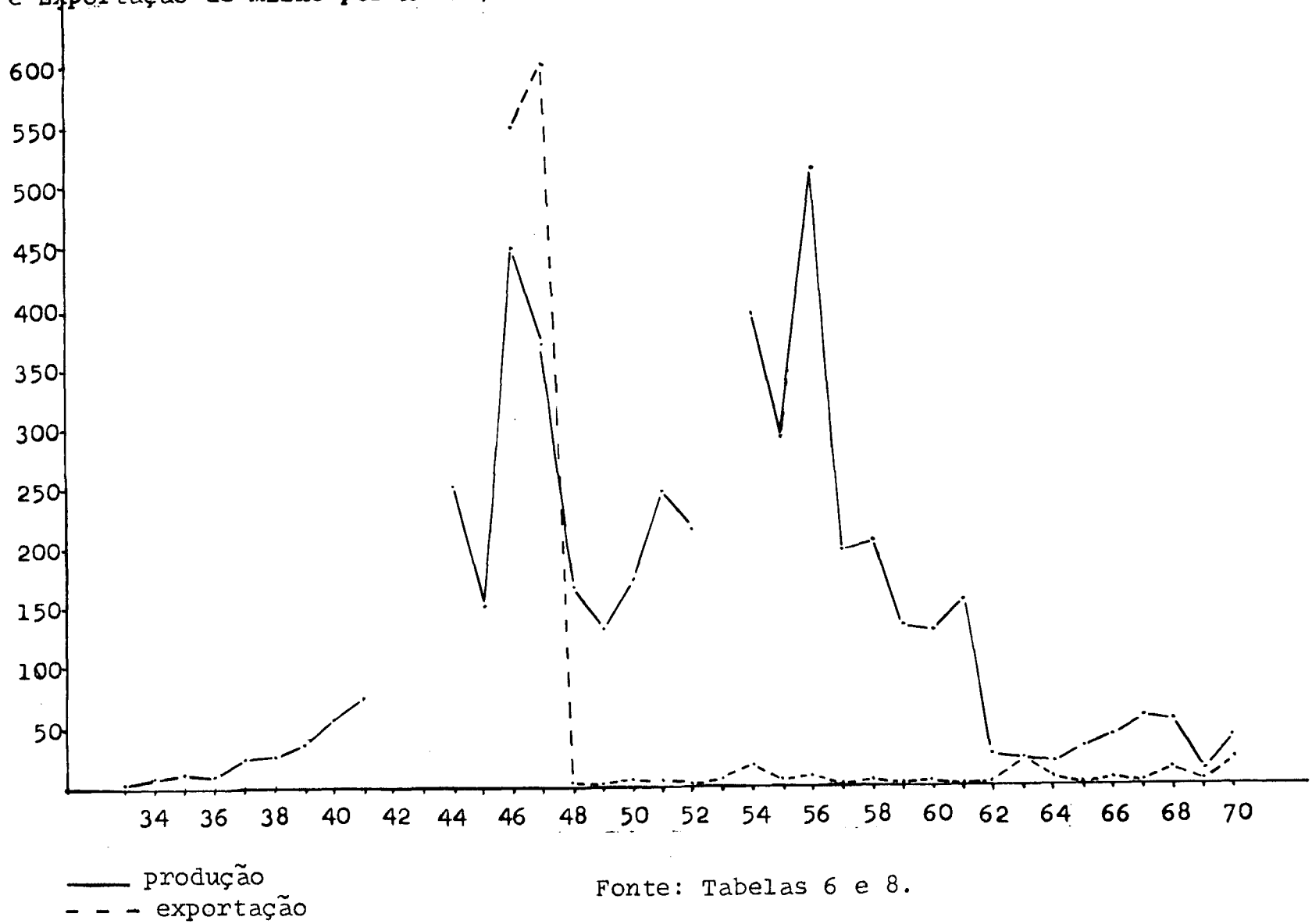
3.3.3. A exportação agrícola

Tendo em conta que os japoneses fazem do arroz sua alimentação básica não se poderia esperar para o produto uma exportação significativa. A sua produção em Assaí é, entre os cinco principais cultivos, o de menor significação. A Tabela 8 indica a sua participação na comercialização. Há um movimento entre 1954 a 1957 e em 1963 e 1964, que pode indicar vendas excepcionais em tempos difíceis provocados por geadas, mas ele pode ser considerado em Assaí, gênero de subsistência. (Vide Tabela 8 nos dados de base)

O milho parece ter a mesma função do arroz. O Gráfico 16 apresenta uma diferença muito grande entre produção e exportação.

GRÁFICO 16

Produção e Exportação de milho por Assaí, entre 1933-70. Números absolutos - sc.60 kg - mil.



Enquanto a primeira oscila muito, a segunda é praticamente constante.

Segundo Beatriz Mello Pettei,

Tanto nos trechos em que a ocupação da terra resultou num aproveitamento economicamente compensador, como naqueles, menos afortunados, em que os fatores de ordem física ou humana lhe dificultam o progresso, o milho alimentou seus primeiros povoadores e ajudou-os a transpor os primeiros obstáculos surgidos, sustentando-lhes através da criação suína, as finanças⁷⁵.

Observa, ainda, Beatriz Mello Pettei sobre o milho, "Porém a sua exportação é mais significativa quando transformado em carne e gordura animal" ⁷⁶.

Tudo indica que, em Assaí, a produção de milho teve a mesma função. Produzia-se para atender a criação de suínos. Desde o início da colonização, principalmente sob a orientação do "Movimento G.T.", promovia-se a criação de suínos e sua posterior comercialização, sobretudo com Jataí e São Paulo.

O Gráfico 17, apresenta para o feijão, um volume de exportação que permite situá-lo como dedicado à produção para o mercado externo. Nos anos de 1944, 1963 e 1964, quando se registra volume maior de saída do que de produção, considere-se que outros municípios, ou melhor, outros produtores de outros municípios comercializaram a sua produção em Assaí.

O Gráfico 18, da exportação de café mostra que entre 1961 a 1967 não houve exportação. Isto pode indicar que a comercialização foi realizada em outro município. O comportamento da exportação é o mesmo da produção, indicando claramente o objetivo desta última. Há aumento da produção e exportação de 1944 a 1952. A produção e exportação dos anos entre 1953 e 1956 são baixas devido às geadas. Entre 1957 a 1961 há aumento da produção e as curvas da exportação configuram as mesmas situações. Os anos seguin-

GRÁFICO 17

Produção e exportação de feijão por Assaí, 1933-70. Números absolutos - sc.60 kg - mil.

Fonte: Tabelas 5 e 9.

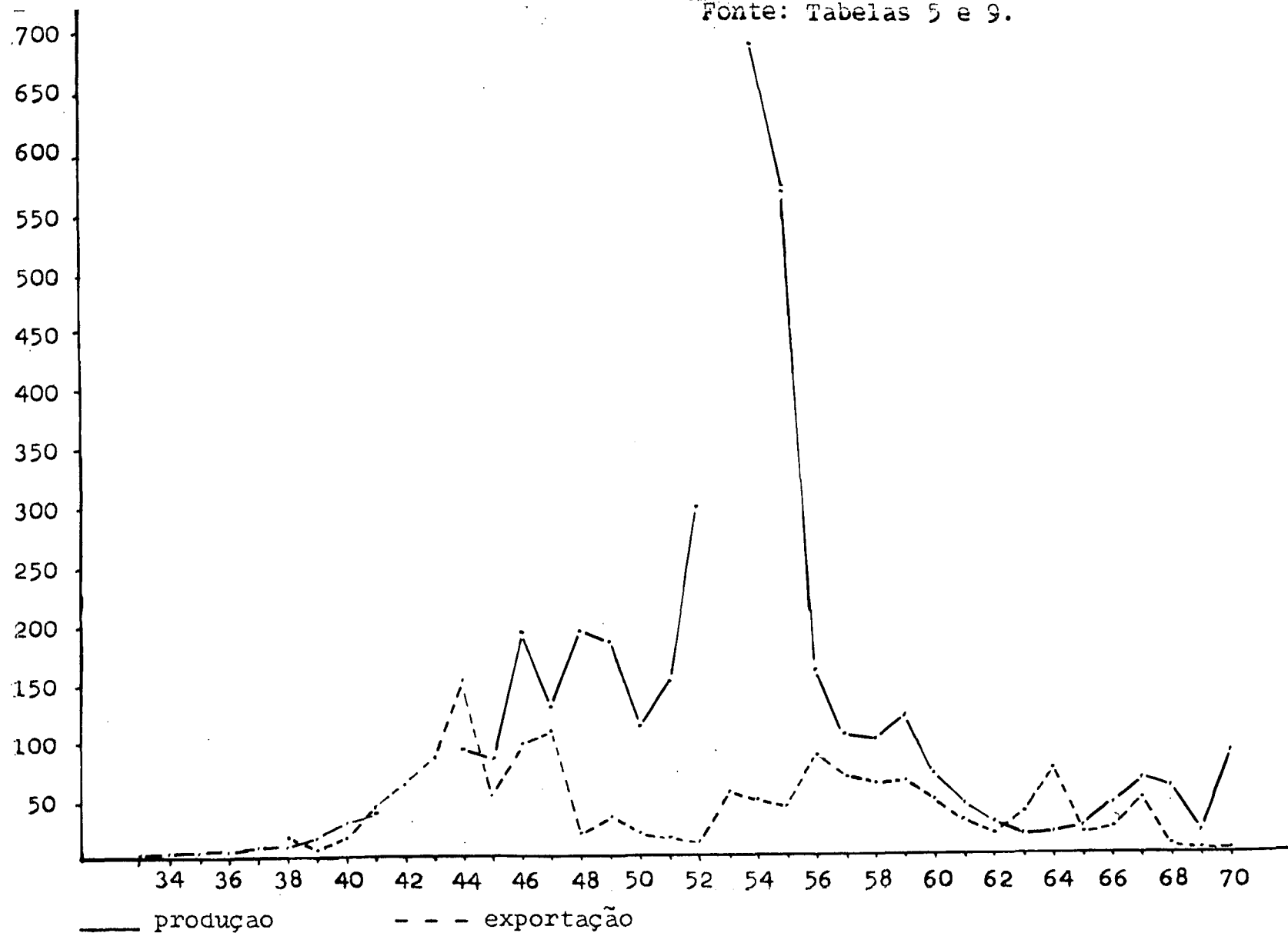
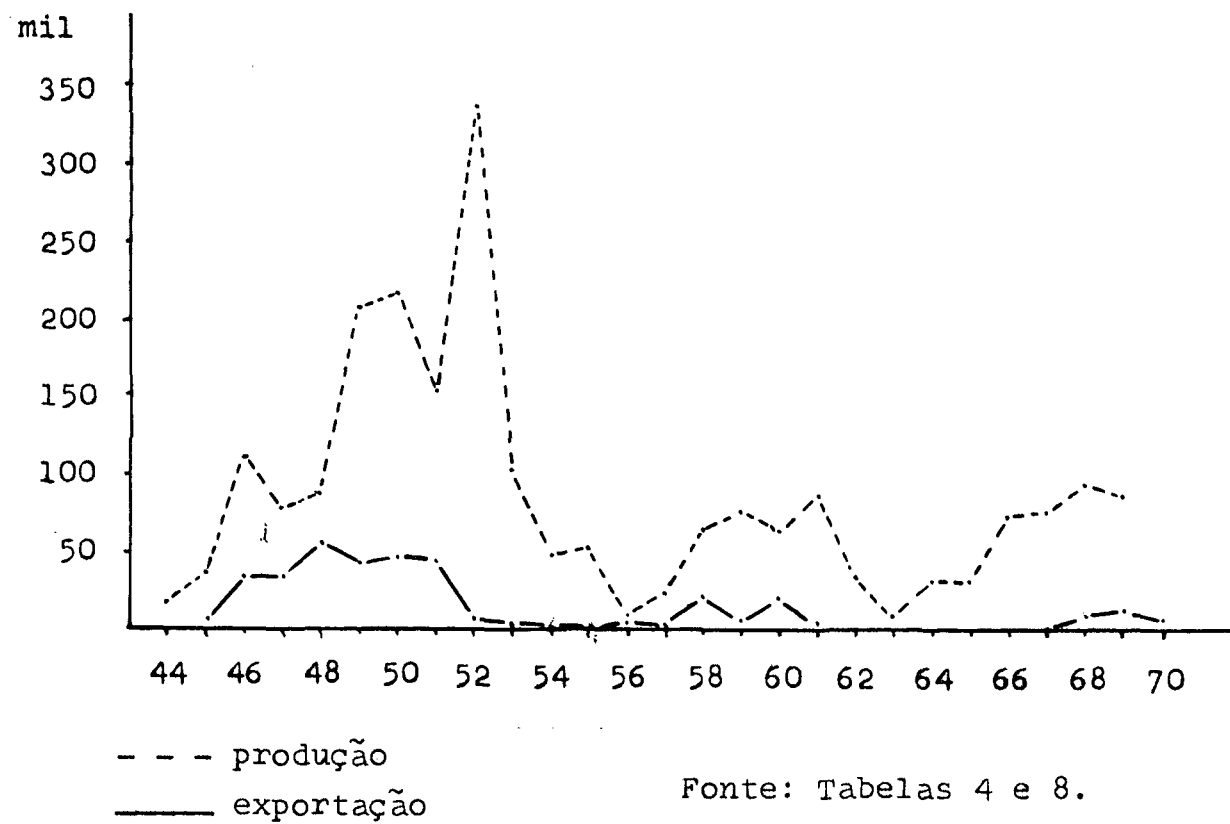


GRÁFICO 18

Produção e exportação de café por Assaí, entre 1944-1969. Números absolutos - sc.60 kg



tes têm volumes de exportação inferiores a 20 mil sacas. Em todo caso, o café é o segundo produto das exportações.

O primeiro deles é o algodão. O Gráfico 19 mostra que a produção de algodão era realizada para atender ao mercado externo. Enquanto os outros produtos tendem a diminuir, o do algodão cresce, e sempre acompanhando a produção.

A Cooperativa Três Barras, em 1943, acentuava os prejuízos na comercialização, em decorrência da falta de meios de transportes.

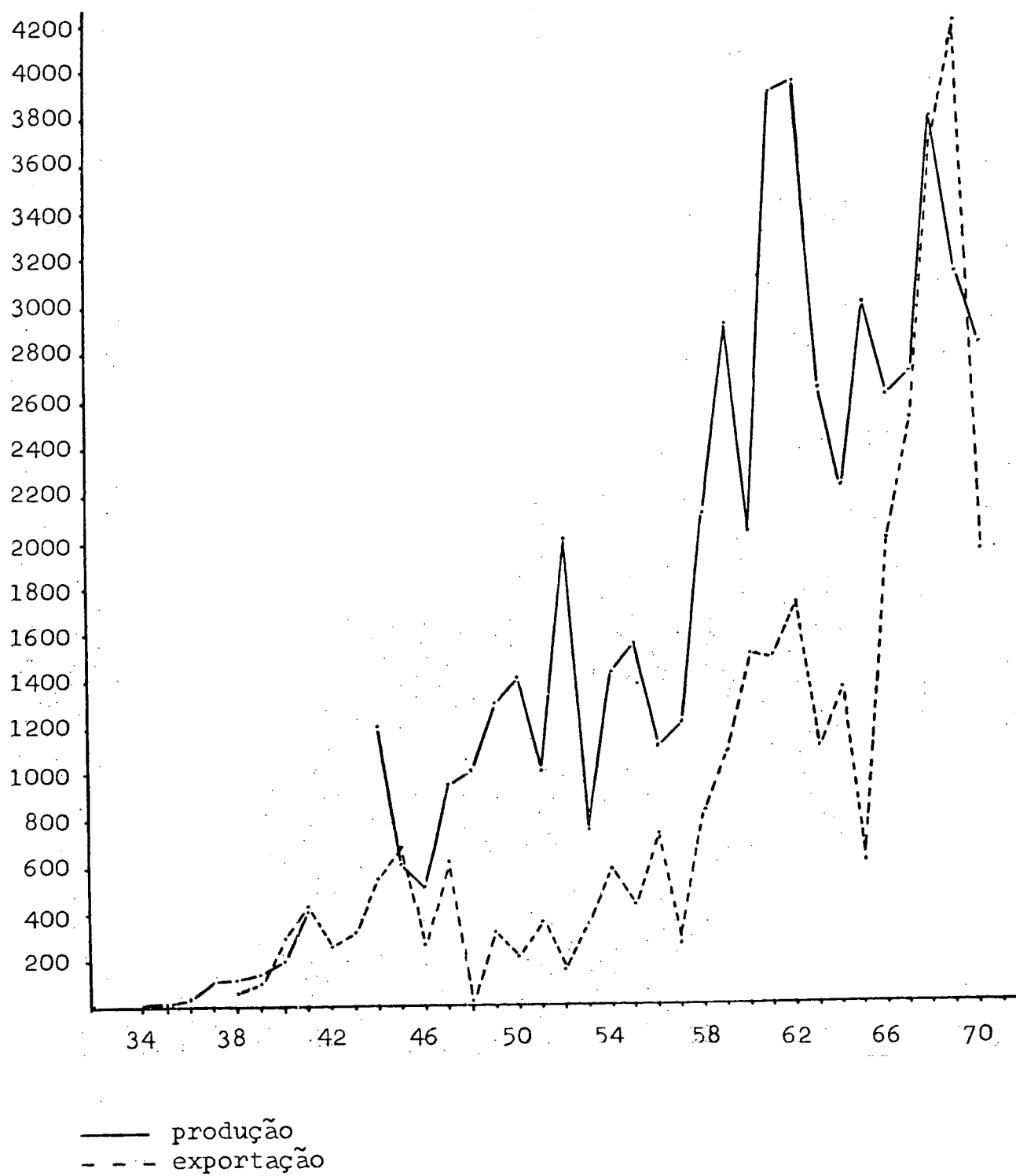
Pela enorme falta de meios para escoamento de nossas produções para os mercados consumidores, conseguimos embarcar até 31 de dezembro de 1943, apenas 1.920 fardos de algodão em pluma, restando em nossos depósitos 10.354 fardos, prontos para embarque. Com a falta de transporte, que viria beneficiar as nossas indústrias, pelo barateamento da matéria prima, tivemos um prejuízo seguramente de mais de C\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil cruzeiros), pelos seguros e juros pagos, assim como, pelas mercadorias que se perderam ⁷⁷.

Esperava-se, em 1944, menores prejuízos porque se firmara contrato com a "Sociedade Técnica de Materiais "Sotena", de São Paulo, para a construção de dez vagões de trinta toneladas ⁷⁸. Vagões próprios, na ferrovia, facilitariam o escoamento da produção.

Os relatórios da INDUSFIBRA indicam o volume da produção comercializada por regiões, acentuando que, na década de 1960, não se pode identificar qual a praça comercial que acaba assimilando maior quantidade de produção regional. Entretanto, Assaí, Cornélio Procópio e mesmo Ibiporã têm usinas que costumam captar a produção da região de Assaí. Considere-se também que enquanto há número apreciável de cotonicultores tradicionais, os preços do mercado, safra a safra, estimulam excepcionalmente alguns produtores. O comportamento do mercado também nem sempre é determinado pela produção. Há situações em que o comprador de algodão, possivelmente em resposta à demanda constante da indústria faz

GRÁFICO 19

Produção e exportação de algodão por Assaí, entre 1934-1970. Números absolutos - arroba - mil.



Fonte: Tabelas 2 e 10.

vistas grossas à qualidade da safra. Essa situação pode ser constatada na comercialização da safra de 1964/65.

Não houve muita exigência por parte das firmas interessadas quanto ao tipo e umidade do algodão, o que contentou os cotonicultores desanimados pela pouca produção. Esse estímulo poderá provocar aumento da produção na próxima safra ⁷⁹.

É na década de 1960 que são instaladas números maior de máquinas de beneficiamento do algodão, no Paraná. Em 1965, Paranavaí contava com 6 delas, Cornélio Procopio com 4. Umuarama, Cianorte e Maringá com 7 cada uma, Londrina com 9 e os municípios do vale do Tibagi com 13 unidades ⁸⁰.

Apesar do beneficiamento ser realizado em locais próximos às grandes regiões produtoras, o grosso da comercialização era feita em São Paulo, onde parte era destinada ao mercado interno e outra exportada por Santos ⁸¹. O porto de Paranaguá não era muito procurado ⁸².

Em 1968 somavam-se 59 usinas de algodão no Paraná, bem como, "A exportação em caroço para São Paulo caiu de 20%, em 1968, para 12%, e, 1969, ou seja, apenas 80,000 toneladas, com destino especialmente às cidades de Presidente Prudente, Bauru e Araçatuba" ⁸³.

Há que se registrar, da mesma forma, que a lista de exportação, levantada pelas coletorias, parece significar a parcela de produtos que passam por firmas ou concessionárias. A produção realizada pelo colono e por ele vendida, nem sempre é realizada no mesmo município da sua fazenda. Contribui para isso, preço, transporte, etc.

Entretanto, essas condições não devem prevalecer permanentemente quando há no município instituições do tipo de uma Cooperativa Agrícola ou de uma SANBRA, que captam a produção.

A lista da exportação do algodão, café e feijão indica a

inserção da Colônia na economia de mercado. Entretanto, até meados da década de 1960, há vínculo maior com o mercado paulista do que com o paranaense. Se há ligação com as empresas japonesas de fiação, é através da Cooperativa Agrícola Três Barras que essa ligação poderá ser identificada.

NOTAS

¹ ANDO, Zempati. Cooperativismo nascente. In: SAITO, Hirc-shi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 164-188. p. 164.

² Idem, p. 165.

³ Idem, p. 164-188.

⁴ ONO, Morio. De colono a pequeno produtor; considerações sobre a agricultura japonesa. In: SAITO & MAEYAMA, Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. p. 129-163. p. 146-147.

⁵ Idem, p. 144.

⁶ Idem, p. 149.

⁷ Idem, p. 148.

⁸ Idem, p. 158-159.

⁹ KOBAYASHI, Tokuya. org. História do desenvolvimento da fazenda Três Barras. Trad. Teruko Iwakami Beltrão. Tóquio, Kabushiki Kaisha Teikoku Shoin/Associação dos Moços de Assaí, 1960. datil. p. 45.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² Idem, p. 48.

¹³ Idem, p. 49.

¹⁴ Idem, p. 48.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Idem, p. 45.

¹⁷ SAITO, Hiroshi. A integração e participação de japoneses e descendentes na sociedade brasileira. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1977. p. 21.

¹⁸ KUMASAKA, Y. & SAITO, Hiroshi. Kachigumi: uma desilusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO & MAEYAMA. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 448-464. p. 450.

¹⁹ SAITO, Hiroshi. Aculturação de japoneses no Brasil e Peru. In: SAITO & MAEYAMA. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 522-530. p. 529.

²⁰ TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do imigrante; algumas considerações sobre o processo migratório. In: SAITO & MAEYAMA. Assimilação e integração... p. 13-31. p. 27.

²¹ MAEYAMA, Takashi. O antepassado, o imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908-1950). In: SAITO E MAEYAMA. Integração e assimilação... p. 414-447. p. 436.

²² Idem, p. 437.

²³ SCHURIG VIEIRA, Francisca Isabel. O japonês na frente de expansão paulista. São Paulo, Lvr. Pioneira Ed./Ed. Universidade de São Paulo, 1973. p. 165.

²⁴ Idem, p. 166.

²⁵ KOBAYASHI, História do desenvolvimento... p. 85.

²⁶ Idem, p. 86.

²⁷ Idem, p. 87.

²⁸ SAITO, Integração e participação... p.21.

²⁹ Compunham-na Riiti Tatewaki, do "bairro" Peroba como diretor presidente; Teiiti Nakayasu, da cidade, como vice presidente; Tomotada Ikeda, do "bairro" Central, como tesoureiro e Akira Kikuti, do "bairro" Peroba, como secretário. Os membros da comitativa: Itonosyke Nishimura, da cidade; Heijuu Akagui do "bairro" Central, Nagahiro Kato de Balsamo, Juniti Yamaoka do "bairro" Palmital, Kaiji Ido do "bairro" Figueiras. Iwao Aida do "bairro" Peroba, Saburo Koda do "bairro" Cebolão e Shigueto Miyamura do "bairro" Roseira.

³⁰ KOBAYASHI, História do desenvolvimento... p. 89-92.

³¹ Idem, p. 56.

³² Idem, p. 57.

³³ Idem, p. 39-40.

³⁴ Idem, p. 34.

³⁵ Idem, p. 40.

³⁶ Idem, p. 40-41.

³⁷ Idem, p. 41.

³⁸ Idem, p. 43.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Idem, p. 44.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ ONO. De colono a pequeno produtor... p. 159.

⁴⁵ YASSUDA, Fábio Riodi. O cooperativismo e a organização ru-

ral. In: Simpósio, O japonês em São Paulo e no Brasil. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1971. p.181-190. p. 181-182.

⁴⁶ KOBAYASHI, História do desenvolvimento... p. 57-58.

⁴⁷ Idem, p. 58-59.

⁴⁸ Idem, p. 60.

⁴⁹ Idem, p. 61.

⁵⁰ SAITO, A integração e participação... p. 10-11.

⁵¹ KOBAYASHI, História do desenvolvimento... p. 29.

⁵² Compõem a primeira, os municípios de Assaí, Nova América da Colina, Jataizinho, Nova Fátima, São Sebastião da Amoreira, São Jerônimo, Santa Cecília do Pavão, Santo Antonio do Paraíso, Rancho Alegre, Congonhinhas e Uraí. A segunda, Cornélio Procopio, Aadirá, Cambará, Itambaracá, Bandeirantes, Santa Mariana, Leopólis, Sertaneja, Jacarezinho, Ibaiti, Ribeirão do Pinhal, Santo Antonio da Platina, Santa Amélia e Abatiá.

⁵³ RELATÓRIO da safra 64/65; ano 4. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1965. p. 1.

⁵⁴ Idem, p. 15.

⁵⁵ RELATÓRIO da safra 62/63; ano 2. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1963. p. 1-2.

⁵⁶ RELATÓRIO da safra 64/64... p. 1.

⁵⁷ RELATÓRIO da safra 66/67; ano 6. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1967. p. 2.

⁵⁸ RELATÓRIO da safra 67/68; ano 7. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1968.- p.1-2.

⁵⁹Idem, p. 5-6.

⁶⁰RELATÓRIO da safra 69/70; ano 9. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1970. p.5-6.

⁶¹RELATÓRIO da safra 70/71; ano 10. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1971. p. 2.

⁶²Idem, p. 19.

⁶³RELATÓRIO da safra 62/63 ... p. 4.

⁶⁴RELATÓRIO da safra 64/65 ... p. 1

⁶⁵Idem, p 1, 3 e 6.

⁶⁶RELATÓRIO da safra 66/67 ... p. 6.

⁶⁷RELATÓRIO da safra 67/68 ... p. 30.

⁶⁸RELATÓRIO da safra 68/69; ano 8. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1969. p. 1.

⁶⁹Idem, p. 3.

⁷⁰RELATÓRIO da safra 69/70 ... p. 1.

⁷¹Idem, p. 1-2.

⁷²RELATÓRIO da safra 68/69... p. 33.

⁷³Idem, p. 35.

⁷⁴Idem, p. 36.

⁷⁵MELLO PETTEI, Beatriz C.C. Produção de milho e suínos no Brasil meridional. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 16(3):361, jul/set. 1954.

⁷⁶ Idem, p. 362.

⁷⁷ MUNICÍPIO de Assaí. Expansão Econômica, Curitiba, 9(95-96): 17, mar./abr. 1944.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ RELATÓRIO da safra 64/65... p. 3.

⁸⁰ PINTO, Acir de Almeida. Comentários sobre a safra algodoeira paranaense 66/67. R. Paran.Desenv., Curitiba, (4):35-39, jan./fev. 1968.

⁸¹ Ibidem.

⁸² PENTEADO, Jurema. O algodão paranaense. R. Paran. Desenv., Curitiba, (17):27-31, mar./abr. 1970.

⁸³ Ibidem.

4.0. CONCLUSÃO

Em se tratando de iniciativas para promover a ocupação e a colonização da área da Micro-Região Algodoeira de Assaí, se pode distinguir tipos distintos: o de iniciativa oficial no século XIX, com interesses estratégicos, e o da iniciativa particular, a partir de 1930, dirigido por empresas japonesas, com motivações capitalistas.

É possível afirmar que qualquer mecanismo para promover a colonização de Jataí e suas vizinhanças, no século XIX, teria esbarrado no peso que representava a sua localização à margem de atividades comerciais lucrativas. Nesse caso, pouco importa que os interesses tenham sido militares ou estratégicos, ou, ainda, que a inadaptação do Regulamento de 1849 tenha sido alvo de críticas dos administradores da própria Colônia para justificar a necessidade da interferência do governo paranaense. Enquanto em outras províncias do Império, a iniciativa colonizadora oficial promovia a imigração para atender a lavoura de exportação, no Paraná, o estímulo era para criar uma lavoura de abastecimento,

não interessando, portanto, a área do Jataí .

Na realidade, os interesses da Província e do governo Imperial eram diferentes. Para a área do Jataí, antes de mais nada, o estabelecimento de estradas foi realizado para atingir o Mato Grosso, área de fronteira internacional e, por isso mesmo, com interesses de defesa e guarda.

A tentativa de fixar povoadores na Colônia - o Regulamento de 1949 deixa bem claro esse objetivo, - significava garantir o suprimento das tropas que seguiam para o Mato Grosso, bem como garantir a retaguarda das colônias de fronteira. Daí o desinteresse em sua militarização. Mas antes de tudo, considere-se que o sentido da propriedade da terra não era aquele de uma frente pioneira.

A colonização por meio de pequenas propriedades era defendida por oficiais do Exército, atraía, mas não promovia a ocupação, porque havia outras terras melhor localizadas que as do Jataí e em grande quantidade. Os colonos tinham outras opções além daquela de internar-se no sertão. De outro lado, não havia pressão populacional que levasse à ocupação do sertão e a mão de obra disponível era absorvida pela agricultura comercial.

Da mesma forma, não houve ocupação efetiva da terra na região de São Jerônimo, no século XIX. A lentidão das autoridades em decidir sobre a legitimação das terras indígenas e particulares, bem como a cessão dos direitos de posse ao governo paranaense confirmam a inexistência de interesses imediatos para a sua ocupação efetiva.

Nesse sentido, se pode afirmar que a ocupação dessas áreas no século XIX tem características de frente de expansão. Também, no que se refere ao Norte Pioneiro, a inexistência da agricultura de mercado e de meios de transportes, bem como a produção inexpressiva do café, foram suficientes para situá-lo como outra área de frente de expansão.

No entanto essa mesma área, no início do século XX, com o

roteiro do café ultrapassando o território paulista e atingindo o Paraná, acomodaria uma população que se expandia de forma acelerada. Era a frente pioneira ligada basicamente à São Paulo. Os seus homens de negócio ligavam-se às casas bancárias paulistas. A construção da ferrovia com o apoio do governo ligou São Paulo ao Paraná. São criadas empresas imobiliárias estranhas ao Paraná.

A principal característica de algumas dessas empresas imobiliárias era sua ligação com o capital estrangeiro. Entre elas, se destaca a BRATAC .

O estabelecimento dessa empresa japonesa no Brasil resultou de acordos por ela feitos com o governo japonês, no sentido de resolver, por exemplo, os problemas da mão de obra excedente nas áreas rurais do Japão. Esse tipo de acordo foi mais incisivo do que aqueles feitos com imigrantes europeus e caracteriza-se por atitudes ético-sociais de cunho paternalista. Não sem razão tinham eles essa atitude, pois a estrutura agrária do Japão estava baseada no "mura". Nota-se que o imigrante japonês trouxe o "mura" em sua bagagem cultural, cabendo às Companhias criarem um modelo de sociedade ideal - "Movimento G.T." - que justificasse sua fixação em terras distantes daquelas de seus familiares. Esse modelo, entretanto, está ligado à atividade empresarial que, para a BRATAC, empresa de economia mista, significou fases sucessivas de investimentos: planejamento e condução de núcleos de colonização agrícola e estabelecimento de outras atividades com a comercial, bancária e industrial.

A tradição "mura" trazida pelo imigrante, ao desembarcar encontrou condições geográficas, culturais, etc, diversas daquelas do Japão. Por isso, o "mura" aliado à política de colonização japonesa terá características brasileiras e será perceptível enquanto se processa a adaptação do japonês à comunidade receptora.

O "plano de 10 anos de expansão representa a atividade empresarial calcada sobre a comunidade baseada no "mura". Ele visava promover o estabelecimento de infra-estrutura necessária à

ocupação e orientar a adaptação do colono à comunidade paranaense.

Constata-se, na sua aplicação, que o escritório local não vendeu a totalidade das terras, em Assaí, como estava previsto para 10 anos, mas também não se fala em prejuízos, semão em concorrência com outras empresas.

Por outro lado, a BRATAC utilizou-se do coeso espírito associativo entre os colonos para promover a transferência da administração comunitária. Isto significa que, por volta de 1940, a comunidade como um todo estava se adaptando à sociedade paranaense.

O espírito associativo, característico do "mura", moldado e utilizado pela BRATAC, norteou a criação da Associação Agrícola, do Movimento G.T. e da Cooperativa.

Enquanto a Associação pode ser responsabilizada pelas experiências e técnicas agrícolas, o Movimento G.T. pela orientação para o trato e condução da administração da empresa agrícola, coube à Cooperativa servir de intermediária entre a comunidade e o mundo de fora, entre as unidades de produção e o mercado.

Mas foi sobretudo o Movimento G.T. que promoveu a adaptação do colono japonês à estrutura capitalista, representada na agricultura pelo planejamento e condução da administração do estabelecimento agrícola.

A Associação Agrícola foi, por sua vez, responsável pelo estabelecimento da agricultura diversificada, tendo embora o algodão como principal produto.

Observe-se que é a crise cafeeira que impulsiona o cultivo do algodão. Em Assaí, pode ser identificada a estabilização da área plantada com algodão no início dos anos cinquenta, e que para o Paraná essa tendência só aparece em fins da década de 1960. Para o Estado, esse comportamento da produção do algodão era devido ao retorno das grandes plantações de café e à rotatividade trigo-soja. Para Assaí, este comportamento é resultado

a colonização agrícola dirigida.

Contudo é possível afirmar que a colonização agrícola em
êes Barras foi conduzida também pelo jogo da conjuntura paranaen-
se: pequenas e médias propriedades exploradas pela família e pe-
lo trabalho assalariado, voltados para o atendimento do consumo
e mercado.

¹BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná.
R. Paran.Desenv., Curitiba, (12):74. maio/jun. 1969.

5.0. BIBLIOGRAFIA

5.0. BIBLIOGRAFIA

5.1. Relatórios e Mensagens de governos.

1. RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná em 17 de janeiro de 1857, pelo presidente José Antonio Carvalhaes. Curitiba, 1857.
2. RELATÓRIO do presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Matos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curitiba, Tip. Paranaense. 1858.
3. RELATÓRIO do presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Matos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1859. Curitiba, Tip. Paranaense de Candido Martins Lopes. 1859.
4. RELATÓRIO de Francisco Cardoso a Antonio Barbosa Gomes Nogueira, em 1861.
5. RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná em 15 de março de 1867, pelo presidente da Província, Polidoro Cezar Burlamaque. Curitiba, Tip. de C.M. Lopes. 1867.
6. RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Paraná, pelo presidente José Feliciano Horta de Araújo, em 5 de fevereiro de 1868. Curitiba, Tip. C.M. Lopes, 1868.
7. RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, pelo presidente Antonio Affonso de Carvalho, em 15 de fevereiro de 1870. Curitiba, Tip. C.M. Lopes. 1870.
8. RELATÓRIO de Venâncio José de Oliveira Lisboa à Assembléia Legislativa da Província do Paraná, em 15 de fevereiro de 1872. Curitiba, Tip. da Viúva & Filhos de C.M. Lopes. 1872.
9. RELATÓRIO do presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 15 de fevereiro de 1876. Curitiba, Tip. da Viúva de C.M. Lopes. 1876.
10. RELATÓRIO do presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins, apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, em 15 de fevereiro de 1877. Curitiba, Tip. da Viúva de C.M. Lopes. 1877.
11. RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná em 1 de outubro de 1882, pelo presidente da Província Carlos Au-

gusto de Carvalho. Curitiba, Tip. Perseverança. 1882.

12. RELATÓRIO do presidente Luiz Alves de Oliveira Bello à Assembléia Legislativa Provincial em 22 de agosto de 1884. Curitiba, Tip. Perseverança. 1884.

13. MENSAGEM do presidente dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, pelo Exmo Sr Dr Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Estado do Paraná, ao instalar-se a 2ª sessão da 12ª Legislatura em 1 de fevereiro de 1915. Curitiba, Tip. D'A República. 1915.

5.2. Relatórios de Companhias e Associações.

14. RELATÓRIO nº 19 da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, referente ao ano de 1939, para a Assembléia Geral Ordinária de 26 de junho de 1940. Curitiba, 1940.

15. RELATÓRIO da safra 62/63; ano 2. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1963.

16. RELATÓRIO da safra 64/65; ano 4. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1965.

17. RELATÓRIO da safra 66/67; ano 6. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1967.

18. RELATÓRIO da safra 67/68; ano 7. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1968.

19. RELATÓRIO da safra 68/69; ano 8. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1969.

20. RELATÓRIO da safra 69/70; ano 9. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1970.

21. RELATÓRIO da safra 70/71; ano 10. Londrina, Associação da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado do Paraná. 1971.

5.3. Publicações oficiais.

22. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quadro de exportação por coletoria e localidade de procedência. origem l. mercadorias regionais. 1938-39. mensal.
23. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quadro de exportação geral do Estado por municípios e co-
tórias. origem l. 1940-47. anual.
24. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística & Departamento de Estatística do Estado do Paraná. Quadro de exportação por coletorias e municípios. origem l. mercadorias regionais. 1948-49. mensal.
25. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Departamento de Estatística do Estado do Paraná. Exportação de produtos regionais - procedência. 1950-51. anual.
26. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comércio interestadual. Discriminação por municípios (saída de mercadorias) origem regional. 1952-62. anual.
27. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1960. v. 10.
28. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas, 1968. Rio de Janeiro. 1970.
29. PARANÁ. Secretaria de Estado dos Negócios do Governo & Departamento de Estatística do Estado do Paraná. Divisão Econômica. Comércio interestadual; municípios de saída de mercadorias. 1963-70. anual.
30. PARANÁ. Lei nº 333 de 12 de abril de 1872. Leis e regulamentos da província do Paraná. Curitiba, Tip. Paranaense. 1872. v. 19. p. 47-48.
31. PARANÁ. Lei nº 709 de 27 de novembro de 1882. Leis e decretos da província do Paraná. Curitiba, Tip. Perseverança, 1882. v. 29. p. 41.
32. PARANÁ. Lei nº 1918 de 23 de fevereiro de 1920. Leis de 1920. Curitiba, Tip. D'A República. 1921. p.308.
33. PARANÁ. Procuradoria Geral do Estado do Paraná. Termo de cessão de domínio pleno que faz a União ao Estado do Paraná,

de terras da Fazenda São Jerônimo, situada no município de Araiporanga, ex-São Jerônimo, no mesmo Estado, conforme processo nº 237 770 de S.C. do Ministério da Fazenda, de 1848. Curitiba.

34. PARANÁ. Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura. Departamento de Terras e Colonização. Cadastro das colônias estaduais da 4ª Inspeção de Terras. Curitiba. 1941.
35. PARANÁ. Fundação Instituto de Terras e Colonização. Cadastro da colônia São Jerônimo. Londrina, 4ª Inspeção.
36. PARANÁ. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Legislação de terras. Curitiba, Publicidade da Divisão Jurídica, 4:83-88. 1953.

5.4. Artigos de periódicos.

37. BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra do Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, n. 7. 1968. 52 p.
38. BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. R. Paran.Desen., Curitiba, (12):65-80, maio/jun. 1969.
39. BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, n. 25. 1977. 30 p.
40. BERNARDES, Lysia Maria C. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 15(3):335-337, jul./set. 1953.
41. BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 14(4):427-453, out./dez. 1952.
42. DÉNIS, Pierre. A colonização no Paraná. B. geogr., Rio de Janeiro, 9(100):346-356. jul. 1951.
43. ITINERÁRIO das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo-Paraguai na Província de Mato Grosso, feita nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo Sr. João Henrique Elliot. R. Inst. hist. geogr. etnogr.

do Brasil. Rio de Janeiro. 1870. t. 10, p. 153-177.

44. MELLO PETTEI, Beatriz C.C. Produção de milho e suínos no Brasil Meridional. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 16(3): 328-366, jul./set. 1954.
45. MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do norte do Paraná. B. geogr., Rio de Janeiro, 25:11-17. 1945.
46. MÜLLER, Nice L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. B. Paul. Geogr., São Paulo, (22):55-97, mar. 1956.
47. MUNICÍPIO de Assaí. Expansão econômica, Curitiba, 9(95-96): 13-21, mar./abr. 1944.
48. OS ANOS de experiência. América do Sul, São Paulo, 2(5):9, jul./ago. 1978.
49. PENTEADO, Jurema. O algodão paranaense. R. Paran. Desenv., Curitiba, (17):27-34, mar./abr. 1970.
50. PINTO, Acir de Almeida. Comentários sobre a safra algodoeira paranaense 66/67. R. Paran. Desenv., Curitiba, (4):35-38, jan./fev. 1968.
51. PITANGA, Epiphanyo Candido de Sousa. Itinerário do reconhecimento do estado da estrada da cidade de Antonina à Colonia Militar do Jatahy, na Província do Paraná. R. Inst. hist. geogr. etnogr. do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. de D. Luiz dos Santos. 1863. 1º trim. t. 26, v. 26-27. p.537-588.
52. PRADO JUNIOR, Caio. Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo. B. geogr., Rio de Janeiro, (29):692-716, ago. 1945.
53. SILVA, Nérico da. O café no Paraná. R. Dep. Nac. Café, Rio de Janeiro, 5(52):975-976, out. 1937.
54. WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 17(4):391, out./dez. 1955.
- 5.5. Artigos de jornais.
55. PARANÁ. Decreto nº 304 de 17 de março de 1925. Diário Oficial, Curitiba, 23 mar. 1925. Cria o distrito policial de Jataí.
56. PARANÁ. Lei nº 2448 de 25 de março de 1927. Diário Oficial.

Curitiba, 26 mar. 1927. Cria o distrito judiciário de Sertanópolis.

57. PARANÁ. Lei nº 2489 de 6 de abril de 1927. Diário Oficial, Curitiba, 18 abr. 1927. Cria termo judiciário de São Jerônimo.
58. PARANÁ. Lei nº 2645 de 10 de abril de 1929. Diário Oficial, Curitiba, 25 abr. 1929. Cria o município de Sertanópolis.
59. PARANÁ. Lei nº 2705 de 30 de abril de 1929. Diário Oficial, Curitiba, 14 jun 1929. Cria o município de São Jerônimo.
60. PARANÁ. Decreto nº 140 de 16 de janeiro de 1932. Diário Oficial, Curitiba, 20 jan. 1932. Cria o distrito policial de Congoinha.
61. PARANÁ. Decreto nº 141 de 16 de janeiro de 1932. Diário Oficial, Curitiba, 20 jan. 1932. Cria o distrito judiciário de Congoinha.
62. PARANÁ. Decreto nº 377 de 17 de fevereiro de 1932. Diário Oficial, Curitiba, 20 fev. 1932. Anula os decretos nº 140 e 141.
63. PARANÁ. Decreto nº 1076 de 13 de maio de 1932. Diário Oficial, Curitiba, 17 maio 1932. Supressão de municípios que não atingem coeficiente de renda.
64. PARANÁ. Decreto nº 1084 de 16 de maio de 1932. Diário Oficial, Curitiba, 18 maio 1932. Cria o município de Jataí.
65. PARANÁ. Decreto nº 1119 de 24 de abril de 1933. Diário Oficial, 27 abr. 1933. Constitue conselho consultivo no município de Jataí e nomeia seus membros.
66. PARANÁ. Decreto nº 2165 de 11 de outubro de 1933. Diário Oficial, Curitiba, 14 out. 1933. Cria o distrito policial de Londrina.
67. PARANÁ. Decreto nº 1391 de 6 de junho de 1934. Diário Oficial, Curitiba, 8 jun. 1934. Restabelece o município de Sertanópolis.
68. PARANÁ. Decreto nº 2519 de 3 de dezembro de 1934. Diário Oficial, Curitiba, 14 dez. 1934. Cria o município de Londrina.
69. PARANÁ. Lei nº 15 de 9 de outubro de 1935. Diário Oficial, Curitiba, 26 out. 1935. Lei orgânica dos municípios.

70. PARANÁ. Decreto nº 1096 de 15 de julho de 1935. Diário Oficial, Curitiba, 20 jul. 1935. Cria o distrito policial de Congonhas.
71. PARANÁ. Decreto nº 2715 de 15 de maio de 1936. Diário Oficial, Curitiba, 22 maio 1936. Cria o distrito policial de Assailândia.
72. PARANÁ. Lei nº 191 de 9 de outubro de 1937. Diário Oficial, Curitiba, 15 out. 1937. Cria distrito judiciário de Nova Dantizig.
73. PARANÁ. Decreto nº 6317 de 31 de janeiro de 1938. Diário Oficial, Curitiba, 5 fev. 1938. Alteração dos limites do município de Jataí.
74. PARANÁ. Decreto nº 7573 de 20 de outubro de 1938. Diário Oficial, Curitiba, 20 out. 1938. Fixa a divisão territorial do Estado de 1 de jan. de 1939 a dezembro de 1943.
75. PARANÁ. Decreto nº 7910 de 30 de dezembro de 1938. Diário Oficial, Curitiba, 7 jan. 1939. Delimitação do quadro urbano e suburbano do futuro distrito de Assaí.
76. PARANÁ. Decreto nº 199 de 30 de dezembro de 1943. Diário Oficial, Curitiba, 31 dez. 1943. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado para 1 de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948.
77. PARANÁ. Decreto-lei nº 311 de 26 de fevereiro de 1945. Diário Oficial, Curitiba, 27 fev. 1945. Transferência da sede do município de Araiporanga para o município de Congonhinhas.
78. PARANÁ. Lei nº 2 de 10 de outubro de 1947. Diário Oficial, Curitiba, 13 out. 1947. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado.
79. PARANÁ. Lei nº 64 de 21 de fevereiro de 1948. Diário Oficial, Curitiba, 24 fev. 1948. Lei orgânica dos municípios.
80. PARANÁ. Lei nº 613 de 27 de janeiro de 1951. Diário Oficial, Curitiba, 29 jan 1951. Dá nova redação ao artigo 9 da Lei Orgânica do Municípios e cria municípios e distritos.
81. PARANÁ. Lei nº 641 de 6 de abril de 1951. Diário Oficial, Curitiba, 10 abr. 1951. Revoga a lei nº 613 restabelecendo o antigo quadro territorial dos municípios.

82. PARANÁ. Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951. Diário Oficial, Curitiba, 16 nov. 1951. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado no quinquênio 1952-1956.
83. PARANÁ. Lei nº 4245 de 25 de julho de 1960. Diário Oficial, Curitiba, 28 jul 1960. Criação de municípios no Estado.
84. PARANÁ. Lei nº 5 de 17 de janeiro de 1963. Diário Oficial, Curitiba, 30 jan. 1963. Cria o distrito de Santa Bárbara no município de Santa Cecília do Pavão.
85. PARANÁ. Lei nº 4703 de 2 de março de 1963. Diário Oficial, Curitiba, 4 mar. 1963. Altera as divisas entre os municípios de São Sebastião da Amoreira e Nova América da Colina.
86. PARANÁ. Lei nº 56 de 2 de dezembro de 1963. Diário Oficial, Curitiba, 10 dez. 1963. Revoga a lei nº 4703 e estabelece novas divisas em atendimento a plebiscito.
87. PARANÁ. Lei nº 4795 de 9 de dezembro de 1963. Diário Oficial, Curitiba, 10 dez. 1963. Cria distrito de São João no município de Jataizinho.
88. PARANÁ.; Lei nº 9 de 24 de maio de 1966. Diário Oficial, Curitiba, 4 jul. 1966. Dá nova redação à lei nº 5 de 17 de janeiro de 1963 e estabelece novas divisas para o distrito de Santa Bárbara no município de Santa Cecília do Pavão.
89. PARANÁ. Lei nº 5580 de 3 de julho de 1967. Diário Oficial, Curitiba, 4 jul. 1967. Cria o distrito de São João do Pinhal no município de São Jerônimo da Serra.

5.6. Publicações avulsas.

90. ANDO, Zempati. Cooperativismo nascente. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis/São Paulo, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 164-188.
91. _____. Estudos sócio-históricos da imigração japonesa. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1976.
92. BALHANA, Altiva Pilatti et alii. História do Paraná. Curitiba, Ed. Paraná Cultural Ltda. v.l. 1969.
93. BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos ao estudo da imigração e colonização. In: ANAIS DO SIMPÓSIO DA ANPUH. São

Paulo, ano 4, 1969. p. 345-389.

94. BALHANA, Altiva Pilatti. Santa Felicidade. Uma paróquia veneta no Brasil. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba. 1978.
95. BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro; aspectos políticos. São Paulo, Liv. Pioneira. 1968.
96. CANSIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura paranaense. 1900-1970; estudos de conjunturas. São Paulo, Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. 1977.
97. CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Geografia. 1950.
98. FLOUD, Roderick. Métodos cuantitativos para historiadores. Madrid, Alianza Editorial. 1975.
99. KOBAYASHI, Tokuya. org. História do desenvolvimento da fazenda Três Barras. Trad. Teruko Iwakami Beltrão. Tóquio, Kabushiki Kaisha Teikoku Shoin/Associação dos Moços de Asaí. 1960. datil.
100. KULA, Witold. Problemas y métodos de la historia económica. Barcelona, Ediciones Península. 1973.
101. KUMASAKA, Y. & SAITO, Hiroshi. Kachigumi: uma desilusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis/São Paulo, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p.448-464.
102. MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. In: BALHANA, Altiva Pilatti et alii. Campos Gerais; estruturas agrárias. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. 1968.
103. MAEYAMA, Takashi. O antepassado, o imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908-1950). In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis/São Paulo, Ed. Vozes/ED Universidade de São Paulo. 1973. p. 414-447.
104. MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Ed, Pioneira. 1975.

105. MARTINS, Romário. Os pioneiros. In: Cafelândia, terras de glebas de ouro; impressões de viagem. Coletânea de artigos de jornais. 1924. s. ref. constantes do acervo da Biblioteca do Museu Paranaense. Curitiba.
106. MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios; contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. ed. definitiva. São Paulo, BIPA Ed. 1946.
107. MONBEIG, Pierre. Pionniers et planteurs de São Paulo. Paris, Armand Colin. 1952.
108. MÜLLER, Geraldo. Estado, estrutura agrária e população; estagnação e incorporação regional. Petrópolis, Ed. Vozes/CEBRAP. 1980.
109. NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O início da imigração nipônica para a lavoura cafeeira paulista. In: Simpósio, O japonês em São Paulo e no Brasil. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1971. p. 41-48.
110. NOUSCHI, Andre. Iniciation aux sciences historiques. Paris, F. Nathan. 1967.
111. ONO, Morio. De colono a pequeno produtor; considerações sobre a agricultura japonesa; uma tentativa de interpretação, tendo como material básico o processo de colonização dos japoneses no Brasil. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis/São Paulo, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 129-163.
112. PRADO JUNIOR, Caio. História e desenvolvimento; a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. Ed. Brasiliense. 1972.
113. _____. Evolução política do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense. 9. ed. 1975.
114. _____. Formação do Brasil contemporâneo. 15. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1977.
115. _____. História econômica do Brasil. 21. ed. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1978.
116. SAITO, Hiroshi. Comunidade rural. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis/São Paulo, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 203-223.

117. _____. Aculturação de japoneses no Brasil e Peru. p.522-530.
118. _____. A integração e participação de japoneses e descendentes na sociedade brasileira. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1977.
119. SCHURIG VIEIRA, Francisca Isabel. O japonês na frente de expansão paulista. São Paulo, Liv. Pioneira Ed./Ed. Universidade de São Paulo. 1973.
120. SILVA, Maria Aparecida. Itapura - estabelecimento naval e colônia militar 1858-1870. São Paulo, Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1972.
121. TAUNAY, Affonso de E. História do café no Brasil. Rio de Janeiro, Edição do Departamento Nacional do Café. 1939-1943. v. 15.
122. TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do imigrante; algumas considerações sobre o processo migratório. In: SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis/São Paulo, Ed. Vozes/Ed. Universidade de São Paulo. 1973. p. 13-31.
123. VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária; estudo do processo de penetração numa área transamazônica. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 1972.
124. YASSUDA, Fábio Riodi. O cooperativismo e a organização rural. In: Simpósio, O japonês em São Paulo e no Brasil. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1971. p.181-190.

6.0. DADOS DE BASE

TABELA 1

Estimativa da área cultivada, segundo culturas temporárias e permanentes, no município de Assaí, entre 1944-1970. Números absolutos-hectare.

	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Café	Total mun.
1944	23 788	2 774	6 653	15 300	1 920	50 671
1945	23 800	2 500	14 450	18 100	2 240	61 278,5
1946	20 000	3 000	10 000	21 500	6 400	61 342
1947	15 000	3 256	10 000	24 000	8 320	60 854,8
1948	24 000	2 500	13 250	10 500	8 640	59 229,2
1949	31 660	3 267	5 554	2 342	12 000	57 610,9
1950	31 460	3 630	12 221	11 538	12 000	70 992,6
1951	30 250	3 920	10 079	14 762	12 000	71 115
1952	32 670	6 050	15 350	12 100	19 200	85 501,2
1953	24 200	1 525	-	-	8 800	34 555
1954	29 040	2 614	21 780	17 182	8 800	79 486
1955	29 040	3 267	24 563	13 068	8 800	78 828
1956	28 795	3 146	12 856	17 182	7 120	69 360
1957	28 798	2 420	12 584	1 936	7 120	53 101,6
1958	28 556	3 146	7 805	7 744	8 200	55 480
1959	28 313	2 735	7 623	6 292	8 200	53 496,7
1960	28 314	2 299	5 367	6 292	8 200	50 455,7
1961	29 282	2 541	2 541	6 026	7 200	47 957,7
1962	29 040	2 493	1 500	1 210	1 984	44 459,7
1963	20 040	2 202	2 214	1 258	1 984	28 004,5
1964	28 072	2 347	1 854	1 355	9 920	43 866,5
1965	28 072	2 299	1 936	1 936	9 920	44 510,2
1966	25 300	1 700	2 580	1 950	4 900	36 978
1967	20 810	1 800	3 305	2 400	3 500	32 415,3
1968	25 200	1 250	3 430	1 980	3 750	36 718
1969	26 015	870	1 150	770	3 480	33 642,1
1970	26 934	940	2 600	1 180	-	34 867

Fonte: Departamento de Estatística do Estado do Paraná.

TABELA 1-A

Estimativa da área cultivada, segundo culturas temporárias e permanentes, no Estado do Paraná, entre 1944-1970. Números absolutos - hectare.

	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Café	Total	Pr.
1944	51 553	26 816	150 714	460 413	106 728	874 589	
1945	49 383	36 343	132 417	439 702	113 277	837 823	
1946	34 720	39 368	143 431	476 811	129 867	890 958	
1947	39 899	41 113	136 548	433 994	152 119	893 636	
1948	53 109	70 305	207 104	472 997	198 139	1 116 486	
1949	54 803	77 733	287 959	539 402	241 838	1 354 209	
1950	72 954	82 651	299 408	591 861	267 759	1 469 124	
1951	69 386	90 817	283 407	660 981	292 371	1 556 752	
1952	78 731	110 955	279 662	667 402	332 138	1 636 600	
1953	79 976	106 661	309 436	694 058	372 233	1 748 494	
1954	89 350	134 185	362 477	818 522	389 793	1 992 284	
1955	117 980	133 106	334 335	836 051	567 472	2 180 927	
1956	156 147	99 172	331 602	954 965	635 427	2 404 128	
1957	150 070	199 946	330 191	870 173	807 554	3 750 463	
1958	126 880	190 096	381 076	848 634	1 075 204	2 845 127	
1959	140 155	207 501	384 957	834 798	1 225 675	4 162 991	
1960	151 939	206 694	382 488	843 932	1 335 600	3 196 945	
1961	194 846	227 875	382 743	874 894	1 411 227	3 358 635	
1962	214 986	258 887	470 716	950 065	1 620 797	2 942 383	
1963	245 738	271 924	534 540	1 045 094	1 600 673	4 021 401	
1964	346 107	354 903	623 511	1 242 709	1 220 736	4 173 263	
1965	348 116	389 526	647 263	1 318 750	1 286 472	4 461 230	
1966	263 320	348 144	617 280	1 216 315	1 160 425	4 163 394	
1967	270 652	402 391	651 257	1 338 191	1 179 547	4 409 172	
1968	312 701	365 553	652 604	1 412 069	1 187 532	4 545 499	
1969	418 982	398 061	675 771	1 552 341	1 150 403	4 969 149	
1970	447 413	462 191	790 139	1 883 309	-	4 602 453	

Fonte: Departamento de Estatística do Estado do Paraná.

TABELA 2

Estimativa da produção de algodão, nos municípios da Micro-Região Algodoeira de Assaí, entre 1934-1970. Números absolutos - arroba.

Ano	Assaí	Jataizinho	S. Jerônimo	Uraí
1934	13 929	-	-	-
1935	15 414	-	-	-
1936	32 217	-	-	-
1937	104 927	-	-	-
1938	110 848	-	-	-
1939	146 755	-	-	-
1940	197 015	-	-	-
1941	420 000	-	-	-
1942	-	-	-	-
1943	-	-	-	-
1944	1 200 000	-	3 333	-
1945	600 000	-	-	-
1946	500 000	-	-	-
1947	945 000	-	-	-
1948	1 080 000	4 000	40 000	327 000
1949	1 270 000	350 000	29 500	300 000
1950	1 405 000	115 000	122 500	160 000
1951	1 020 000	330 000	192 000	261 000
1952	2 010 000	335 000	212 000	321 000
1953	740 000	309 000	120 000	167 000
1954	1 420 000	278 000	160 000	224 700
1955	1 555 000	313 500	220 000	150 000
1956	1 110 000	349 860	120 000	180 000
1957	1 200 000	217 800	303 000	250 000
1958	2 130 000	547 500	547 500	226 000
1959	2 993 000	598 000	730 000	585 000
1960	2 080 000	657 300	927 500	450 000
1961	3 900 000	520 000	1 400 000	450 000
1962	3 950 000	746 400	500 000	520 000
1963	2 640 000	900 000	450 000	450 000
1964	2 294 000	913 500	320 000	234 000
1965	3 040 000	266 000	310 000	175 000
1966	2 656 500	320 000	270 850	166 000
1967	2 705 500	252 000	213 950	158 500
1968	3 780 000	280 000	244 000	176 000
1969	3 121 810	380 000	221 000	215 000
1970	2 828 070	380 000	150 000	258 000

cont.

TABELA 2

Estimativa da produção de algodão, nos municípios da Micro- Região Algodoeira de Assaí, entre 1934-1970. Números absolutos - arroba.

Ano	S.S.Amoreira	Rancho Alegre	S.C.Pavão
1955	506 000	-	-
1956	612 000	-	-
1957	850 000	-	-
1958	1 271 000	-	-
1959	1 980 000	-	-
1960	1 375 000	-	-
1961	2 400 000	-	-
1962	1 350 000	-	988 000
1963	1 750 000	-	950 000
1964	1 404 000	-	810 000
1965	1 680 000	20 000	1 225 000
1966	1 235 000	57 000	1 068 200
1967	1 625 100	56 970	1 365 000
1968	1 680 000	72 000	1 430 000
1969	1 560 000	90 000	960 000
1970	1 191 000	360 000	768 000

Fonte: 1934-1941. Tokuya Kobayashi, p. 111

1944-1970. Departamento de Estatística do Estado do Paraná.

TABELA 3

Estimativa da produção de algodão na Micro-Região Algodoeira de Assaí e do Estado do Paraná, entre 1944-1970. Números absolutos-arroba.

Ano	Micro-Região	Paraná
1944	1 203 333	2 437 058
1945	600 000	1 517 706
1946	500 000	1 608 133
1947	945 000	2 581 150
1948	1 451 000	2 594 096
1949	1 949 500	2 896 089
1950	1 802 500	2 603 256
1951	1 803 000	2 770 580
1952	2 878 000	4 345 670
1953	1 336 000	1 927 133
1954	2 082 700	3 919 240
1955	2 745 000	5 567 790
1956	2 371 860	6 586 400
1957	2 820 800	6 903 120
1958	4 722 000	7 705 624
1959	6 886 000	10 943 290
1960	5 489 800	10 327 460
1961	8 670 000	16 738 230
1962	8 054 000	18 390 610
1963	7 140 000	17 964 260
1964	5 975 500	20 899 270
1965	6 716 000	23 328 850
1966	5 773 750	19 296 840
1967	6 377 020	19 796 670
1968	7 662 000	32 928 890
1969	6 547 800	34 763 500
1970	5 935 070	35 051 470

Fonte: Departamento de Estatística do Estado do Paraná.

TABELA 4

Estimativa da produção de café, no município de Assaí, na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Estado do Paraná, entre 1936-1970.

Números absolutos - saca de 60 kg

Ano	Assaí	Micro-Região	Paraná
1936	25	-	-
1937	48	-	-
1938	3 490	-	-
1939	17 681	-	-
1940	55 599	-	-
1941	67 119	-	-
1942	-	-	-
1943	-	-	-
1944	13 250	33 250	690 058
1945	35 000	35 000	884 588
1946	110 000	110 000	1 240 318
1947	78 000	78 000	1 486 531
1948	87 250	160 000	1 924 678
1949	204 000	269 943	2 504 247
1950	212 500	295 850	3 379 200
1951	150 000	277 750	2 892 360
1952	337 500	435 150	4 388 455
1953	103 250	302 950	3 004 515
1954	48 125	61 175	1 959 380
1955	51 350	109 375	5 755 105
1956	8 000	76 190	1 932 371
1957	22 250	165 150	4 780 987
1958:	66 625	305 900	-
1959	76 875	533 375	15 206 975
1960	64 062	542 362	16 305 501
1961	87 500	570 050	17 252 739
1962	33 750	638 625	21 292 960
1963	9 300	387 700	10 765 498
1964	31 500	320 250	6 329 601
1965	31 500	417 000	11 903 444
1966	73 500	401 875	8 418 944
1967	75 750	293 687	8 846 239
1968	91 200	355 275	8 463 446
1969	85 000	291 862	9 753 690

Fonte: 1936-1941. Tokuya Kobayashi, p. 111

1944-1970. Departamento de Estatística do Estado Paraná.

TABELA 5

Estimativa da produção de feijão, no município de Assaí, na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Estado do Paraná, entre 1933-1970. Números absolutos - saca de 60 kg

Ano	Assaí	Micro-Região	Paraná
1933	235	-	-
1934	1 200	-	-
1935	1 239	-	-
1936	2 518	-	-
1937	8 860	-	-
1938	8 214	-	-
1939	16 175	-	-
1940	29 134	-	-
1941	36 000	-	-
1942	-	-	-
1943	-	-	-
1944	80 000	160 000	2 855 681
1945	74 400	74 400	1 785 679
1946	180 000	180 000	2 230 022
1947	128 000	128 000	2 108 522
1948	180 500	219 500	2 922 555
1949	174 000	268 000	3 787 434
1950	110 000	183 000	3 964 410
1951	146 730	430 630	4 175 960
1952	284 000	458 900	3 883 760
1953	-	-	-
1954	683 500	907 200	5 616 070
1955	561 850	707 950	4 571 070
1956	156 370	438 240	3 784 170
1957	101 100	294 100	3 972 420
1958	98 100	241 200	5 167 215
1959	126 000	524 870	5 116 610
1960	68 500	305 500	4 976 670
1961	42 000	292 800	5 379 810
1962	25 000	236 690	5 655 020
1963	10 750	481 490	7 877 660
1964	15 640	531 610	8 988 560
1965	20 500	243 640	9 909 730
1966	43 200	487 900	8 656 680
1967	62 640	488 060	9 309 260
1968	55 950	675 750	8 792 370
1969	18 750	324 620	7 825 020
1970	76 000	568 200	12 161 580

Fonte: 1933-1941. Tokuya Kobayashi, p. 111

1944-1970. Departamento de Estatística do Estado Paraná.

TABELA 6

Estimativa da produção de milho, no município de Assaí, na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Estado do Paraná, entre 1933-1970.
Números absolutos - saca de 60 kg

Ano	Assaí	Micro-Região	Paraná
1933	424	-	-
1934	8 040	-	-
1935	9 600	-	-
1936	7 948	-	-
1937	20 320	-	-
1938	24 704	-	-
1939	34 728	-	-
1940	56 536	-	-
1941	72 000	-	-
1942	-	-	-
1943	-	-	-
1944	250 000	550 000	13 175 879
1945	150 000	150 000	10 324 637
1946	450 000	450 000	13 342 869
1947	360 000	360 000	12 121 984
1948	165 000	400 000	12 180 909
1949	130 000	357 790	9 974 279
1950	170 000	718 600	14 690 098
1951	248 000	1 009 000	15 826 000
1952	215 000	785 500	15 090 500
1953	-	-	-
1954	395 000	1 304 400	18 726 700
1955	290 500	1 614 400	16 205 800
1956	539 000	1 878 500	22 695 070
1957	196 000	1 211 500	19 887 410
1958	205 000	1 450 500	19 367 159
1959	138 000	1 511 000	20 346 320
1960	130 000	1 509 700	21 609 310
1961	156 200	1 497 700	22 332 630
1962	25 000	1 122 000	24 630 920
1963	22 000	1 191 000	28 049 130
1964	20 350	848 050	29 421 380
1965	34 000	898 500	36 375 720
1966	43 000	947 770	33 644 580
1967	58 500	994 200	37 149 770
1968	55 440	820 340	41 619 560
1969	19 250	826 650	45 199 530
1970	41 300	1 133 800	59 322 740

Fonte: 1933-1941. Tokuya Kobayashi, p. 111

1944-1970. Departamento de Estatística do Estado Paraná.

TABELA 7

Estimativa da produção de arroz, no município de Assaí, na Micro-Região Algodoeira de Assaí e no Estado do Paraná, entre 1933-70.
Números absolutos - saca 60 kg.

Ano	Assaí	Micro-Região	Paraná
1933	87	-	-
1934	1 819	-	-
1935	1 999	-	-
1936	1 590	-	-
1937	4 320	-	-
1938	9 354	-	-
1939	17 047	-	-
1940	13 874	-	-
1941	25 557	-	-
1942	-	-	-
1943	-	-	-
1944	50 000	144 976	772 279
1945	30 000	30 000	754 395
1946	85 000	85 000	1 188 096
1947	140 000	140 000	1 290 194
1948	100 000	106 750	1 938 892
1949	75 000	88 000	1 162 616
1950	120 000	138 700	2 035 953
1951	127 500	156 000	2 192 423
1952	180 000	207 100	2 427 950
1953	28 500	48 600	-
1954	68 300	322 000	3 071 450
1955	83 500	376 200	2 529 170
1956	81 000	436 900	3 044 760
1957	42 500	390 900	4 021 080
1958	42 000	168 260	3 436 364
1959	40 000	235 000	4 640 440
1960	34 100	246 380	4 472 830
1961	32 100	252 800	5 145 460
1962	30 000	240 300	5 587 880
1963	30 500	335 300	6 530 050
1964	25 150	231 550	6 936 580
1965	20 500	336 100	9 106 480
1966	42 500	361 950	8 425 225
1967	30 000	373 770	8 179 400
1968	27 500	249 500	5 573 660
1969	17 400	199 800	7 200 950
1970	23 500	419 000	9 837 290

Fonte: 1933-1941. Tokuya Kobayashi, p. 111

1944-1970. Departamento de Estatística do Estado Paraná.

TABELA 8

Exportação de arroz, milho e café, pelo município de Assaí, entre 1945-1970. Números absolutos - saca de 60 kg

Ano	Arroz	Milho	Café
1945	-	-	5 000
1946	-	547 974	33 158
1947	-	612 888	33 373
1948	5	1 100	56 367
1949	1	485	42 919
1950	44	3 934	45 890
1951	14	3 844	43 081
1952	27	1 047	6 103
1953	93	5 302	1 413
1954	5 795	26 358	158
1955	323	4 488	3
1956	2 099	7 269	1 122
1957	3 919	649	1 599
1958	10	3 842	23 788
1959	7	330	6 130
1960	23	1 514	19 847
1961	24	292	3 300
1962	-	456	-
1963	5 682	22 843	-
1964	2 592	7 419	-
1965	38	508	-
1966	205	5 245	-
1967	76	3 364	355
1968	26	14 377	9 765
1969	33	5 671	11 924
1970	9	23 156	5 040

Fonte | Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Departamento de Estatística do Estado do Paraná.

TABELA 9

Exportação de feijão, segundo tipo, pelo município de Assaí, entre 1938-1970. Números absolutos - saca de 60 kg

Ano	paulista	mulatinho	chumbinho	não especificado	total
1938	17 782	164	-	-	17 946
1939	6 643	243	-	-	6 886
1940	8 779	5 538	1 098	120	15 535
1941	27 108	11 733	2 616	-	41 457
1942	60 928	6	-	-	60 934
1943	85 516	-	-	-	85 516
1944	128 881	10 991	11 900	-	151 772
1945	27 866	23 485	2 479	-	53 830
1946	41 677	15 423	38 635	-	95 735
1947	36 596	14 683	66 361	-	117 640
1948	-	100	18 798	254	19 152
1949	-	3 645	15 334	13 938	32 917
1950	-	2 309	1 603	15 208	19 120
1951	-	418	1 595	14 114	16 127
1952	-	-	-	10 021	10 021
1953	- -	-	-	54 551	54 551
1954	-	-	-	45 217	45 217
1955	-	-	-	41 801	41 801
1956	-	-	-	85 061	85 061
1957	-	-	-	65 420	65 420
1958	-	-	-	61 220	61 220
1959	-	-	-	62 196	62 196
1960	-	-	-	46 625	46 625
1961	-	-	-	38 948	38 948
1962	-	-	-	18 412	18 412
1963	-	-	-	34 137	34 137
1964	-	-	-	72 528	72 528
1965	-	-	-	17 801	17 801
1966	-	-	-	21 289	21 289
1967	-	-	-	47 856	47 856
1968	-	-	-	7 705	7 705
1969	-	-	-	3 924	3 924
1970	-	-	-	2 438	2 438

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Departamento de Estatística do Estado do Paraná.

TABELA 10

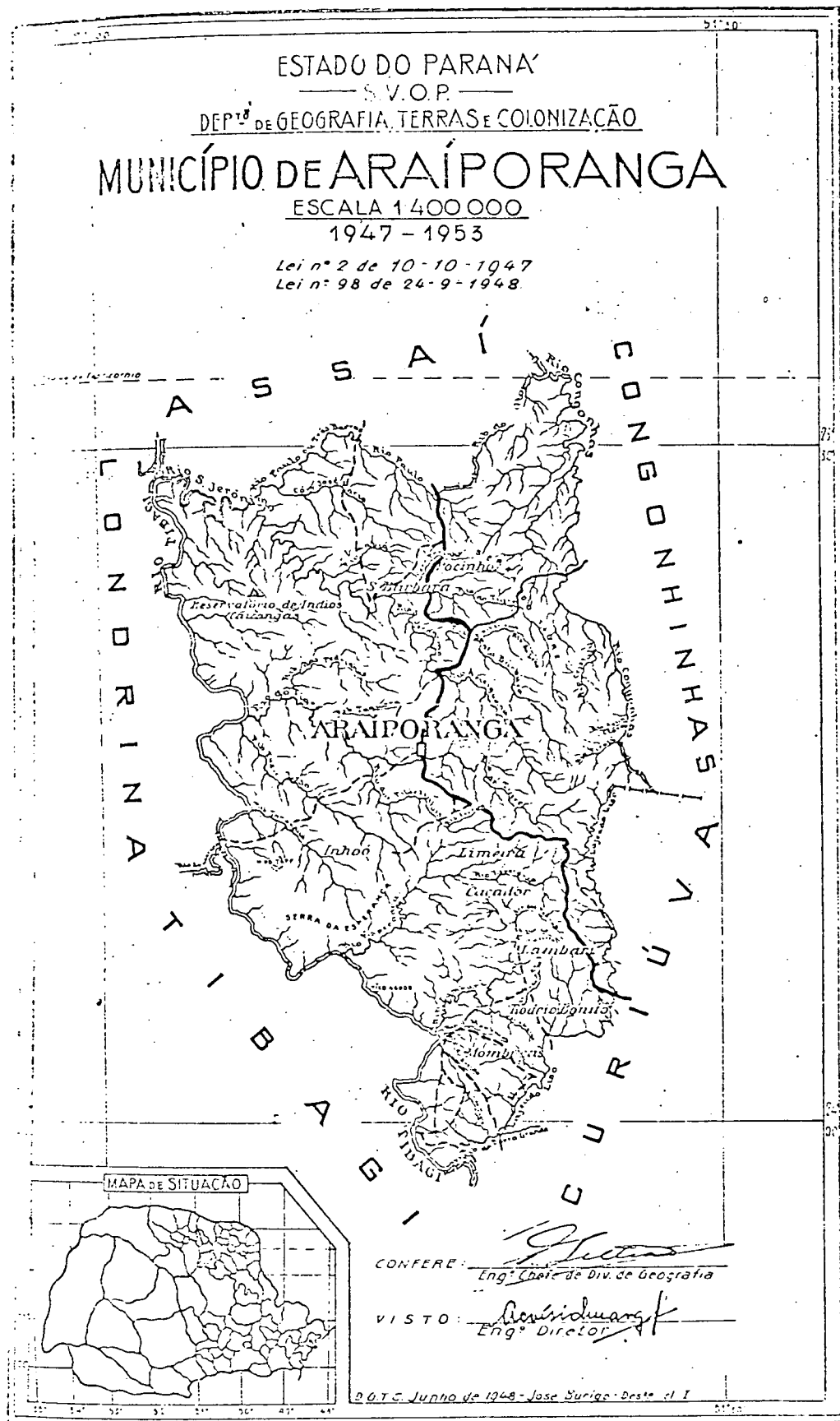
Exportação de algodão pelo município de Assaí, entre 1938-1970.
Números absolutos - arroba.

Ano	em caroço	em pluma	caroço de algodão	total
1938	50 930	-	-	50 930
1939	-	94 425	-	94 425
1940	114 612	104 414	26 161	245 187
1941	-	145 728	268 377	414 105
1942	-	86 049	166 859	252 908
1943	80 848	61 550	175 823	318 221
1944	221 408	83 912	237 273	542 593
1945	93 458	217 009	374 436	684 903
1946	104 014	-	163 135	267 149
1947	395 033	13 704	203 214	611 951
1948	514	-	19 117	19 631
1949	202 295	33 885	66 259	302 439
1950	111 409	42 324	54 664	208 397
1951	197 105	52 154	100 115	349 374
1952	91 752	29 017	27 947	148 716
1953	255 059	32 928	56 216	344 203
1954	419 694	165 223	-	584 917
1955	211 429	139 250	72 515	423 194
1956	589 291	109 782	25 126	724 199
1957	186 539	68 009	-	254 548
1958	574 834	204 558	43 501	822 893
1959	548 615	389 620	141 159	1 079 394
1960	255 387	589 656	626 839	1 471 882
1961	204 918	653 577	546 029	1 404 524
1962	107 162	721 999	897 982	1 727 143
1963	4 233	524 491	576 610	1 105 334
1964	734 638	612 543	6 655	1 353 836
1965	11 844	601 590	-	613 434
1966	1 350	976 810	1 006 030	1 984 190
1967	82 164	1 143 792	1 355 468	2 581 424
1968	59 965	1 671 837	1 984 388	3 716 190
1969	192 162	1 795 890	2 226 173	4 214 225
1970	85 378	801 913	1 063 388	1 950 679

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Departamento Estatística do Estado do Paraná.

7.0. ANEXO DE MAPAS

MAPA 1



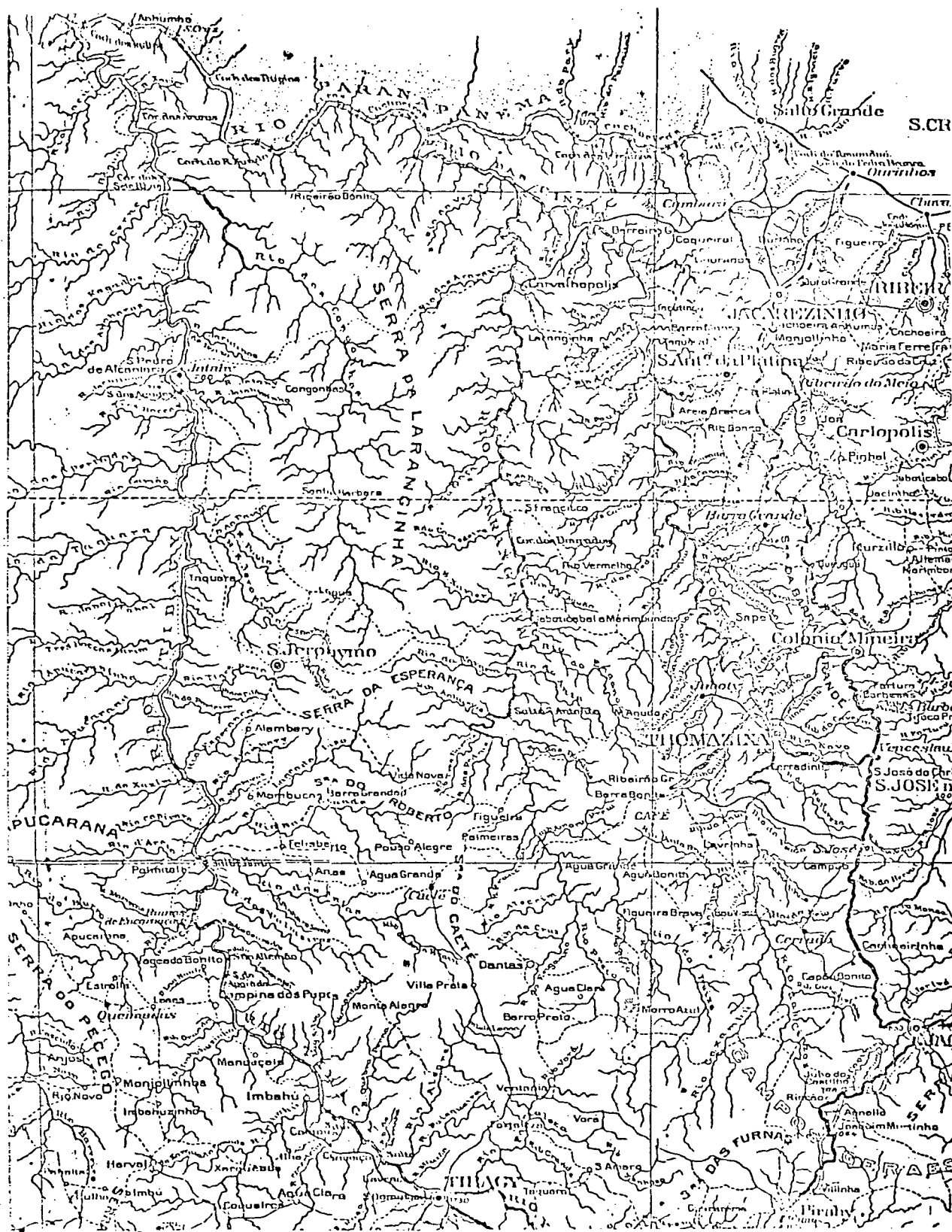
MAPPA
DO
Estado do Paraná

Elaborado pelo engenheiro
Mendes Francisco Severina Correia

FIM DE 1926

ESCALA: 1:100,000

Desenho executado por João
Mendes Francisco Severina Correia



MAPA 3

Município de São Jerônimo - 1920.

escala 1:1 000 000

Fonte: Lei nº 1918 de 23 de fevereiro de 1920.

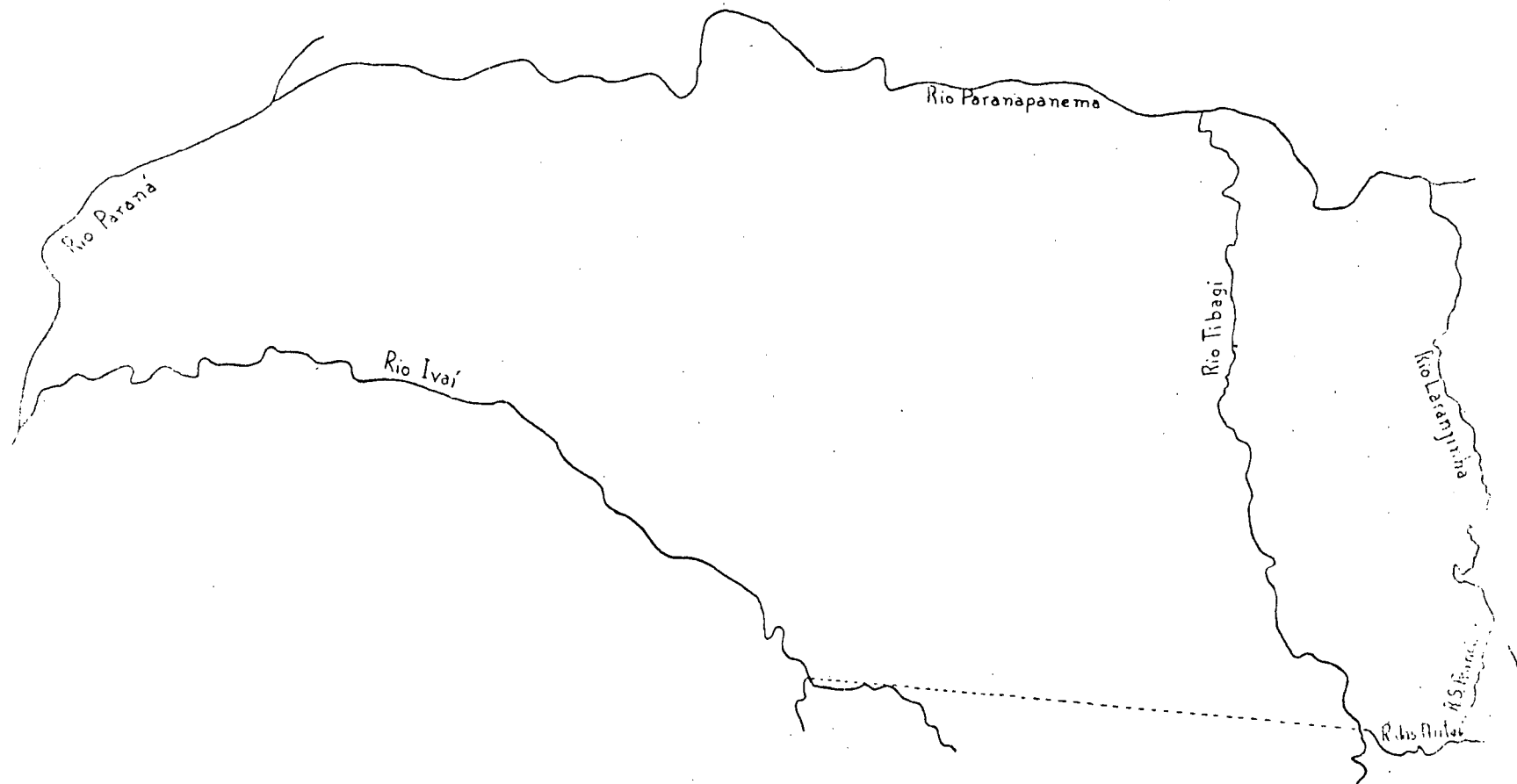


MAPA 4

Freguesia de Jataí.

escala 1: 1 000 000

Fonte: Lei nº 333 de 12 de abril de 1872

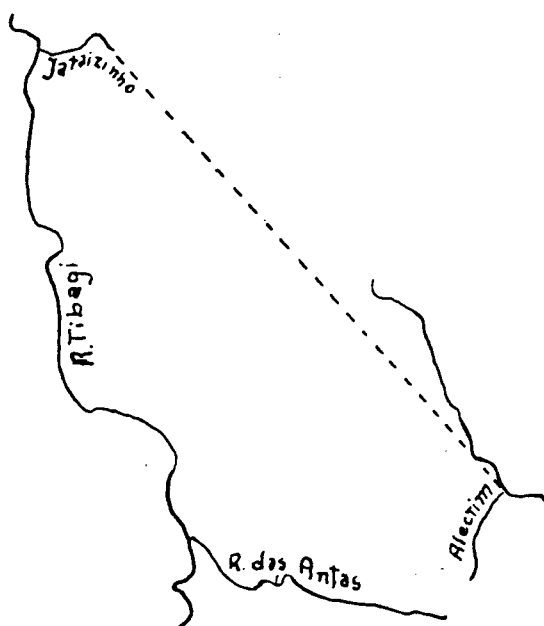


MAPA 5

Freguesia de São Jerônimo

escala 1: 1 000 000

Fonte: Lei nº 709 de 27 de novembro de 1882

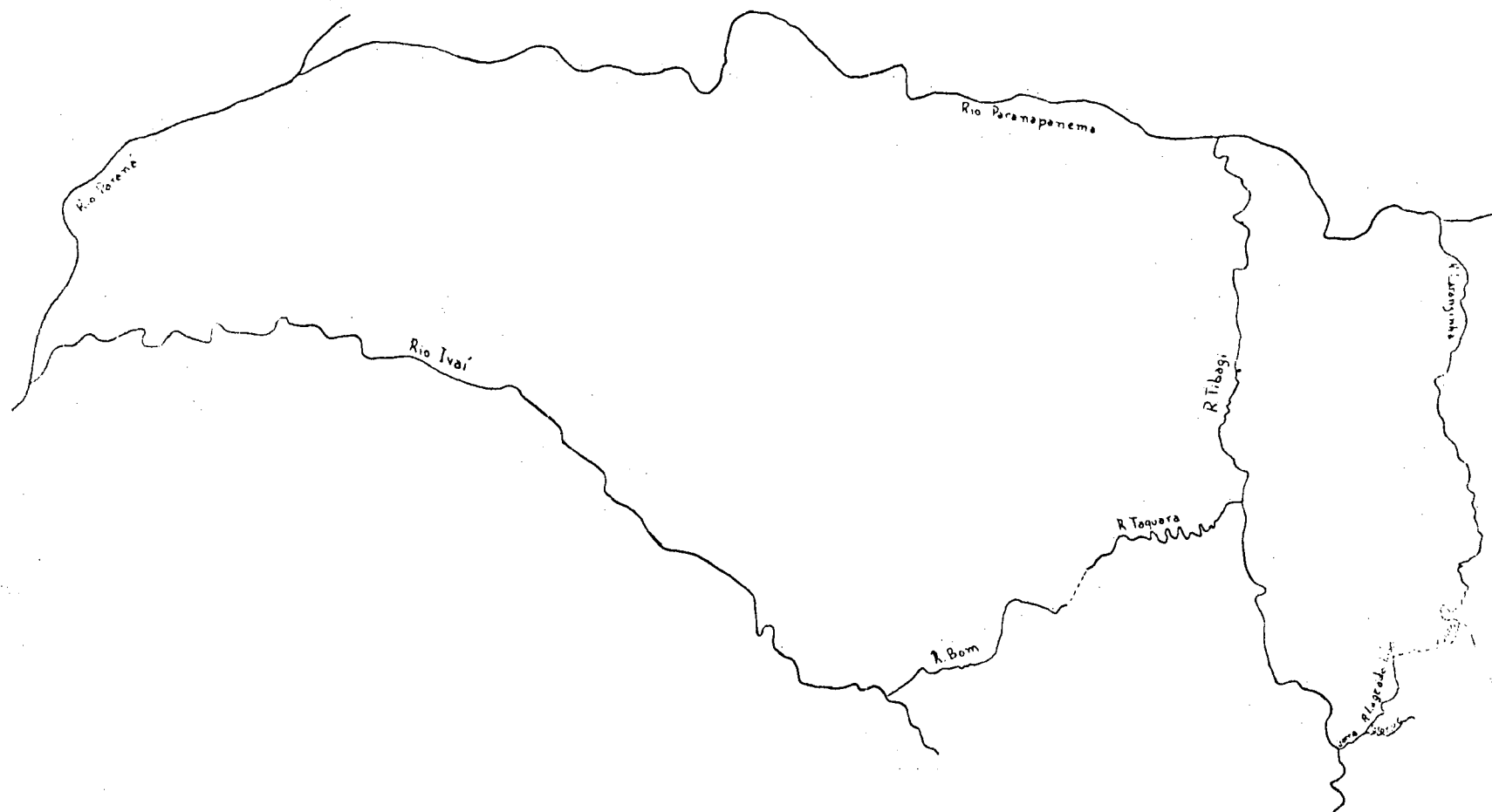


MAPA 6

Município de Jataí

escala 1: 1 000 000

Fonte: Decreto nº 1076 de 13 de maio de 1932

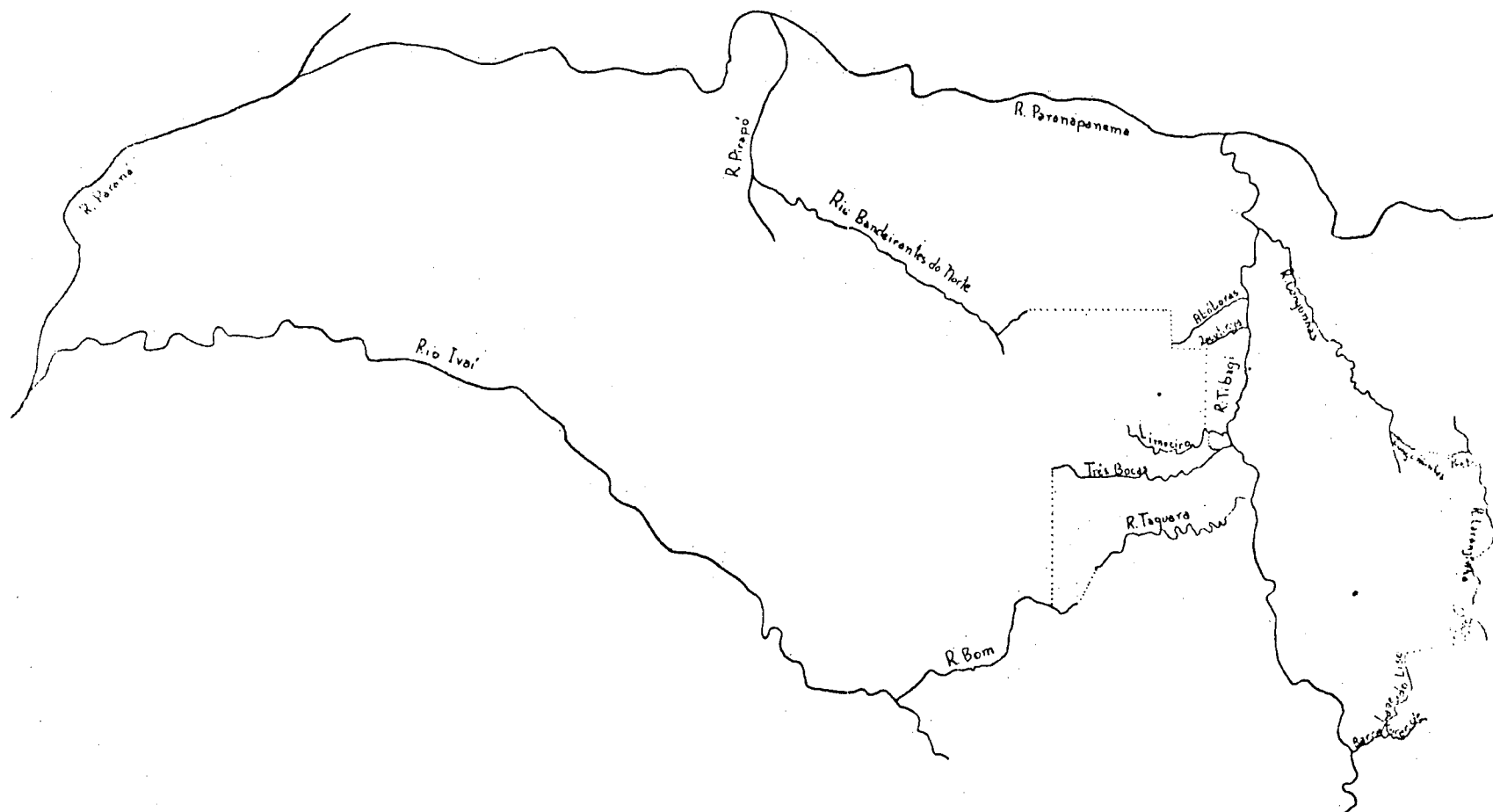


MAPA 7.

Municípios de Jataí e Londrina

escala 1: 1 000 000

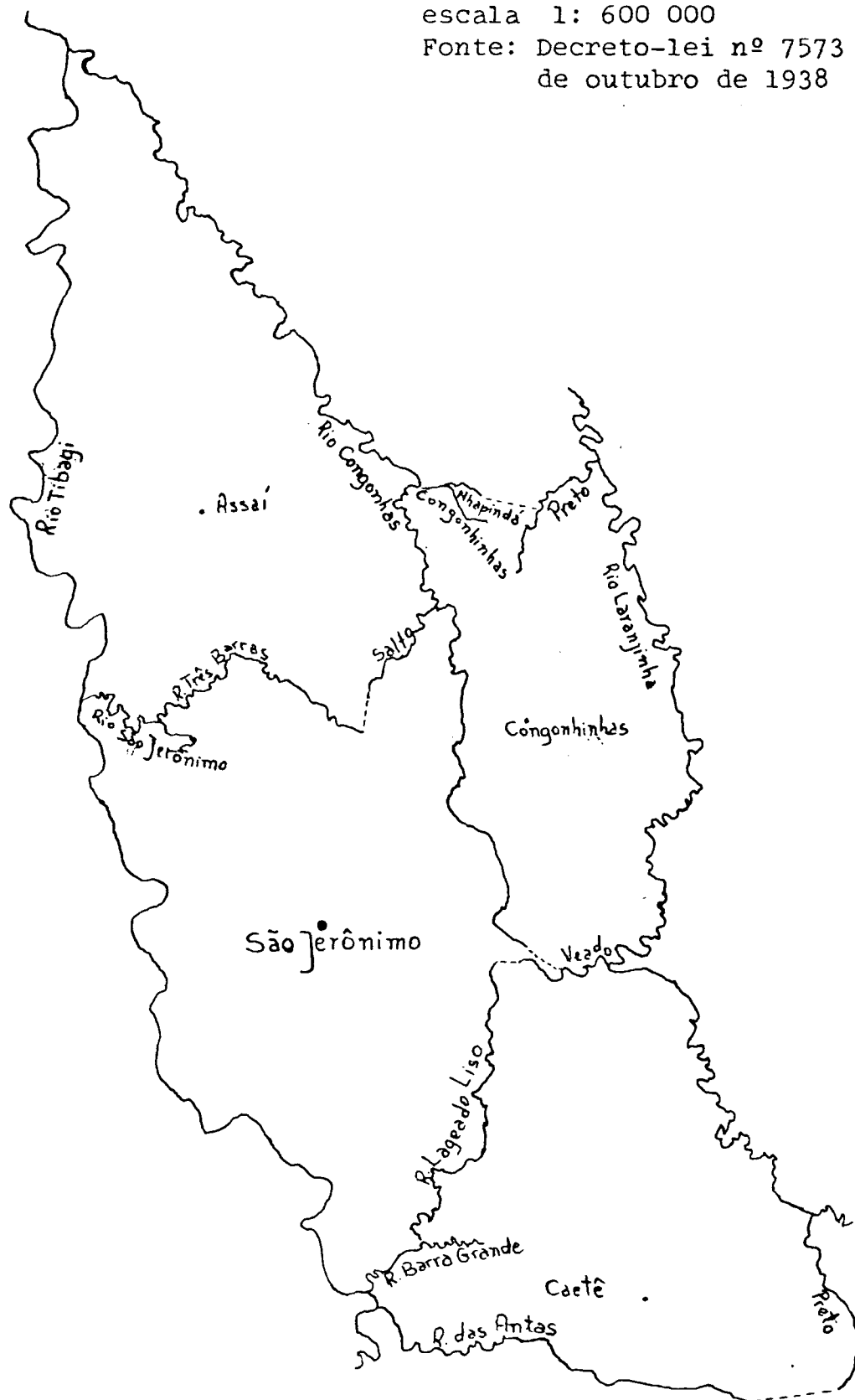
Fonte: Decreto nº 2519 de 3 de dezembro de 1934



MAPA 8

Município de São Jerônimo

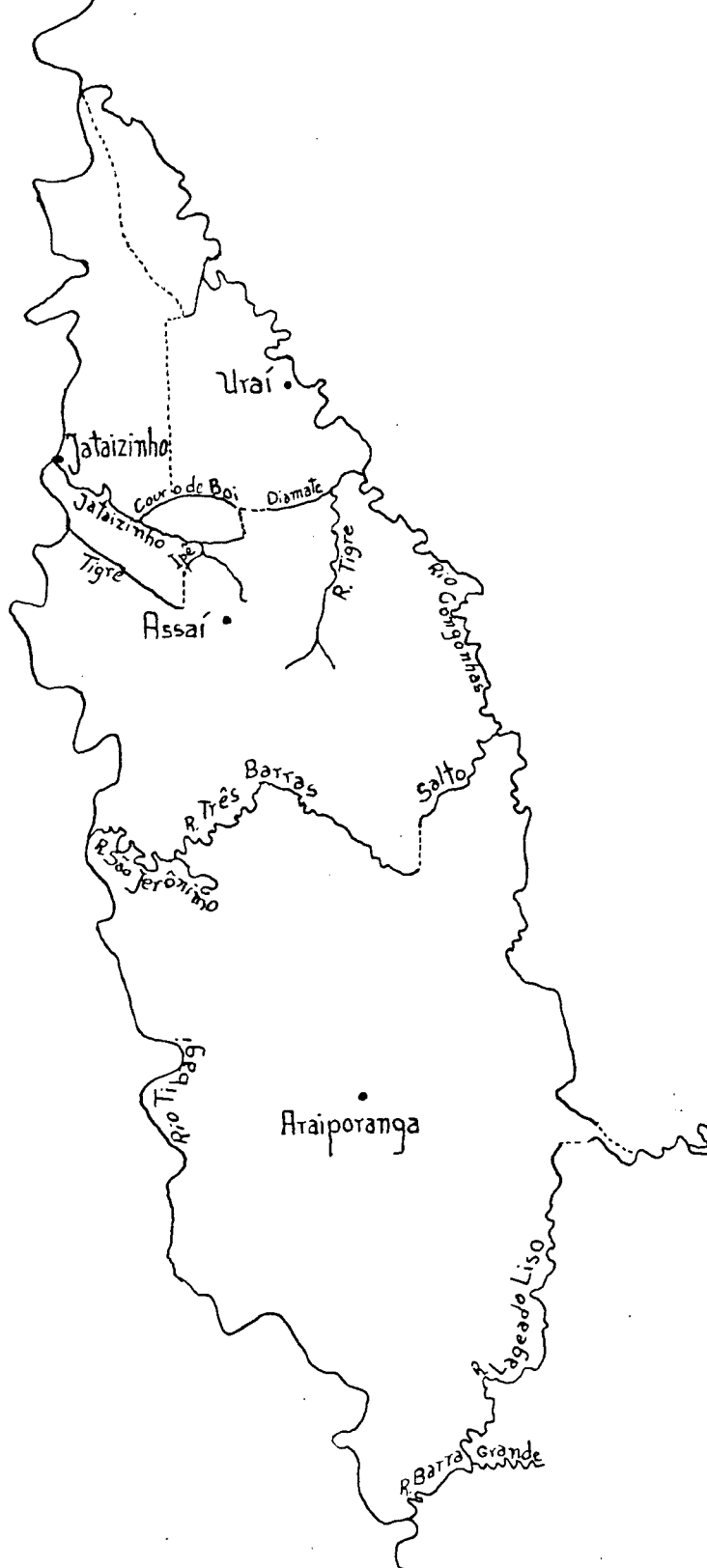
escala 1: 600 000

Fonte: Decreto-lei nº 7573 de 20
de outubro de 1938

MAPA 10

Municípios de Araiporanga, Assaí, Jataizinho e Uraí
escala 1: 600 000

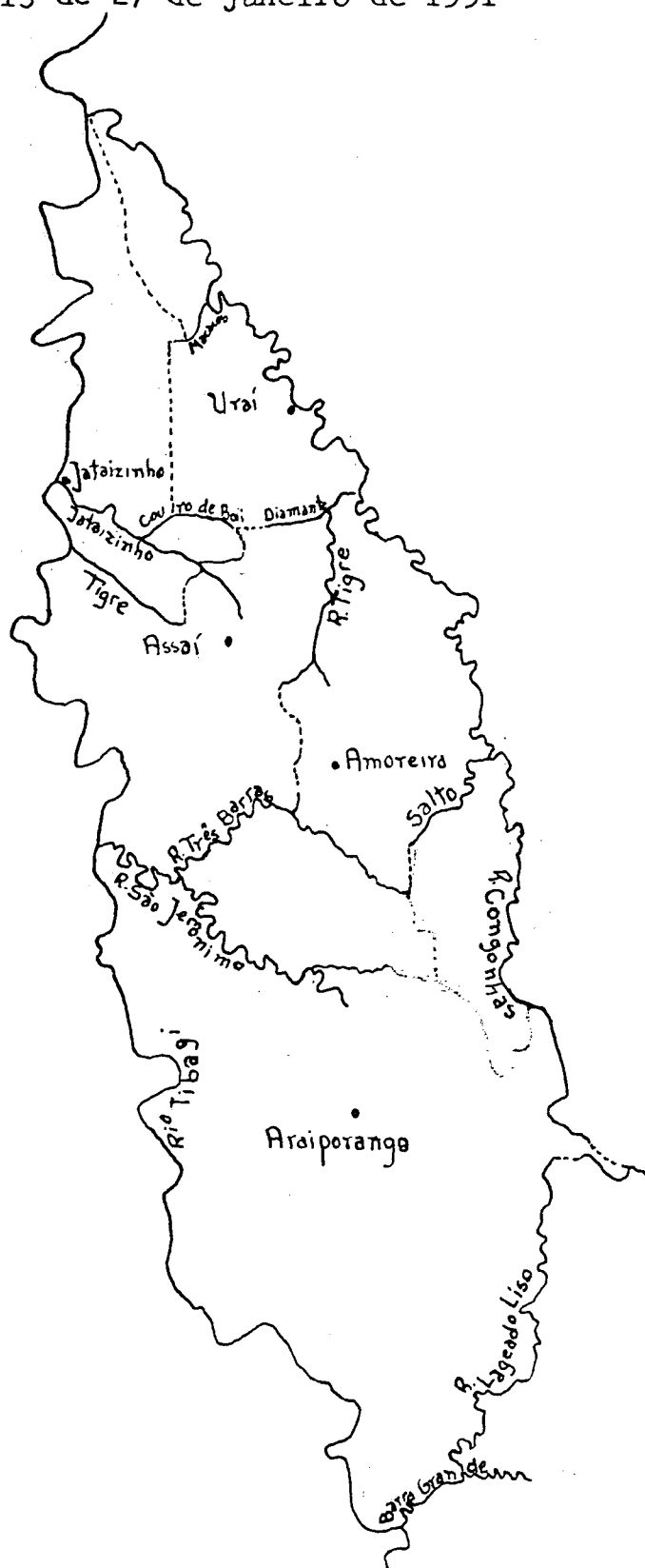
Fonte: Lei nº 2 de 10 de outubro de 1947



MAPA 11

Municípios de Araiporanga, Assaí, Amoreira, Jataizinho e Uraí
escala 1: 600.000

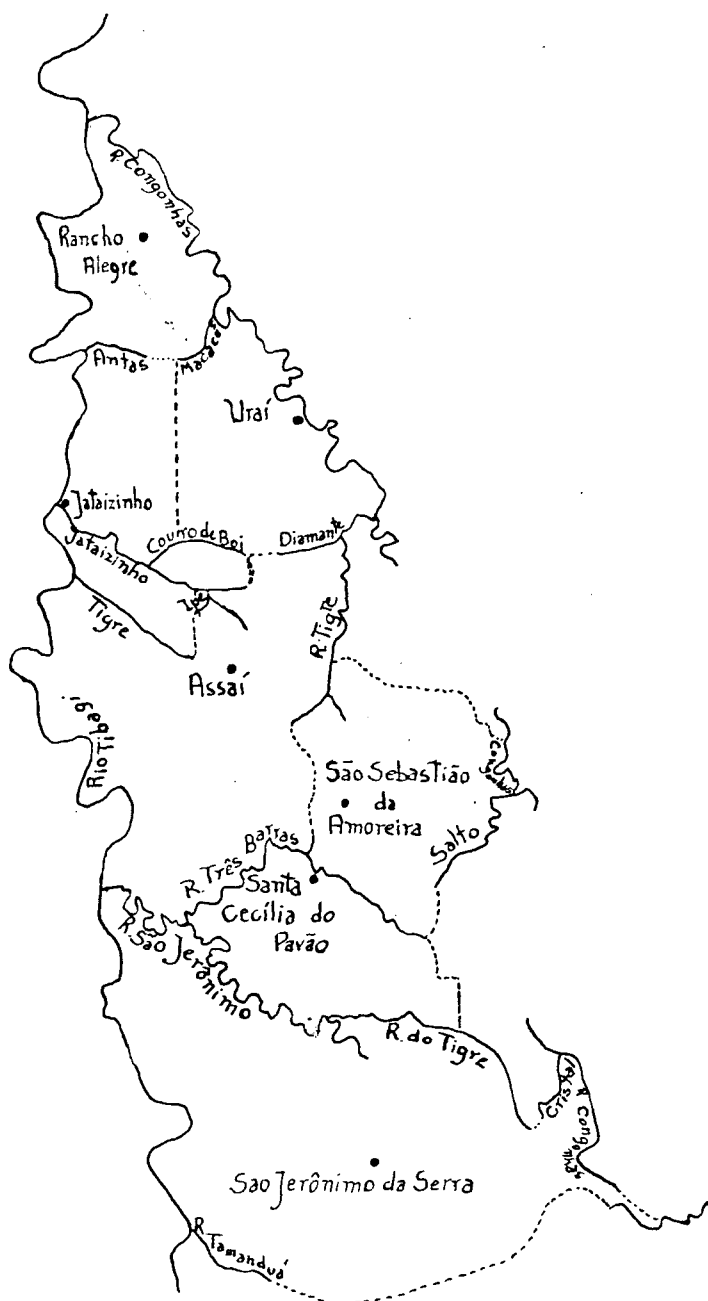
Fonte: Lei nº 613 de 27 de janeiro de 1951

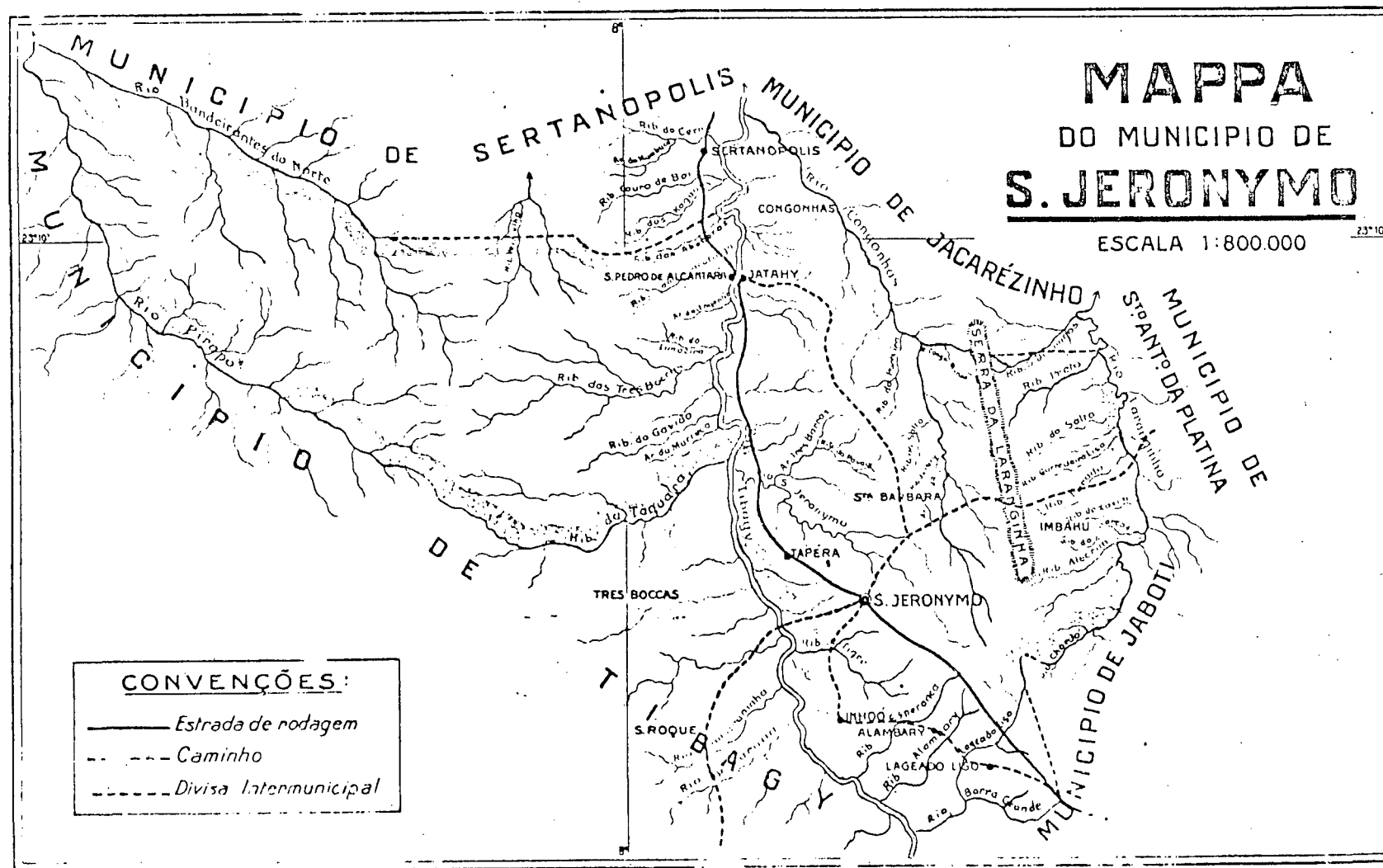


MAPA 12

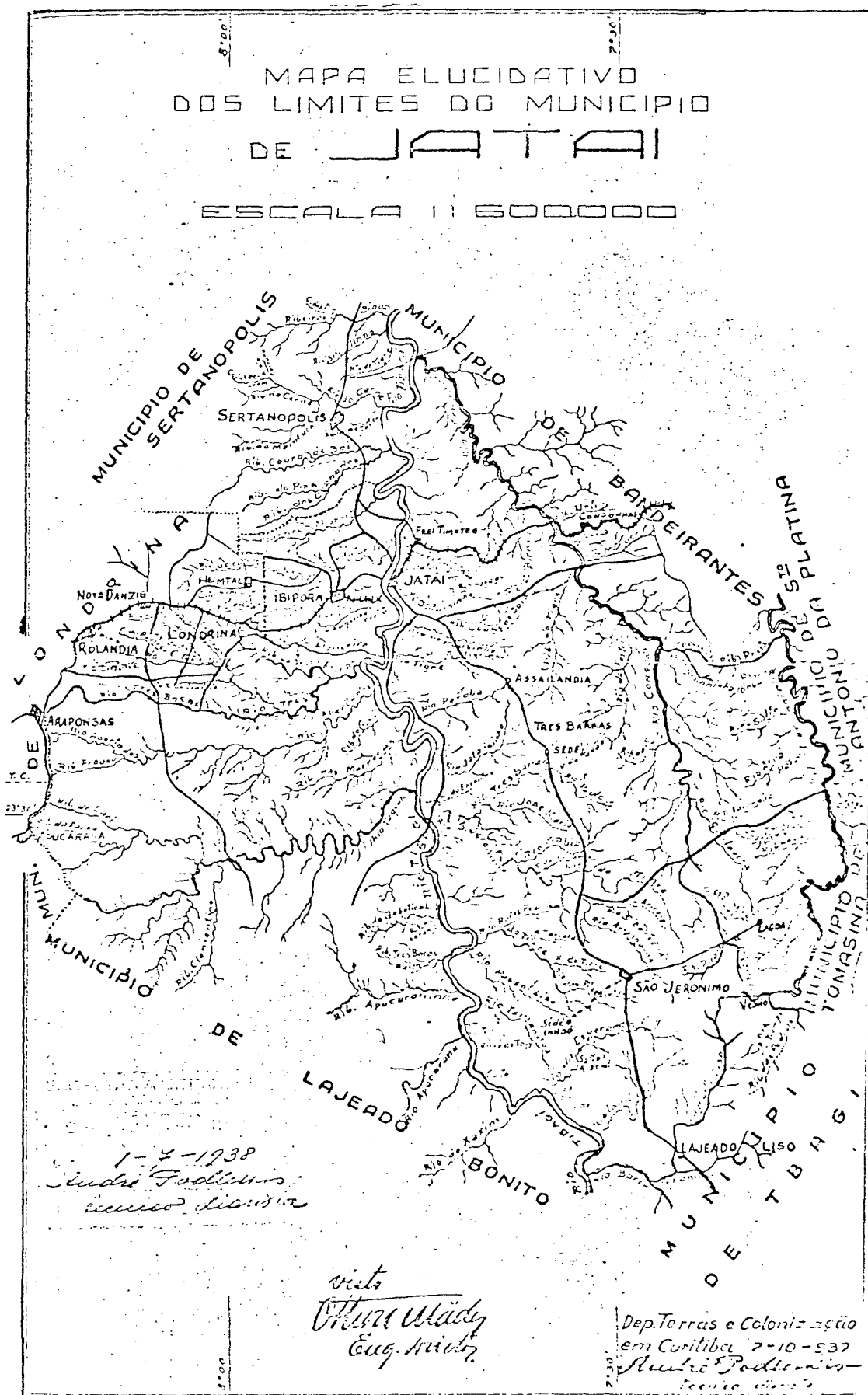
Municípios de Assaí, Jataizinho, Rancho Alegre, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira e Uraí
 escala 1: 600 000

Fonte: Lei nº 4714 de 25 de julho de 1960

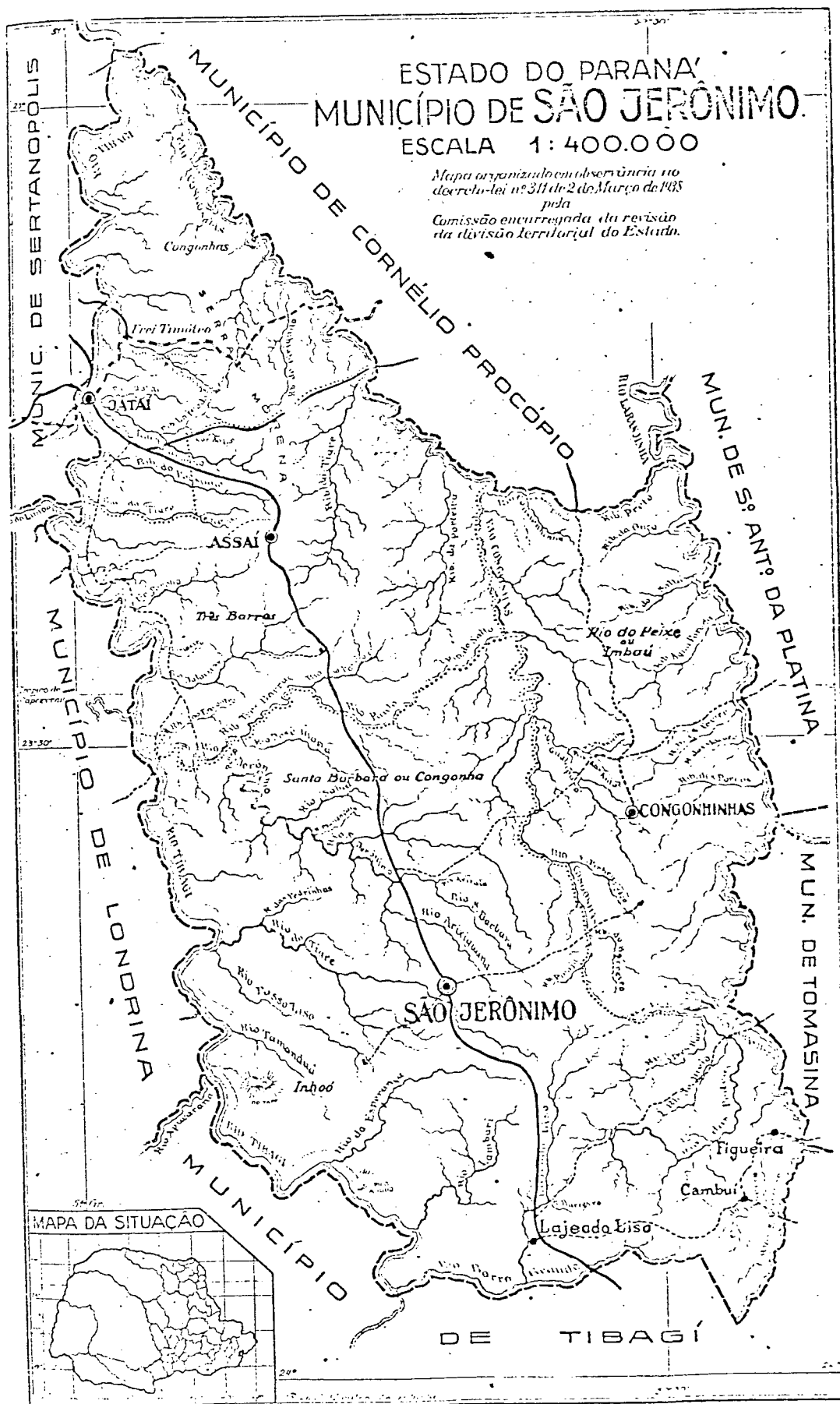




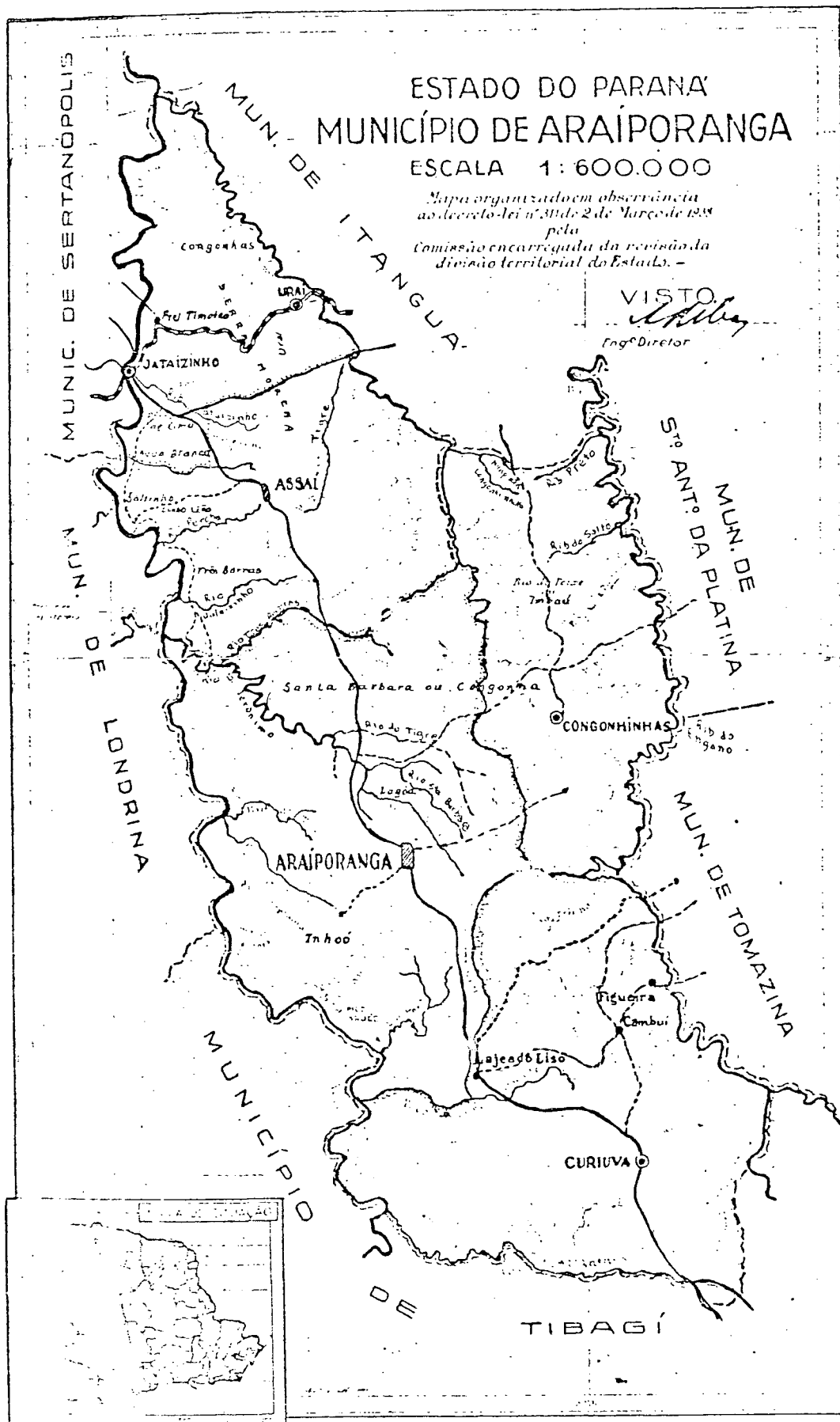
MAPA 15



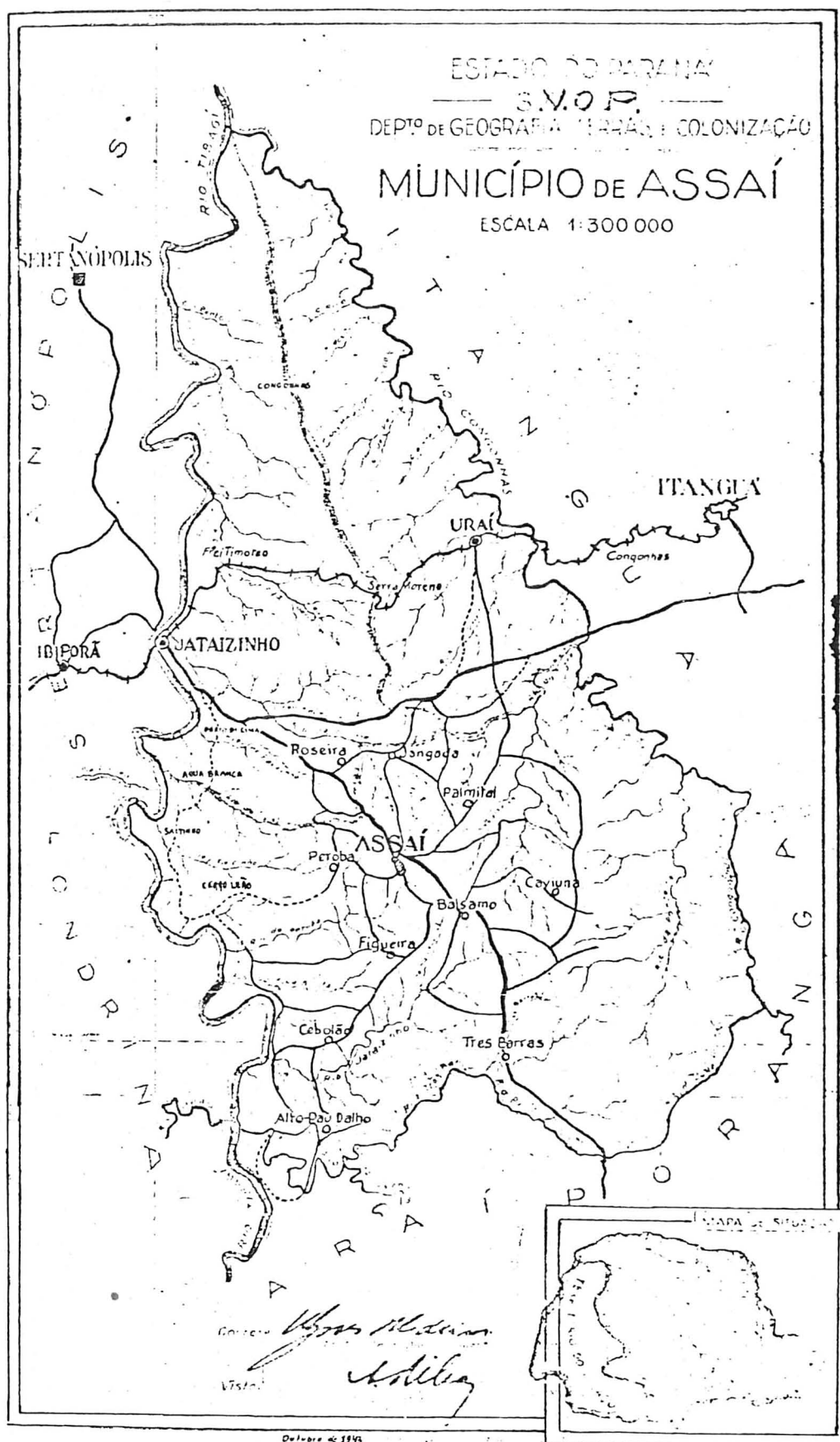
MAPA 16



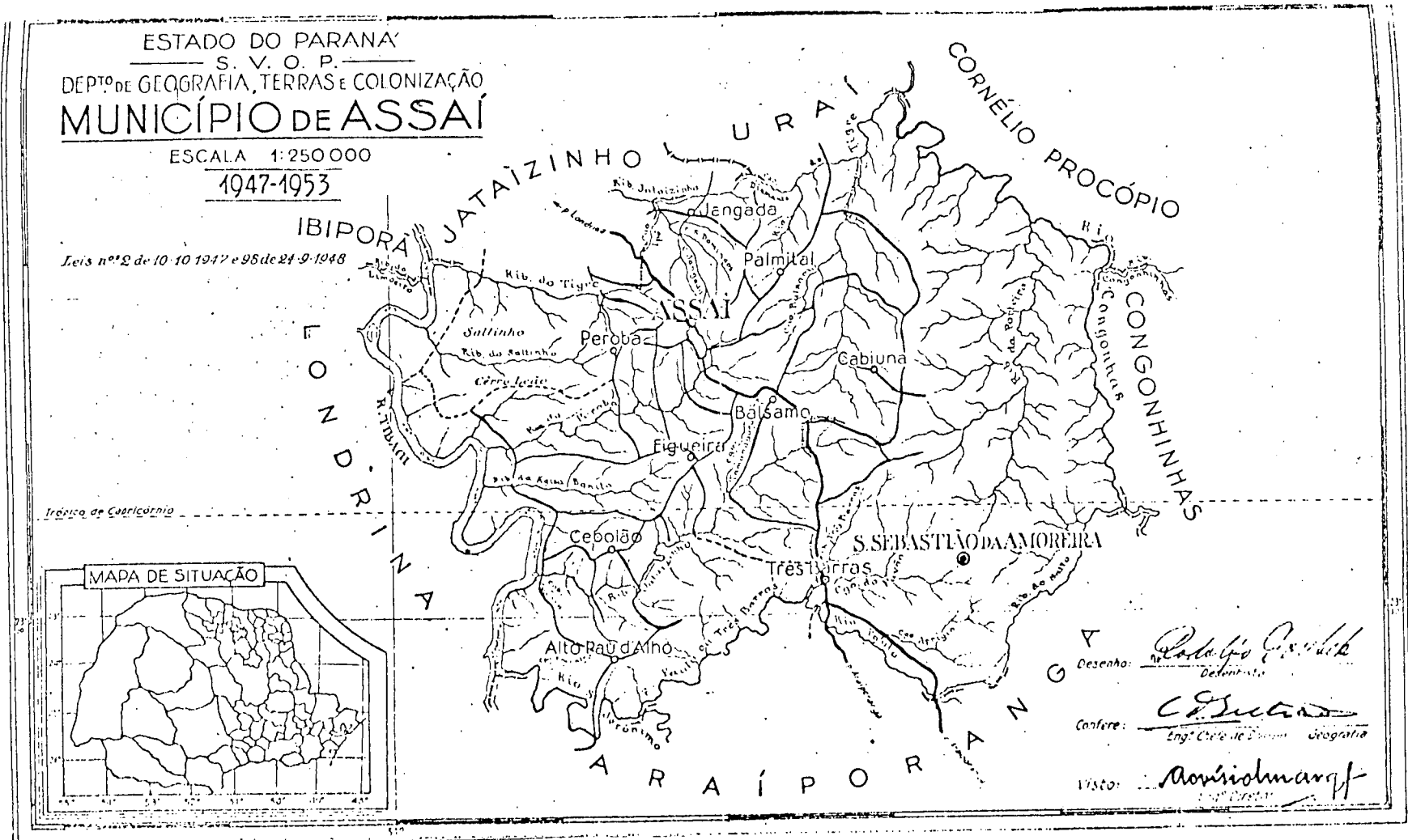
MAPA 17



MAPA 18



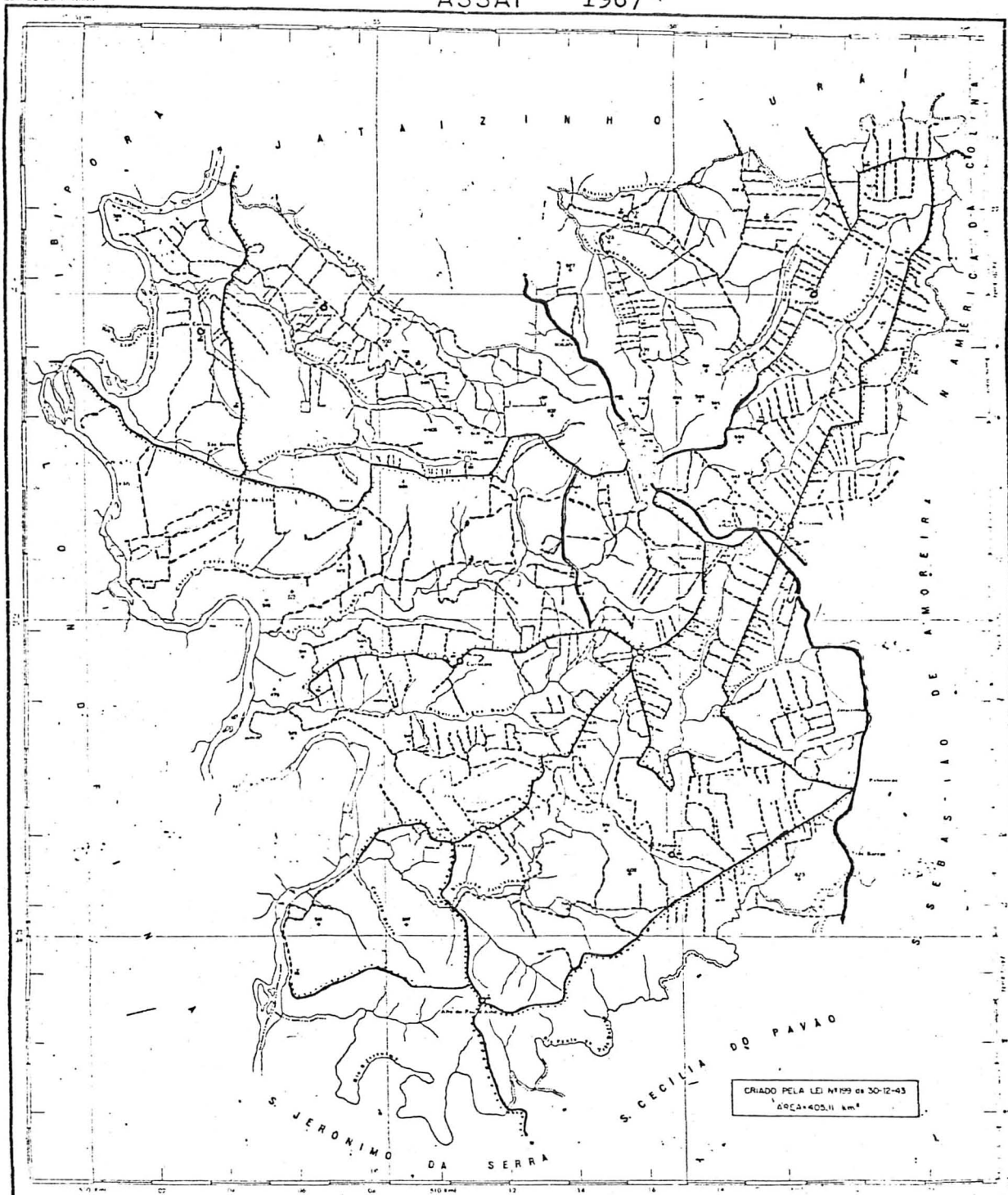
MAPA 19



MAPA 20

ESTADO DO PARANÁ

ASSAÍ 1967 -



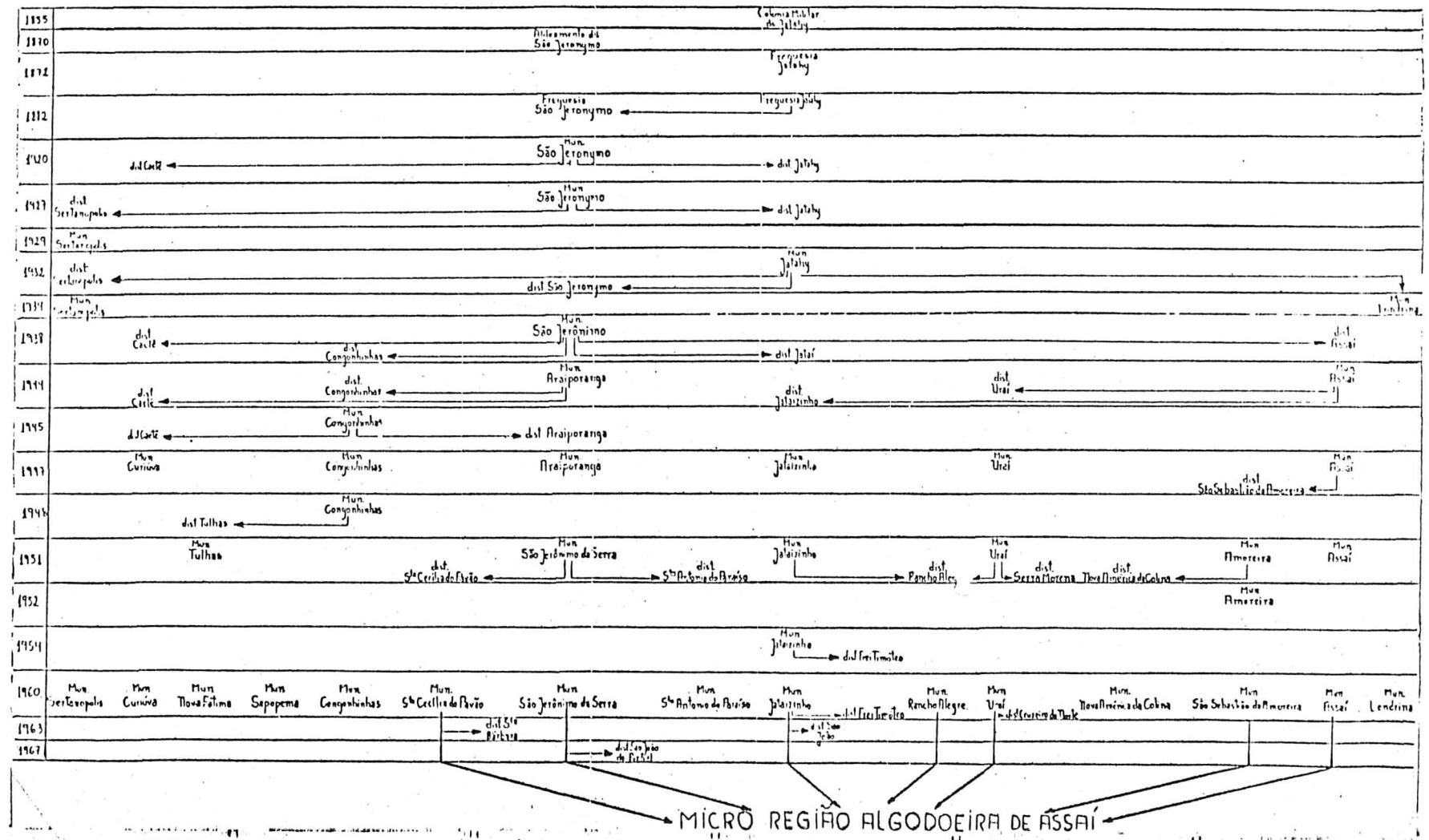
D.G.T.C.

Esc. 1:75.000

8.0. ANEXOS GERAIS

GRÁFICO 1

Delimitação da disposição do município de São Jerônimo, segundo desmembramentos de área, entre 1855-1967.



METODOLOGIA

O método de Shyam Bhatia, "consiste em somar as percentagens das culturas acima de um limite mínimo de participação na área total cultivada e em dividir esse resultado pelo número de culturas enquadradas nessa situação.

$$X = \frac{\% \text{ da área cultivada com } n \text{ culturas}}{n}$$

onde x é o índice de diversificação e n , o número de culturas.

Foram consideradas neste estudo apenas as culturas que ocupam 5% ou mais da área total cultivada. Teoricamente, um município com vinte culturas, ocupando cada uma 5% da área cultivada, terá o índice de diversificação máxima com o valor 5. Os baixos índices indicam, portanto, alta diversificação e os altos índices, baixa diversificação. Calculados os índices para todos os municípios, eles foram grupados, através de um gráfico de dispersão linear, em quatro graus de diversificação: baixa, média, alta e muito alta. (...)

Pelo método de Shyam Bhatia, " a concentração é calculada através da fórmula:

$$X = \frac{\frac{a}{at}}{\frac{A}{AT}} \quad \text{onde } X \text{ é o índice de concentração, } a \text{ é a}$$

área cultivada com determinado produto no município, at é a área total cultivada no município, A é a área cultivada com o produto considerado no Estado e AT é a área total cultivada no Estado.

A concentração se baseia, portanto, na comparação das razões entre a área cultivada com determinada cultura e a área total cultivada no município e no Estado. Há concentração quando o índice alcança valores superiores à unidade, já que assim tem o município parte maior do que lhe caberia se a distribuição de determinado produto fosse uniforme no Estado. A concentração se relaciona com a diversificação anteriormente analisada, na medida em que alta concentração ou dominância de determinada cultura sig-

nifica, em geral, ocorrência de pequena diversificação de cultivos. (...)

O método de John C. Weaver consiste em comparar as percentagens hierarquizadas dos diferentes cultivos num município com as percentagens de uma curva modelo teórica. Desta comparação resulta a determinação de desvios que vão definir a combinação básica na unidade considerada. As percentagens da curva teórica são:

monocultura:	100%	da área cultivada com uma cultura.
combinação de 2 culturas:	50%	da área cultivada com cada cultura
combinação de 3 culturas:	33,33%	área cultivada com cada cultura
combinação de 4 culturas:	25%	área cultivada com cada cultura
combinação de 5 culturas:	20%	área cultivada com cada cultura
combinação de 6 culturas:	16,67%	área cultivada com cada cultura
combinação de 7 culturas:	14,29%	área cultivada com cada cultura
combinação de 8 culturas:	12,50%	área cultivada com cada cultura
combinação de 9 culturas:	11,11%	área cultivada com cada cultura
combinação de 10 culturas:	10%	área cultivada com cada cultura

Na fórmula do desvio $D = \frac{d^2}{n}$, d corresponde à dife-

rença entre as percentagens reais das culturas e as percentagens da curva teórica e n ao número de culturas, no caso de combinação de culturas considerado. A raiz quadrada não é extraída, já que o objetivo não é a verdadeira magnitude do desvio e sim a hierarquia relativa da soma dos desvios nas possíveis combinações consideradas e, assim, a fórmula usada foi

$$D^2 = \frac{d^2}{n}$$

A combinação de culturas que apresentar o menor desvio com relação à curva teórica é a que caracteriza o município.

RELATO DE TOKUJIRO TSUTUI, publicado no jornal nº 8, volume 6 da Kaigai Ijuu Kumiai Rengookai, com o título: "Lembrança do pioneirismo da colonização de Três Barras."

"Resolvi mudar para a Colônia Três Barras em 1932 (ano 7º da Era de Showa), logo após a abertura da Colônia Três Barras. Vim antes para sondar o ambiente e consegui fazer contrato de empreiteiro e garanti moradia para a minha família. A mudança foi feita em meados de setembro do mesmo ano, justamente em meio da revolução. Sendo impossível fazer toda a mudança em um só caminhão, levamos apenas o necessário, ficando o restante para ser despachado por trem, após o término da revolução. Ao chegar em Cornélio Procopio dei de encontro com o carro da Guarda Militar, com bandeira vermelha no topo. Receamos fosse tomada nossa parca bagagem. Felizmente o guarda era amigo do chofer e deu-nos passagem. O alojamento dos imigrantes não estava ainda em construção e mesmo que nos alojássemos aí, teríamos que caminhar sete quilômetros diariamente até a seção onde trabalharíamos. Nessa seção havia somente um casebre intitulado filial da Casa de Comércio Yamaguchi e estava lotado com pessoas. Não tínhamos como pedir alojamento. Aí perto havia um barracão, sem parede e coberto de palmeiras e folhas de coqueiro. Resolvemos pernoitar provisoriamente neste barracão. À noite, mal se enxergava o rosto de um e de outro. Juntamos a madeira para fazer fogo. Aproveitando a claridade deste fogo construimos a cama atravessando algumas madeiras e galhos em uma cama anteriormente usada por trabalhadores brasileiros. Como havíamos sido avisados da existência de índios e onças, não poderíamos deixar o fogo apagar. O barracão era tão rústico que através da cobertura de palmeiras enxergávamos as estrelas no céu. Durante a noite os pernilongos "birigui" dançavam e zumbiam nos nossos ouvidos, obrigando-nos a cobrir pés e cabeça para podermos dormir. A certa altura fomos despertados com o mugido de um veado. Ao descobrirmos

a cabeça notamos que o fogo estava totalmente apagado. Não calcula o susto que levei. Levantei-me novamente para acender o fogo, o que não foi fácil. Só o consegui quando já estava clareando o dia. Ao amanhecer confeccionamos cestas para colocar a mudança e acabamos o dia consertando as folhas de palmeira no telhado. No segundo dia iniciamos a plantação de milho. Todas as sementes germinaram maravilhosamente. Os pássaros gostaram da experiência comendo as sementes espalhadas pelo chão e, quando acabaram com as sementes começaram a arrancar os brotos. Ora, não podíamos deixar que os pássaros estragassem a nossa plantação, de mais ou menos um alqueire.

Quando estava verificando o terreno, ao passar pelo escritório local para comunicar a mudança com a família fui informada da impossibilidade da distribuição de arroz, ocasionada pela incommunicabilidade com outros centros por causa da revolução. Pensei em arranjá-lo em outra fazenda, mas as respostas eram que não podiam repartir o arroz porque não sabiam até quando iria a revolução. Fiquei preocupado com a alimentação da minha família, mas um brasileiro ensinou-me o uso do fubá. Disse-me que não havia necessidade para tanta preocupação desde que para substituir o arroz tivéssemos quatro sacos de fubá. Estávamos nos alimentando com arroz apenas uma vez ao dia, mas 17 litros acabaram-se em poucos dias e fomos obrigados a nos alimentarmos com fubá.

A revolução terminou em outubro, período de chuva intensa. O chão do casebre provisório começou a inundar. O gerente Saito ao nos visitar aconselhou a construção de uma casa num lugar mais alto, por ser mais saudável, mas ocupados com a plantação e com a falta de instrumentos de carpintaria para a confecção de ripas e cumieiras fomos deixando a construção. Também ... não tínhamos outra alternativa. Aguardávamos a chegada do empreiteiro Nishimura para tratarmos da construção da casa. Nesse ínterim, começou a chegar as sementes de milho que para a plantação ocupávamos 7 a 8 trabalhadores diariamente. Dias depois de terminada a plantação,

o empreiteiro chegou e pudemos construir a casa e fazer a mudança.

Mais ou menos na mesma época chegou também o empreiteiro Maruno, para a construção do Escritório e casas residenciais. Que época difícil era essa! Apareceram bichos durante a noite e acabaram com nada menos que 80 galinhas.

Com exceção dos fazendeiros, as famílias que se instalaram na cidade, como funcionários dos escritórios, empreiteiros, comerciantes, etc., sofreram por falta de água, pois ao cavar para fazer poço, com poucos metros de profundidade topavam com pedras e não conseguiam água. O empreiteiro Maruno ficou encarregado de cavar o poço, mas depois de algumas tentativas infrutíferas chegaram à conclusão que era anti-econômico e acabaram desistindo da empreitada. Sem outra alternativa foi resolvido aproveitar a água do rio Seda que margeia a cidade. O aproveitamento da água deste rio era anti-higiênico. Resolveram então abrir um poço à beira do riacho. Os moradores eram obrigados a descender e subirem com baldes de água para terem água potável, o que era um trabalho árduo. Com a dificuldade para obter água achou-se difícil o progresso da cidade. Conservar uma cidade sem futura, também seria prejudicial para a Colônia. Havia urgência para se estudar a instalação de encanamento ou mudar a localização da cidade. Os moradores que não gostavam de caminhos íngremes foram favoráveis à mudança. Foi sugerido instalar encanamento que filtrando a água do rio, a levaria até o topo da cidade de onde partiria a distribuição para o povo." (Tokuya Kobayashi, p.25-27)

CONFEDERAÇÃO JAPONESA TRÊS BARRAS - RENGŨ NIPONJIN KAI. 1939-40.

Departamento de Educação.

- responsável pela elaboração do material para a Olimpíada Escolar.
- organização de questionários para as crianças.
- elaborar quadros estatísticos dos resultados dos exames médicos.
- estudo sobre bolsistas.
- estudos para o treinamento da ala jovem.
- estudos sobre a construção de escolas primárias e admissão de professores brasileiros.

Departamento de Saúde.

- exame médico das crianças.
- verificação dos pagamentos realizados desde a formação da Comissão pró construção do hospital.

Departamento Social.

- pesquisar sobre o funcionamento de associações estrangeiras.
- coletar doações para a compra de aviões de transporte de doentes no Japão.
- estudos para o envio da sacola de solidariedade (imombukuro)

Departamento Cultural.

- escolha do jovem exemplar de cada "bairro" para receber bolsa de estudos da Sociedade de Assistência à Cultura e Educação.
- coleta de doações de livros para a formação da biblioteca para os jovens e crianças.
- providenciar viagem dos rapazes para o Rio de Janeiro.
- remeter trabalhos manuais para a Sociedade de Assistência à Cultura e Educação de São Paulo.

Departamento Médico-hospitalar.

- comprar microscópio.
- providenciar vacinas contra varíola e tifo para mais de 500 pessoas.

Departamento de Produção.

- com a unificação das Associações Agrícola e Japonesa; este departamento ficou responsável pelo ordenado dos camaradas e dos contratos agrícolas e da abertura da Exposição Agro-pecuária de 8 de julho.

Departamento social - 1940.

- efetuar o registro de estrangeiros.
- registrar os sócios da Cruz Vermelha do Japão.
- controlar o ensino disperso da língua japonesa.
- elaborar as festividades de inauguração do Grupo Escolar.
- marcar reunião de despedida de Usui e Shimada.
- coleta da sacola de solidariedade (Imombukuro).

Departamento de Educação - 1940.

- com a proibição do ensino da língua japonesa, providenciar a circulação semanal dos livros da Sociedade de Assistência à Cultura e Educação.
- escolher local para o ensino de técnicas agrícolas aos jovens.

Departamento de Saúde - 1940.

- orientações para exames de laboratório e prevenções de tracoma.
- requisição conjunta de remédios.
- estudos para a instalação de uma farmácia.

Departamento de Produção - 1940.

- em cooperação com o "Movimento G.T." da BRATAC elaborar estudos de técnicas agrícolas.
- em cooperação com a BRATAC e Departamento de Agricultura do Consulado efetuar uma exposição anual de algodão.
- Estudar técnicas para melhorar a produção agrícola.
- divulgar técnicas agrícolas e elaborar estudos de produtividade.
- aumentar a produtividade do trigo pão.
- obter autorização da BRATAC para instalar moinho de trigo.
- instalar frigorífico através da Cooperativa Agrícola.

- oferecer condições para a instalação da Estação Experimental de algodão e outros produtos. (Tokuya Kobayashi, p. 89-92)

GUIA DO MOVIMENTO G.T. - 1934

- I. Utilização de Associação própria que visava:
 1. Fortalecer a idéia de auxílio mútuo;
 2. A fundamentação da auto análise do passado, com vistas ao futuro;
 3. A organização tomando por base a célula de cada seção ("bairro")
 4. A orientação moral e técnica.
- II. Melhoramento do empreendimento agrícola: o empreendimento especulativo deveria ser deixado de lado e em seu lugar ser adotado um empreendimento racional, onde cada um deveria cumprir com suas responsabilidades. Para isso deveria ser colocado em prática:
 1. Desmatamento racional;
 2. Mudança para um cultivo variado, evitando a monocultura, considerada perigosa;
 3. Escolha das culturas principais;
 4. Incentivo à prática de outras atividades, tais como:
 - a) Orientação para questões de economia doméstica, principalmente às donas de casa e às meninas no sentido do fabrico de bebidas caseiras, criação de galinhas e porcos, para subsistência.
 - b) Práticas de atividades secundárias lucrativas, ao mesmo tempo uma orientação para a formação de pequenas fábricas para aproveitamento da produção local e da criação de galinhas, porcos, gado, etc.
 5. Incentivo ao trabalho associativo: o leite e a carne deveriam ser colocados à venda. Deveria ser desenvolvida campanha para o combate a verminoses e tratamento sanitário preventivo.
 6. Para um plantio racional deveria ser incentivado o uso de sementes selecionadas, o uso de defensivos agrícolas, bem

como o seu fabrico caseiro.

7. Para o adubamento:

- a) Antes de tudo deveria ser estudado o tipo de terra a ser cultivada;
- b) Buscar orientação para o melhor aproveitamento da terra;
- c) Realizar pesquisas sobre a fertilidade da terra, teor de ácidos e uréia.
- d) Após o estudo da fertilidade da terra, deveria buscar orientação para o fabrico de adubo necessário a ela.

8. Organizar a contabilidade agrícola.

9. Organizar o diário agrícola.

10. Organizar exposições agro-pecuárias.

11. Realizar reuniões e conferências sobre assuntos agrícolas.

12. Confeccionar quadros da produção agrícola da Colônia.

III. Organização da Cooperativa Agrícola. Partindo do princípio que, comparativamente ao comércio, a agricultura é menos afortunada, esta deve estar organizada socialmente. Baseando-se nisso deve ser criada a Cooperativa Agrícola para que a Colônia progrida.

IV. Organização para a obtenção de financiamentos necessários a cada agricultor.

V. Organização educacional : dar instrução de acordo com a legislação brasileira paralelamente às "instruções japonesas".

VI. Organização da Saúde Pública: divulgação da medicina preventiva e familiar, bem como demonstração prática de medidas de primeiros socorros.

VII. Desenvolvimento de esforços no sentido de "melhorar a vida":

- 1. Conscientizar-se da necessidade de se auto manter.-
- 2. Conscientizar-se de que cada um deve cuidar das coisas de uso pessoal.
- 3. Melhorar a vestimenta e promover cursos de corte e costura.
- 4. Melhorar a habitação sob o ponto de vista prático e sanitário. (Tokuya Kobayashi, p. 46-47)